



**Pedro Miguel Pinho**

**O papel dinamizador do turismo no espaço rural: O  
caso das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro**



**Pedro Miguel Pinho**

**O papel dinamizador do turismo no espaço rural: O  
caso das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria João Aibéo Carneiro, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Dedico o presente projeto à minha família e amigos, por todo o apoio que me têm dado e pelas experiências que me têm proporcionado.

## **o júri**

presidente

Prof. Doutora Margarita Matias Robaina Alves  
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo  
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Maria João Aibéo Carneiro  
professora auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Não poderia deixar de iniciar este projeto sem agradecer todo o apoio prestado pela minha família e amigos, que me têm auxiliado ao longo da minha formação académica e pessoal e cujo contributo foi fundamental para a redação deste trabalho.

Estou particularmente agradecido à Professora Doutora Maria João Carneiro, que aceitou orientar-me numa fase tão tardia do prazo, demonstrando sempre grande disponibilidade e rapidez no esclarecimento das minhas dúvidas, assim como, na sua orientação que foi fundamental para a elaboração deste projeto. De igual modo, estou muito agradecido aos presidentes da Associação Desportiva e Cultural da Felgueira e das Juntas de Freguesia de Arões e de Rôge, ao coordenador da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheiro, bem como, ao responsável pelo ordenamento e planeamento da Câmara Municipal de Vale de Cambra. A todos os proprietários que tão prontamente se disponibilizaram para me responder às entrevistas, refiro: Mira Freita, Nino da Freita, Kim café, Traços d'Outrora, Casa dos Avós e Trebid' Ouro, bem como todos os residentes com quem contactei, os quais com uma enorme simpatia me responderam às entrevistas e descreveram a evolução das respetivas aldeias.

Finalizo esta nota de agradecimento, congratulando todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a redação deste projeto.

## **palavras-chave**

Turismo rural, desenvolvimento, impactes, aldeia da Felgueira; aldeia do Trebilhadouro.

## **resumo**

As áreas rurais têm vindo a sofrer várias transformações ao longo dos tempos. Algumas dessas alterações são a perda de importância da agricultura e o surgimento de modelos de desenvolvimento urbano-industriais que privilegiaram o desenvolvimento das áreas urbanas e negligenciam as áreas rurais.

A crescente valorização destes espaços por parte da população essencialmente urbana tem levado a que estas áreas rurais sejam cada vez mais procuradas e que o turismo seja visto como um mecanismo capaz de assegurar o seu desenvolvimento.

Neste sentido, o presente estudo procura perceber se o turismo está a ter um papel dinamizador em duas aldeias do município de Vale de Cambra, nomeadamente, a aldeia da Felgueira e a aldeia do Trebilhadouro, bem como dar sugestões para maximizar o potencial do turismo no desenvolvimento das referidas aldeias. Para o efeito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre conceitos genéricos de turismo, sobre o desenvolvimento do turismo em espaço rural e de elementos que permitiram uma breve caracterização do município e das aldeias em estudo.

Relativamente à metodologia utilizada do estudo empírico, esta consiste numa abordagem qualitativa, tendo sido elaborados três guiões de entrevistas destinados aos residentes, agentes da oferta e entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo. Os resultados obtidos sugerem que o turismo está a ter um papel dinamizador nas aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro. Algumas sugestões são apresentadas para incrementar o potencial do turismo no desenvolvimento destas aldeias.

**keywords**

Rural tourism, development, impacts, Felgueira village, Trebilhadouro village.

**abstract**

Rural areas have been undergoing several transformations over time. Some of these changes are the loss of importance of agriculture and the emergence of urban-industrial development models that favored the development of urban areas and neglected rural areas. The growing appreciation of these spaces by the essentially urban population has led to these rural areas being increasingly sought and to tourism being seen as a mechanism to ensure its development. In this sense, this project seeks to assess whether tourism is a dynamic agent of rural areas in two villages in the municipality of Vale de Cambra, in particular the village of Felgueira and the village of Trebilhadouro as well as to give suggestions to maximize the potential of tourism in the development of these villages. To this end, a literature review was carried out on generic concepts of tourism, on tourism development in rural areas and on elements allowing a brief characterization of the municipality and of the villages under study. Regarding the methodology of the empirical study, it is a qualitative approach, involving the development of three scripts of interviews designed to residents, supply agents and local entities responsible for the development and management of tourism. It was identified two villages in the municipality of Vale de Cambra in particular the village of Felgueira and the village of Trebilhadouro. The results suggest that tourism is taking a leading role in the villages of Felgueira and Trebilhadouro. Some suggestions are made to increase the tourism potential in the development of these villages.

## Índice

Capítulo 1 – Introdução.....	1
Capítulo 2 – Breves considerações sobre conceitos básicos de turismo .....	3
2.1 Turismo.....	3
2.2 Sistema turístico.....	5
2.3 Procura turística .....	6
2.4 Oferta turística .....	7
Capítulo 3 – Desenvolvimento do turismo rural .....	9
3.1 Características e evolução das áreas rurais .....	9
3.2 Turismo rural .....	14
3.3 Turismo no espaço rural em Portugal .....	17
3.4 A experiência turística no espaço rural.....	29
3.5 Impactes do turismo no mundo rural .....	34
3.6 O desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas rurais.....	43
Capítulo 4 – Caracterização de Vale de Cambra e das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro ....	53
4.1 Caracterização do concelho de Vale de Cambra.....	53
4.2 Caracterização das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro .....	58
Capítulo 5 – Metodologia.....	65
5.1 Instrumento de recolha de dados.....	65
5.2 Amostragem.....	68
5.3 Análise de dados .....	70
Capítulo 6 – Apresentação e análise dos resultados .....	71
6.1 Caracterização dos inquiridos da Felgueira e do Trebilhadouro.....	71
6.2 Processo de requalificação .....	72
6.2.1 Características do processo.....	72
6.2.2 Envolvimento no processo de requalificação .....	76
6.2.3 Perceções gerais do processo de requalificação .....	78
6.3 Impactes da intervenção e do turismo na aldeia .....	84



6.3.1 Impactes económicos.....	84
6.3.2 Impactes sociais.....	96
6.3.3 Impactes culturais.....	102
6.3.4 Impactes ambientais .....	106
6.4 Sugestões para dinamizar o turismo .....	108
Capítulo 7 – Conclusão .....	111
Referências bibliográficas .....	119

## **Índice de anexos**

Anexos.....	127
Anexo 1 – PR 1 “Varandas da Felgueira”.....	128
Anexo 2 – PR 3 “Na Vereda do Pastor” .....	129
Anexo 3 – Aldeias de Portugal- Montemuro, Arada, Gralheira .....	130
Anexo 4 – Território das Montanhas Mágicas.....	130
Anexo 5 – Aldeia Turística da Felgueira .....	131

## **Índice de apêndices**

Apêndices .....	133
Apêndice 1 – Aldeia da Felgueira.....	134
Apêndice 2 – Aldeia do Trebilhadouro.....	135
Apêndice 3 – Guiões das entrevistas .....	137
Apêndice 3.1 – Guião da entrevista da População residente .....	137
Apêndice 3.2 – Guião da entrevista das Entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo.....	139
Apêndice 3.3 – Guião das entrevistas dos Agentes da oferta .....	141
Apêndice 4 – Entrevistas .....	143

## **Índice de tabelas**

Tabela 1 - Modalidades do TER .....	21
Tabela 2 - Estabelecimentos de TH e do TER para os anos 2002 a 2011 .....	22
Tabela 3 - Estabelecimentos de TER para os anos de 2012 a 2014 .....	23
Tabela 4 - Número de hóspedes em unidades de TER para os anos de 2012 a 2014, em milhares .	26
Tabela 5 - Número de dormidas em unidades de TER para os anos de 2012 a 2014 em milhares..	27
Tabela 6 - Número de Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento segundo a modalidade de alojamento, em 2013 .....	57
Tabela 7 - Número de Hóspedes e de Dormidas por modalidade .....	57
Tabela 8 - Estada média e proveitos segundo a modalidade .....	58
Tabela 9 - Organização das questões da entrevista por secções.....	68
Tabela 10 - Composição da amostra .....	70

## **Lista de Acrónimos**

ADL – Associação de Desenvolvimento Local

ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Integrado da Serra de Montemuro, Arada e Gralheira

ANCRA – Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa

AO – Agente da Oferta

ATA – Associação de Turismo de Aldeia

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CEE – Comunidade Económica Europeia

DRAP-N – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

EL – Entidade Local Responsável pelo Desenvolvimento e Gestão do Turismo

EN – Estrada Nacional

IC – Itinerário Complementar

NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PME – Pequenas e Médias Empresas

RDVV – Região Demarcada dos Vinhos Verdes

RL – Residente Local

TER – Turismo no Espaço Rural

TH – Turismo de Habitação

TN – Turismo de Natureza

## Capítulo 1 – Introdução

Atualmente o turismo é uma das atividades económicas mais dinâmicas a nível mundial, o que tem levado a que cada vez mais, os países e as regiões apostem nesta atividade como uma alternativa económica (Breda & Pato, 2014).

Nas últimas décadas o turismo tem sido encarado como um meio de revitalização das áreas rurais que se encontram em crise devido ao declínio da atividade agrícola (Milheiro, Martins & Alves, 2014). Os turistas procuram cada vez mais o autêntico, novos destinos e experiências, têm uma maior preocupação com o ambiente e com a saúde e usufruem de férias repartidas ao longo do ano, o que assegura ao turismo rural um futuro promissor (Kastenholz, 2003). Neste sentido, as áreas rurais têm-se reorientado de modo a satisfazerem as necessidades de uma procura que busca o rural enquanto espaço de lazer (Milheiro et al., 2014).

No entanto, as oportunidades de desenvolvimento local e regional que o turismo rural poderá trazer a esses espaços têm sido muito enfatizadas nos discursos políticos e académicos, criando por vezes expectativas desmesuradas. Neste sentido, é necessário efetuar uma avaliação realista do potencial turístico de uma área rural, sendo necessário estar familiarizado com os recursos primários e secundários presentes no destino, bem como com as expectativas e motivações dos turistas que procuram este tipo de turismo, que serão eventualmente distintas consoante os segmentos de mercado (Kastenholz, 2003).

Dado o papel dinamizador que o turismo pode ter nas áreas rurais, o presente projeto procura averiguar se a atividade turística tem ou poderá ter um papel dinamizador em duas áreas rurais integradas no município de Vale de Cambra, designadamente, na aldeia da Felgueira e na aldeia do Trebilhadouro. Este concelho foi selecionado, não só por ser o município onde o investigador reside, tendo para o efeito um maior conhecimento da região e uma maior disponibilidade para se deslocar até aos locais que pretendia analisar, como também por não haver muitos estudos sobre o turismo neste município. A escolha das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro como objeto de estudo está relacionada com o facto de estas aldeias pertencerem à rede com a marca “Aldeias de Portugal”, estarem inseridas no território das “Montanhas Mágicas” e terem beneficiado de investimento público direcionado à sua recuperação.

Através do presente estudo procurou-se identificar e analisar os impactes que o turismo tem nestas duas aldeias, bem como identificar quais as principais características e impactes que a reabilitação teve nestes dois espaços. Por último, procura-se sugerir algumas linhas de orientação para dinamizar o turismo. Para o efeito foi formulada a seguinte pergunta de partida “O turismo tem ou

poderá ter um papel dinamizador nos espaços rurais, especificamente nas aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro?”.

Em termos metodológicos foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos e alguns *websites*, a fim de reunir a informação necessária à revisão da literatura e assim compreender melhor o tema em estudo. Relativamente à recolha de dados necessários à parte empírica deste projeto, foram realizadas entrevistas a diversos *stakeholders* do desenvolvimento do turismo nas referidas aldeias, nomeadamente, a população residente, os agentes da oferta e as entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo.

Por último, estruturalmente o presente projeto encontra-se dividido em sete capítulos. No primeiro faz-se uma breve introdução ao presente projeto e no segundo procura-se, sucintamente, apresentar e discutir alguns conceitos genéricos de turismo. No terceiro capítulo analisa-se a temática sobre o turismo rural, estando este capítulo dividido em seis seções, e no quarto, faz-se uma breve descrição do concelho e das aldeias em estudo. O capítulo cinco descreve o processo metodológico empregue na realização deste projeto. No capítulo seis são analisados e discutidos os resultados do projeto. Finalmente, no último capítulo são apresentadas as principais conclusões, implicações, limitações e sugestões decorrentes da realização deste estudo.

## **Capítulo 2 – Breves considerações sobre conceitos básicos de turismo**

O presente capítulo procura descrever sumariamente alguns conceitos base do turismo, de modo a permitir uma melhor compreensão do presente projeto. Em termos estruturais, este capítulo encontra-se dividido em várias secções relativas, nomeadamente, ao turismo, ao sistema turístico e à procura e oferta turísticas. Para a sua elaboração foi pesquisada alguma bibliografia relacionada com o tema.

### **2.1 Turismo**

Ao longo desta secção procura-se sucintamente descrever o surgimento do turismo, as diferentes abordagens utilizadas pelos académicos para definir turismo

Segundo Leiper (1979) o mundo despertou tarde para o turismo, que teve um importante impulso com o *Grand Tour*, que consistia em viagens pela Europa, realizadas por jovens ingleses, pertencentes a classes abastadas, para acabarem os seus estudos. Para Cavaco (1996) o turismo até início do século XIX era exclusivo de uma elite e de estudantes da Europa Ocidental que viajavam em busca de educação e cultura mas que, no entanto, alimentavam a ideia de que o turismo era uma atividade pouco prestigiante e fútil (Cavaco, 1996). Foi no decorrer dos séculos XIX e XX que o turismo assumiu maior crescimento, só abrandando com as guerras mundiais e com as crises económicas. As estratégias de marketing e o aumento do tempo livre contribuíram para a massificação do turismo (Marvanejo, 1996). Associados a este aumento estão ligados aspetos como o progresso económico e técnico, que possibilitaram a redução do horário de trabalho e consequente aumento dos tempos livres, o aumento da esperança média de vida, o aumento dos rendimentos e a melhoria da mobilidade espacial. Entre outros fatores igualmente relevantes encontram-se a necessidade de fuga da cidade, as deslocações por motivos profissionais, comerciais ou de educação, o aumento da informação, que levou a um aumento da curiosidade e uma melhor divulgação dos novos produtos turísticos (Cavaco, 1996). O crescimento do turismo e o maior envolvimento por parte dos governos foi incentivado por organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), que considera que o turismo pode ter um contributo positivo na paz mundial e na maior compreensão entre os povos (Leiper, 1979). A intervenção dos governos foi ainda aliciada pelos benefícios económicos decorrentes da atividade turística, especialmente depois da *World Conference on Travel and Tourism* que decorreu em Roma no ano de 1963. No entanto, os governos foram também forçados a reconhecer os impactos a nível ambiental, social e cultural que requerem monitorização (Leiper, 1979). Relativamente à



origem do termo turismo, este advém do nome grego para compasso, instrumento que reflete bem a ideia de turismo, que é a de regressar ao ponto de partida (Leiper, 1979).

O estudo do turismo foi, por vezes, tratado com desconsideração por parte de alguns círculos académicos. No entanto, o interesse por este assunto tem vindo a aumentar, o que se reflete no interesse que algumas universidades têm vindo a demonstrar ao abrirem cursos e ao realizarem pesquisas sobre esta atividade (Leiper, 1979). No entanto, os académicos especializaram-se em partes ou perspetivas particulares de um fenómeno abrangente (Leiper, 1979).

De acordo com Leiper (1979), vários têm sido os académicos, empresas, organizações e agências governamentais que têm tentado definir turismo de uma forma precisa e útil (Leiper, 1979). Na procura da definição de turismo, podem ser identificadas três abordagens (Leiper, 1979): económicas, técnicas e holísticas. A definição de turismo, segundo uma abordagem económica, reconhece apenas as implicações a nível económico do turismo, sendo criticada por não especificar o que é o turismo, nem o elemento humano (Leiper, 1979). Na definição de turismo segundo uma abordagem técnica, as várias definições técnicas fornecem os conceitos necessários à formulação de uma definição geral de turismo (Leiper, 1979). Por último, a definição holística, segundo Leiper (1979), procura englobar toda a essência do fenómeno turístico. Neste sentido, segundo Leiper (1979) em 1942, dois académicos suíços denominados Hunziker e Kraph conceberam uma definição de turismo que foi reconhecida por várias organizações internacionais. Esta definição permitia uma abordagem interdisciplinar e multidisciplinar mas, uma vez que não estava enquadrada numa terminologia de uma disciplina académica, foi considerada demasiado vaga (Leiper, 1979). De acordo com Leiper (1979) uma definição holística do turismo permitia que as componentes básicas do sistema fossem identificadas, facilitando assim o estudo interdisciplinar. Por último, Leiper (1979) identifica as seguintes componentes do turismo: o turista, a indústria turística e as componentes geográficas - que se dividem em regiões (emissora, de trânsito e de destino). A diversidade e complexidade de regras governamentais inibiram o surgimento de uma definição de Turismo na *World Conference on Travel and Tourism* em 1963 (Leiper, 1979).

Também Cunha (2007) defende que existem duas abordagens para definir turismo que variam de acordo com o objetivo visado. Neste sentido, o turismo pode ser definido do ponto de vista conceptual, em que o objetivo é o de encontrar uma definição que permita identificar as características essenciais do turismo e distingui-lo das restantes atividades. A definição pode ainda ser do ponto de vista técnico, sendo o objetivo obter informações para fins políticos e legislativos.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) (Cunha, 2007) definiu turismo como “O conjunto de actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu

ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios, e outros” (Organização mundial de Turismo [OMT], 1994, citada por Cunha, 2007, p. 30). A definição anteriormente citada, na opinião de Cunha (2007) apresenta algumas limitações, tais como privilegiar a procura e não revelar a oferta, incluindo só as atividades desenvolvidas pelos visitantes no destino e não considerando os bens e serviços criados para servir direta ou indiretamente os visitantes (Cunha, 2007). Atualmente esta definição foi substituída pela seguinte:

“O turismo é portanto um subconjunto de viagens e os visitantes, um subconjunto de viajantes. Estas distinções são cruciais para a compilação de dados sobre os fluxos de viajantes e visitantes e para a credibilidade das estatísticas do turismo.” (United Nations, 2010, p. 10).

Já do ponto de vista conceptual, o turismo poderia ser definido como “O movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades.” (Hunziker & Krapf, 1982, citados por Cunha, 2007, p. 30). Segundo Cunha (2007), a citação anterior integra uma vasta variedade de atividades, entre as quais se incluem as deslocações das pessoas, as suas relações nos locais visitados e ainda os bens e serviços produzidos destinados à satisfação das suas necessidades.

A forma como o turismo é interpretado, segundo Cunha (2007) varia muito de pessoa para pessoa, uma vez que pode ser entendido como uma forma de evasão e de ocupação dos tempos livres, como um fenómeno capaz de gerar novas oportunidades de negócio e de riqueza, ou ainda, pode ser considerado como um fator de ocupação dos espaços, do qual resultam impactes a nível ambiental e social. De acordo com Cunha (2007) estas diferentes interpretações de que o turismo é alvo, resultam de visões fragmentadas de um fenómeno mais complexo que é o turismo. Deste modo, o turismo surge como um fenómeno “derivado das deslocações de pessoas dos locais onde residem para outros, onde permanecem temporariamente, o turismo dá origem a relações de diversa natureza: entre pessoas, entre pessoas e natureza e a relações económicas, sociais e culturais.” (Cunha, 2007, p. 109).

## **2.2 Sistema turístico**

A presente secção descreve o turismo como um sistema, constituído por três áreas geográficas - as áreas de origem, de trânsito e de destino -, mas também por dois elementos que intervêm nestas áreas: nomeadamente o turista - que procura experiências - e as entidades responsáveis pela produção de bens e serviços destinados ao turismo.

Pode considerar-se o turismo como sendo um sistema, dado que se estabelecem relações de interdependência de carácter espacial e funcional entre as regiões emissoras, de trânsito e recetoras (Cunha, 2007). Também Leiper (1979) defende o turismo como um sistema, sendo os elementos que o constituem as áreas de origem, de trânsito, e de destino, os turistas e a indústria turística. Estes estão organizados espacialmente e estabelecem relações entre si a nível físico, cultural, social, económico, político e tecnológico. A região geradora corresponde à região em que o turista habita e onde inicia e finaliza uma viagem; a região de destino é aquela em que o turista permanece temporariamente devido aos atrativos que essa região oferece; e a região de trânsito liga as duas regiões anteriores, pelo que as suas características e eficiência irão influenciar a qualidade do acesso a determinados destinos, assim como a direção e o tamanho dos fluxos turísticos (Leiper, 1979). Devido às relações de interdependência entre os agentes, a ocorrência de um evento extraordinário num dos subsistemas, como por exemplo uma guerra ou aumento da inflação, irá afetar o sistema turístico como um todo (Cunha, 2007).

A análise sistémica do turismo pressupõe a identificação das componentes que integram o sistema turístico, dos laços que estas estabelecem entre si, bem como do grau de influência de cada componente sobre o conjunto. Esta análise permite a identificação do sistema funcional do turismo (Cunha, 2007), que consiste no “conjunto dos elementos que determinam o funcionamento do turismo e que constituem a base do seu desenvolvimento, assente na oferta e na procura.” (Cunha, 2007, p. 114).

## **2.3 Procura turística**

Esta secção é dedicada à procura turística, onde se pretende descrever sumariamente a evolução da procura turística, as suas motivações e os motivos que levam ao seu aumento.

O crescimento contínuo do número de viagens realizadas, principalmente após a segunda guerra mundial, resulta, essencialmente, do aumento da esperança média de vida, dos rendimentos, do desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação, entre outros. Este aumento da procura turística captou o interesse dos académicos e da opinião pública (Cunha, 2007). Relativamente às características da procura turística, resultantes do estudo e da evolução desta ao longo das últimas décadas, conclui-se que a procura turística apresenta as seguintes características: constante crescimento, heterogeneidade e concentração. Os motivos que levaram a afirmar que o turismo assume um constante crescimento, prendem-se com a evolução positiva que este setor tem assumido, apesar de algumas quebras pontuais; enquanto a heterogeneidade advém do cada vez maior número de visitantes com distintas motivações, que faz com que surjam novos produtos e

tipos de turismo. Outras características da procura são a concentração no espaço, no tempo e nas atrações turísticas (Cunha, 2007).

Relativamente à decisão de realizar ou não uma viagem, esta depende de um conjunto de determinantes, os quais poderão ser: fatores socioeconómicos, técnicos, aleatórios ou psicossociológicos. Nos fatores socioeconómicos estão incluídos todos os elementos a nível económico ou social que possibilitem, inviabilizem ou influenciem a decisão de viajar. Já os fatores técnicos correspondem aos meios e processos técnicos e tecnológicos que permitem ou facilitam as deslocações. Os fatores aleatórios consistem no conjunto de variáveis que influenciam a procura turística e que resultam de circunstâncias naturais, políticas ou sociais. Por último, os fatores psicossociológicos determinam os gostos, preferências e o consumo turístico (Cunha, 2007).

## **2.4 Oferta turística**

A presente seção inicia-se com a exposição da complexidade da delimitação da oferta turística, da identificação das suas características e das suas componentes, sem as quais a oferta não conseguirá satisfazer a procura.

Uma das características da oferta turística é o facto de este conceito não poder ser facilmente delimitado, uma vez que a oferta turística não é composta somente por restaurantes ou hotéis, englobando um conjunto de elementos, bens e serviços, que não podem ser delimitados facilmente nem rigorosamente. Dentro das componentes que formam a oferta turística, encontram-se os recursos naturais, as atividades recreativas, os serviços prestados ao turista, entre outros. A oferta turística pode ser definida do seguinte modo:

“De modo genérico podemos definir, em sentido amplo, oferta turística como sendo o conjunto de todas as facilidades, bens e serviços adquiridos ou utilizados pelos visitantes bem como todos aqueles que foram criados com o fim de satisfazer as suas necessidades e postos à sua disposição e ainda os elementos naturais ou culturais que concorrem para a sua deslocação.” (Cunha, 2007, p. 175).

Com base nesta afirmação concluímos que o critério definidor de oferta turística é o da utilização, ou seja, é considerado oferta tudo o que o turista utiliza (Cunha, 2007).

De acordo com Cunha (2007), a oferta turística apresenta as seguintes características:

- Os bens produzidos não podem ser armazenados - devido ao consumo e à produção dos bens e serviços turísticos ocorrerem em simultâneo é impossível o seu armazenamento. Portanto, se não houver procura não existe produção;

- O consumo turístico é condicionado pela presença do cliente - caso um cliente queira consumir um produto turístico terá de se deslocar até ao seu produtor;
- Simultaneidade da produção e do consumo - devido à produção e consumo de um produto turístico decorrerem no mesmo período de tempo e no mesmo espaço;
- A oferta turística é imóvel - por exemplo, é impossível deslocar uma montanha ou uma praia para um local com melhores acessos ou condições de venda;
- O produto turístico é compósito - associado à realização de atividades turísticas está um conjunto mínimo de bens e serviços requeridos à sua realização (ex. alojamento, restauração, transportes). Devido à interligação entre eles, caso um destes componentes funcione mal todos os outros serão afetados;
- Intangibilidade - devido ao caráter imaterial dos produtos turísticos, a avaliação destes só poderá ocorrer através do seu consumo.

Por último, apesar dos elementos que compõem a oferta turística variarem conforme o destino, Cunha (2007) identifica os seguintes elementos como indispensáveis à satisfação da procura turística.

- Recursos turísticos - conjunto de elementos fundamentais à oferta turística, os quais poderão ter origem natural ou ser criados pelo homem. Os elementos básicos de origem natural são: O clima, a fauna e a flora, as paisagens e montanhas. Quanto aos recursos básicos criados pelo homem, incluem a arte, a história, os monumentos e os parques temáticos;
- Infraestruturas - conjunto de construções fundamentais ao desenvolvimento do turismo, nelas estando incluídas construções subterrâneas (ex. sistemas de abastecimento de água, gás, eletricidade) e de superfície (ex. aeroportos, parques de estacionamento);
- Equipamentos - correspondem às infraestruturas que satisfazem diretamente as necessidades dos turistas, incluindo-se nestas categorias o alojamento, os restaurantes, estabelecimentos comerciais, etc.;
- Acessibilidades e transportes - englobam as vias de acesso ao destino, assim como os meios de transporte e a sua respetiva organização;
- Hospitalidade e acolhimento - condições com que o cliente é recebido, nomeadamente a simpatia, as informações fornecidas, a hospitalidade, bem como o ambiente e a limpeza, entre outros.

## **Capítulo 3 – Desenvolvimento do turismo rural**

O presente capítulo dedica-se à análise do desenvolvimento do turismo rural e encontra-se dividido em seis secções. A primeira aborda o conceito de rural e a evolução das áreas rurais. A segunda o turismo rural visto como um meio revitalizador das áreas rurais e a problemática da definição deste conceito. A terceira analisa o turismo no espaço rural em Portugal através da sua legislação, da evolução da oferta e da procura e da identificação de alguns impactes associados ao turismo. A quarta disserta sobre a experiência turística no espaço rural. Esta experiência turística está associada à crescente valorização do rural e ao aumento da procura que busca, cada vez mais, viver experiências globais num destino. As características das áreas rurais podem satisfazer esta procura. A quinta cita alguns dos impactes decorrentes da atividade turística no mundo rural, e que afetam as áreas rurais a nível económico, sociocultural e ambiental, podendo ser positivos ou negativos. Na última secção aborda-se a temática do turismo sustentável nas áreas rurais.

### **3.1 Características e evolução das áreas rurais**

Nesta secção aborda-se o conceito de rural e a evolução das áreas rurais. São mencionados alguns fatores que levaram ao declínio das áreas rurais e posteriormente à sua revalorização.

Embora não exista na literatura uma definição padronizada para os conceitos de rural e ruralidade, estes encontram-se habitualmente associados a aspetos de ordem material e imaterial, os primeiros traduzidos no espaço geográfico e os segundos no espaço imaginado (Silva, 2014). O conceito de “Rural”, na opinião de vários autores, é complexo, não havendo uma única definição deste conceito (Mesquita, 2010; Moreira, 1994; Valente & Figueiredo, 2003). O rural, para além da categorização geográfica, económica e social é ainda uma classificação mental, um local de projeção de imaginários individuais e coletivos. Esta multiplicidade de abordagens, análises e interpretações do espaço rural é talvez o seu traço mais característico (Figueiredo, 2003; Moreira, 1994). A dificuldade de classificação dos espaços rurais deve-se à diversidade e especificidade que os caracterizam (Valente & Figueiredo, 2003), assim como às modificações a nível socioeconómico e cultural que estas áreas têm vindo a sofrer (Mesquita, 2010; Valente & Figueiredo, 2003). Apesar da diversidade de critérios utilizados na classificação do espaço rural, esses espaços detêm algumas características comuns, nomeadamente a densidade populacional e a dimensão dos aglomerados, a nível demográfico, o predomínio da atividade agrícola e florestal na ocupação do solo, uma estrutura social tradicional, património e ainda fatores de identidade local (Mesquita, 2010). “Para além das diferentes abordagens relativas aos conceitos e classificações do “rural”, tem-se

verificado também um relativo interesse pelas transformações a que estes espaços são sujeitos.” (Mesquita, 2010, p.477). Devido à complexidade do mundo rural, vários académicos sugeriram o conceito de rural-urbano, como forma de ultrapassar esta situação complexa e o problema da comparação de muitas áreas que eram percebidas como rurais, mas que tinham características diferentes (Lane, 1994).

Em Portugal, o mundo rural, à semelhança de outras sociedades ocidentais, sofreu importantes alterações durante as últimas décadas. “Essencialmente nas últimas quatro décadas, a sociedade portuguesa sofreu transformações importantes, que não deixaram de condicionar quer as áreas rurais, quer as representações sociais sobre as mesmas.” (Figueiredo, 2003, p. 65). Essas transformações “estiveram longe de permitir que o rural se diluísse no urbano ou ainda que permitisse o surgimento de um espaço a que alguns autores têm chamado *rurbano*.” (Figueiredo, 2003, p. 67):

“Outros autores definem o “rural” em contraposição ao “urbano”, discutindo-se actualmente a noção do contínuo “rural” - “urbano”(rurbano) ou na base de indicadores como a densidade populacional ou a presença de determinadas actividades económicas (sobretudo ligadas à agricultura e à silvicultura).” (Eusébio & Kastenholtz, 2010, p. 334).

Originalmente entendidas como espaços meramente produtores de alimentos, as áreas rurais têm sofrido alterações socioeconómicas ao longo da história (Moreira, 1994). A atividade agrícola e as áreas rurais estiveram sempre associadas; no entanto, a agricultura tem vindo a perder importância em termos culturais, sociais e económicos, deixando de ser a principal fonte de rendimento para passar a ser uma fonte complementar (Kastenholtz, 2014; Valente & Figueiredo, 2003). As tendências de industrialização e de urbanização afetaram fortemente as áreas rurais a nível económico e social, através da perda de receitas e diminuição do emprego ligados à atividade agrícola, assim como do encerramento de serviços, como por exemplo escolas, igrejas, transportes e lojas, que são acompanhados por uma diminuição e crescente envelhecimento da população, associados ao aumento da esperança média de vida e migração da população mais jovem para outras áreas (Kastenholtz, 2014; Lane, 1994; Mesquita, 2010; Moreira, 1994). “Estes processos têm levado a uma marginalização das áreas rurais com diminuição da população, fraca capacidade para valorização dos recursos endógenos e falta de dinâmicas de desenvolvimento.” (Mesquita, 2010, p. 447).

A nível nacional, as áreas rurais de pequena densidade são caracterizadas pelo progressivo despovoamento e envelhecimento das populações resultantes da perda de jovens que optam por migrar devido à perda de importância do setor primário, ao encerramento de serviços públicos e à ausência de atividades industriais. Por outro lado, a excessiva repartição da propriedade, particularmente no Norte de Portugal, e a falta de atrativos sociais e culturais, têm acentuado as

diferenças de desenvolvimento entre as áreas urbanas e as áreas rurais (Reis, 2014). A não inversão deste paradigma produzirá, no futuro, “sérias implicações no acentuar do processo de desterritorialização e desmantelamento de áreas significativas do território nacional, particularmente, aquelas que são designadas como remotas e frágeis.” (Reis, 2014, p. 5). As áreas rurais portuguesas apresentam várias fragilidades físicas e sociais, tais como uma população envelhecida, com baixa taxa de alfabetização, carência de infraestruturas, sucessivo abandono e degradação do território, entre outras (Valente & Figueiredo, 2003). O interior de Portugal é essencialmente marcado pela ruralidade, pelo contínuo esquecimento e pela sua população envelhecida e descrente no futuro (Reis, 2012). “As áreas rurais enfrentam assim alguns problemas que se traduzem numa debilidade económica e demográfica que contribuem para uma desigualdade territorial relativamente às zonas urbanas, de litoral, mais povoadas e também mais desenvolvidas.” (Mesquita, 2010, p. 477).

As fragilidades e problemáticas com que a maioria das áreas rurais se depara a nível nacional e europeu, têm sido objeto de debate por parte de alguns organismos internacionais e entidades públicas e motivo de preocupação para os habitantes rurais (Mesquita, 2010). A maioria das áreas rurais atravessa um período de declínio. No entanto, a diversidade destas áreas faz com que esta crise não afete todos os núcleos rurais do mesmo modo, sendo as zonas mais afetadas as que se encontram mais afastadas dos centros de crescimento ou foram marginalizadas pelo processo urbano-industrial (Figueiredo, 2003; Reis, 2014). No entanto, as áreas rurais são detentoras de uma grande riqueza de recursos, com as paisagens pouco degradadas, um vasto património histórico-cultural e os seus residentes rurais (Valente & Figueiredo, 2003). Deste modo, e apesar dos problemas de desenvolvimento das áreas rurais, estas possuem um conjunto de potencialidades a nível cultural e ambiental que, desde que conservadas e exploradas segundo uma lógica de desenvolvimento sustentável, poderão contribuir para a sua revitalização (Mesquita, 2010). A inversão do declínio das áreas rurais poderá ocorrer através da valorização de recursos, potencialidades e sinergias (Reis, 2012), assim como pela valorização do rural pela sociedade urbana e pelos setores mais relevantes (Ribeiro, 2003). Deste modo, as áreas rurais têm vindo a sofrer várias transformações na sua conceção e adquirindo novas dimensões enquanto espaço de reserva de recursos e bens ambientais, espaço de memória e herança cultural, assim como espaço para a prática de atividades de lazer e recreio. Esta revalorização das áreas rurais tem levado à procura desses espaços por parte das populações urbanas (Valente & Figueiredo, 2003; Kastenholtz, 2014). “Verifica-se assim uma tendência de valorização e procura dos valores culturais e naturais existentes no meio rural, protagonizada pela população residente nas zonas urbanas, onde estes recursos e valores se encontram em declínio.” (Mesquita, 2010, p. 478). Para tal, as atividades tradicionais devem ser complementadas por novos serviços e representações simbólicas (Reis,



2012). Nos últimos anos o mundo rural tem vindo a sofrer novos desafios (Lane, 1994). A revalorização das áreas rurais é igualmente defendida por Kastenholz (2014), nomeadamente através dos recentes investimentos que têm sido efetuados nestes espaços, parte dos quais comparticipados pelos fundos europeus. O reinvestimento nas áreas rurais passa pela introdução de novos métodos agrícolas, aposta em novas espécies e em nichos de mercado como a agricultura biológica e pela especialização em culturas raras ou de grande valor acrescentado, tais como as ervas aromáticas e o vinho. De acordo com Eusébio e Figueiredo (2014), Lane (1994), Mesquita (2010) e Ribeiro (2003) a valorização dos espaços rurais levou à captação de novos residentes, visitantes, atividades económicas e mercados exportadores. Os recentes investimentos nas áreas rurais não se limitam à introdução de novas espécies ou métodos agrícolas, passam também pela aposta no setor do turismo, devido à alteração dos desejos e necessidades da procura, a qual passou a valorizar o rural. Segundo Eusébio e Figueiredo (2014) e Kastenholz (2014) as atividades turísticas são por vezes, complementares às tradicionais.

As vocações do mundo rural foram-se alterando e readaptando, dada a necessidade de captar dinheiro e pessoas. Neste sentido, as aldeias destinadas à produção agrícola, passaram a ser espaços de consumo turístico e de produção de produtos típicos e tradicionais (Moreira, 1994). “Considerado desde sempre como um espaço essencialmente produtivo, o domínio rural tem vindo a assumir-se cada vez mais como lugar de lazer.” (Moreira, 1994, p.63). A necessidade de sobrevivência das áreas rurais levou a que estas se transformassem num espaço para ser consumido ou num palco de múltiplos consumos (Reis, 2012). Se a importância que a atividade agrícola irá assumir no futuro é alvo de várias interpretações, já o papel desta na preservação dos recursos naturais, das tradições e da qualidade do ambiente é consensual (Lane, 1994; Valente & Figueiredo, 2003; Veloso, 2003). Neste sentido, “A questão da preservação e proteção do mundo rural é, cada vez mais, entendida como uma questão principal para os atores económicos, sociais, políticos e instituições oficiais.” (Reis, 2012, p. 4).

A nível mundial, os governos centrais, regionais e locais têm procurado mitigar os problemas das áreas rurais com vários graus de sucesso (Lane, 1994). As políticas de desenvolvimento adotadas nas últimas décadas, que tinham como base o crescimento económico, conduziram a uma forte dicotomia entre espaços desenvolvidos e espaços subdesenvolvidos. As áreas rurais fazem parte da categoria de espaços subdesenvolvidos associados ao passado e tradições. Já o espaço urbano, sinónimo de modernidade, é considerado um espaço desenvolvido. A aplicação deste modelo de crescimento indiferenciadamente colocou as áreas rurais numa posição residual, o que levou a que as políticas e medidas de desenvolvimento rural assentassem no aumento da produtividade agrícola (Valente & Figueiredo, 2003). A diferença entre os espaços urbanos e rurais está relacionada, entre

outros aspetos, com o seguinte: “É no espaço urbano que se tendem a concentrar os centros de poder político, económico, social e cultural, os serviços, as grandes infraestruturas e equipamentos mais relevantes, em muitos países.” (Kastenholz, 2014, p. 1). Tais condições asseguram o progressivo desenvolvimento económico e social das regiões urbanas. Na situação oposta encontram-se as áreas rurais, nas quais os investimentos por parte dos organismos públicos e privados são cada vez menores, conduzindo ao progressivo envelhecimento e diminuição da população rural, que opta por migrar para outros locais como consequência da desvalorização da agricultura, que constitui a principal atividade económica, da falta de oportunidades e da ausência de uma política de combate à desigualdade de desenvolvimento (Kastenholz, 2014; Lane, 1994; Mesquita, 2010; Moreira, 1994). Estes fatores remetem as áreas rurais para um ciclo de desvalorização contínuo (Kastenholz, 2014; Moreira, 1994). No entanto, por volta dos anos setenta, este modelo de crescimento começou a ser posto em causa devido à permanência de fenómenos como os de desigualdade de desenvolvimento territorial, abandono das áreas rurais, situações de pobreza e desemprego, assim como degradação do espaço urbano. A tomada de consciência relativamente aos impactes deste modo de desenvolvimento, aliada à crescente valorização do espaço rural levou à revisão das políticas de desenvolvimento (Valente & Figueiredo, 2003).

No nosso país, as preocupações com a sustentabilidade ambiental, a nível social e institucional, surgiram tarde e resultaram das pressões da Comunidade Económica Europeia (CEE), dos problemas resultantes do desordenamento do território, da urbanização desenfreada, dos incentivos à adoção de medidas agroambientais e florestais e do reconhecimento do turismo e do lazer como atividades fundamentais à diversificação da atividade económica na promoção da imagem das regiões através da valorização do património ambiental e cultural das áreas rurais (Valente & Figueiredo, 2003). Neste sentido, a equidade e sustentabilidade do território nacional foram alvo de várias políticas por parte do governo português (Valente & Figueiredo, 2003). “O desenvolvimento rural passa então a constituir um dos vectores fundamentais no desenvolvimento regional e nacional (pelo menos enquanto intenção), sendo necessário atenuar as assimetrias e o desequilíbrio territorial dos espaços rurais.” (Valente & Figueiredo, 2003, p. 96). No entanto, a falta de empenho político e de estruturas em Portugal levou a que muitas áreas rurais do interior tenham sido deixadas à margem, excluídas das dinâmicas e agendas de desenvolvimento que ocorreram durante a segunda metade do século passado, convertendo-as em reservatórios de recursos materiais necessários ao desenvolvimento urbano e litoral. Este processo de declínio levou a que muitas áreas rurais se tornassem num lugar de vida e de trabalho indesejável e inviável (Ribeiro, 2003). A elevada dependência do mundo rural português face à agricultura, levou à necessidade do governo definir, nas últimas três décadas, políticas que promovam a diversificação da atividade rural, tendo o turismo merecido um lugar de destaque, dado este poder servir de alavanca ao desenvolvimento

destes espaços (Kastenholz, 2003, 2010; Silva, 2014). Como tal, várias instituições públicas e privadas têm unido esforços no sentido de promoverem os recursos endógenos, edifícios e cultura (Silva, 2014). No entanto, o turismo diferencia-se da agricultura e das outras atividades rurais, dado que o governo raramente tem influência direta no ritmo de desenvolvimento do turismo, sendo este fortemente dirigido pelas forças de mercado e por organizações privadas (Lane, 1994).

A literatura analisada nesta secção aponta para as tendências de industrialização e de urbanização que levaram ao declínio das áreas rurais a nível económico e social, traduzidas na perda de receitas, diminuição de empregos, encerramento de serviços, diminuição e envelhecimento da população e perda de importância da agricultura. A revalorização das áreas rurais tem passado pelos investimentos efetuados nestes espaços, pela valorização dos seus recursos naturais e culturais e pela aposta no turismo, entre outras.

### **3.2 Turismo rural**

Nesta secção aborda-se o turismo rural entendido como um meio capaz de revitalizar as áreas rurais. Este turismo está relacionado com a crescente valorização das áreas rurais e com a procura destes espaços para a prática de atividades turísticas. No fim da secção faz-se uma breve abordagem à problemática da definição de turismo rural.

O turismo rural, tanto em Portugal como na Europa, não é um fenómeno novo (Eusébio & Kastenholz, 2010; Lane, 1994; Moreira, 1994). O interesse pelo rural enquanto espaço de recreação surgiu no século XIX para fugir ao *stress* e à miséria existente nas cidades (Lane, 1994). Para Moreira (1994), o rural, até ao primeiro quartel do século XIX, era visto como um espaço de repouso e de fuga dos males da cidade pelas classes mais abastadas.

A desvalorização dos modelos de desenvolvimento urbano-industriais levaram a que as áreas rurais se tornassem num espaço central para os novos paradigmas de desenvolvimento, uma vez que possuem os valores que a sociedade pós-moderna valoriza, nomeadamente, a autenticidade, a natureza e as tradições (Valente & Figueiredo, 2003). A crescente aposta no turismo e lazer está relacionada com a revalorização do rural nas sociedades pós-modernas, onde o turismo rural tem sido idealizado e promovido através dos media, dos discursos, da literatura, das redes sociais, dos relatos de viagens, das representações sociais, de experiências passadas, contribuindo para a promoção turística do mundo rural, que passou a ser entendido como “um espaço pintado em tons de verde, azul e “cor-de-rosa”, como espaço de fuga por excelência, de tudo o que o cidadão

contemporâneo condena no seu habitat urbano” (Kastenholz, 2014, p.2). Em oposição, o espaço urbano passa a ser entendido como o local onde reina o *stress* e o estandardizado, o artificial, o anónimo, o congestionado, o poluído, etc. No entanto, as condições e infraestruturas existentes nas áreas urbanas continuam a ser determinantes para a fixação das populações (Kastenholz, 2014).

Esta revalorização do rural por urbanos tem levado ao aumento da procura destes por áreas rurais, as quais são entendidas como um espaço de fuga ao quotidiano (Kastenholz, 2014; Morreira, 1994; Valente & Figueiredo, 2003). A valorização de recursos não materiais de que são exemplo a estética das paisagens, a natureza, a sensação de segurança, os modos de vida, a tranquilidade, as tradições, resultantes de uma maior consciencialização ambiental, da procura por modos de vida mais saudáveis, entre outras, assim como a melhoria da acessibilidade às áreas rurais e a valorização dos edifícios históricos, têm levado a que cada vez mais as áreas rurais sejam vistas como atrativas pelos urbanos. Estes, por vezes insatisfeitos com o estilo de vida na cidade, procuram cada vez mais o mundo rural para passar férias, praticar atividades de lazer e recreio ou, ainda, como local privilegiado para a aquisição de residência de segunda habitação (Kastenholz et al., 2014a; Lane, 1994; Mesquita, 2010; Ribeiro, 2003). A crescente valorização do rural e da natureza tem levado a que o turismo seja visto como um mecanismo capaz de revitalizar esses espaços (Mesquita, 2010; Ribeiro, 2003).

Nas últimas décadas, o interesse pelo turismo rural tem sido crescente, principalmente na Europa, por parte de políticos e de académicos, resultante do potencial que o turismo poderá ter no desenvolvimento das áreas rurais (Kastenholz, 2010). A crescente valorização do modo de vida rural tem levado a que cada vez mais as áreas rurais sejam procuradas enquanto espaços para a prática de turismo, atividade à qual habitualmente estão associados importantes efeitos multiplicadores, os quais poderão ser fundamentais na dinamização, ou mesmo sobrevivência, de algumas comunidades rurais (Eusébio & Kastenholz, 2010). Também as autoras Sandra Valente e Elisabete Figueiredo partilham dessa visão, referindo que o turismo é uma das novas atividades do mundo rural e constitui uma das prioridades nas estratégias de desenvolvimento rural, dado o papel que poderá ter na preservação e promoção dos recursos naturais e culturais, bem como no desenvolvimento socioeconómico das áreas rurais (Valente & Figueiredo, 2003). Neste sentido, várias instituições públicas e privadas têm unido esforços para promoverem os recursos endógenos, edifícios e cultura (Silva, 2014). O crescente interesse pelo turismo rural, tanto pela procura como pela oferta, deixam adivinhar que este tipo de turismo terá um futuro promissor (Kastenholz, 2003, 2010; Silva, 2014). Este aumento do interesse pelo turismo rural resulta, por um lado, do facto das áreas rurais se encontram em crise com a perda da importância da atividade agrícola e verem, frequentemente, o turismo como um mecanismo dinamizador destes espaços (Kastenholz, 2003,

2010). Por outro lado, o aumento da procura por áreas rurais resulta da crescente procura pelo “autêntico” por parte dos turistas, aliada à sua maior formação e experiência, aumento dos rendimentos, férias repartidas, redução do horário de trabalho, melhoria dos meios de transporte e comunicação, crescente valorização do património natural e cultural, vivência de novas experiências, procura de novos destinos, crescente preocupação com o meio ambiente e a saúde, usufruto de férias repartidas ao longo do ano e, ainda, das iniciativas governamentais (Eusébio & Kastenholz, 2010; Kastenholz, 2003; Lane, 1994, 2005). As necessidades da procura podem ser satisfeitas por algumas áreas rurais desde que estas saibam aproveitar os seus recursos endógenos (Eusébio & Kastenholz, 2010). Também em Portugal o mundo rural e os mercados agrícolas atravessam um período de recessão, pelo que as atividades como o turismo, a caça e pesca, os desportos de natureza, entre outros, são indispensáveis à sustentabilidade destes territórios ao gerarem postos de trabalho, aumento dos rendimentos, animação sociocultural, fixação da população e manutenção da paisagem humanizada. Por outro lado, a sucessiva perda de qualidade de vida nas urbes conduziu ao aumento da procura e da oferta de atividades lazer e de recreio nas áreas rurais (Velo, 2003). “Aliás, a crescente perda de qualidade de vida nos grandes centros urbanos potencia o aparecimento de novos nichos de mercado turístico alternativo, de lazer, caça e pesca, centrados no contacto com a natureza e o mundo rural, no conhecer ou reviver de tradições e produtos em vias de desaparecimento.” (Velo, 2003, p. 85).

As oportunidades de desenvolvimento a nível local e regional, decorrentes do turismo rural, são muito enfatizadas nos discursos académicos e políticos, criando por vezes expectativas exageradas (Kastenholz, 2003). No entanto, quantificar o crescimento do turismo rural é complicado, uma vez que a maioria dos países não dispõe de dados estatísticos sobre o turismo rural, o que o diferencia de outros tipos de turismo. Contudo, a maioria das organizações nacionais de turismo concorda que se trata de uma modalidade em crescimento (Lane, 1994).

A relação do espaço rural com o turismo tem sido alvo de estudo por parte de vários académicos, os quais salientam a dificuldade em definir turismo rural, assim como a ausência de um conceito universal consensual (Lane, 1994; Mesquita, 2010; Moreira, 1994). Segundo Mesquita (2010) essas dificuldades resultam das diferentes visões e perspetivas por parte de cada país e da problemática de definir o que é o espaço rural. “Deste modo, a complexidade associada ao conceito de “rural” ou ruralidade é transposta para a dificuldade em identificar um conceito único sobre o turismo nestas áreas rurais.” (Mesquita, 2010, p.477). Para Bernard Lane uma simples definição de turismo rural seria “Turismo Rural é o turismo que tem lugar nas áreas rurais.” (Lane, 1994, p. 9). No entanto, desde cedo vários académicos têm alertado para o facto de uma definição tão simples ser inadequada, embora uma definição mais profunda seja difícil de se alcançar devido à elevada

diversidade de áreas rurais, dado que o turismo rural e as áreas rurais são multifacetados, raramente sendo independentes ou livres de influência urbana. No entanto, a ruralidade é geralmente o aspeto central do produto de turismo rural. Neste sentido, para que uma definição de turismo rural seja alcançada é necessário, primeiramente, compreender o conceito de ruralidade (Lane, 1994). “De acordo com o EUROSTAT (1998), o turismo rural deve ser entendido como a totalidade de atividades de indivíduos que viajam para áreas rurais (de uma forma não massificada).” (Eusébio & Kastenholz, 2010, p. 334). Para Silva (2014) o conceito de turismo rural aparece habitualmente na literatura para descrever as atividades que têm lugar em áreas rurais.

“Na literatura académica, o conceito de «turismo rural» é habitualmente utilizado para descrever um conjunto de atividades de turismo que têm lugar em espaços rurais ou no campo, incluindo o agroturismo, o turismo cultural, o ecoturismo, o turismo de natureza e o turismo de aventura.” (Silva, 2014, p. 31).

Para Lane (1994) o turismo rural deverá, na sua forma mais pura, cumprir os seguintes aspetos:

- Estar localizado em áreas rurais;
- Ser funcionalmente rural, ou seja, estar baseado nas especificidades do mundo rural, nomeadamente: a pequena escala, ter uma grande quantidade de espaço ao ar livre, o contacto próximo com a natureza, património rural e uma sociedade tradicional;
- Ser rural em escala, sendo os edifícios de pequena dimensão;
- Ter carácter tradicional, evolução lenta e orgânica, a qual é controlada pela população rural;
- Podendo ser de vários tipos, uma vez que geralmente apresenta um padrão complexo de ambiente, economia, história e localização.

Em resumo, o crescente interesse pelo mundo rural por parte das sociedades urbanas está associado à valorização de aspetos ambientais e socioculturais existentes nas áreas rurais. Neste sentido, o interesse pelo desenvolvimento do turismo nestes espaços tem vindo a ser enfatizado por parte de políticos e académicos, dado o papel que esta atividade poderá ter no desenvolvimento das áreas rurais. A complexidade da definição de turismo rural advém da própria dificuldade em definir espaço rural. Nas diferentes propostas que procuram definir este fenómeno, as supracitadas têm em comum o facto de este tipo de turismo se desenvolver em áreas rurais e incluir um conjunto de atividades.

### **3.3 Turismo no espaço rural em Portugal**

Esta secção é dedicada à análise do turismo no espaço rural em Portugal, iniciando-se com uma breve exposição sobre as áreas rurais portuguesas e uma análise sumária do enquadramento legal

do turismo rural e da sua evolução no nosso país. Seguidamente é realizado um estudo do desenvolvimento da oferta e da procura de turismo no espaço rural a nível nacional, incluindo uma breve caracterização dos proprietários e dos hóspedes. A secção termina com a identificação de alguns impactes associados a este tipo de turismo.

Portugal, ao longo dos séculos, manteve-se como um país rural mas com uma relativa autonomia face ao estado e ao mundo urbano. No entanto, esta afirmação não significa que, durante os séculos XIX e XX, as áreas rurais não tenham sofrido algumas mudanças (Queiroz, 2015). Em meados do século XX as regiões rurais portuguesas atravessaram um período de mudança a nível demográfico e económico, estando o primeiro fator associado à diminuição da população e o segundo à retração da utilização do solo para fins agrícolas e à introdução da atividade turística. Foi por volta de 1960 que ocorreu a rutura com o ritmo de crescimento demográfico que as freguesias rurais nacionais apresentavam desde os finais do Estado Novo. Este aspeto deve-se à crescente migração da população em direção às zonas mais industrializadas de Portugal, assim como para a Europa e América do Norte. Esta situação levou a que a taxa de crescimento natural se tornasse negativa, uma vez que o número de óbitos ultrapassou os nascimentos (Silva, 2009). O êxodo dos anos sessenta e setenta do século XX, assim como a crescente expansão das frações da burguesia ligadas aos setores agroindustrial e financeiro, nos anos oitenta, levou a que o rural sofresse mutações, que se traduziram na perda de peso a nível económico e social por parte das classes rurais (Queiroz, 2015). Este aumento do êxodo rural está associado à perda da importância da agricultura na economia e na sociedade portuguesa, desde meados do século XX, assim como à sua crescente mecanização, reduzindo drasticamente o volume de trabalho e a quantidade de mão de obra necessários (Silva, 2009). A perda da importância da agricultura é comprovada pela seguinte citação: “Em 1973, o sector agrícola empregava mais de 30% da população activa em Portugal, enquanto em 2001 este valor rondava os 9%.” (Silva, 2009, p. 22). Com a diminuição da agricultura, começou a constatar-se que, em muitas comunidades rurais, a escassa população ligada à agricultura se encontrava rodeada por outros grupos sociais sem qualquer ligação à atividade agrícola (Silva, 2009). As áreas rurais nacionais, além do sucessivo envelhecimento e redução da população residente, assistiram ainda ao sucessivo encerramento de serviços e infraestruturas localizadas nas zonas rurais, degradação do património e empobrecimento do tecido industrial. O motivo por detrás desta degradação dos espaços rurais estava associado ao modelo de desenvolvimento industrial adotado, que privilegiou o crescimento das áreas urbanas em detrimento das rurais (Silva, 2009). Como tal, grande parte destas áreas encontram-se em profundos processos de redefinição e reconfiguração iniciados principalmente por volta dos anos oitenta do século passado. O rural enfrenta hoje uma crise de identidade e de multifuncionalidade resultante da crescente revalorização do seu património ambiental e cultural em relação à sua

função produtiva tradicional. Segundo Queiroz (2015), uma das mudanças mais significativas que ocorreu nas áreas rurais foi a perda do monopólio agrícola, situação que se traduziu na reorganização e adoção de novas realidades por parte das áreas rurais, como por exemplo: os movimentos pendulares que os residentes rurais efetuam entre a área de residência e os espaços para onde vão trabalhar ou para onde se deslocam para fazer outras atividades; a atração de imigrantes e residentes sazonais, que se deslocam até às áreas rurais em determinados períodos de oferta de trabalho; o ingresso de novos residentes atraídos pelas oportunidades de turismo e lazer, mas com objetivos e comportamentos que diferem dos residentes rurais de longa data; reconversão das residências em habitações secundárias, que são ocupadas durante as férias e fins de semana; regresso dos emigrantes, principalmente nas férias de verão e de natal, para descansarem, envolverem-se e participarem em eventos e atividades diversas, incluindo os casamentos e os batizados. As reformas ocorridas no mundo rural influenciaram igualmente os seus residentes, que também se adaptaram e se especializaram na prestação dos serviços requeridos pela procura (Queiroz, 2015).

“Assistindo-se à transformação dos antigos lavradores ou, mais recentemente, agricultores em empresários agrícolas multifacetados, cujas novas funções incluem a hotelaria, a gastronomia, a organização de caçadas e passeios para turistas urbanos, nostálgicos de um certo passado alegremente bucólico ou na busca de uma “qualidade de vida” (Queiroz, 2015, p. 185).

Segundo Moreira (1994), a forma mais incipiente de encarar o turismo no espaço rural foi através da oferta de quartos em casas particulares segundo o conceito de *chambre d'hôte*.

“Uma vez que os primeiros passos desta nova forma de encarar a actividade turística no espaço rural foram dados através da oferta de quartos em casas particulares, podemos afirmar que o turismo especificamente rural em Portugal enceta os seus primeiros passos dentro de uma perspectiva que corresponderá ao já referido conceito “chambre d'hôte””. (Moreira, 1994, p. 128).

Durante vários anos o Turismo de Habitação (TH) e o turismo rural foram entendidos como praticamente sinónimos, de tal modo que a primeira legislação sobre o turismo rural reportava-se ao turismo de habitação, tendo sido necessário decorrer nove anos entre as primeiras leis para se distinguirem as modalidades de turismo habitação, turismo rural e agroturismo (Moreira, 1994). O turismo no espaço rural (TER) é relativamente recente, tendo a sua criação em termos legais surgido por volta dos anos oitenta do século XX (Mesquita, 2010). Foi reconhecido de utilidade pública em 1983 e o seu quadro legal criado a 27 de agosto de 1986 pelo Decreto-Lei Nº 256/86 (Cunha, Kastenholz & Carneiro, 2010; Milheiro et al., 2014). Com esta legislação pretendiam-se reforçar três objetivos essenciais, nomeadamente, estimular a recuperação do património histórico-cultural, aumentar o rendimento das populações rurais e melhorar a sua qualidade de vida e associar a oferta de alojamentos turísticos com as tradições de hospedagem rural (Valente & Figueiredo, 2003). Desde a data da sua criação, o TER tem sofrido várias alterações, tendo sido as



mais recentes introduzidas pelo Decreto-Lei Nº 39/2008 de 7 de Março, que alterou a classificação do TER (Mesquita, 2010) e pelo Decreto-Lei Nº 15/2014 de 23 de janeiro que veio a introduzir algumas alterações face ao Decreto-Lei anterior. Em termos de evolução histórica verifica-se que só em finais dos anos setenta é que ocorreram as primeiras experiências de aplicação do TER, impulsionadas pelo setor público com vista a rentabilizar a riqueza arquitetónica, histórica e paisagística, presentes nas quatro regiões piloto, nomeadamente, Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa (Milheiro et al., 2014). Através do turismo de habitação os proprietários de solares e propriedades são incentivados a fornecerem quartos destinados ao alojamento turístico em troca de apoios financeiros. Este turismo de habitação foi regulamentado pela Secretaria de Estado do Turismo com o Decreto-Regulamentar Nº 14/78, de 12 de maio. A 5 de dezembro de 1983, o Decreto-Lei Nº 423/83 possibilitou a atribuição de utilidade turística às casas destinadas ao turismo de habitação. A possibilidade do turismo de habitação não se limitar à oferta de alojamento, mas também contemplar atividades de animação, desporto, recreio, artesanato e cultura, tornando-o num produto turístico total, em áreas rurais capazes de as atividades tradicionais locais, surgiu com o Decreto-Lei Nº 251/84, de 25 de julho. Em 1986, a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia e as consequentes ajudas financeiras, representaram um marco histórico na oferta de TER. Neste mesmo ano, foi elaborado o Plano Nacional de Turismo que identificou as carências graves em termos de oferta turística, assim como os desequilíbrios estruturais que punham em causa o desenvolvimento turístico nacional (Milheiro et al., 2014). Houve, deste modo, a preocupação em fomentar o agroturismo e o turismo de habitação em zonas rurais. Em 27 de agosto de 1986, surge o Decreto-Lei Nº 256/86 que fornece o primeiro enquadramento legal sobre o TER. No ano seguinte o Decreto-Lei Nº 5/87, de 14 de janeiro regulamentou o TER, que passou a englobar as modalidades de turismo de habitação, turismo rural e agroturismo. Em 1997, através do Decreto-Lei Nº 197/97, de 4 de julho surgem as modalidades de casas de campo, turismo de aldeia e hotel rural. A criação das modalidades casas de campo e turismo de aldeia, veio possibilitar um turismo menos elitista, uma vez que a regulamentação destas modalidades é menos exigente em termos de mobiliário, construção e decoração, não requerendo também a co-habitação por parte dos proprietários. A década de noventa foi caracterizada pelo aumento de casas destinadas ao TER e pela renovação do parque hoteleiro nacional. A 11 de março de 2002 o Decreto-Lei Nº 54/2002 acrescentou aos empreendimentos turísticos no espaço rural os parques de campismo rurais. Esta legislação continua, tal como a anterior, a dar ênfase à preservação do património e às atividades de animação. A 7 de março de 2008, o Decreto-Lei Nº 39/2008, veio alterar a classificação do TER (Milheiro et al., 2014). De acordo com este Decreto-Lei:

“São empreendimento de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em

vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.” (Decreto-Lei Nº 39/2008, de 7 de março de 2008, p.1444).

O Decreto-Lei Nº 39/2008 foi substituído pelo Decreto-Lei Nº 15/2014 que define empreendimentos turísticos como:

“Estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente.” (Decreto-Lei Nº 15/2014, p.481).

“Os empreendimentos de turismo no espaço rural previstos nas alíneas a) a c) do número seguinte [Casas de campo, Agro-turismo, Hotéis rurais] devem integrar-se nos locais onde se situam de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico das respectivas regiões, através da recuperação de construções existentes, desde que seja assegurado que esta respeita a traça arquitectónica da construção já existente. (...) Os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados nos seguintes grupos: a) Casas de campo; b) Agro-turismo; c) Hotéis rurais.” (Decreto-Lei Nº 39/2008, p. 1444).

Na Tabela 1, encontra-se uma breve descrição das modalidades TER - Casas de Campo e Agroturismo (Decreto-Lei N. 39/2008, p. 1444) e Hotéis Rurais (Decreto-Lei Nº 15/2014, pp. 480-481) -, segundo a legislação nacional.

**Tabela 1 - Modalidades do TER**

Modalidades	Descrição
Casas de Campo	Imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitectura típica local.  Quando as casas de campo se situem em aldeias e sejam exploradas de uma forma integrada, por uma única entidade, são consideradas como turismo de aldeia.
Agroturismo	Imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.
Hotéis Rurais	São hotéis rurais os empreendimentos turísticos que cumpram os requisitos de classificação aplicáveis aos estabelecimentos hoteleiros, (...) podendo instalar-se ainda, em edifícios novos, construídos de raiz, incluindo não contíguos.

Fonte: Decreto-Lei Nº 39/2008, de 7 de março de 2008, p.1444; Decreto-Lei Nº 15/2014, de 23 de janeiro de 2014, pp.480-481

O Decreto-Lei Nº 15/2014, de 23 de janeiro de 2014 revogou o número máximo de quinze unidades de alojamento destinadas a hóspedes que era aplicado às modalidades casas de campo e agroturismo pelo Decreto-Lei Nº 39/2008, de 7 de março de 2008. Na legislação mais recente, a modalidade de turismo de habitação aparece como um empreendimento turístico independente do TER podendo localizar-se também nas áreas urbanas (Mesquita, 2010).

A oferta de unidades TER em Portugal tem registado um significativo crescimento verificando-se, no entanto, algumas desigualdades regionais (Mesquita, 2010). O interesse pelo TER tem vindo a aumentar, tanto pelo lado da oferta como da procura desde as décadas de 70/80. O aumento da oferta de unidades TER advém da valorização do património construído, bem como da necessidade de manter as casas ocupadas e de obter um rendimento associado a essa ocupação (Milheiro et al., 2014). Em termos de evolução, a oferta de unidades TER mais do que triplicou entre os anos de 1986 e 1997, passando de 154 unidades (com capacidade de alojamento de 1154 camas) em 1986 para 534 unidades (com capacidade para 4984 camas) em 1997. No ano de 2002, o número subia para 866 (com capacidade de alojamento de 8533 camas), o que significa um acréscimo de 62% no número de empreendimentos e 71% no número de camas relativamente ao ano de 1997 (Jesus, 2007).

Através da análise da Tabela 2 verifica-se que o número total de estabelecimentos aumentou de 2002 a 2011, passando de 866 estabelecimentos em 2002 para 1182 estabelecimentos em 2011. No que concerne ao TER, o número de estabelecimentos por modalidades aumentou entre 2002 e 2011 em quase todas as modalidades, com exceção para o Agroturismo que teve um ligeiro decréscimo, passando de 145 unidades em 2002, para 142 unidades em 2011, ou seja, uma diminuição de 3 unidades. A modalidade que apresentou um maior crescimento entre 2002 e 2011, com um acréscimo de 221 unidades, foram as casas de campo. Com mais 62 unidades em 2011 do que em 2002, a modalidade a modalidade Outros é a segunda com maior crescimento. De destacar ainda o crescimento dos Hotéis Rurais, com 18 unidades em 2006, passando para 43 em 2011. De realçar que, apesar do rápido crescimento que esta modalidade teve entre 2006 e 2009, com um aumento de 12 unidades, o aumento foi de apenas um estabelecimento entre 2009 e 2011. Contudo, por outro lado, tem a particularidade de o seu número de unidades nunca ter diminuído, ao contrário de todas as outras modalidades.

**Tabela 2 - Estabelecimentos de TH e do TER para os anos 2002 a 2011**

<b>Modalidades</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>Anos 2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009*</b>	<b>2010*</b>	<b>2011*</b>
<b>Turismo de Habitação</b>	244	246	247	248	232	232	233	250	243	237
<b>Agroturismo</b>	145	147	146	147	137	136	140	144	147	142
<b>Casas de Campo</b>	116	148	162	234	229	234	246	316	320	337
<b>Hotel Rural</b>	n.d	n.d	n.d	n.d	18	24	30	42	42	43
<b>Outros*</b>	361	395	410	424	394	397	398	439	434	423
<b>Total Global</b>	866	936	965	1053	1010	1023	1047	1191	1186	1182

Fonte: Turismo de Portugal, 2012, p. 32

\*Legenda: Outros\* - inclui as modalidades Turismo Rural e Turismo de Aldeia, que ainda não se reconverteram de acordo com o diploma DL 228/09 - 14 Set. ; n.d. - dado não disponível; \* dados revistos em 28-12-2012" (Turismo de Portugal, 2012, p. 32).

Com base na Tabela 3, que foi elaborada de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (2013a, 2013b, 2015) verifica-se que o número total de estabelecimentos diminuiu entre os anos 2012 e 2013, passando de 704 unidades em 2012 para 554 unidades em 2013. No entanto, no ano de 2014 essa situação inverteu-se passando o total de unidades TER para 708 unidades, registando um valor superior aos verificados nos dois anos anteriores. De realçar que a modalidade com mais unidades nos anos em estudo foi a de casas de campo, com uma oferta constituída por 426 unidades, no ano de 2014. De destacar ainda o facto de ter sido esta a modalidade que registou o maior aumento do número de unidades comprando 2014 com o ano anterior, tendo tido um aumento 116 estabelecimentos. A segunda modalidade com mais oferta é o Agroturismo com 119 unidades em funcionamento em 2014. Relativamente à modalidade com menor representatividade, é a de Hotel Rural, com 60 unidades em funcionamento em 2014.

**Tabela 3 - Estabelecimentos de TER para os anos de 2012 a 2014**

<b>Modalidades</b>	<b>Anos</b>		
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Agroturismo	126	106	119
Casas de Campo	368	310	426
Hotel Rural	64	53	60
Outros*	146	85	103
<b>Total Global</b>	<b>704</b>	<b>554</b>	<b>708</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, (2013a, 2013b, 2015)

Legenda: Outros- Inclui as anteriores modalidades de turismo rural e turismo de aldeia.

O turismo no espaço rural nas regiões de interior de Portugal encontra-se em crescimento, devido às características marcadamente rurais, que atraem cada vez mais os turistas a estas zonas, e também devido à carência de outros meios de alojamento nestas regiões que as impedem de se tornarem em locais de turismo de massas (Milheiro et al., 2014). As empresas que constituem o TER no nosso país são essencialmente de micro e pequena dimensão (Cunha, Kastenholtz & Carneiro, 2011; Milheiro et al., 2014). Os atuais meios de alojamento nas áreas rurais caracterizam-se por serem de pequena dimensão. O facto de a maioria dos alojamentos ser de origem privada deve-se aos incentivos dados por parte do governo, através dos programas de financiamento provenientes da União Europeia, bem como ao desenvolvimento de legislação específica sobre esta modalidade, que decorreu na década de oitenta (Milheiro et al., 2014). O TER no nosso país é, por enquanto, de pequena escala, explorado essencialmente por famílias e com insuficiência de recursos a vários níveis (Mesquita, 2010). Esta realidade leva a que, “Neste sentido, os fornecedores de turismo rural deparam-se com uma série de obstáculos, onde se destacam: o facto de ser um negócio com carácter secundário para muitos dos seus proprietários, constituindo uma actividade de “part-time”, com pouco investimento.” (Mesquita, 2010, p. 485). De acordo com Silva (2014) o TER pode ser definido como “o nome oficialmente dado a um conjunto de

empreendimentos de pequena escala e de base familiar que disponibilizam alojamento e atividades de animação adicional a turistas nos campos de Portugal.” (Silva, 2014, p. 146).

Relativamente ao perfil dos promotores os dados são escassos e desatualizados (Milheiro et al., 2014). O estudo elaborado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008) relativo ao TER e Turismo de Natureza (TN) em Portugal durante os anos 2000 a 2007, refere que a forma jurídica mais comum dos estabelecimentos TER e TN é a de empresário em nome individual e de tipo familiar. Quanto ao perfil do gestor, e de acordo com o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008) existe um grande equilíbrio entre géneros, no entanto o sexo masculino é ligeiramente superior. A maioria dos proprietários apresenta uma idade superior a 45 anos, são de nacionalidade portuguesa quase na sua totalidade (91,3%) e uma grande parte habita no próprio estabelecimento ou num raio inferior a dez quilómetros. Em termos de habilitações literárias mais de metade apresentam habilitações superiores e têm experiência na atividade turística. Geralmente são proprietários e gestores, a tempo parcial, uma vez que têm outra atividade profissional. Também Milheiro et al., (2014) defendem que a maioria dos proprietários apresenta uma idade superior a quarenta e quatro anos. A gestão do empreendimento está, deste modo, condicionada, fazendo com que o tempo dedicado à administração do imóvel seja reduzido. Possuem elevadas habilitações literárias, mas não na área do turismo. Relativamente às motivações para abrirem o empreendimento, estão sobretudo relacionadas com a recuperação de imóveis que herdaram ou que já detinham. Quanto aos objetivos, a rentabilidade financeira não é o seu principal motivo. Na descrição dos proprietários de alojamento de TER, Cunha et al. (2011) referem que os motivos que levam os empreendedores a apostar no TER são de diversa ordem. Os estabelecimentos que criam são, na sua maioria, pequenos negócios, mas geradores de proveitos para as regiões onde estão implantados. A elevada personalização e capacidade de adaptação asseguram uma resposta rápida e inovadora face às novas necessidades da procura. A obtenção do máximo lucro possível não é o seu objetivo principal, mas antes obter o capital necessário para o seu sustento. O facto destes empreendedores se identificarem com a comunidade local e partilharem valores comuns, assegura a prestação de experiências únicas e ricas ao turista e muito apreciadas por estes (Cunha et al., 2011). Ainda segundo Cunha et al. (2011), estes empreendedores, por norma, dispõem de um elevado património económico e cultural, mas não formam um grupo homogéneo. No entanto, é possível a sua divisão em três grupos (Cunha et al., 2011, p. 210):

- “Proprietários ligados à antiga nobreza da província, cujo objectivo ao entrar na actividade foi essencialmente recuperar e manter na família o património”;
- “Agricultores e criadores de animais que procuram rentabilizar antigas instituições agrícolas”;

“Empreendedores que recuperam e adaptam antigas habitações, com o intuito de obter dividendos da exploração turística”.

Relativamente ao perfil dos colaboradores empregues nas unidades TER, de acordo com o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008), 47,8% dos estabelecimentos emprega um a dois trabalhadores, e 40,6% das entidades empregam 3 a 5 pessoas, sendo essa situação mais comum nos estabelecimentos TER e TN localizados no Algarve e Lisboa, pelo que a média é de aproximadamente três trabalhadores por estabelecimento. Segundo o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008) a maioria dos funcionários são do sexo feminino, têm, geralmente, entre os 25 e os 44 anos de idade, não possuem formação na área do turismo e têm um baixo nível de habilitações académicas, sendo a nacionalidade portuguesa predominante. De realçar ainda, que a maioria dos postos de trabalho são sazonais e temporários e que a maioria dos colaboradores são familiares.

Comparativamente a outros países europeus, o TER em Portugal encontra-se pouco desenvolvido e aquém dos objetivos e expectativas decorrentes da sua criação. Para Cunha et al. (2011), independentemente das particularidades da oferta de alojamento em espaço rural, hoje é necessário que esta seja capaz de proporcionar uma experiência global do rural, baseada nas potencialidades e recursos presentes no mundo rural e seja capaz de se adaptar às diferentes motivações dos turistas. Esta experiência deverá permitir aos visitantes provenientes maioritariamente das áreas urbanas usufruírem uma vivência diferente da que têm nas áreas urbanas, através de uma maior interação social, do usufruto de particularidades da paisagem, da natureza e da cultura, distintas das existentes nas urbes e de uma maior personalização do serviço.

“Esta oferta de turismo rural deveria assim proporcionar uma integração num meio que se diferencia do meio urbano, do qual provem a maior parte dos turistas contemporâneos, incluir oportunidades para usufruto da paisagem e natureza, apreciação de cultura e tradições, uma interacção social mais próxima, caracterizada por uma dimensão genuína de hospitalidade, resultando também numa personalização do serviço.” (Cunha et al., 2011, pp. 293-294).

É neste âmbito que os proprietários de empreendimentos TER poderão ter um papel fundamental na prestação de experiências memoráveis aos turistas. O facto de vários destes proprietários residirem nas unidades de alojamento que disponibilizam para o turismo pode facilitar a oferta de experiências apelativas. Esta situação poderá levar a que a oferta seja mais personalizada e exclusiva, fazendo com que haja “(...) uma experiência mais aprofundada e genuína num determinado lugar e comunidade, aspectos muito valorizados pelos segmentos-alvo do TER.” (Cunha et al., 2011, p. 294).

Relativamente à procura de TER, de acordo com Milheiro et al. (2014), esta tem apresentado uma evolução positiva.

“Desde o seu início na década de 70/80, o TER em Portugal (...) No que concerne à procura, a evolução foi igualmente muito positiva, estimando-se que, em 1984 o número de dormidas em casas de turismo de habitação foi de cerca de 33,4 mil, ao passo que, em 2007, as dormidas nos estabelecimentos TER ascenderam às 550 mil.” (Milheiro et al., 2014, p.11).

Através da análise da Tabela 4 constata-se que, entre os anos 2012 e 2014, houve uma diminuição do número global de hóspedes nas unidades TER nacionais, verificando-se que foi no ano de 2013 que a queda mais se acentuou, já que no ano de 2014 os valores se aproximam novamente dos verificados no ano de 2012. Também quando a análise é realizada modalidade a modalidade, constata-se que todas as modalidades diminuíram o número de hóspedes do ano de 2012 para o ano de 2013, e que esse valor aumentou do ano de 2013 para o ano de 2014. No entanto, com exceção das casas de campo, cujo número de hóspedes aumentou de 129 hóspedes em 2012 para 134 mil hóspedes em 2014, todas as outras modalidades em 2014 registam menos hóspedes que os verificados em 2012. A modalidade outros, foi a que registou menos hóspedes em 2014 com 36 mil hóspedes, e as casas de campo as que registaram mais hóspedes, com 134 mil hóspedes.

**Tabela 4 - Número de hóspedes em unidades de TER para os anos de 2012 a 2014, em milhares**

<b>Modalidades</b>	<b>Anos</b>		
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Agroturismo	53	40	52
Casas de Campo	129	100	134
Hotel Rural	94	81	90
Outros*	47	27	36
<b>Total Global</b>	<b>323</b>	<b>248</b>	<b>312</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, (2013a, 2013b, 2015)

Legenda: Outros- Inclui as anteriores modalidades de turismo rural e turismo de aldeia.

Através da análise da Tabela 5, verifica-se que o número de dormidas totais, à semelhança do que aconteceu com o número de hóspedes, diminuiu entre os anos de 2012 e 2013, e aumentou entre os anos de 2013 e 2014. No entanto, ao contrário do registado na tabela anterior relativa ao número de hóspedes, o número de dormidas no ano de 2014 foi superior ao do ano de 2012, em 25 mil dormidas. Verifica-se, deste modo, que apesar de no ano de 2014 as unidades TER terem registado menos pessoas alojadas, o número de noites que cada hóspede passou em unidades TER, em 2014, foi superior ao registado em 2012. A contribuir para o aumento do número médio de dormidas que os hóspedes passam em unidades TER encontram-se as casas de campo com mais 51 mil dormidas em 2014 do que em 2012, e os hotéis rurais com mais 9 mil dormidas em 2014 do que em 2012. Já o agroturismo diminuiu 3 mil dormidas no ano de 2014, em relação ao ano de 2012. Também a modalidade outros viu o total de dormidas diminuir em 32 mil dormidas em 2014, comparativamente a 2012. Por último, a tipologia de estabelecimentos que registou menos dormidas no ano de 2014 foi a modalidade outros, com 90 mil dormidas, e a que registou um maior número de dormidas foram as casas de campo com 337 mil dormidas em 2014.

**Tabela 5 - Número de dormidas em unidades de TER para os anos de 2012 a 2014 em milhares**

<b>Modalidades</b>	<b>Anos</b>		
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Agroturismo	115	85	112
Casas de Campo	286	224	337
Hotel Rural	182	159	191
Outros*	122	63	90
<b>Total Global</b>	<b>705</b>	<b>531</b>	<b>730</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, (2013a, 2013b, 2015)

Legenda: Outros- Inclui as anteriores modalidades de turismo rural e turismo de aldeia.

Para Silva (2014), os turistas que habitualmente frequentam o turismo em espaço rural apresentam as seguintes características: São jovens, uma vez que a idade varia entre os 31 e os 45 anos, com elevada escolarização, com uma profissão ligada à gestão ou à ciência e vivem, geralmente, nas grandes zonas urbanas. Uma caracterização semelhante é defendida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008) e por Milheiro et al. (2014), que defendem que a maioria dos hóspedes de TER apresenta as seguintes particularidades: idade compreendida entre os 25 e os 44 anos, com elevadas habilitações académicas, tendo como motivações mais comuns para visitarem o mundo rural a descoberta da região e usufruir de um contacto próximo com a natureza, motivos que condicionam a escolha da viagem e favorecem a escolha de alojamento de TER. A duração média da estada é habitualmente de duas noites, o grupo de viagem é habitualmente constituído pelo casal ou pela família e a duração média da viagem é de 2 a 3 dias. Na escolha do alojamento, a internet é o meio preferencialmente utilizado, sendo a localização e o tipo de edifício dois fatores muito determinantes na sua escolha. Destaque ainda para a elevada fidelização a esta modalidade de turismo, dado que a maioria dos turistas que vivenciou esta experiência de TER tem tendência a repeti-la. Esta fidelização alarga-se ao estabelecimento, dado que a maioria dos turistas fica mais do que uma vez hospedado no mesmo alojamento. Ainda relativamente às motivações que levam os visitantes a deslocarem-se até às áreas rurais, Mesquita (2010) identifica o crescente interesse pelo contacto com a natureza, a maior valorização do autêntico e de espaços que permitam o relaxe e descontração. “Estas perspectivas, associadas à riqueza das áreas rurais neste tipo de atractivos, sugerem possibilidades de crescimento do turismo rural, a nível mundial e também em Portugal.” (Mesquita, 2010, p. 484). Também Milheiro et al. (2014) defendem que o incremento da procura deve-se à valorização e busca pelo autêntico, pelos modos de vida tradicionais, pela fuga ao *stress*, pela busca do contacto próximo com a natureza, pela procura de modos de vida mais saudáveis, etc. De acordo com Milheiro et al. (2014) as principais motivações associadas à viagem são a quebra com a rotina e a procura de viver experiências diferentes das do seu ambiente habitual, que são geralmente os grandes centros urbanos. A experiência adquirida em deslocações anteriores permite-lhe que seja mais rigoroso na procura de autenticidade, do tradicional, assim como na avaliação da qualidade do serviço. Por último, apresenta elevados níveis de consumo. Também



para Cunha et al. (2011) a procura cada vez mais busca experiências únicas, organiza pessoalmente as suas viagens e valoriza aspetos como a autenticidade, a natureza, a saúde, o contacto social, entre outros. Segundo Milheiro et al. (2014), na caracterização do perfil do turista estrangeiro que procura o TER não só em Portugal, mas de uma forma global, identificam-se as seguintes particularidades - os viajantes têm idade adulta, elevado poder de compra e são motivados pelo bom clima, pela natureza e pelo contacto com a população local. Dada esta elevada segmentação do mercado, uma abordagem do tipo nicho de mercado poderá ser a receita para o sucesso do TER. (Cunha et al., 2011).

“O TER movimenta-se neste quadro de elevada segmentação de mercado e parece inquestionável a importância de uma abordagem de “nicho” ou “micro-segmento” enquanto factor de sucesso na adequação da oferta a uma procura turística, muito específica, de pequena dimensão mas elevado potencial.” (Cunha et al., 2011, p. 292).

Dada a elevada segmentação do mercado, o sucesso do TER está ainda muito dependente da capacidade empreendedora dos seus promotores (Milheiro et al., 2014). Outra característica da oferta de TER é o facto de esta incorporar grande parte dos recursos e características distintas do destino onde opera; esta particularidade poderá ser fundamental na prestação de serviços de qualidade personalizados, os quais não poderão ser imitados pelas grandes empresas. O facto de as Pequenas e Médias Empresas (PME) ligadas ao setor do turismo a nível individual assumirem um contributo insignificante na competitividade nacional e internacional, faz com que estas sejam frequentemente negligenciadas pelo setor público e pelas políticas de desenvolvimento (Milheiro et al. 2014).

Apesar do crescimento que o TER tem assumido nos últimos anos no nosso país, quando analisados os seus impactes no desenvolvimento regional, os académicos apresentam diferentes visões sobre esta temática (Milheiro et al., 2014; Queiroz, 2015). Uma das opiniões é a de que este tipo de turismo não traz reais benefícios a nível socioeconómico para as regiões onde é implementado, uma vez que cria poucos postos de trabalho e não dinamiza significativamente a economia local; deste modo, o turismo no espaço rural, isoladamente, não é capaz de inverter o despovoamento das zonas rurais, nem assegurar o desenvolvimento regional (Milheiro et al., 2014). Segundo Queiroz (2015), o TER tem efeitos distintos, já que se uma parte dos habitantes rurais tira proveitos da globalização, existem outros que não os conseguem tirar.

Tal como referem Cunha et al. (2010), apesar de não existir um grande impacto económico do turismo nas áreas rurais, isso não impede que lhe sejam reconhecidos os seguintes benefícios: aumento dos rendimentos dos residentes, criação de postos de trabalho, interação social entre residentes e visitantes, atração de novos empreendedores, melhoria da qualidade de vida das populações rurais e auxílio no desenvolvimento local e regional.

Em síntese, à semelhança do que aconteceu nas áreas rurais a nível mundial, também as áreas rurais portuguesas têm sofrido alterações a nível social e económico. Da análise estatística realizada à oferta e à procura, verifica-se que, apesar de ligeiras flutuações, estas apresentam uma tendência de crescimento. Relativamente às características da oferta e da procura do TER, conclui-se que os empreendimentos são geralmente de pequena dimensão e geridos a tempo parcial. Os proprietários, de um modo geral, têm elevadas habilitações, mas frequentemente não têm formação na área do turismo e os colaboradores que empregam apresentam habitualmente baixas habilitações. A procura é constituída essencialmente por um público jovem com elevada formação e originário na maioria das vezes do meio urbano. A duração média da estada varia entre duas a três noites e a principal motivação prende-se com o contato próximo com a natureza. Por último, e relativamente aos impactos do turismo nas áreas rurais, os seus benefícios são de pequena escala.

### **3.4 A experiência turística no espaço rural**

Nesta secção aborda-se a experiência turística no espaço rural que está associada à crescente valorização do mundo rural e ao aumento da procura por estes espaços. Por outro lado, a tendência por viver experiências globais num destino podem ser asseguradas pelas características das áreas rurais.

Segundo Lane (1994), a rápida urbanização que ocorreu nos séculos XIX e XX conduziu à criação de novas estruturas sociais diferentes das tradicionais existentes nos espaços rurais. A preservação do modo de vida tradicional, combinado com os valores paisagísticos e as oportunidades recreativas nas áreas rurais atrai, muitas vezes, turistas das áreas urbanas. A estas características não materiais somam-se as materiais, como por exemplo o artesanato.

O espaço rural enquanto local cultural, tradicional, natural, proporcionador de um estilo de vida saudável e com grandes extensões de terreno, nas quais se podem realizar inúmeras atividades desportivas e de recreio, é um local que proporciona diferentes experiências turísticas, satisfazendo assim um público heterogéneo (Kastenholz, 2010). “Efetivamente, os visitantes procuram, em primeiro lugar, não produtos ou serviços singulares ou noites bem dormidas num qualquer hotel, mas experiências globais, vividas num destino” (Kastenholz et al., 2014a, p. 43). A tendência global do mercado turístico é de uma crescente procura por experiências diferentes, baseadas em temas e atividades distintos e em contextos diversos. Procura-se viver experiências únicas, envolventes e memoráveis, mas que também cumpram os requisitos da procura quanto à autenticidade e preservação ambiental dos destinos. As características das áreas rurais, principalmente as dos espaços rurais remotos, podem corresponder às expectativas desta procura,

uma vez que a maioria das áreas rurais foi marginalizada durante os dois últimos séculos pelas sociedades ocidentais (Figueiredo & Eusébio, 2014). Como tal, estes espaços guardam atualmente traços de autenticidade e de tradição a nível ambiental e cultural, procurados pelos visitantes (Figueiredo & Eusébio, 2014). Sendo os principais aspetos da experiência vivida pelos turistas no espaço rural a pequena escala, a personalização, o contacto próximo do turista com a população local e o carácter tradicional do serviço e do ambiente físico (Eusébio & Kastenholtz, 2010; Lane, 1994). A importância da experiência turística é realçada pelo marketing turístico, o qual define que a experiência vivida pelo turista deve ser entendida como sendo o aspeto central da atividade turística, uma vez que determina a procura desse espaço e, como tal, a competitividade do produto e do destino, bem como da oferta turística (Kastenholtz et al., 2014a).

“Do ponto de vista do turista, importa perceber que o consumo turístico diz respeito a um “produto turístico total”(Kastenholtz, 2010, p.423). Este produto é constituído por vários produtos singulares, isto é, por outras ofertas, tais como recursos e atrações e, ainda por, recursos livres como as paisagens, o património, o ambiente, o clima e a simpatia das populações. A importância do produto global advém de ser este que atrai e satisfaz o turista (Kastenholtz, 2010). A experiência turística global vivida no destino é a essência da procura turística (Kastenholtz et al., 2014a). A experiência global vivida pelo turista é moldada pelas expectativas, sonhos, pelas imagens do destino transmitidas, mas também por fontes não controláveis, como por exemplo os media, as redes sociais, a literatura, etc. A experiência global deve ser apelativa, memorável e única. O facto de o visitante viver a experiência de um modo subjetivo, atribuindo-lhe diferentes sentimentos, emoções, significados e sensações, torna a experiência turística em algo complexo e diversificado, pelo que é difícil falar de experiência turística no singular (Kastenholtz et al., 2014a).

As principais características do produto global do turismo, segundo Kastenholtz (2010, p. 423) são:

- A relevância da experiência turística na vida de muitos turistas prende-se com esta permitir alcançar sonhos não concretizados, assumindo um significado temporal prolongado, o qual se inicia na antecipação da viagem e se prolonga por um tempo indefinido através das recordações;
- A decisão de aquisição do produto geralmente ocorre com alguma distância temporal, espacial e por vezes cultural. Tais condicionantes fazem com que não seja possível uma observação antecipada do produto. Neste sentido, o sucesso do destino depende da sua ligação e comunicação com o mercado e da projeção de imagens apelativas e autênticas;
- O carácter fixo do produto turístico obriga a que seja o turista a deslocar-se até ao destino para poder consumir o produto. Neste sentido, o destino “(...) é simultaneamente

“produto”, local de “produção e consumo” e atracção principal.” (Kastenholz, 2010, p. 423);

- O ambiente onde ocorre a experiência é fundamental na qualidade desta; neste sentido, o espaço onde a experiência ocorre é “caracterizado por um contexto natural e cultural específico, muito relevante para a sua atractividade e valor distintivo.” (Kastenholz, 2010, p. 423);
- O consumo do produto turístico pressupõe um elevado envolvimento do consumidor e do produtor, assim como da população residente, sendo esta interação social uma característica fundamental e procurada da experiência turística.

De acordo com diversos estudos, a motivação e os benefícios dominantes para visitar as áreas rurais são a proximidade com a natureza, através de atividades de lazer, recreio, desportivas ou através de um contacto genuíno com a natureza. Outros dos motivos estão relacionados com a tranquilidade, a fuga ao modo de vida urbano, o relaxar, o convívio com familiares e amigos num ambiente diferente, o explorar de regiões a nível paisagístico, cultural, social, etc. (Eusébio & Kastenholz, 2010; Kastenholz et al., 2014a; Lane, 1994; Mesquita, 2010; Ribeiro, 2003). Conviver com as populações rurais, ou ainda o querer regressar às origens, são outras das motivações que levam os visitantes a deslocarem-se até aos espaços rurais (Kastenholz et al., 2014a). Assim, “A experiência de turismo rural implica, para muitas camadas urbanas, vivenciar algo das suas origens rurais, podendo haver alguma distância temporal e social em relação a elas.” (Kastenholz et al., 2014a, p. 46). A crescente procura por experiências de férias diferentes, as quais se desenrolam em contextos e temas diferentes e através de diversas atividades, foi identificada nos estudos sobre o mercado turístico, em consequência do aumento dos níveis de educação e experiência dos visitantes. Por outro lado, constata-se o facto de a procura usufruir de férias repartidas ao longo do ano, associado à crescente preocupação e interesse pelo meio ambiente, património cultural e autenticidade dos espaços. Estas tendências representam uma oportunidade de desenvolvimento das áreas rurais desde que estas saibam aproveitar os seus recursos endógenos na criação de experiências únicas e memoráveis e capazes de satisfazer as diferentes motivações e necessidades da procura (Kastenholz et al., 2014a).

“Deste modo, a experiência turística deve ser entendida como um fenómeno complexo e altamente subjetivo, do ponto de vista do visitante, integradora de uma diversidade de experiências antes, durante e depois da visita, de um conjunto de expectativas e desejos, bem como de experiências concretas no local, com dimensões sensoriais, emocionais, percetivas, comportamentais e sociais, associadas a significados específicos” (Kastenholz et al., 2014a, p. 47).

A importância que a experiência poderá ter no desenvolvimento e competitividade do destino, leva a que vários autores defendam que esta deve ser o novo foco de atenção na gestão de produtos e destinos turísticos. Caso um destino ofereça experiências únicas e memoráveis aos seus visitantes,

estas assegurar-lhe-ão uma vantagem comparativa face aos destinos concorrentes; como tal, vários destinos de sucesso desenham experiências memoráveis e envolventes de modo a ganharem essa vantagem comparativa. O destino deverá ainda proporcionar várias experiências baseadas nos seus recursos endógenos de modo a satisfazer o maior número de necessidades da procura (Kastenholz, 2010).

Necessários para o usufruir da experiência, são um meio físico, social, cultural, natural e humano, dos quais se retiram elementos que, por vezes, constituem o atrativo principal da experiência. No entanto, este uso deixa marcas positivas ou negativas nestes elementos; como tal, tem havido uma maior preocupação para que, nestes espaços, o turismo adote um desenvolvimento sustentável (Kastenholz, 2010).

“Esta experiência turística do “rural”, por muito diversificada que possa ser, ocorre sempre num meio físico e humano, social, cultural e natural, do qual retire elementos que constituem por vezes o seu atractivo central, e deixa simultaneamente marcas nesse meio que podem ser positivos ou negativos, mas têm suscitado a preocupação com um desenvolvimento mais sustentável do fenómeno turístico nestes meios” (Kastenholz, 2010, p. 424).

Os responsáveis pela oferta turística rural deverão ter em conta os aspetos que mais contribuem para a fidelização e satisfação dos visitantes e oferecer-lhes experiências que respeitem as promessas feitas na comunicação de marketing, mas que também se ajustem à sua personalidade e maravilhem os seus sentidos (Kastenholz et al., 2014a).

O elemento fundamental da experiência é a comunidade local, devido ao papel que o convívio entre os residentes e os visitantes tem na experiência vivida por ambos. A vontade da população rural em se envolver na atividade turística através da sua hospitalidade e a troca de experiências com o visitante são aspetos fundamentais na qualidade da experiência vivida pelos visitantes, que procuram saber mais sobre os modos de vida rurais. No entanto, a elevada diversidade de espaços rurais e de motivações dos visitantes, levam a que a experiência vivida não seja igual para todos os visitantes, nem para todos os visitados. Para os visitantes, as áreas rurais representam um espaço de descontração, convívio e de encontro com a natureza, enquanto para os habitantes rurais o turismo rural implica uma reconversão das áreas rurais e das suas vidas através da introdução de novas atividades nestes espaços. O rural deixa de ser apenas um espaço produtor de alimentos, para passar a ser um espaço de consumo paisagístico, tornando-se assim num espaço multifuncional (Kastenholz et al., 2014a) - “O rural converte-se em objeto, produto e mercadoria que circula em espaços globais e que oferece um pacote emocional que vende “tradição”, “natureza” e “cultura”, todos eles considerados valores em questão nos meios urbanos.” (Kastenholz et al., 2014a, p.48).

O facto de os turistas pós-modernos deterem bastante experiência de consumos turísticos anteriores, bem como a procura de experiências novas, diferentes e autênticas, levam a que os

agentes do destino e o espaço rural apresentem “(...) contextos do destino, produtos e serviços, ou melhor; contextos de experiências (...)” (Kastenholz, 2014, p.2) adaptadas aos desejos heterogêneos deste mercado. Neste sentido, caso haja vontade por parte das populações rurais de criar e garantir experiências apelativas, com base nos seus recursos endógenos e dirigidas a um mercado heterogêneo, o turismo rural constitui uma oportunidade para esses territórios se desenvolverem e atraírem mais gente. No entanto, a escassez de recursos humanos e financeiros necessários ao desenvolvimento do turismo em áreas tão frágeis como as que correspondem ao espaço rural, em que os agentes da oferta são geralmente de pequena dimensão e de natureza familiar, a cooperação entre agentes é fundamental, num mercado em crescimento, caracterizado pela facilidade de entrada, dificuldade de atuação, concorrência mundial e aumento das exigências dos consumidores. Além da necessidade de meios humanos, financeiros e de cooperação entre agentes, Kastenholz (2014) alerta ainda para o facto de nem todas as áreas terem a mesma capacidade de atrair e satisfazer os visitantes, uma vez que fatores como a localização, proximidade a outras atrações e a capacidade desse espaço se assumir como um destino global são fundamentais para o sucesso (Kastenholz, 2014). “Neste âmbito, vários autores apontam para o facto de nem todas as áreas rurais terem a mesma capacidade de atrair e satisfazer visitantes” (Kastenholz, 2014, p. 2). De acordo com Kastenholz et al. (2014b) não são todos os territórios que têm conjunturas favoráveis ou saberão tirar o melhor proveito destas oportunidades com que se deparam. É fundamental que os espaços tenham recursos endógenos (ex. paisagem, cultura, hospitalidade da população local) que sejam distintos e apelativos, mas também a presença de infraestruturas, equipamentos e serviços capazes de satisfazerem as diversas necessidades da procura são importantes.

“(...) nem todos os territórios terão as mesmas oportunidades nem todos conseguirão tirar o melhor proveito delas, sendo fundamental a existência de um conjunto de recursos endógenos distintos e apelativos (como a paisagem, natureza, cultura e hospitalidade das comunidades), bem como de infraestruturas, equipamentos e serviços (como alojamento, restauração, acessibilidades, sinalética e informação turística), para corresponder às procuras dos diversos tipos de visitantes que se interessam por estes espaços (...)” (Kastenholz et al., 2014b, p.125.)

A presente secção, entre outros aspetos, retrata a tendência global da procura por experiências diferentes, únicas e memoráveis, que as áreas rurais podem satisfazer devido às suas características, nomeadamente, o ambiente, a simpatia das populações, o património, etc. A importância da experiência para a sobrevivência dos destinos é reforçada pelo marketing turístico, que defende que a experiência turística deve ser o aspeto central da atividade turística. Relativamente à oferta, esta caracteriza-se pela natureza familiar e reduzida dimensão dos estabelecimentos. Neste sentido, a cooperação entre os diferentes agentes é fundamental para o sucesso turístico do destino.

### 3.5 Impactes do turismo no mundo rural

Esta secção aborda os impactes decorrentes da atividade turística no mundo rural, que são divididos em três categorias, nomeadamente, económicos, socioculturais e ambientais e que podem ser positivos ou negativos.

No artigo de Souza e Eusébio (2010) identificam três variáveis que influenciam as perceções dos residentes. Nomeadamente, (i) a perceção que os residentes têm dos impactes do turismo encontra-se fortemente condicionada pelas suas experiências passadas, (ii) pelos meios de comunicação social e (iii) pela interação social dos residentes com o seu grupo de influência e visitantes. No caso das experiências passadas, quanto maior for o número de experiências turísticas dos residentes, maior é a sua formação para a perceção de impactes decorrentes do turismo; se, pelo contrário, a experiência com este fenómeno for limitada“ (...) outras fontes de representações sociais poderão tornar-se mais importante” (Souza & Eusébio, 2010, p. 597). A nível da interação social, esta interação “Inclui a interação que os indivíduos têm, por exemplo, com a família, amigos e turistas.” (Souza & Eusébio, 2010, p. 597). Relativamente aos meios de comunicação, a influência que estes têm sobre as perceções dos indivíduos, podem levar a que estes alterem ou fortaleçam a sua visão sobre determinado objeto ou evento. Uma outra categorização divide os diferentes fatores que influenciam as atitudes e comportamentos dos residentes face ao turismo em fatores extrínsecos e fatores intrínsecos (Figueiredo e Eusébio, 2014; Souza & Eusébio, 2010). Para Souza e Eusébio (2010), dentro dos fatores extrínsecos estão incluídos os fatores que afetam as reações dos residentes, a nível macro, pelo que influenciam toda a comunidade praticamente da mesma forma. As variáveis que correspondem a estes fatores são a sazonalidade da procura, o nível de desenvolvimento do destino e o tipo de turista. Relativamente aos fatores intrínsecos, segundo Souza e Eusébio (2010), uma comunidade é constituída por diferentes grupos de pessoas, as quais convivem num determinado espaço geográfico. Esta condição leva a que, apesar de diferentes indivíduos conviverem num determinado lugar, isso não significa que todos pertençam à mesma comunidade, uma vez que nela habitam diversas comunidades. Como tal, as perceções acerca de um determinado aspeto poderão ser diferentes de grupo para grupo, de acordo com o seu contexto socioeconómico. “Neste sentido, assumem especial interesse na formação das perceções dos residentes dos impactes do turismo os fatores intrínsecos.” (Souza & Eusébio, 2010, p. 597). De acordo com os autores Souza e Eusébio (2010), as reações diferenciadas de indivíduos da mesma comunidade têm vindo a ser analisadas através de vários indicadores, sendo as variáveis que mais influenciam as perceções dos residentes as suas características sociodemográficas, a dependência económica, a distância entre o local de residência e as áreas turísticas, a interação dos residentes com os visitantes, o grau de conhecimento do turismo e a duração da estada.

No que respeita às atitudes da população em relação à atividade turística, um dos fatores mais relevantes é a avaliação da percepção dos efeitos do turismo, por parte dos residentes, quer a nível individual, quer a nível comunitário (Figueiredo & Eusébio, 2014). À atividade turística nas áreas rurais estão associados impactes nas comunidades locais, os quais são habitualmente divididos em três categorias, nomeadamente, económicos, socioculturais e ambientais (Jesus, Kastenholtz & Figueiredo, 2010). Caso estes impactes sejam negativos, a percepção do turismo rural por parte da comunidade recetora será negativa, pelo que se demonstrará uma atitude hostil face a esta atividade. Se, pelo contrário, o turismo trazer benefícios para os residentes, estes considerarão as atividades turísticas que decorrem no seu território como algo positivo, estando a comunidade mais disponível para se envolver no seu desenvolvimento (Figueiredo & Eusébio, 2014). Os principais impactes benéficos para as comunidades recetoras, decorrentes do turismo rural, a nível económico são o aumento do número de empregos, o aumento dos rendimentos, (Jesus et al., 2010; Souza & Eusébio, 2010, Kastenholtz, 2010), a melhoria da qualidade de vida, o aumento do número de infraestruturas e equipamentos (Souza & Eusébio, 2010), a diversificação da atividade económica, o aumento das oportunidades de negócio (Jesus et al., 2010; Kastenholtz, 2010), abertura de novos mercados para os produtos agrícolas e locais (Jesus et al., 2010). Já como principais impactes negativos, a literatura identifica o aumento dos preços dos bens e serviços (Moreira, 1994; Souza & Eusébio, 2010), a especulação imobiliária e fundiária (Moreira, 1994), a criação de postos de trabalho precários (Kastenholtz, 2010; Moreira, 1994), o abandono de atividades locais, a sazonalidade de algumas atividades e a dependência económica do turismo (Kastenholtz, 2010). A nível sociocultural, os principais impactes favoráveis para a comunidade decorrentes do turismo rural são a valorização do património, a revitalização (Souza & Eusébio, 2010), a preservação do património cultural (Kastenholtz, 2010), a dinamização da comunidade (Jesus et al., 2010; Kastenholtz, 2010), preservação dos costumes e tradições locais e intercâmbio cultural (Jesus et al., 2010). Como efeitos mais nefastos para os residentes a nível sociocultural, são identificados a mercantilização da cultura, a propagação de doenças, o congestionamento do trânsito, o aumento do jogo (Souza & Eusébio, 2010), o aumento da prostituição, da criminalidade e das drogas (Kastenholtz, 2010; Souza & Eusébio, 2010), a aculturação, a perda de coesão interna (Kastenholtz, 2010; Moreira, 1994) e os eventuais conflitos entre visitantes e residentes (Kastenholtz, 2010). Por último, ao nível dos impactes ambientais, como aspetos mais positivos encontram-se a valorização do património natural (Kastenholtz, 2010), bem como a recuperação, manutenção das zonas ambientais (Jesus et al., 2010) e a conservação de áreas ambientais (Jesus et al., 2010; Souza & Eusébio, 2010). Como mais nefastos, encontram-se o aumento da poluição do ar, da água e sonora, a perturbação da fauna e flora (Jesus et al., 2010), a destruição da vida selvagem, assim como o aumento do vandalismo (Souza & Eusébio, 2010), a introdução de atividades motorizadas em áreas



protegidas, a construção massificada e sem planeamento de infraestruturas e equipamentos destinados ao turismo em áreas frágeis (Kastenholz, 2010). Neste sentido, reconhece-se que o turismo poderá ter um papel muito relevante no desenvolvimento económico das sociedades rurais através do seu efeito multiplicador e dos seus impactes positivos. Contudo, também há impactes negativos que decorrem da atividade turística, os quais tendem a ser mais graves quando o turismo não é implementado de forma sustentada, na qual se consultam todos os intervenientes, havendo um planeamento participado e integrado que contempla as perspetivas e desejos dos intervenientes em relação à atividade turística (Figueiredo & Eusébio, 2014).

No turismo rural intervêm vários agentes que possuem diferentes expectativas em relação à atividade turística. Do ponto de vistas das populações rurais o turismo rural é entendido como uma atividade que lhes possibilita a renovação do património, valorização das propriedades, reabilitação do comércio, melhoria das infraestruturas e, nalguns casos, um rendimento extra. Já do ponto de vista do poder central, o turismo é entendido como um impulsionador das condições de vida da população e dinamizador de novas oportunidades de trabalho, o que leva a uma diminuição do êxodo rural. Relativamente às autarquias, estas entendem o turismo rural como a solução para os seus problemas a nível económico e social, devido à criação de emprego, celebração de parcerias, entrada de divisas, etc. (Moreira, 1994). Deste modo, a crescente procura do turismo rural tem, um potencial considerável na regeneração das economias rurais, o que tem levado as entidades locais a interessarem-se pelo desenvolvimento do turismo nestes espaços (Lane, 1994). O turismo pode ser visto como um motor de desenvolvimento nas zonas rurais, ao rentabilizar e diversificar a base económica destas áreas, através da criação de emprego, aumento dos rendimentos, mas também pela melhoria das acessibilidades e aumento do orgulho e da identidade nas comunidades locais, resultando deste modo uma maior equidade entre a população rural e urbana (Silva, 2014; Valente & Figueiredo, 2003). A mesma opinião é partilhada por Silva, Edwards e Vaughn (2003), ao defenderem que o turismo é um importante criador de postos de trabalho, principalmente nas zonas mais deprimidas, tendo um papel fundamental na revitalização e desenvolvimento a nível social e ambiental das áreas rurais. Por outro lado, enquanto meio de crescimento e diferenciação das economias rurais, o turismo assegura um aumento dos rendimentos, quer a nível individual, quer a nível da economia local. Por seu lado, Figueiredo e Eusébio (2014) consideram que o turismo contribui ainda para o aumento da atratividade das áreas rurais, assim como para o incremento da autoestima, do orgulho e da identidade dos residentes. Também Moreira (1994) vem ao encontro das ideias defendidas por estes autores ao considerar que o desenvolvimento da atividade turística nas áreas rurais é gerador de importantes efeitos na economia local através da valorização do património imobiliário com a recuperação de antigas habitações destinadas à atividade turística ou residência secundária, valorização dos campos, alguns dos quais abandonados devido à perda da

importância da atividade agrícola, que são direcionados para novas atividades, aumento do número de postos de trabalho resultantes da nova dinâmica do mundo rural e consequente aumento dos rendimentos. A nível cultural, o turismo permite o enriquecimento tanto dos visitantes como dos residentes através do convívio; no entanto, o maior contributo do turismo rural para as populações residentes é o facto de estas serem alertadas para a importância do património que possuem (Moreira, 1994).

Apesar da atividade turística se concentrar largamente nas zonas balneares, lagos e montanha e grandes centros culturais (Lane, 1994) e o turismo rural ser de pequena escala e com impactes reduzidos comparativamente ao turismo de massas, este pode ter um papel muito importante nos destinos rurais ao permitir o desenvolvimento destes através do efeito multiplicador do turismo. O desenvolvimento sustentável destes espaços poderá ser conseguido através do desenvolvimento do turismo rural integrado, que tem como base os recursos locais e a cooperação entre diversos agentes e atores (Figueiredo & Eusébio, 2014). Deste modo, as estratégias de desenvolvimento local que procuram integrar o turismo, devem ter em consideração as extensas zonas de recreio e lazer, a descompressão física e psicológica, a elevada preservação ambiental, a qualidade gastronómica, assim como a cultura, os modos de vida e a autenticidade vivida nos espaços rurais (Reis, 2012). A crescente valorização do turismo enquanto mecanismo de desenvolvimento do mundo rural está bem patente na seguinte citação: “Esta incorporação do turismo ao desenvolvimento rural, embora de data relativamente recente, vem-se impondo como irrefutável, junto de vários agentes com a responsabilidade de pensar, planear e decidir sobre os destinos destes territórios em depressão.” (Ribeiro, 2003, p. 42).

Apesar do contributo que o turismo poderá ter no desenvolvimento das áreas rurais, esse contributo tem vindo a ser questionado, uma vez que, em muitas áreas rurais remotas, a relação entre turismo e desenvolvimento local tem apresentado várias debilidades decorrentes dos impactes económicos se restringirem a alguns setores ou grupos sociais, não gerando postos de trabalho locais, nem melhorando a qualidade de vida da comunidade. Como referem Elisabete Figueiredo e Celeste Eusébio, embora seja comum afirmar-se que o turismo pode contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades locais, esta atividade também poderá contribuir para o aumento das discrepâncias sociais ou, pelo menos, para aumentar a sua perceção (Figueiredo & Eusébio, 2014). O turismo rural, caso seja devidamente planeado e explorado por um destino, poderá assegurar a satisfação dos visitantes, contribuir para o desenvolvimento do destino e, ainda, contribuir para a fixação das populações rurais: “o turismo rural, se planeado, gerido e comercializado com cautela, pode não apenas satisfazer os visitantes, mas também fomentar o desenvolvimento económico, social e cultural do destino.” (Kastenholz, 2010, p.427). No entanto,

o turismo não deverá ser entendido como a solução para todos os problemas das áreas rurais. A falta de contributos significativos no desenvolvimento das áreas rurais tem levado a um aumento do ceticismo quanto ao real valor do turismo na evolução das áreas rurais (Kastenholz, 2010). Também para Eusébio e Kastenholz (2010) existem alguns estudos que diagnosticam a ausência de contributos significativos do turismo no desenvolvimento das áreas rurais. Neste sentido, o turismo não deve ser entendido como a panaceia para todos os problemas das áreas rurais. O mesmo é defendido por Bernard Lane que considera que um dos mitos do turismo rural é considerar que este vai salvar as áreas rurais (Lane, 1994). No seguimento da afirmação anterior, as autoras Celeste Eusébio e Elisabeth Kastenholz defendem que, caso uma área rural constituída por recursos primários naturais e culturais frágeis, com escassos recursos financeiros e humanos, e ainda com uma oferta turística fragmentada, queira apostar no turismo como principal motor de desenvolvimento, este deve ser processado com cuidado. Assim sendo, um dos fatores críticos de sucesso das áreas rurais prende-se com a existência de equipamentos, serviços e atrações, bem como, com a capacidade dos diferentes agentes interagirem entre si, promovendo o destino de uma forma global, comercializado junto dos segmentos mais atrativos (Eusébio & Kastenholz, 2010). A atividade turística nem sempre dinamiza os locais onde se insere nem resulta em ganhos económicos e sociais para a população residente (Figueiredo & Eusébio, 2014; Reis, 2012). Segundo Reis (2012) um exemplo desta realidade são as Aldeias Históricas de Portugal - “Em Portugal, são abundantes os casos em que a regeneração e a promoção (turística, arquitectónica, ambiental, cultural) criaram não lugares ou lugares vazios de dinâmicas, tanto no que diz respeito às suas velhas funções, como às suas novas vocações.” (Reis, 2012, p. 2). Na opinião da autora, os motivos por detrás da falta de benefícios resultantes da atividade turística devem-se, por um lado, ao facto das intervenções nas áreas rurais serem efetuadas por entidades externas ao mundo rural que, como tal, têm olhares e exigências exteriores às necessidades do espaço intervencionado e, por outro, por haver descoincidência no tempo das intervenções, nos atores sociais, nos agentes políticos e no espaço geográfico - “Há uma negligência no tempo que existe para proceder à reanimação de um território, sem esquecer a falta de recurso aos instrumentos metodológicos que qualquer processo de desenvolvimento proclama como necessário – planeamento.” (Reis, 2012, p. 3). A incapacidade do turismo trazer benefícios às áreas rurais também ocorre em algumas áreas de Portugal, na opinião de Paula Reis, a qual defende:

“Existem áreas rurais que parecem não ter volta a dar, muitos dos programas de financiamento, medidas e instrumentos de planeamento chegaram tardiamente, ou seja, existem aldeias que a população é reduzida e idosa, onde não nasce uma única criança e outras que simplesmente os actores do território desapareceram, em que a sua história morreu juntamente com os que partiram.” (Reis, 2012, p. 3).

O turismo poderá servir como uma atividade que renove as áreas rurais, no entanto, isolado, o turismo poderá trazer conflitos a nível cultural e social devido às diferentes perceções quanto ao uso do espaço (Figueiredo, 2003; Valente & Figueiredo, 2003; Figueiredo, 2011; Reis, 2012). Deste modo, o desenvolvimento rural deve ser entendido como um instrumento de reestruturação da sociedade e do território, que proporciona a melhoria da qualidade de vida da população e a preservação ambiental (Valente & Figueiredo, 2003). Contudo, a visão estética da natureza por parte dos urbanos contrasta com a dos rurais que entendem o mundo rural como um espaço essencialmente produtivo (Figueiredo, 2003, 2011; Reis, 2012; Valente & Figueiredo, 2003). Deste modo, os urbanos têm uma visão estética da natureza e os rurais uma visão utilitária (Valente & Figueiredo, 2003). No entanto, os habitantes rurais têm a perceção que os urbanos têm vantagem no desenvolvimento socioeconómico pelo que, na redefinição do papel das áreas rurais, os seus habitantes procuram melhorar as suas condições de vida através do desenvolvimento socioeconómico. Esta situação levou à necessidade de serem definidas políticas de desenvolvimento que satisfizessem as necessidades de residentes e dos visitantes. Neste sentido, assistimos ao abandono das políticas unicamente baseadas no aumento da produtividade agrícola das áreas rurais, para uma nova orientação na qual o turismo e a preservação do ambiente são o centro das atenções (Valente & Figueiredo, 2003). Segundo Reis (2014), a chegada de novos atores ao mundo rural tem também vindo a transformá-lo num espaço com características urbanas, devido às alterações introduzidas pelos novos residentes a nível político, económico, social e cultural. Esta realidade é observável não só em Portugal como noutros países do Sul da Europa. O motivo desta migração prende-se com a valorização do mundo rural transmitida pelos meios de comunicação em que o rural é descrito como um espaço de descontração e depósito de valores culturais, paisagísticos e sociais, e em que as modificações empregues pelos urbanos nas áreas rurais são uma espécie de conjugação perfeita do tradicional com o moderno.

“Uma tendência ideológica que é proclamada pelos meios de comunicação social, que todos os dias nos fazem chegar casos de “sucesso fulgurante”, destas incursões urbanas pelo espaço rural, um fenómeno que tende a transmitir uma certa imagem galvanizadora de uma perfeita conjugação do tradicional e do moderno.” (Reis, 2014, p. 8).

A maior mobilidade dos urbanos para o interior das áreas rurais, resultante da construção de novas acessibilidades e novas tecnologias de comunicação, que permitem a migração pendular entre as áreas rurais e urbanas por parte dos neo-rurais, a par da valorização do mundo rural, levou à captação de novos residentes por parte de aldeias anteriormente isoladas (Reis, 2014). No entanto, a migração destes novos residentes tem levado a uma reestruturação do mundo rural de espaço produtor de alimentos a espaço produzido (Reis, 2014). Esta situação tem originado conflitos entre as comunidades residentes com uma visão mais conservadora, para as quais o rural assume-se como um espaço produtor de alimentos e a visão mais moderna dos neo-rurais, com a introdução

de novas funcionalidades orientadas para o seu bem-estar e ecologia. Também a nível social têm ocorrido incidentes devido às diferenças de carácter entre a população residente mais envelhecida e fechada, que olha para os novos habitantes com desconfiança. Em parte, estes conflitos resultam das formas de socialização seguirem uma lógica de fora para dentro, uma vez que os novos residentes não adotam os modos de vida rurais, pelo contrário, transmitem os seus modos de vida urbanos aos rurais (Reis, 2014).

“Como diz Dinis e Malta (2001) as formas de sociabilidade funcionam numa lógica trazida de fora para dentro e não existe uma incorporação dos hábitos e tradições locais. O regresso ao campo, não é sinónimo que esses novos actores deixem de ter os seus hábitos, consumos e modos de vida urbanos, bem pelo contrário.” (Reis, 2014, p.9).

Apesar da falta de consenso quanto à utilização que as áreas rurais devem ter, os investimentos realizados pelos neo-rurais nestas áreas têm contribuído para a dinamização, recuperação e valorização destes espaços, levando a uma melhoria da competitividade das áreas rurais, resultantes da sua maior formação e visão sobre como devem ser as áreas rurais. “Na perspectiva dos autores, estes novos actores do mundo rural apresentam diversas capacitações, quer ao nível das vocações, quer ao nível de competências, já que transportam experiências, conhecimentos académicos e uma maior sensibilidade para as questões sociais e ambientais.” (Reis, 2014, p. 8). Os territórios intervencionados pelos novos habitantes enfrentam assim duas dinâmicas contraditórias; se, por um lado, as áreas rurais têm vindo a diminuir a sua população idosa e a mais jovem opta por migrar, veem agora a chegada de novos residentes, os neo-rurais, que optam por ir viver para estas áreas devido a situações de desemprego, valorização do espaço rural, reforma, disponibilidade de habitação, entre outras (Reis, 2014).

“Assim, são muito diversos os pretextos de incursão dos novos actores no mundo rural, fundamentalmente, por falta de identificação com a vida urbana e forte convicção de que a vida no campo é melhor do que na cidade, ou forte sentimento de ruralidade, aliado a uma certa atracção paisagística ou motivações ecológicas, bem como por razões de desemprego ou de reforma, associado, em parte, a uma disponibilidade de casas e terras, optam pela transição para o mundo rural para a concretização dos seus projectos de vida, representando para alguns dos jovens empreendedores uma oportunidade para iniciar a sua primeira actividade profissional ou sucessão geracional no sector primário ou nas actividades de lazer e recreio.” (Reis, 2014, p. 8).

No entanto, a adaptação das áreas rurais ao consumo urbano tem levado à perda da genuinidade destes espaços (Figueiredo, 2011). “O mundo rural é cada vez mais menos rural, porque é, em grande medida uma projecção urbana. Recriado e reinventado à imagem das representações urbanas é hoje exigido ao espaço rural que seja *puro, higiénico, inodoro, saudável e pós-moderno*.” (Figueiredo, 2011, p.27). Por outro lado, a reinvenção do rural destinado à satisfação dos desejos e necessidades dos visitantes poderá levar a conflitos futuros, uma vez que a visão de desenvolvimento da comunidade local e dos turistas poderão não coincidir (Figueiredo, 2011; Reis, 2014). Para Reis (2012) e para Figueiredo (2003) o mundo rural hoje é um espaço de encenação

destinado às populações urbanas, sendo criado e recriado à semelhança das representações urbanas - “Imagário rural, sobre o qual se constroem novas vocações destes espaços, como por exemplo o caso de Óbidos.” (Reis, 2012, p. 6). Cada vez mais as áreas rurais deixam a sua função produtiva para passarem a ser espaços de consumo, em que a falta de uma estratégia de diferenciação leva a que a paisagem seja utilizada como estratégia de marketing:

“Por vezes sucede que o território não dispõe do fator diferencial, ele é inventado como sucede com o festival de chocolate de Óbidos com o objectivo de atrair o maior número de turistas e visitantes, mas o chocolate não possui nenhum relacionamento com a história da cidade.” (Reis, 2012, p. 6).

Nos últimos anos, a tendência de recriação das paisagens rurais tem aumentado. Estas transformações do mundo rural têm criado fossos entre os rurais, os visitantes e o estado, uma vez que os primeiros entendem as áreas rurais como um espaço utilitário e os segundos como um lugar de museificação e folclorização (Reis, 2012). Estas transformações do mundo rural tendem a folclorizar e a musificar as culturas e ambientes locais (Figueiredo, 2003; Reis, 2012). A procura e consumo da autenticidade e identidade das áreas rurais pelos urbanos são um reduto destas (Figueiredo, 2003) - “De forma paradoxal, são estes os redutos da autenticidade e da identidade que actualmente são procurados e consumidos pelos não rurais.” (Figueiredo, 2003, p. 70). A ruralidade é, assim, em grande parte, recriada (Figueiredo, 2003, 2011; Reis, 2012), pelo que “nem todas as imagens correspondem à realidade” (Figueiredo, 2003, p. 70), sendo, no entanto, as atividades de recreio e lazer, principalmente as associadas ao turismo, uma das formas mais significativas de perpetuar a ruralidade, (Figueiredo, 2003).

O conflito existente entre os residentes e os agentes da oferta deve-se, muitas vezes, ao facto de, nos processos de desenvolvimento local e regional, a população local não ser incluída, desenvolvendo nestes a sensação de perda de pertença ou de autenticidade, decorrentes da mudança de hábitos dos rurais. A orientação do rural para o exterior através de programas e medidas por parte do Estado é um dos principais transtornos. Segundo Paula Reis, um dos casos onde se verificou a situação acima referida é o Programa das Aldeias Históricas de Portugal. Segundo a autora, as intervenções que ocorreram nestas aldeias seguiram um olhar externo ao das comunidades locais, situação que contribuiu, em parte, para que as áreas intervencionadas sejam agora zonas vazias de locais e não locais (Reis, 2012).

“Um desses casos, é o programa das Aldeias Históricas de Portugal, aonde, decorreu diversas intervenções em infra-estruturas mas hoje são apenas cenários, palcos vazios de actores locais e não locais. Em parte, isto acontece porque estas intervenções derivam de olhares externos à comunidade – museificação. Na rota deste exemplo, emerge um vasto conjunto doutras aldeias típicas, de festivais, de alojamentos, de paisagens, etc, com fracas estratégias de diferenciação e muitas semelhanças na sua produção.” (Reis, 2012, p. 6).

A tomada de consciência de que o turismo afeta os modos de vida das comunidades rurais, as quais são fundamentais para o desenvolvimento turístico, levou a que, nos últimos anos, os estudos sobre a percepção e atitudes da população sobre o turismo tenham proliferado (Jesus et al., 2010). A importância do conhecimento das percepções da comunidade local face ao turismo está relacionada com o facto de os residentes fazerem parte do produto turístico, uma vez que os seus modos de vida, os seus costumes, assim como a sua história e cultura, constituem uma atração turística para os visitantes. Neste sentido, caso as comunidades locais não “vejam com bons olhos” a chegada de visitantes aos seus territórios, manifestando apatia, desconfiança, ira, entre outras atitudes, esses sentimentos serão transmitidos e reconhecidos pelos turistas, que poderão deixar de visitar esses espaços, uma vez que não se sentem bem-vindos. Por outro lado, mesmo que a população local não esteja ligada diretamente ao turismo, a sua interação com o turista pode contribuir para a experiência menos positiva do visitante (Jesus et al., 2010). Também para Souza e Eusébio (2010), a interação entre o visitante e o residente condiciona a qualidade da experiência vivida pelo turista. “As interações que se estabelecem entre os residentes e os visitantes no contexto de uma experiência turística e a importância da hospitalidade nos momentos de contacto, são factores essenciais ao sucesso da actividade turística” (Souza & Eusébio, 2010, p. 596). Neste sentido, assegurar a satisfação da comunidade local é fundamental para assegurar o sucesso do turismo no destino, uma vez que os residentes são o “cartão de visita” do espaço onde habitam e, caso estejam insatisfeitos com a atividade turística, poderão ser hostis para com os visitantes, pondo assim em causa o futuro turístico da região. Como tal, dever-se-á aprofundar o estudo sobre esta temática. (Souza & Eusébio, 2010). Para Souza e Eusébio (2010), no desenvolvimento turístico de um destino, o envolvimento da comunidade local no planeamento e desenvolvimento da atividade turística deve estar previsto, de modo a minimizar os impactes negativos decorrentes desta atividade, assim como a aumentar a tolerância da comunidade face ao turismo e ao comportamento do visitante. A qualidade de vida e equidade na distribuição dos resultados pela comunidade são fatores que vão influenciar significativamente a percepção do residente; neste sentido, para assegurar o desenvolvimento sustentável do turismo é necessário que o destino adote um planeamento turístico que contemple as necessidades da comunidade local. Do mesmo modo, Jesus et al.(2010) defendem que o envolvimento dos residentes no planeamento e desenvolvimento turístico do destino levará a que este tenha um desenvolvimento turístico mais sustentável, uma vez que os impactes serão percebidos como apropriados pela comunidade.

Em resumo, relativamente à percepção dos impactes do turismo por parte dos residentes, conclui-se que quanto maior é a sua experiência maior é sua percepção relativamente aos impactes decorrentes do turismo, que podem ainda ser influenciados por vários fatores tais como a informação transmitida pelos meios de comunicação. Os impactes dividem-se em três categorias,

nomeadamente, económicos, socioculturais e ambientais, podendo ser positivos ou negativos. Se os residentes tiverem uma perceção de que os impactes positivos são superiores aos negativos demonstrarão uma atitude favorável ao desenvolvimento do turismo na sua região, caso contrário, demonstrarão uma atitude negativa. A nível académico são vários os investigadores que afirmam que o turismo poderá trazer benefícios às áreas onde se insere, devendo o destino adotar um desenvolvimento turístico sustentável.

### **3.6 O desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas rurais**

A presente secção aborda a temática do turismo sustentável nas áreas rurais.

Por volta de 1987, a problemática do turismo sustentável passou a integrar a maioria das agendas públicas e políticas de grande parte dos países, em consequência do Relatório “O nosso futuro comum” também conhecido por “Relatório Brundtland” elaborado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Neste relatório defende-se que “A humanidade tem a capacidade de fazer o desenvolvimento sustentável para atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.” (United Nations, 1987, p. 24). Segundo Kastenholz (2010) o Relatório Brundtland, parte do princípio que a coesão social, a proteção ambiental e o progresso económico são indissociáveis e interdependentes, e que o paradigma de desenvolvimento tem vindo a ganhar, cada vez mais, uma maior adesão a nível político e académico, face aos atuais problemas que a humanidade enfrenta, de que são exemplo as alterações climáticas, o acentuar da pobreza mundial, a poluição, entre outras. De acordo com Eusébio e Figueiredo (2014), o conceito de desenvolvimento sustentável veio substituir o paradigma até então utilizado que defendia que o desenvolvimento só era alcançado através do crescimento económico. Nesta última filosofia estão associados inúmeros problemas a nível ambiental e social aos quais o turismo sustentável procura responder. Dada a sua importância, o desenvolvimento sustentável passou a estar na agenda de muitos políticos, académicos e empresários, sendo um dos maiores desafios do século XXI. Neste sentido, dada a importância do desenvolvimento sustentável na atualidade, este passou a ser uma preocupação mundial, comum a muitos destinos.

De acordo com Eusébio e Figueiredo (2014), na literatura, são vários os princípios mencionados, pelos quais as estratégias de desenvolvimento se devem orientar, nomeadamente, a equidade intra e intergeracional, o holismo e a futuridade. “O princípio da equidade intra e intergeracional, o holismo e a futuridade são três dos princípios mais citados na literatura sobre desenvolvimento sustentável” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 52). No primeiro princípio defende-se o bem-estar da



geração presente e das gerações futuras, a nível económico, social e ambiental, a integração da população local no desenvolvimento do destino e procura-se usufruir dos recursos e dos espaços de modo sustentável e responsável, para que as gerações futuras também usufruam deles. No segundo princípio defende-se que o desenvolvimento sustentável é um desafio global. Por último, o princípio da futuridade defende que o enfoque no desenvolvimento deve ser colocado a longo prazo. No desenvolvimento sustentável de destinos rurais devem integrar-se ainda os seguintes princípios: prevenção, responsabilização, cooperação e integração (Eusébio & Figueiredo, 2014). “As áreas rurais são, por natureza, fiéis depositárias de património natural e construído. A utilização desse património pelas gerações vindouras implica a adoção de medidas que contribuam para a sua preservação.” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 53). Uma vez que “Os recursos disponíveis numa área rural são património de todos os utilizadores desses espaços.” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 53), todos nós temos a responsabilidade de zelar pela sua preservação e responsabilizar todas as pessoas que, através das suas ações, ponham em causa a conservação dos recursos. Neste sentido, entre outras medidas, surgiu o conceito de poluidor-pagador, a qual representa uma das medidas adotadas no domínio da responsabilização. Para que um desenvolvimento sustentável das áreas rurais ocorra, este deverá acontecer de modo integrado, envolvendo a população local, os habitats e o sistema económico (Eusébio & Figueiredo, 2014). Todos os intervenientes deverão cooperar de modo a alcançarem um projeto comum (Eusébio & Figueiredo, 2014). Ainda segundo Eusébio e Figueiredo (2014), independentemente da abordagem considerada, é fundamental ter consciência de que o desenvolvimento sustentável é multidimensional e que tem sido alvo de múltiplas interpretações. Relativamente aos estudos realizados sobre esta temática, o seu foco concentra-se, essencialmente, na dimensão económica e ambiental. No entanto, constatou-se que esta visão era demasiado limitada, passando-se também a incluir a dimensão sociocultural. A abordagem do conceito de desenvolvimento sustentável, composto pelas dimensões sociocultural, económica e ambiental é considerada a abordagem tradicional. No entanto, as mudanças a nível político, governativo e tecnológico, levaram ao surgimento de uma nova abordagem sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com esta nova filosofia, para que as áreas rurais tenham um desenvolvimento sustentável é necessário que cumpram requisitos a nível ambiental, social, económico, político, tecnológico e cultural (Eusébio & Figueiredo, 2014).

A visão do turismo promovido como inofensivo para a atividade económica, livre de impactes ambientais, começou a ser questionada, sobretudo a partir dos anos setenta. Os impactes a nível económico, sociocultural e ambiental, resultantes do pisoteio, dos veículos motorizados, das multinacionais e do turismo de massas, começaram a serem vistos como um problema (Lane, 1994). A tomada de consciência dos efeitos nefastos do turismo conduziu ao turismo sustentável,

em que se maximizam os efeitos positivos do turismo, como o aumento da satisfação do visitante e o crescimento da economia e minimizam os impactes negativos, como por exemplo as alterações a nível social e ambiental (Lane, 1994, 2005). Segundo Bernard Lane, o turismo sustentável surgiu para combater os impactes resultantes do turismo não gerido (Lane, 2005).

Segundo Partidário (2003) os princípios do turismo sustentável foram elaborados em 1992 pelo Tourism Concern e pelo World Wide Fund. Estes princípios compreendem todas as dimensões para a sustentabilidade a nível ambiental, social e económico, assim como os ingredientes necessários a uma abordagem sustentável - “A referência a estes princípios, embora frequente, é, infelizmente, sobretudo académica, quanto muito conseguindo atingir as políticas governamentais ao nível dos seus objectivos mais gerais, mas mais limitada no que respeita às acções.” (Partidário, 2003, pp. 120-121).

Os princípios da sustentabilidade são, segundo Partidário (2003):

- Utilização responsável dos recursos;
- Redução do desperdício e do sobre-consumo;
- Manutenção da diversidade;
- Planeamento do turismo;
- Suporte das economias locais;
- Envolvimento dos residentes;
- Consulta dos vários grupos de interesse, incluindo os visitantes;
- Formação do pessoal ligado à atividade turística;
- Marketing responsável do turismo;
- Investigação.

De acordo com Partidário (2003) o turismo sustentável pode ser identificado como: “(...) um modelo de desenvolvimento que tenta adequar as práticas turísticas às características dinâmicas do sistema receptor.” (Partidário, 2003, p.123). Sendo os objetivos da sustentabilidade do turismo, “assegurar a eficiência económica e a eficácia do investimento; possibilitar experiências positivas ao visitante; assegurar a integridade do capital de recursos físicos, naturais, culturais, consagrar as necessidades e a integração da comunidade.” (Partidário, 2003, p.123).

Para Lane (2005) o conceito de sustentabilidade no turismo implica:

- Sustentar o carácter e a cultura das comunidades recetoras;
- Preservar as paisagens e apoiar os habitantes;
- Sustentar a economia rural;

- Sustentar a indústria turística, tornando-a viável no longo prazo, através de uma correta promoção e oferta de experiências memoráveis;
- Desenvolver parcerias entre os diferentes agentes, os quais devem partilhar uma visão e uma gestão consciente dos impactes do turismo, procurando minimizar os efeitos nefastos da atividade turística e maximizar os seus proveitos.

No entanto, segundo Lane (2005), a aplicação dos itens acima mencionados é muito difícil numa economia aberta, uma vez que o próprio conceito de sustentabilidade é repleto de ambiguidade e a sua implementação complexa, pois envolve vários agentes com diferentes visões. Para Partidário (2003) a sustentabilidade do turismo depende de vários fatores, nomeadamente, “manutenção de uma base de recursos equilibrada, infra-estruturas adequadas, gestão ambiental coerente, capacidade técnica (pessoal formado e treinado), política de qualidade eficaz e capacidade de investimento adequada.” (Partidário, 2003, p.125).

Para Carmina Cavaco (2003), no seguimento da Conferência do Rio/Cimeira da Terra, realizada em 1992, no desenvolvimento sustentável do turismo devem-se ter em consideração os impactes, positivos e negativos, mas principalmente os nefastos, que esta atividade acarreta a nível económico, sociocultural e ambiental. Segundo Cavaco (2003), para se alcançar um desenvolvimento turístico sustentável devem-se economizar os recursos naturais raros como a água, na construção de equipamentos empregar recursos naturais da região, adotar medidas direcionadas à redução da produção de lixo e evitar os picos da procura típicos da sazonalidade. A nível ambiental, devem respeitar-se os ecossistemas, evitando o desenvolvimento de atividades nas áreas mais frágeis, protegendo a fauna e flora em vias de extinção e estabelecendo limites máximos de visitantes nas áreas naturais. Quanto à população, deve-se respeitar os seus valores, a sua cultura, o seu património, as suas crenças, os seus lugares sagrados, os seus direitos e a capacidade de receber visitantes. Em zonas onde os meios sociais são frágeis, como é o caso de regiões montanhosas e os espaços rurais marginalizados, o desenvolvimento do turismo poderá contribuir para a criação de emprego, aumento dos rendimentos, diversificação da atividade económica, bem como para a sobrevivência e desenvolvimento das produções culturais e artesanais tradicionais, assim como do folclore (Cavaco, 2003). Apesar da reconhecida importância do desenvolvimento sustentável para a sobrevivência dos destinos, poucos avanços têm ocorrido na avaliação e monitorização do desenvolvimento sustentável (Eusébio & Figueiredo, 2014).

Nas últimas décadas foi-se assistindo a um aumento considerável do turismo nas áreas rurais, resultante da alteração dos desejos e necessidades da procura, das iniciativas governamentais para dinamizar o turismo rural e, ainda, do desenvolvimento de parcerias entre o setor público e privado

na dinamização da atividade turística nas áreas rurais (Eusébio & Figueiredo, 2014; Lane, 2005). Este crescimento foi mais acentuado nos países desenvolvidos, onde a promoção através dos media no sentido de dar novos usos ao rural, influenciou tanto a oferta como a procura (Eusébio & Figueiredo, 2014). Deste modo, as áreas rurais têm sofrido inúmeras alterações com vista à sua regeneração, que passam pela captação de novos visitantes, residentes, atividades económicas, mercados e consumidores dos produtos locais (Eusébio & Figueiredo, 2014) - “Neste contexto, o turismo tem emergido como uma das actividades económicas que poderá contribuir, em simultâneo, para que estes espaços captem novos mercados, diversifiquem a sua estrutura económica local e aumentem a exportação de produtos endógenos.” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p.51). Também para Partidário (2003) a procura por áreas naturais e rurais tem sido cada vez maior assumindo diversos formatos. Os motivos por detrás desta crescente procura resultam do extenso capital natural e cultural, que oferece múltiplas oportunidades de utilização - “O facto de existir diversidade e multiplicidade de oportunidades define, à partida, condições propícias para um percurso de sustentabilidade.” (Partidário, 2003, p. 115). Para tal, é necessário apostar em atividades que se propiciem mutuamente. No entanto, existe o risco de uma incompatibilidade imprevista entre as atividades e os recursos, ou entre diferentes atividades, situações que colocam em causa o percurso para a sustentabilidade. A elevada diversidade de espaços rurais, com diversos recursos naturais e culturais de utilização múltipla, constitui uma vantagem e uma oportunidade para o turismo se desenvolver nas áreas rurais (Partidário, 2003). No entanto, o meio rural é muito sensível, podendo ser facilmente alterado, ou danificado, ou mesmo ambos, como consequência de mudanças rápidas de qualquer ordem, situação agravada pelo facto do turismo ser um forte agente de mudança e do turismo rural habitualmente se desenvolver em repositórios nacionais, de natureza e de património histórico (Lane, 2005). As áreas rurais, devido às suas características, apresentam várias fragilidades a nível ambiental, económico e sociocultural; neste sentido, é obrigatório que o desenvolvimento adotado nestes espaços siga um desenvolvimento sustentável. A sobrevivência destes espaços e o seu usufruto pelas gerações futuras está comprometido caso não sejam adotadas estratégias de desenvolvimento assentes nos princípios da sustentabilidade (Eusébio & Figueiredo, 2014). O desenvolvimento turístico nos espaços rurais segundo os princípios de desenvolvimento sustentável é uma necessidade inquestionável (Eusébio & Figueiredo, 2014; Lane, 1994). Segundo Kastenholtz (2010), a implementação da atividade turística nas áreas rurais poderá assegurar o desenvolvimento sustentável no destino, ou na região, caso o turismo seja implementado e gerido de modo integrado. Para que uma verdadeira integração das atividades rurais ocorra devem-se considerar, segundo Kastenholtz (2010), as seguintes dimensões:

“Espacial (territórios com diferentes níveis de desenvolvimento rural); de recursos humanos; institucional; de processos de inovação visando a criação de vantagens competitivas; económica (diversos sectores da economia rural, particularmente agricultura e comércio); social (como nova

preocupação com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável); política (objectivos de desenvolvimento nacionais e regionais); temporal (passado, presente e futuro, sobretudo na commodificação do património cultural); e comunitária (integração dos turistas nas comunidades locais).” (Kastenholz, 2010, p.425).

De acordo com Kastenholz (2010), o turismo sustentável, através dos seus efeitos multiplicadores, poderá dinamizar e assegurar a sobrevivência das comunidades rurais. A esta revalorização das áreas rurais está associado um aumento da autoestima dos residentes, resultante da revalorização dos seus territórios, costumes e tradições e uma maior dinamização da vida das populações, resultante da entrada de visitantes. Por outro lado, para que os produtos e serviços do destino tenham uma maior atratividade, estes devem ser promovidos e comercializados em conjunto, criando assim uma imagem mais consistente e apelativa junto dos visitantes e dos consumidores dos produtos locais, beneficiando assim toda a economia rural.

Segundo Eusébio e Figueiredo (2014), para que o turismo contribua para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais é necessário:

- “Sustentar as características culturais da comunidade receptora;” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 54).
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes; (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 54).
- Estimular a criação de empregos para a população local nas atividades económicas associadas à indústria turística;
- Conservar, valorizar e sustentar a paisagem e os habitantes, tendo em consideração os limites da capacidade de carga;
- Assegurar o equilíbrio entre a necessidade de conservação da natureza e o crescimento do turismo;
- Minimizar os impactes negativos a nível sociocultural e ambiental;
- Otimizar a satisfação dos residentes e visitantes;
- “Sustentar a economia rural;” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 55).
- “Maximizar o crescimento económico do destino a longo prazo;
- “Sustentar a indústria turística.” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 55).

“Para que o turismo em áreas rurais se desenvolva de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável é fundamental: (i) satisfazer as necessidades e os desejos de todos os *stakeholders* (visitantes, residentes e agentes da oferta – privados e públicos) e (ii) valorizar e conservar os recursos que integram os destinos rurais, para que possam ser utilizados pelas gerações vindouras.” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p.55).

De acordo com Eusébio e Figueiredo (2014), para assegurar a satisfação dos desejos e necessidades dos *stakeholders*, bem como a valorização e conservação dos recursos, é necessária a adoção de estratégias de desenvolvimento turístico que definam o tipo de turismo a adotar e a forma como

esse se deve desenvolver, sendo para tal fundamental: Incentivar o diálogo entre os diferentes *stakeholders*;

- Despertar para a cooperação no desenvolvimento de atividades entre os *stakeholders*;
- Estimular o investimento em infraestruturas;
- Ajudar na conservação dos recursos;
- Encorajar o surgimento de novos investidores na indústria turística;
- Incentivar o surgimento de novas ideias, tipos de turismo e investimentos;
- Estimular o emprego de recursos locais na produção de produtos turísticos;
- Ativar as interligações entre as diferentes áreas económicas existentes nas áreas rurais.

De acordo com Kastenholtz et al., (2014b) o desenvolvimento de propostas turísticas competitivas e sustentáveis só poderá ser alcançado através de um planeamento e gestão eficiente por parte de todos os *stakeholders* no desenvolvimento de experiências turísticas únicas e apelativas, baseadas nos recursos endógenos e nas comunidades rurais. Igualmente importante é o conhecimento da procura ao nível do seu perfil, das suas expectativas, da sua experiência, dos seus comportamentos e dos motivos que a levam a deslocar-se até ao interior das áreas rurais. É também fundamental identificar os segmentos da procura que maior benefício trazem ao desenvolvimento do território para se desenvolverem experiências mais adequadas a esses visitantes. Para tal, dever-se-á apostar em experiências únicas baseadas nos recursos locais e que contem com o apoio dos residentes:

“Para este efeito importa não apenas desenvolver os produtos tradicionais, repetidos por mil aldeias, mas reais oportunidades de cocriação, assentes em recursos endógenos únicos, tanto materiais como imateriais, e tornados vivos recorrendo a narrativas, temas curiosos, possivelmente partilhados por anfitriões nas Aldeias (...) envolvendo-se igualmente em experiências de cocriação.” (Kastenholtz et al., 2014b, pp. 141-142).

De acordo com Eusébio e Figueiredo (2014), na definição de estratégias de desenvolvimento turístico em áreas rurais que incluam princípios de desenvolvimento sustentável é fundamental:

- Analisar as necessidades do destino a nível social, económico, cultural e ambiental;
- “Analisar os ativos e os constrangimentos do destino para o desenvolvimento turístico;” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 56);
- Identificar o tipo de turismo mais adequado à regeneração a nível económico, social, económico e ambiental;
- Estudar a participação local, ao nível da definição de estratégias e na tomada de decisões;
- “Desenvolver atividades de cooperação a uma escala global” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 56);
- “Identificar a capacidade de carga do destino;” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 56);

- Realizar estudos de mercado de modo a identificar oportunidades e definir a estratégia de marketing a aplicar;
- “Desenvolver planos de formação adequados” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 56);
- Introduzir medidas que permitam avaliar o grau de satisfação e de fidelização dos visitantes;
- “Monitorizar todo o processo de desenvolvimento turístico.” (Eusébio & Figueiredo, 2014, p. 56).

Assim sendo, é de extrema importância que as áreas rurais adotem um desenvolvimento turístico sustentável, que deverá ter em consideração os objetivos e visões de todos os intervenientes (Eusébio & Figueiredo, 2014). Segundo Lane (2005), para que o turismo se desenvolva de um modo sustentável, deverão ser definidas estratégias destinadas a:

- Procurar o permanente diálogo entre todos os agentes direta ou indiretamente envolvidos no desenvolvimento turístico do destino;
- Orientar e incentivar a realização de investimentos nos transportes, nos serviços públicos, nas infraestruturas, no marketing e na informação;
- Assegurar a estabilidade do destino dando segurança aos investidores para que estes realizem novos investimentos;
- Desenvolver estratégias de marketing desenhadas a fim de garantirem a conservação da natureza, da cultura e das artes;
- Preservar a natureza, o património e a cultura, que são as vertentes de comercialização do turismo no futuro, segundo uma lógica de interdependência política e económica, entre o turismo e a conservação.

As estratégias a serem adotadas deverão ainda incentivar a criação de novos negócios que irão contribuir para a criação de emprego (Lane, 2005). A entrada de novos *players* no mercado poderá levar à geração de novas ideias, trazendo novas competências no negócio e na vida política da região, favorecer o diálogo público, que poderá por sua vez levar a que sejam discutidos os benefícios de outros tipos de turismo e de investimentos. A pequena dimensão da maioria dos negócios rurais impossibilita que estes sejam capazes de formarem convenientemente os seus colaboradores e de terem uma estratégia de marketing eficaz. Neste sentido, as estratégias devem incentivar a que, no futuro, os diversos empresários se reúnam de modo a que, em conjunto, formem convenientemente os seus funcionários e desenvolvam uma estratégia de marketing competitiva. Do mesmo modo, as comunidades deverão cooperar e encontrar nichos de mercado que as diferenciem dos demais destinos. No planeamento da atividade turística, toda a comunidade local deve ser chamada a intervir na elaboração desse plano, o qual servirá de base para os

residentes adquirirem financiamento público direcionado à reorganização e gestão eficiente do turismo e do ambiente, sendo que o investimento público incentiva a mesma ação por parte do setor privado (Lane, 2005).

Para Lane (2005), para que uma estratégia de turismo sustentável seja planeada e aplicada com sucesso é necessário que, no seu planeamento, o responsável ou a equipa responsável não se preocupem apenas com o desenvolvimento do turismo, mas também em analisar as características locais, a nível económico, social e ambiental. Bernard Lane refere ainda a importância do turista se sentir bem recebido, sendo necessário, para isso, que a população local tenha a capacidade de receber bem os turistas, o que pode ser conseguido através de sessões de discussões públicas e pela imprensa, assegurando-se aos residentes que o aumento de visitantes não aumentaria os preços das habitações. Este autor considera igualmente que esta estratégia não deve ser utilizada apenas uma vez, mas que deve ser usada a longo prazo, acompanhando a evolução empresarial, reconhecendo os seus erros. Segundo Eusébio e Figueiredo (2014), na elaboração das estratégias de desenvolvimento turístico a serem adotadas pelas áreas rurais, as equipas responsáveis pela sua elaboração deverão ser multidisciplinares, incorporando a colaboração de todos os *stakeholders* e tendo em consideração um horizonte temporal de longo prazo. Este aspeto é especialmente importante pelo facto de o desenvolvimento da atividade turística no mundo rural estar dependente dos agentes públicos e privados responsáveis pela oferta, dos residentes, das organizações não-governamentais e dos planeadores. Segundo Kastenholz et al. (2014b), para se incrementar uma estratégia de desenvolvimento do turismo integral que vise a sustentabilidade dos espaços rurais é necessária a integração dos recursos e dos atores locais, bem como a dinamização de redes que deem voz aos residentes e permitam que estes mantenham o controlo dos produtos locais destinados à atividade turística ou, pelo menos, que participem na sua utilização. Neste âmbito, estes autores afirmam que são necessárias:

“(…) redes sociais que sejam “*embedded, empowering and endogenous*” no sentido de criarem iniciativas, enraizadas na comunidade, assentes no conhecimento e relações locais, que deem voz efetiva à comunidade, a qual deverá controlar, ou pelo menos participar ativamente na própria utilização dos recursos endógenos para fins turísticos.” (Kastenholz et al., 2014b, p. 141).

Neste sentido, a exploração do destino de modo integrado, através de redes, permite ao destino explorar melhor os seus atrativos, ganhar “massa crítica” indispensável para uma abordagem mais eficaz nos mercados internacionais, partilhar conhecimentos, aprendizagem contínua, maior capacidade e estímulo para inovar, criação de capital social, reforço do sentido de identidade e comunidade, entre outros. Destaque para o facto de “o destino ser efetivamente construído por uma rede de serviços, activado, de modo aleatório, por parte dos turistas, independentemente de o destino saber ou não organizar-se em rede e assim otimizar os seus recursos.” (Kastenholz, 2010,



p. 427). No caso dos meios rurais, nos quais os recursos tendem geralmente a serem escassos e os agentes económicos de pequena dimensão e fragmentados, a aposta numa oferta integrada e assente nos recursos locais revela-se fundamental na criação de destinos competitivos, conscientes, geradores de mais-valias sustentáveis e capazes de satisfazer as expectativas dos visitantes (Kastenholz, 2010). Apesar de todas as vantagens do turismo sustentável, Lane (2005) refere que as estratégias de turismo sustentável são frequentemente descuradas pelas pessoas com a pressa e ansiedade dos investidores obterem o retorno das suas aplicações. Um destino rural só terá um desenvolvimento turístico sustentável a médio, longo prazo, caso procure em simultâneo a satisfação dos desejos e necessidades de todos os *stakeholders* envolvidos, assim como a conservação dos recursos base da atividade turística.

Sumariamente, a presente secção foca a problemática do desenvolvimento sustentável, referindo que este se deve desenvolver segundo três princípios, nomeadamente, o holismo, a futuridade e a equidade inter e intrageracional. O turismo sustentável é multidimensional, podendo ser alvo de várias interpretações. Nesta secção, refere-se ainda que existem duas abordagens possíveis a este conceito, a tradicional, composta pelas dimensões (sociocultural, económica e ambiental) e a abordagem atual que inclui as dimensões (política, cultural, tecnológica, ambiental, social e económica). Relativamente ao desenvolvimento sustentável do turismo, este resulta das preocupações que surgiram por volta dos anos setenta com os impactes decorrentes da atividade turística. Neste sentido, surgiu o desenvolvimento turístico sustentável que procura maximizar os impactes positivos do turismo e minimizar os seus impactes negativos. Por último, as áreas rurais, devido às suas características, são espaços muito sensíveis, pelo que, o desenvolvimento da atividade turística sem planeamento poderá traduzir-se em importantes modificações. Para que tal não ocorra, o desenvolvimento turístico do destino deverá seguir um desenvolvimento sustentável onde a comunicação e a cooperação entre todos os *stakeholders* sejam asseguradas, a oferta turística seja baseada nos recursos endógenos e a comunidade local intervenha e consiga retirar real benefício da atividade turística.

## **Capítulo 4 – Caracterização de Vale de Cambra e das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro**

O presente capítulo procura fazer uma breve caracterização do concelho de Vale de Cambra e das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro, para uma melhor compreensão e enquadramento deste projeto. Neste estudo, foi consultada vária bibliografia e alguns dados estatísticos. Este capítulo encontra-se dividido em duas secções, a primeira destinada à caracterização do concelho de Vale de Cambra e a segunda à caracterização das duas aldeias.

### **4.1 Caracterização do concelho de Vale de Cambra**

A presente secção faz uma breve caracterização do concelho de Vale de Cambra, a nível geográfico, demográfico e histórico. Identifica ainda alguns dos produtos locais e atrativos turísticos. Por último, é efetuada uma análise da evolução da procura e oferta turística do município.

O concelho de Vale de Cambra está inserido na Meseta Ibérica, com as Serras da Freita e do Arestal a fazerem a divisão entre o litoral e o interior. A área do concelho de Vale de Cambra é de 147,33 Km<sup>2</sup> (Instituto Nacional de Estatística, 2014), distando este concelho 51km de Aveiro e 42 Km do Porto (Santos, 2004). As fronteiras do concelho são a Norte-Noroeste com Arouca, a Este-Sudeste com Oliveira de Frades, a Oeste-Sudoeste com Oliveira de Azeméis, a Este com São Pedro do Sul e a Sudeste com Sever de Vouga. É um dos 19 concelhos que integram o distrito de Aveiro (Santos, 2004), fazendo também parte da Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) III de Entre Douro e Vouga, juntamente com os concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira (Instituto Nacional de Estatística, 2014). Administrativamente, o município de Vale de Cambra está dividido em seis juntas de freguesia (Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro de Castelões) e por uma junta de freguesia de união (Vila Chã, Vila Cova de Perrinho e Codal) (Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2015a).

As acessibilidades ao concelho são relativamente fáceis, considerando a sua proximidade ao litoral, sendo as principais vias de acesso as Estradas Nacionais (EN) 224 e 227, que ligam a região ao Itinerário Complementar (IC) 2 e à Autoestrada A32, e a EN 328, que faz ligação à A25. Embora o concelho não seja atravessado por nenhuma linha férrea, tem acesso à linha do Norte através de Ovar, que fica a 25Km, e à linha do Vale do Vouga, através de São João da Madeira ou Oliveira de Azeméis, ambos a 12 Km do Concelho (Santos, 2004). No que se refere à população, segundo o

Instituto Nacional de Estatística (2013c) o número de residentes era de 22558 habitantes, que correspondem a uma densidade populacional de 153,1 habitantes por Km<sup>2</sup> em 2012. Segundo o Pordata (2015) a densidade populacional do município tem vindo a diminuir, já que passou de 168,8 habitantes por Km<sup>2</sup> em 2001 para 150,8 habitantes por Km<sup>2</sup> em 2015.

Em termos de evolução histórica, os testemunhos da presença humana em Vale de Cambra remontam a vários séculos atrás, existindo vestígios de que foi povoado no IV/V milénio A.C., que durante a incursão romana não houve uma verdadeira ocupação e que na idade média os pequenos casais deram origem às atuais aldeias e lugares. No século XVI, durante o reinado de D. Manuel I, mais concretamente em 1514, o então rei de Portugal confere o foral à terra de Cambra (Queiroga & Marques, 2014). A 31 de dezembro de 1926, a sede do concelho que se encontrava em Macieira de Cambra foi extinta, passando para o lugar da Gandra, na freguesia de Vila Chã, dando assim origem ao concelho de Vale de Cambra (Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2009). A urbe de Vale de Cambra foi elevada a cidade a 2 de julho de 1993 pelo Decreto-Lei N.º 26/93 (Marques, 1993).

A nível paisagístico, o concelho de Vale de Cambra situa-se num vale, com o Rio Caima como principal curso de água a atravessar o município no sentido Norte/ Sul (Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2009). O limite do concelho é definido a Nordeste pelas Serra da Freita ou Arada, elevação intitulada por alguns geógrafos como o “Maciço da Gralheira”, do lado Sul da Serra da Freita encontra-se a Serra do Arestal, com uma altitude média a variar entre os 800 e os 850 metros. O município, em termos ambientais, apresenta determinadas peculiaridades resultantes da elevada diversidade de minerais e rochas, nomeadamente o granito e o xisto grauváquico (Queiroga & Marques, 2014). De acordo com a Câmara Municipal de Vale de Cambra (2009), um dos maiores atrativos do concelho em termos ambientais é a Serra da Freita, que se estende pelos concelhos de Arouca, São Pedro do Sul e Vale de Cambra. Entre as atividades que aqui se podem desenvolver, realça-se a contemplação das paisagens, caminhadas, piqueniques e a prática de desportos de aventura na Primavera e no Verão e a diversão na neve no Inverno (Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2009). Para além das belas paisagens, ainda se destacam como pontos de visita as aldeias típicas, como a Lomba, a Felgueira e o Trebilhadouro, a Barragem Duarte Pacheco, as praias fluviais, o cruzeiro de Rôge, o Pelourinho de Macieira de Cambra, as várias igrejas, capelas, alminhas, pontes, fontanários, as festas e romarias (Marques 1993), o Museu Municipal, o Outeiro dos Riscos, a Anta da Cerqueira, o Parque da Cidade, bem como, os percursos pedestres (Câmara Municipal, 2009).

Como acima foi referido, no concelho de Vale de Cambra existem três aldeias típicas - Felgueira, Lomba e Trebilhadouro.

Entre os percursos pedestres existentes no concelho, alguns dos quais homologados pela Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo (Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2009), destacam-se:

- 🏰 PR1 - Varandas da Felgueira: percurso circular podendo ser iniciado na aldeia da Felgueira ou na de Carvalhal do Chão – (Anexo 1 – PR 1 “Varandas da Felgueira”);
- 🏰 PR3 - Na Vereda do Pastor: inicia-se na aldeia do Côvo, a mais alta do concelho até Aigualva; este percurso era o utilizado pelas pessoas para chegarem à Serra, para “levarem as vacas ao boi” – (Anexo 2 – PR 3 “Na Vereda do Pastor”).

Relativamente à gastronomia, o concelho oferece uma grande diversidade de restaurantes nos quais se pode degustar entre outros pratos e produtos locais, o cabrito da Gralheira, a vitela arouquesa e o vinho verde (Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2009). No que concerne à criação de gado de raça Arouquesa, a nível geográfico esta raça distribui-se por quatro distritos - nomeadamente Aveiro, Porto, Viseu e Braga e por vinte e dois concelhos - entre estes Amarante, Arouca, Baião, Castro Daire, Castelo de Paiva, Cinfães, Marco de Canaveses, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra (Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa, 2005). Segundo a Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa (2005), esta raça recebeu a Denominação de Origem Protegida em 1994, tendo em 1998 a gestão da marca Carne Arouquesa DOP sido atribuída à Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa (ANCRA). A Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa (2005) refere que, segundo alguns autores, a origem desta raça arouquesa remonta ao período Celta, através do cruzamento dos bos tauros aquitânicos, bos taurus ibericus e bos taurus atlanticus, que poderá ter dado origem ao bos primigenius. Esta teoria é reforçada pelo facto da raça arouquesa ter origem mestiça, partilhando alguns traços com a raça mirandesa, barrosã, galega e minhota, raças que se encontram a vários quilómetros de distância do território da raça arouquesa. A Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa (2005) define a raça Arouquesa como sendo animais de pequeno porte, mas de corpulência mediana, com um temperamento dócil, mas enérgico. Estas características fazem da raça arouquesa o animal ideal para habitar em zonas serranas, repletas de formações rochosas, auxiliando ainda as populações locais nos seus labores, dado as características do terreno não permitirem a introdução de maquinaria. Trata-se de uma raça rústica, capaz de enfrentar o clima agreste das zonas serranas, alimentando-se de vegetação pouco nutritiva que se encontra na sua área de criação. Para as populações locais este animal assume-se como uma força de trabalho, e de alimento através da sua carne e leite (Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa, 2005).

No que se refere ao vinho verde, este poderá ter surgido no nosso país entre os séculos XII-XIII d.C. e foi dos primeiros vinhos nacionais a serem exportados. Caracteriza-se pelo seu sabor frutado,

leve e fresco, resultante da articulação de fatores naturais e humanos (Gonçalves, 2011). Cultivado no Noroeste de Portugal, onde é explorado há mais de oito séculos, abrangendo os territórios entre o Rio Minho e as montanhas que marcam a transição entre o litoral e o interior do nosso país. Alguns dos municípios que integram a Região Demarcada dos Vinhos Verdes (RDVV) são os concelhos de Vale de Cambra, de Arouca, de Cinfães e de Castelo de Paiva, que foram distinguidos com prémios a nível nacional e internacional pelo néctar produzido nos seus territórios. Quanto à RDVV, destaca-se por ser “(...) a maior região vitícola do país e uma das maiores da Europa: 35 000 hectares de vinha distribuídos por uma área de aproximadamente 7000 km<sup>2</sup>.” (Gonçalves, 2011, p.14). Esta área está dividida, por sua vez, em nove sub-regiões, nomeadamente, Ave, Baião, Basto, Cávado, Amarante, Monção, Lima, Paiva e Sousa. Apesar dos concelhos de Vale de Cambra e Arouca não fazerem parte destas sub-regiões, estão integrados na RDVV e podem comercializar os seus vinhos com a Denominação de Origem de Vinho Verde (Gonçalves, 2011).

Relativamente à oferta turística, segundo Marques (1993), na década de noventa o concelho carecia de infraestruturas de acolhimento e similares necessárias ao acolhimento dos visitantes. Este autor alerta também para a importância que o turismo de negócios e de natureza assumem no Município, dada a elevada industrialização e o vasto património ambiental das áreas limítrofes. O aproveitamento turístico contribuiria, na perspetiva do autor, para a criação de novos postos de trabalho, para a fixação da população, para além da diversificação do tecido económico, potencializando, deste modo, os recursos do concelho.

De acordo com a Tabela 6 (Instituto Nacional de Estatística, 2014, pp. 340-341), elaborada com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (2014), no ano de 2013, existia um total de 3345 estabelecimentos de alojamento turístico em Portugal, dos quais, vinte correspondiam à NUT III Entre Douro e Vouga e quatro eram referentes ao concelho de Vale de Cambra. Do total dos quatro estabelecimentos existentes no concelho de Vale de Cambra, dois correspondem a unidades hoteleiras e os outros dois, a meios de alojamento local, não existindo em 2013 nenhum meio de alojamento inserido na categoria TER ou TH. Relativamente à capacidade de alojamento, cujos dados constam igualmente na Tabela 6, conclui-se que no ano de 2013, em Portugal, existia uma capacidade de alojamento total de 326187 hóspedes, dos quais, 1445 eram referentes a Entre Douro e Vouga e 158 correspondiam ao município de Vale de Cambra, no entanto, não existem dados quanto à sua repartição segundo a modalidade.

**Tabela 6 - Número de Estabelecimentos e Capacidade de Alojamento segundo a modalidade de alojamento, em 2013**

Ano 2013	<i>Estabelecimentos</i>				<i>Capacidade de Alojamento</i>			
	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH
<b>Portugal</b>	3 345	1 462	1 051	832	326 187	272 070	41 243	12 874
<b>Norte</b>	860	286	252	322	48 894	34 478	9 654	4 762
<b>Entre Douro e Vouga</b>	20	10	5	5	1 445	1 143	220	82
<b>Vale de Cambra</b>	4	2	2	0	158	N.D.	N.D.	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2014, pp. 340-341.

Da análise da Tabela 7 (Instituto Nacional de Estatística, 2014, pp. 392-393), verifica-se que em 2013 Portugal recebeu um total de 15209605 hóspedes, dos quais 59668 hóspedes eram relativos a Entre Douro e Vouga e 1588 a Vale de Cambra. Mais uma vez a repartição do número de hóspedes por modalidades de alojamento para o concelho de Vale de Cambra encontra-se indisponível. Relativamente ao número de dormidas, que constam igualmente na Tabela 7 em Portugal houve um total de 43533151 noites em 2013, das quais 111127 dormidas correspondem a Entre Douro e Vouga e 7126 a Vale de Cambra. No entanto, não existem dados relativos à repartição do número de dormidas pelas diferentes modalidades.

**Tabela 7 - Número de Hóspedes e de Dormidas por modalidade**

Ano 2013	<i>Hóspedes (Nº)</i>				<i>Dormidas</i>			
	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH
<b>Portugal</b>	15 209 605	13 301 503	1 583 954	324 148	43 533 151	39 178 980	3 609 587	744 584
<b>Norte</b>	2 996 737	2 444 627	440 148	111 962	5 276 137	4 344 004	706 342	225 791
<b>Entre Douro e Vouga</b>	59 668	55 380	2 227	2 061	111 127	97 359	10 151	3 617
<b>Vale de Cambra</b>	1 588	N.D.	N.D.	0	7 126	N.D.	N.D.	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2014, pp. 392-393.

A Tabela 8 (Instituto Nacional de Estatística, 2014, pp. 392-393), à semelhança das anteriores tabelas, foi elaborada de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (2014). Nesta pode-se verificar que a estada média em Portugal, no ano de 2013, foi de 2,86 noites, que foi superior à média da NUT II Norte, com 1,76 noites, e à da NUT III Entre Douro e Vouga de 1,86 noites. O concelho de Vale de Cambra apresenta uma média de 4,49 noites, que foi superior à média nacional e das NUT II e III nas quais se insere. No entanto, não é possível identificar qual(ais) o(s) tipo(s) estabelecimento(s) em que os turistas passam mais noites no concelho. Por último, através do estudo da Tabela 8, relativo aos proveitos do turismo, no ano de 2013 contata-se que Portugal teve um total de proveitos de 1425738 milhares de euros, dos quais 2929 milhares de euros correspondiam a Entre Douro e Vouga e 139 milhares de euros a Vale de Cambra.

**Tabela 8 - Estada média e proveitos segundo a modalidade**

Ano 2013	<i>Estada Média no Alojamento (Nº de noites)</i>				<i>Proveitos (milhares de euros)</i>			
	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH	Total	Hotelaria	Alojamento Local	TER e TH
<i>Portugal</i>	2,86	2,95	2,28	2,3	1 425 738	1 306 886	91 961	26 891
<i>Norte</i>	1,76	1,78	1,6	2,02	169 974	146 747	15 890	7 337
<i>Entre Douro e Vouga</i>	1,86	1,76	4,56	1,75	2 929	2 707	134	88
<i>Vale de Cambra</i>	4,49	N.D.	N.D.	0	139	N.D.	N.D.	0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2014, pp. 392-393.

Segundo a Câmara Municipal de Vale de Cambra (2015b) existem dez meios de alojamento no concelho, nomeadamente:

- ↗ Bastos - Alojamento Local
- ↗ Traços d' Outrora - Turismo rural
- ↗ Reviver Trebilhadouro - Turismo rural
- ↗ Casa Anna Horvath
- ↗ Casa Avó Clara
- ↗ Casa Avó Quitas
- ↗ Casa da Nininha, Unipessoal, Lda.
- ↗ Casa do Avô Barbosa
- ↗ Casa do Samuel e Derminda
- ↗ Trebinatur

Comparando o número total de estabelecimentos de alojamento turísticos existentes no concelho de Vale de Cambra que eram quatro, no ano de 2013, segundo o INE (2014) com os dez indicados pela Câmara Municipal de Vale de Cambra, (2015b) no ano de 2015, verifica-se uma diferença de seis unidades de alojamento turístico, o que sugere um aumento do número de estabelecimentos, embora esta diferença possa também dever-se ao facto de terem sido utilizadas duas fontes diferentes. De destacar que nesta análise comparativa idealmente deveria ter como base a mesma fonte; tal facto não foi possível porque os dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística relativos ao município de Vale de Cambra são referentes ao ano de 2013. Por este motivo, a comparação foi feita com os dados disponibilizados no *website* da Câmara Municipal de Vale de Cambra, relativos ao ano de 2015.

## 4.2 Caracterização das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro

Nesta secção faz-se uma breve caracterização das aldeias que servem de base à elaboração do presente projeto.

As aldeias têm vindo a perder habitantes e importância para os grandes centros urbanos. A reinvenção do espaço rural é essencial para a inversão desta tendência (Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2014). Neste sentido, Cruz (2008) alega que a criação da rede Aldeias de Portugal por nove Associações de Desenvolvimento Local (ADL) tem como objetivo a defesa do património natural e edificado das aldeias e a dotação das casas da aldeia com as condições de habitabilidade necessárias no mundo moderno. Segundo Cruz (2008), a rede Aldeias de Portugal procura aumentar as taxas de ocupação, fixação e rejuvenescimento das populações rurais, valorizar o património material e imaterial rural, aumentar o número de empregos e rendimentos, diversificar a atividade económica e criar uma rede europeia de alojamento em turismo de aldeia. De acordo com as Aldeias de Portugal (2013), a marca “Aldeias de Portugal” surgiu como um novo conceito de abordar o turismo rural em espaços rurais onde ainda se preserva uma herança de grande valor patrimonial e cultural, que se expressa nas tradições, usos e costumes que não morreram com o passar dos tempos. Ao mesmo tempo que se potencializa o turismo de aldeia procura-se fixar e rejuvenescer as populações, promover o património local, reforçar a identidade territorial, estabelecer parcerias locais, regionais e nacionais. Atualmente a marca “Aldeias de Portugal” conta com 83 aldeias classificadas, entre as quais se encontram a aldeia da Felgueira e a aldeia do Trebilhadouro, situadas no concelho de Vale de Cambra, integradas no território das quinze Associações de Desenvolvimento Local, distribuídas pelo Norte de Portugal (Aldeias de Portugal, 2013). Neste sentido, a rede Aldeias de Portugal, ao longo dos últimos dez anos, tem vindo a promover a introdução da atividade turística nestas áreas de um modo integrado e sustentado a fim de serem valorizados os recursos e produtos locais e preservados a cultura e património dessas regiões (Aldeias de Portugal, 2013; Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2014). A marca Aldeias de Portugal assume-se ainda como uma certificação de excelência, na qual se distinguem as aldeias que disponibilizam um produto de excelência (Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2014), “(...) único e inimitável, mais personalizado, que valorizam a hospitalidade, o lazer e as tradições, proporcionando aos seus visitantes a “experiência da ruralidade”” (Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2014, p. 5).

Para que uma aldeia adquira e integre a marca Aldeias de Portugal tem de obter aprovação na avaliação realizada pela Comissão de Avaliação Aldeias de Portugal constituída pelas seguintes entidades: Associação de Turismo de Aldeia (ATA), Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAP-N), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal) (Gonçalves, Brandão, Cardoso & Prado, 2011a). Esta marca procura a valorização de núcleos rurais através do Turismo de Aldeia, assente num produto/serviço de excelência, conseguido através da celebração de novas dinâmicas sociais e económicas, conduzindo à melhoria da qualidade de vida das populações aí residentes. Essas



dinâmicas passam pelo incentivo à requalificação e preservação das aldeias, celebração de projetos de dinamização da aldeia e população, valorização do território, divulgação dos produtos típicos e aumento do número de visitantes. Para serem integradas nesta marca as aldeias deverão dispor de Património rural, ambiental e cultural relevante, assim como, carácter próprio (Gonçalves et al., 2011a).

A criação da ATA em 1999, que se caracteriza por ser uma associação sem fins lucrativos e de âmbito nacional, advém da necessidade de conjugar esforços entre os diferentes associados de modo a melhorarem a representação dos seus territórios, através da promoção e dinamização turística das aldeias e seus respetivos recursos (Melo et al., 2012; Aldeias de Portugal, 2013). No ano de 2012 a ATA era constituída por quinze Associações de Desenvolvimento Local e a sua área de intervenção estendia-se ao longo de toda a região Norte de Portugal (Melo et al., 2012).

A recuperação e requalificação das aldeias integradas nas ADL têm vindo a ser realizadas através do financiamento para: (i) recuperação de fachadas e construção de infraestruturas, nomeadamente no que respeita a unidades de alojamento, de restauração, espaços de venda de produtos locais, acessibilidades, etc. (Melo et al., 2012; Aldeias de Portugal, 2013); e para (ii) a sensibilização da população e dos agentes económicos para a importância da dinamização cultural da aldeia através de atividades culturais (Melo et al., 2012). Através destes financiamentos investiu-se na criação de postos de trabalho, valorização das atividades artesanais, melhoria da qualidade de vida, aumento do sentido de identidade das populações, maior visibilidade do território e fixação da população (Melo et al., 2012). De acordo com as Aldeias de Portugal (2013) a ATA assume-se como responsável pelo desenvolvimento e promoção integrados dos territórios classificados, valorização dos recursos e produtos locais e preservação da cultura e património do mundo rural através da marca Aldeias de Portugal.

Entre as quinze ADL que formam a ATA contam-se as seguintes: a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho; a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima; a Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave, Sol do Ave; a Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave; a Associação de Desenvolvimento Rural de Basto; a Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa; a Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega; a Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira, ver (Anexo 3 – Aldeias de Portugal- Montemuro, Arada, Gralheira) (Gonçalves, Brandão, Cardoso & Prado 2011b p. 7); a Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro (Cruz, 2008; Aldeias de Portugal, 2013).

Por sua vez, o território que engloba a marca “Montanhas Mágicas” que se estende do rio Douro ao rio Vouga, numa área que medeia entre o litoral e o interior (Anexo 4 – Território das Montanhas Mágicas) (ADRMAG, 2013, p.4). A marca Montanhas Mágicas surge de uma parceria entre a ADRMAG e sete municípios que uniram esforços para implementar, promover e disseminar esta marca turística. Esta iniciativa tem permitido a divulgação deste território que era desconhecido por muitos (Pinho, 2014). Tal como refere o coordenador da ADRMAG, “Uma forte marca turística aliada a uma estratégia de desenvolvimento sustentável é a chave do sucesso para fomentar a atratividade deste maciço montanhoso do centro-norte de Portugal.” (Pinho, 2014, p. 3). Esta região desenvolve-se ao longo de 168860 hectares, fazendo fronteira com as regiões Norte e Centro e situando-se entre o litoral e o interior, englobando sete municípios, entre eles Vale de Cambra, e oitenta freguesias, com uma população residente de aproximadamente 126 mil habitantes (ADRMAG, 2013; Brandão, Cardoso & Teixeira, 2012).

É na Região Norte que se concentra 65% da população residente nos sete municípios que formam as Montanhas Mágicas, nomeadamente nos concelhos de Vale de Cambra, Arouca e Cinfães. Destes, é o município de Vale de Cambra o que apresenta maior densidade populacional, com 155 habitantes por km<sup>2</sup> e, Castro Daire, é o concelho com menor densidade populacional, com 41 habitantes por km<sup>2</sup> (Brandão et al., 2012). De acordo com Brandão et al. (2012), para diminuir o êxodo populacional dos territórios que constituem as Montanhas Mágicas, as autarquias dos sete municípios têm implementado medidas que promovam a fixação da população nestes locais de modo a inverter o decréscimo populacional que se tem verificado neste território.

A crescente valorização das áreas rurais pelos urbanos tem levado, segundo Brandão et al. (2012), ao florescimento do turismo nos territórios inseridos nas Montanhas Mágicas, no sentido da apreciação das paisagens, procura da autenticidade e identidade, valorização do modo de vida rural e suas tradições, reviver tempos passados, entre outros. Por outro lado, a atração dos urbanos pelo mundo rural que veem na aldeia um sinónimo de qualidade de vida, tem levado cada vez mais pessoas a procurarem o rural como espaço para residir, descansar ou mesmo trabalhar. Além disso, as crescentes intervenções no mundo rural têm aumentado a qualidade de vida destas populações.

Inseridas na rede “Aldeias de Portugal” e ainda na designada região das “Montanhas Mágicas” estão duas aldeias do concelho de Vale de Cambra, respetivamente a aldeia da Felgueira e a aldeia do Trebilhadouro, que foram escolhidas para objeto de estudo neste projeto.

A aldeia da Felgueira, ver (Apêndice 1 – Aldeia da Felgueira e Anexo 5 – Aldeia Turística da Felgueira), localiza-se na encosta sul da serra da Freita (Gonçalves, 2012), num sítio classificado pela Rede Natura 2000 (Cruz, 2008). A aldeia da Felgueira pertence à freguesia de Arões, freguesia

que no ano de 2001 contava com 1952 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2007a) e uma densidade populacional de 47,15 habitantes por km<sup>2</sup> (Instituto Nacional de Estatística, 2007b). Em 2011 a sua população e respetiva densidade populacional tinham diminuído, passando para 1459 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2012) para uma densidade demográfica de 36,2 habitantes por km<sup>2</sup> (INE, 2011).

Relativamente à preservação da aldeia, esta conserva o seu aspeto tradicional com o seu acesso feito por pedras gastas pelo tempo, as habitações construídas em granito e cobertas por lousa, os caminhos empedrados e estreitos onde ainda se encontram manifestações da atividade agrícola praticada em socalcos que lhe conferem um colorido único (Cruz, 2008; Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2014). Exemplos destas manifestações da atividade agrícolas são “as ramadas, os tanques, as fontes, as eiras e os espigueiros” ... [sendo] “a expressão mais evidente da ... feição predominantemente rural [da região].” (Gonçalves, 2012, p. 24). Outro dos aspetos marcantes na aldeia da Felgueira é a sua paisagem em que o verde da Serra da Freita contrasta com o azul do rio Cabrum (Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2009). O acesso à aldeia faz-se através da EN 227 (Cruz, 2008), que divide a aldeia em duas, ficando a parte velha do lado de baixo da estrada, habitada apenas por dois moradores e na parte de cima a aldeia nova ou “núcleo novo” onde reside a maioria dos habitantes da aldeia da Felgueira.

Quanto às populações, também estas mantêm os usos e costumes de tempos passados tendo a Associação Desportiva e Cultural da Felgueira um papel predominante no desenvolvimento de atividades que visam a dinamização e preservação das tradições dos aldeões (Cruz, 2008; Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2014).

Em termos gastronómicos, o destaque vai para a vitela arouquesa e o cabrito da Gralheira, que poderão ser degustados nos restaurantes típicos (Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2014; Cruz, 2008) “Mira Freita” e “Nino da Freita”.

Quanto às atividades que poderão ser desenvolvidas destacam-se os percursos pedestres ao longo da aldeia ou pela Serra da Freita, os banhos no rio Cabrum, a participação nas festividades anuais em honra de São Tiago e Nossa Senhora da Libertação. No espaço envolvente poderá ainda usufruir-se do parque de merendas da Felgueira, do parque de lazer do Rio Amarela, da praia fluvial de Pontemieiro, assim como adquirir uma recordação na Artfreita, espaço que serve de exposição e comercialização de artesanato (Cruz, 2008; Turismo do Porto e Norte de Portugal 2014). À data deste estudo esta aldeia contava com os seguintes equipamentos de apoio ao turismo: um café com minimercado, dois restaurantes, uma loja de artesanato.

A aldeia do Trebilhadouro (ver Apêndice 2 – Aldeia do Trebilhadouro), integrada na freguesia de Rôge, é a outra aldeia do concelho inserida na rede Aldeias de Portugal e encontra-se desabitada há mais de 15 anos (Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2009). Está inserida numa das encostas da Serra da Freita a uma altitude média de 625 metros (Traços d’Outrora, 2014), estando rodeada pela serra do Trebilhadouro e pelo Alto do Galinheiro, a partir da qual se pode observar o reflexo da ria de Aveiro (Câmara Municipal de Vale de Cambra, 2009; Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2014). Embora não existam provas, presume-se que o núcleo original tenha sido habitado pelos Romanos ou Lusitanos, dada a altitude média acima dos 600 metros; a sua localização na encosta Sul da montanha abrigada dos ventos de Norte pelas formações rochosas que a rodeiam reuniu as condições necessárias para despertar a atenção do Homem (Gonçalves, 2012). Segundo a casa dos Avós (s.d.), o nome Trebilhadouro advém de uma lenda, segundo a qual, nesta aldeia foram encontradas três bilhas de ouro, o que na linguagem popular deu origem ao topónimo Trebilhadouro.

De acordo com o Turismo do Porto e Norte de Portugal (2014) a existência de várias eiras e canastos deixam adivinhar que o Trebilhadouro teve um passado ligado à atividade agrícola e florestal. Ainda nos nossos dias a paisagem circundante é marcada pela presença de campos em socalcos e de espécies florestais como os pinheiros e eucaliptos. No interior da aldeia o realce vai para as habitações que seguem o traçado da casa rural portuguesa construída com pedras de granito, material também empregue na edificação dos caminhos. Igualmente perceptível é o espírito comunitário dos povos que aqui residiram através de testemunhos edificadas, como o tanque público, a fonte e a Casa do Forno. Em termos ambientais o destaque vai para a elevada florestação, por ser neste espaço que nasce o ribeiro que vai desaguar ao rio Caima. (Turismo do Porto e Norte de Portugal, 2014).

Entre 2008 e 2009 a Câmara Municipal de Vale de Cambra contribui para a requalificação deste povoado através da melhoria dos caminhos dentro da aldeia, construção e restauro de muros que limitam o espaço pedonal público, implementação de bancos, papeleiras e sinalética de madeira e granito, dado serem estes os materiais dominantes (Gonçalves et al., 2011b).

Atualmente a maioria das habitações encontram-se recuperadas e estão a ser exploradas turisticamente pela empresa Traços d’Outrora (Traços d’Outrora, 2014), assim como pelas empresas Casa dos Avós e Trebid’Ouro. De acordo com Gonçalves (2012), as duas primeiras empresas recuperaram dez casas para alojamento turístico, com a capacidade de vinte e nove camas, tendo esta recuperação sido financiada pelo subprograma 3 do PRODER / ADRIMAG (Associação de Desenvolvimento Integrado da Serra de Montemuro, Arada e Gralheira).



## Capítulo 5 – Metodologia

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998) a melhor forma de iniciar um trabalho de investigação em ciências sociais é pela formulação da pergunta de partida, que irá servir de fio condutor à investigação. Nesse sentido, a pergunta deverá conter as seguintes qualidades: clareza, exequibilidade e pertinência. Na presente investigação a pergunta de partida é a seguinte “O turismo tem ou poderá ter um papel dinamizador nos espaços rurais, especificamente nas aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro?”. No seguimento da pergunta de partida a presente investigação procurava avaliar se o turismo está a ter ou pode vir a ter um papel dinamizador nas duas aldeias em análise, com base na opinião diversos *stakeholders* desses destinos, mais concretamente, a população local, agentes da oferta e entidades responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo. O presente capítulo descreve a metodologia empregue na elaboração do presente projeto no sentido de obter informação que permita responder à pergunta de partida. Este capítulo encontra-se dividido em três secções: a primeira descreve sumariamente o método de recolha de dados utilizado. A segunda secção é respeitante à amostragem e procura descrever quais foram os métodos de amostragem empregues e o número total de entrevistados. A última secção descreve a forma como a informação foi analisada.

### 5.1 Instrumento de recolha de dados

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998) o objetivo de uma investigação é o de responder à pergunta de partida, pelo que o investigador deverá recolher as informações que lhe permitam responder a essa pergunta. Nesta investigação procurava-se perceber se o turismo estava a ter ou poderia vir a ter um papel dinamizador nas aldeias em análise. Para o efeito, para cada uma das aldeias que compõem o presente estudo, procurou obter-se informação junto de diferentes *stakeholders* que estiveram ou estão, direta ou indiretamente, associados à atividade turística e/ou à requalificação da respetiva aldeia. Neste sentido, no presente projeto foi empregue uma metodologia qualitativa com base em entrevistas realizadas junto dos Residentes Locais (RL), Agentes da Oferta (AO) e Entidades Locais Responsáveis pelo Desenvolvimento e Gestão do Turismo (EL). Estas entrevistas foram gravadas e transcritas na sua quase totalidade e, posteriormente, analisadas. Os motivos para a escolha deste método estão relacionados com o facto de a entrevista, comparativamente com os questionários, ser um método menos rígido, no qual o investigador consegue obter mais informações. Segundo Aaker e Day (1990) o método qualitativo é menos estruturado e mais intensivo que os inquéritos baseados em questionários. O facto de as entrevistas serem um método menos estruturado que os questionários e a relação entre entrevistado

e entrevistador ser mais flexível assegura a obtenção de uma informação mais rica e mais aprofundada (Aaker & Day, 1990). Também Quivy e Campenhoudt (1998) defendem que as principais vantagens das entrevistas são a maior profundidade dos elementos recolhidos e a sua maior flexibilidade, o que possibilita ao investigador recolher os testemunhos e interpretações dos entrevistados respeitando a sua linguagem e quadros de referência mental. Neste sentido, foram elaborados três guiões de entrevista, dois constituídos por questões abertas, que eram direcionados às EL e aos AO, e um composto por questões abertas e fechadas, dirigido aos RL. Para se obter mais informação e com maior rigor foram elaboradas questões específicas para cada grupo de entrevistados. De referir que, nestes guiões, existiam três questões que eram exclusivas da aldeia da Felgueira, dado que o Trebilhadouro se encontrava até à sua requalificação desabitado. Estes guiões de entrevista podem ser consultados no Apêndice 3 – Guiões das entrevistas.

As questões que constituem os guiões das entrevistas foram elaboradas com base na revisão da literatura, como pode ser observado na Tabela 9. O guião de entrevista destinado aos RL era composto por vinte e uma questões, das quais catorze eram questões abertas e sete questões fechadas. Estas últimas (as questões fechadas) procuravam caracterizar o entrevistado em termos socioeconómicos e verificar se os residentes das aldeias em estudo tinham características semelhantes às características das populações rurais descritas na literatura. As questões de resposta aberta deste guião também constam nos outros dois guiões e procuravam medir a perceção e o envolvimento dos inquiridos na intervenção/atividade turística. A questão número oito é específica da aldeia da Felgueira.

Três questões procuram avaliar as perceções gerais dos diferentes *stakeholders* entrevistados relativamente às intervenções efetuadas nas aldeias. Segundo Souza e Eusébio (2010) a pertinência desta avaliação está relacionada com parte da literatura revista, onde se refere que uma comunidade é constituída por diferentes grupos de pessoas que partilham o mesmo espaço, pelo que as perceções acerca de um determinado aspeto poderão ser diferentes de grupo para grupo, de acordo com o seu contexto socioeconómico.

Uma outra questão procura analisar o envolvimento dos diferentes *stakeholders* no processo de requalificação que ocorreu nas duas aldeias em estudo. O motivo que levou à sua formulação prendeu-se com o facto de a não inclusão da população no processo de requalificação de um destino poder traduzir-se na sensação de perda de pertença e de autenticidade por parte desta e no desenvolvimento de uma conduta menos positiva face ao turismo (Reis, 2012). Por outro lado, a não auscultação da população sobre a intervenção pode gerar conflitos entre esta e os agentes da oferta uma vez que a população local faz parte do produto turístico, através dos seus modos de vida, costumes e tradições, entre outros aspetos (Reis, 2012).

Atendendo a que a atividade turística origina impactes positivos e negativos que se dividem em económicos, socioculturais e ambientais (Jesus et al., 2010), foi solicitado aos diferentes *stakeholders* que indicassem a perceção que tinham dos impactes do turismo e da intervenção nas aldeias nestas quatro dimensões. Relativamente aos impactes económicos foram elaboradas cinco questões em que se procurou verificar se a intervenção e a atividade turística tinham levado ao aumento do número de visitantes, ao aumento de rendimentos e ao desenvolvimento de outras atividades económicas nas aldeias. A análise dos impactes sociais foi realizada com três questões que pretendiam verificar se o turismo e a intervenção levaram à melhoria das condições de habitabilidade, se ajudaram a fixar a população e se contribuíram para diminuir o seu isolamento. A nível cultural, as duas questões efetuadas procuraram avaliar se a intervenção respeitou os aspetos culturais, arquitetónicos e ambientais e se o turismo ajudou a preservar as tradições.

O guião de entrevista dos AO era composto por um total de vinte e duas questões abertas, catorze eram comuns aos guiões dos RL e das EL, quatro específicas dos AO e quatro eram comuns somente aos guiões dos EL. As questões oito e dezoito são específicas para a aldeia da Felgueira. Entre as quatro questões comuns aos guiões dos AO e EL, uma procurava averiguar as sugestões destes entrevistados para que a atividade turística tivesse um papel mais dinamizador nas respetivas aldeias. Duas questões estavam relacionadas com os impactes económicos da intervenção/atividade turística e procuravam descobrir se os entrevistados estabeleciam parcerias e com quem. A pertinência desta pergunta prende-se com o facto de a revisão da literatura referir que as parcerias permitem minimizar os efeitos negativos da atividade turística e maximizar os seus proveitos. Na última questão procurava averiguar-se a requalificação melhorou a experiência turística dos visitantes, dada a importância que a experiência vivida pelo turista tem na competitividade de um destino.

As restantes questões eram específicas para os AO e estavam relacionadas com o funcionamento da atividade comercial. Nestas questões procurou-se verificar se os agentes empregavam colaboradores locais e utilizavam/comercializavam produtos locais, o que, de acordo com a revisão da literatura, traria benefícios para região, diversificando a atividade económica, criando postos de trabalho, aumentando os rendimentos e ajudando a fixar a população. Por outro lado, a utilização de produtos locais vai ao encontro da crescente procura destes produtos por parte dos visitantes. Por último, os agentes foram interrogados sobre se a requalificação da aldeia levou ao aumento do volume de negócios, uma vez que a intervenção deveria implicar um acréscimo da visitação da aldeia e, por consequência, ao aumento das transações comerciais realizadas pelos agentes.

O guião de entrevistas das EL era composto por vinte e seis questões abertas, catorze eram comuns aos guiões dos RL, dezoito aos guiões dos AO e oito eram específicas das EL. As questões onze e



quinze são específicas da aldeia da Felgueira. Nas questões específicas dos guiões das EL, uma era exclusiva da Felgueira, porque procurava saber onde residia a maioria da população para a poder caracterizar, referindo-se, as restantes, à requalificação efetuada nas aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro. Neste âmbito, procurava-se perceber em que ano se iniciaram os trabalhos de requalificação, se já tinham terminado, o que é que tinha sido requalificado, quais as entidades que intervieram, quantas casas tinham sido recuperadas e quantas estavam destinadas ao turismo. Pretendia-se obter esta informação relativamente às duas aldeias em estudo.

**Tabela 9 - Organização das questões da entrevista por secções**

<i>Secções</i>		<i>RL</i>	<i>AO</i>	<i>EL</i>	<i>Literatura</i>
<b>Caracterização das aldeias</b>				Q11*	
<b>Caracterização dos inquiridos</b>		Q15; Q16; Q17; Q18; Q19; Q19.1	Empresa	Entidade	(Reis, 2012)
<b>Processo de intervenção</b>	<b>Caracterização do processo</b>			Q4; Q5; Q5.1; Q6; Q9; Q10; Q7	(Cruz, 2008); (Eusébio & Figueiredo, 2014); (Eusébio & Kastenholtz, 2010); (Figueiredo & Eusébio, 2014); (Jesus et al., 2010); (Kastenholtz, 2003); (Kastenholtz et al., 2014a); (Lane, 1994, 2005); (Reis, 2012); (Souza & Eusébio, 2010);
	<b>Perceções gerais</b>	Q1; Q2; Q7	Q1; Q2; Q7; Q20	Q1; Q2; Q14; Q24	
	<b>Envolvimento</b>	Q3	Q3	Q3	
<b>Impactes da intervenção e do turismo</b>	<b>Económicos</b>	Q10; Q11; Q12; Q13; Q14;	Q10; Q11 Q17; Q17.1; Q18*; Q12; Q16; Q13; Q14; Q19; Q19.1	Q17; Q18; Q19; Q20; Q21; Q22; Q22.1	(Cavaco, 2003); (Eusébio & Figueiredo, 2014); (Figueiredo & Eusébio, 2014); (Kastenholtz, 2010, 2014); (Kastenholtz et al., 2014a); (Lane, 1994, 2005); (Mesquita, 2010); (Milheiro et al., 2014); (Moreira, 1994); (Queiroz, 2015); (Silva et al., 2003).
	<b>Sociais</b>	Q5; Q6; Q8*	Q5; Q6; Q8*	Q12; Q13; Q15*	(Aldeias de Portugal, 2013); (Kastenholtz, 2014); (Lane, 1994); (Melo et al., 2012); (Mesquita, 2010); (Moreira, 1994); (Souza & Eusébio, 2010).
	<b>Culturais</b>	Q4; Q9	Q4; Q9	Q8; Q16	(Melo et al., 2012); (Moreira, 1994); (Souza & Eusébio, 2010).
	<b>Ambientais</b>		Q4;	Q8	(Jesus et al., 2010); (Kastenholtz, 2010); (Souza & Eusébio, 2010).
<b>Sugestões para dinamizar o turismo</b>			Q15	Q23	

\* Exclusiva da aldeia da Felgueira

Fonte: Elaboração própria

## 5.2 Amostragem

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1998), a população é a totalidade de elementos que constituem um conjunto, podendo o termo ser usado para designar um conjunto de pessoas, organizações ou objetos. Segundo Aaker e Day (1990) o número de inquiridos no método qualitativo é menor, pelo que representa apenas parte de um *target* da população. No presente projeto a população era constituída por todos os residentes da aldeia da Felgueira e do Trebilhadouro, todos os agentes da oferta ligados à atividade turística existentes nas aldeias em estudo e todas as entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo. Segundo

Quivy e Campenhoudt (1998), nem sempre é possível ou útil reunir informações sobre cada unidade que compõe a população.

Durante o mês outubro foram realizadas dezassete entrevistas (Tabela 10). No caso dos AO e das EL, procurou realizar-se entrevistas a todos os elementos que constituíam a população, ou seja, a todos os AO existentes nas aldeias e às EL que foram identificadas como tendo maior responsabilidade no desenvolvimento e gestão do turismo nas aldeias. Considerando que a aldeia do Trebilhadouro esteve, durante muito tempo, desabitada, no que respeita aos residentes foi feita apenas uma entrevista à última ex-residente desta aldeia. Dada a impossibilidade de entrevistar todos os residentes que fazem parte da aldeia da Felgueira, foram utilizados dois métodos de amostragem para selecionar os habitantes a entrevistar nesta aldeia, nomeadamente, por conveniência e por bola de neve.

Na aldeia da Felgueira foram efetuadas quatro entrevistas aos residentes, tendo uma delas sido feita a um dos dois únicos habitantes que ainda se encontram a viver na parte velha da aldeia. A entrevista à segunda moradora, apesar das várias tentativas para a contactar em dias diferentes, infelizmente nunca não foi possível, uma vez que esta se encontrava sempre ausente. Foram igualmente entrevistados os três únicos agentes da oferta a operar nesta aldeia - dois proprietários de estabelecimentos de restauração -, nomeadamente, do Mira Freita e do Nino da Freita – (sendo o primeiro também dono de uma loja de artesanato), e um outro agente dono de um café/supermercado - o Kim café. As entrevistas foram realizadas no próprio estabelecimento e sem agendamento prévio. Relativamente às entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo, foram realizadas três entrevistas, designadamente, ao presidente da Associação Desportiva e Cultural da Felgueira, ao presidente da Junta de Freguesia de Arões e ao coordenador da ADRIMAG. As entrevistas efetuadas com as duas primeiras EL necessitaram de ser agendadas, o mesmo não acontecendo com a do coordenador da ADRIMAG, a quem foi feita uma entrevista para obter, simultaneamente, informação sobre as duas aldeias. No que diz respeito ao Trebilhadouro, dado tratar-se de uma aldeia isolada e que esteve abandonada e desabitada durante muitos anos, o guião de entrevista à população local foi apenas aplicado, como referido anteriormente, à última ex-residente da aldeia, a morar numa povoação próxima. Quando se realizou este estudo a aldeia era apenas habitada por um único casal oriundo do concelho de Vila do Conde, que se tinha mudado para a aldeia precisamente no dia da entrevista, contratado para se encarregar da preservação da aldeia e evitar vandalismo. Relativamente aos agentes da oferta, foram entrevistados os três proprietários das unidades de alojamento a operar de momento e que são, simultaneamente, os únicos agentes da oferta existentes na aldeia. Atendendo a que, nas várias deslocações efetuadas pelo investigador à aldeia, esta se encontrava desabitada, as entrevistas

foram agendadas por via telefónica e duas foram realizadas no interior dos meios de alojamento, tendo sido uma terceira efetuada no escritório do proprietário. No que se refere às três entidades responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo, foram realizadas entrevistas à ADRIMAG, à Câmara Municipal de Vale de Cambra e ao presidente da Junta de Freguesia de Rôge. No caso da segunda entidade, apesar de o investigador se ter deslocado pessoalmente a esta instituição e ter conversado com o responsável pelo Departamento de Planeamento e Ordenamento do município, este escusou-se a gravar a entrevista, remetendo a respostas às questões por correio eletrónico, tendo para o efeito ficado com uma cópia do guião da entrevista. Por outro lado, alegando que não se encontrava ao corrente das intervenções efetuadas na aldeia da Felgueira, apenas remeteu as suas respostas para a requalificação da aldeia do Trebilhadouro. À semelhança do que ocorreu com o presidente da Junta de Freguesia de Arões, também foi necessário agendar uma reunião com o presidente da Junta de Freguesia de Rogê.

**Tabela 10 - Composição da amostra**

Stakeholders	Aldeias		Total
	Felgueira	Trebilhadouro	
<i>RL</i>	4	1	5
<i>AO</i>	3	3	6
<i>EL</i>	3	3	6
<i>Total</i>	10	7	17

Fonte: Elaboração própria

### 5.3 Análise de dados

No que se refere à metodologia de análise dos dados, é importante referir que as entrevistas realizadas (entrevistas já mencionadas no capítulo anterior) foram gravadas e, posteriormente, parcialmente transcritas, tendo sido transcritas as partes das entrevistas que foram consideradas mais relevantes para o fenómeno em análise. Para analisar a informação obtida através das entrevistas procedeu-se a uma análise de conteúdo desta informação. Nesta análise foram, primeiramente, definidas, com base na literatura, algumas categorias de análise que correspondiam, sobretudo, aos diferentes tipos de potenciais impactes do turismo rural identificados na revisão da literatura. A informação recolhida foi então sendo analisada considerando as categorias de análise, tendo-se depois confrontado a informação recolhida com o que era mencionado na literatura revista.

## **Capítulo 6 – Apresentação e análise dos resultados**

O presente capítulo procura descrever os principais resultados obtidos nas entrevistas efetuadas aos Residentes Locais (RL), aos Agentes da Oferta (AO) e às Entidades Locais Responsáveis pelo Desenvolvimento e Gestão do Turismo (EL), realizadas nas aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro para compreender se o turismo tem ou poderá ter um papel dinamizador dos destinos rurais. Na análise da informação recolhida, foram articulados conhecimentos adquiridos ao longo da revisão da literatura e das respostas dos entrevistados que podem ser consultadas na íntegra no Apêndice 4 – Entrevistas. Foi explorada a perceção que os residentes, os agentes da oferta e as entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo têm da atividade turística e das intervenções que têm vindo a ser feitas por determinados organismos, nomeadamente, na aldeia da Felgueira pela ADRIMAG, ADCF, Câmara Municipal de Vale de Cambra, privados e Junta de Freguesia de Arões, e na aldeia do Trebilhadouro, pela ADRIMAG, pela Câmara Municipal de Vale de Cambra e pelos privados com apoio financeiro dos fundos europeus. Neste contexto procurou-se compreender se o turismo tem ou poderá ter um papel dinamizador nas duas aldeias e se, por outro lado, existem diferenças entre as perceções dos grupos entrevistados. A finalizar, serão apresentadas algumas sugestões de melhoria.

### **6.1 Caracterização dos inquiridos da Felgueira e do Trebilhadouro**

A presente secção procura caracterizar resumidamente o perfil dos entrevistados das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro, utilizando para o efeito, as informações presentes nas entrevistas.

Na Felgueira foram entrevistadas as seguintes pessoas:

- Três agentes da oferta, nomeadamente, os responsáveis pelos restaurantes Mira Freita e Nino da Freita e do café/supermercado Kim café;
- Três representantes de entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo, designadamente, da Junta de Freguesia de Arões, da Associação Desportiva e Cultural da Felgueira e da ADRIMAG;
- Quatro residentes.

No que respeita aos residentes, dois eram do sexo masculino e dois do sexo feminino. Ainda relativamente à caracterização destes quatro residentes, é de referir que um tinha mais de 65 anos, dois encontravam-se entre os 41 e os 64 anos e um outro entre os 21 e os 40 anos. Quanto às habilitações literárias, três tinham o ensino básico e um quarto o ensino superior. Face à situação

perante o emprego, um encontrava-se reformado, outro desempregado e os outros dois estavam a exercer uma atividade profissional. Quando confrontados com a questão relativamente ao facto de exercerem alguma atividade agrícola, apenas um residente respondeu que não, enquanto os restantes a praticam a tempo parcial, sobretudo para o autoconsumo.

No Trebilhadouro foram entrevistadas as seguintes pessoas:

- Os três agentes da oferta existentes, todos ligados ao alojamento turístico, nomeadamente, os responsáveis pelos Traços d'Outrora, Casa dos Avós e Trbid'Ouro;
- Três representantes das entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo, designadamente, a Câmara Municipal de Vale de Cambra, a Junta de Freguesia de Rôje e a ADRIMAG.
- Quanto à população residente, dado tratar-se de uma aldeia desabitada, a entrevista foi realizada à última ex-residente viva.

A ex-residente entrevistada era do sexo feminino, com a idade compreendida ente os 41 e os 64 anos, com o ensino básico e estava no ativo, dado que era proprietária de um grupo de casas que gere com ajuda do filho e que se dedicava à agricultura a tempo parcial (sendo a produção destinada ao autoconsumo).

## **6.2 Processo de requalificação**

Nesta secção procura-se descrever sumariamente o processo de requalificação efetuado nas aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro de acordo com a informação recolhida nas entrevistas, que inclui três temáticas: as características do processo de reabilitação, o envolvimento dos entrevistados na requalificação e as perceções gerais relativamente a este processo.

### **6.2.1 Características do processo**

Segundo as entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo, a ideia da requalificação da aldeia da Felgueira surgiu no papel em 1996, sendo realizada a primeira memória descritiva sobre a requalificação em 1998, e tendo-se iniciado os trabalhos no terreno em 2004.

“Em 1996 tivemos a ideia (...) em 1998 foi escrita a primeira memória descritiva daquilo que seria a requalificação da aldeia em que moldes seria feita embora que muito vago (...) em 1998, 1999 saiu a primeira memória descritiva e detalhes ao pormenor do que seria o projeto de requalificação na aldeia, definindo ao pormenor cada uma das ações e a forma como elas se interligavam.

Fisicamente e no terreno a requalificação na aldeia no âmbito deste projeto começou em 2004”(EL2);

“Pois não, pois não, não estava lá na junta. Foi quê há quinze anos.” (EL 3);

“(…) foi em 1998 (…)”(EL 1).

Na aldeia do Trebilhadouro a data de arranque da requalificação não é consensual entre os entrevistados, no entanto depreende-se que o arranjo das infraestruturas, nomeadamente dos caminhos e do saneamento terá sido realizado pela Câmara Municipal nos anos de 2006 e 2007. Em 2009 o projeto de requalificação das infraestruturas de apoio estaria concluído e o restauro das habitações iniciou-se em 2010 ou 2011. De destacar que uma entidade refere que a requalificação se iniciou em 2013, diferenciando-se das afirmações dos restantes entrevistados.

“Os trabalhos de requalificação começaram pelo saneamento e pelos arruamentos, que foi a Câmara que fez em 2007. Depois o trabalho de recuperação das casas propriamente dito só começou em 2011. Em 2009 o projeto foi feito e começou em 2010 o restauro das casas.” (EL 5);

“Ano de 2006.” (EL 4);

“Em 2013.” (EL1).

Relativamente ao término das intervenções efetuadas nestas aldeias, verificou-se que, na Felgueira, é unânime a opinião entre as entidades responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo, de que estas intervenções estão longe de estarem terminadas e de que ainda há muito por fazer, uma vez que, se algumas ações já terminaram, a maioria das ações que englobam o projeto nem sequer começaram, como se pode confirmar pelas respostas dos entrevistados.

“(…) Não (…) terminaram as intervenções que estavam previstas inicialmente (…) na Felgueira ainda há muito por fazer. As intervenções ainda estão longe de estarem terminadas (…)”(EL 1);

“(…) Não! Ainda não terminaram, algumas ações, como são ações separadas (…) Algumas ações foram começadas e foram concluídas, outras ações ainda não foram sequer começadas no âmbito de todo o projeto, (…), ainda não terminou. Algumas ações ainda nem sequer começaram (…)”(EL2);

“(…) Não, não, estão ainda muito atrasadas (…)”(EL 3).

No Trebilhadouro, apesar dos trabalhos de requalificação terem arrancado numa fase posterior aos da Felgueira, esta aldeia encontra-se numa fase mais adiantada do processo. Os arranjos do espaço público terminaram em 2007, como se pode confirmar pelo seguinte excerto de uma entrevista, “Os trabalhos de reabilitação do espaço público terminaram em 2007 (…)” (EL 4). No entanto, de acordo com uma entidade local responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo, a intervenção ainda não terminou - “Não, ainda não estão terminadas.” (EL 1). Apesar de a intervenção não ter terminado, o que falta é uma parte residual, cerca de vinte por cento, segundo o responsável por uma entidade local. “ (…) Há lá cinco ou seis casas que não estão restauradas, mas que são de pessoas que não quiseram aderir ao projeto. O que está feito, o que está iniciado está

concluído. Agora há lá casas que não estão restauradas, mas será vinte por cento talvez, o resto está concluído.” (EL 5).

De acordo com Cruz (2008) a rede Aldeias de Portugal, onde estão incluídas a Felgueira e o Trebilhadouro, tem como objetivo a defesa do património natural e edificado das aldeias e a dotação das casas com as condições de habitabilidade necessárias no mundo moderno.

Relativamente à aldeia da Felgueira, os entrevistados referem que foram requalificadas algumas habitações, um restaurante, arruamentos, duas praças da aldeia, a eira comunitária, os moinhos da Sobrosa, percursos pedestres, sinalética, um parque de merendas e foi criada uma loja de artesanato. Embora grande parte do investimento neste processo tenha sido público, houve também investimento privado, particularmente na recuperação de habitações.

“Foram intervencionadas três casas e um restaurante.” (EL 1);

“Foi requalificados os moinhos da Sobrosa, (...) dois percursos pedestres, inicialmente o percurso turístico dos moinhos (...) o percurso varandas da Felgueira, foi requalificada a praça central, a praça principal são dois núcleos no centro da aldeia. Foi feito um parque de merendas, cá na aldeia, (...) duas ou três ruas no interior da aldeia, (...) eira comunitária, (...) sinalética, foi colocada alguma sinalética na aldeia (...) Investimento particular foi requalificado cerca de cinco a seis casas, (...) criada uma loja de artesanato. Passou por aqui a requalificação da aldeia em termos de ações concluídas.” (EL 2);

“(...) alguma parte que é pública, quer os arruamentos, quer uma casa que é da propriedade da associação e as outras foram particulares que recuperaram as suas

Habitações.” (EL 3).

No que diz respeito à reabilitação efetuada no Trebilhadouro, a nível do setor público, a aldeia foi dotada de infraestruturas base, como por exemplo infraestruturas de abastecimento de água, eletricidade, saneamento, vias de acesso e telecomunicações, como referem duas entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo - “Vias, telecomunicações, energia elétrica, água e saneamento.” (EL 4); “Tudo. Foi tudo desde arruamentos, saneamento básico, água, luz (...)” (EL 5). A nível do setor privado foi restaurado um conjunto de casas e uma prensa, tendo ainda sido edificado o primeiro hotel na aldeia.

“Requalificado um conjunto de casas (...) Numas, requalificações completas, noutras, requalificações parciais.” (EL 1);

“(...) O restauro das casas. Até, inclusive uma prensa que lá havia foi restaurada. Tudo o que lá estava foi restaurado a cem por cento, tirando as casas que faltam, mas isso aí, são particulares, não pensaram aderir ao projeto, como tal, estão paradas.” (EL 5);

“Ao nível privado foram reabilitadas algumas habitações e construída uma pequena unidade hoteleira.” (EL 4).

Relativamente à recuperação do património arquitetónico construído, no que diz respeito à aldeia da Felgueira, segundo a EL 2, foram recuperadas a nível particular “(...) Á volta de seis, sete casas

(...)”(EL 2), segundo a EL 1 “(...) Três casas (...)” (EL 1) e o EL 3 não soube precisar quantas casas foram recuperadas - “Precisar assim o número exato não sei” (EL 3).

Na aldeia do Trebilhadouro o número de habitações requalificadas citadas pelos entrevistados não é consensual. No entanto, de acordo com as declarações de dois responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do destino, o total de casas requalificadas pode rondar onze a treze casas.

“(...) treze ao todo.” (EL 1);

“Eu penso que entre onze a doze casas foram recuperadas.” (EL 5);

“Dois privados que tinham a posse de 4 a 5 casas.” (EL 4).

De referir que, na aldeia da Felgueira, apesar de a recuperação das casas ter sido destinada ao alojamento turístico, estes meios de alojamento ainda não estão em funcionamento.

“Todas as intervenções foram destinadas a alojamento turístico, com exceção do restaurante.” (EL 1);

“Neste momento (...) ainda não há nenhuma casa registada no Instituto do Turismo como Alojamento Turístico. Por conversas que tenho tido com alguns proprietários das casas, eu penso que, nesta fase, quatro a cinco casas estão destinadas ao turismo.” (EL 2);

“Pela informação que eu tenho, não estão nenhuma. Acho que não está nenhuma neste momento, para turismo, são particulares, algumas que estão habitadas, outros são pessoas de fora que as adquiriram e agora vêm passar lá o fim de semana.” (EL 3).

Tal como na Felgueira, a reabilitação das habitações do Trebilhadouro foi para efeitos de alojamento turístico, exceto uma residência cuja reabilitação foi anterior à intervenção a nível das infraestruturas básicas da aldeia.

“(...) todas intervencionadas para alojamento de turismo.” (EL 1);

“Todas as que foram reabilitadas, incluindo a unidade hoteleira (...) Existe uma habitação não afeta ao turismo, cuja reabilitação é anterior à reabilitação do espaço público.” (EL 4);

“Todas. Há uma dessas casas que foi recuperada e foi ampliada para fazer um hotel (...) das casas antigas, das que havia, foram recuperadas cerca de onze e todas elas estão destinadas ao turismo de habitação.” (EL 5).

Relativamente à intervenção realizada nestas aldeias e, mais concretamente, na Felgueira, esta resultou de uma ação conjunta da Câmara Municipal de Vale de Cambra, da ADRIMAG, da ADCF e de privados, conforme se pode constatar pelos extratos das seguintes entrevistas.

“A ADRIMAG enquanto entidade financiadora. Na aldeia da Felgueira a ADCF e o município também interveio tanto num como noutro. (...)” (EL 1);

“(...) Câmara Municipal, (...) Associação Desportiva e Cultural da Felgueira, (...) Entidades particulares (...) todas essas partes com o apoio da ADRIMAG (...)”(EL 2),

“(...) ADRIMAG (...) Particular (...)”(EL 3).



No Trebilhadouro intervieram a ADRIMAG, como entidade financiadora, o município, que dotou a aldeia das infraestruturas básicas, e que adquiriu e reconstruiu uma casa que irá servir de receção, loja e café, e ainda por privados, que reconstruíram as habitações financiados, em parte, pela ADRIMAG.

“(…) Na aldeia do Trebilhadouro na aquisição e requalificação de uma casa para servir como espaço central, digamos assim (…)” (EL1).

“Município e os privados proprietários de habitações.” (EL 4).

“(…) Os proprietários, a ADRIMAG (…) e a Câmara Municipal, principalmente com os arruamentos, saneamento básico e água e ultimamente recuperaram uma casa para prestar apoio ao turismo na aldeia.” (EL 5).

### **6.2.2 Envolvimento no processo de requalificação**

Segundo Reis (2012) os conflitos existentes entre residentes e agentes da oferta devem-se, muitas vezes, ao facto de nos processos de desenvolvimento local, a população não ser incluída, desenvolvendo-se nesta a sensação de perda de pertença ou de autenticidade. Também, Jesus et al., (2010) referem que é indispensável o conhecimento das perceções da comunidade local face ao turismo, uma vez que, a população local faz parte do produto turístico, através dos seus modos de vida, costumes e tradições, etc.

Dada a pertinência deste conteúdo, através da questão, “Antes da intervenção efetuada na aldeia pediram-lhe a sua opinião (…)?”, procurava-se verificar se a população, agentes e entidades locais, foram ouvidos sobre a requalificação realizada nas aldeias em estudo. Na Felgueira, constatou-se que, de um total de oito respostas, três dos entrevistados responderam que “Sim” e cinco que “Não”.

“Sim, neste caso concreto e mais sendo a associação promotora e quem iniciou este processo, claro, sem dúvida que pediram a nossa opinião, aliás nós é que lançámos a ideia de fazer a requalificação da aldeia. Nós, associação e eu, não na altura como presidente (…) desde 1996 foi um processo que nasceu aqui da associação e daí a ideia de requalificar e dinamizar a aldeia. Portanto sim, pediram a opinião.” (EL 2);

“É assim, nunca perguntaram nada, mas a gente tem sugerido, o saneamento, a parte turística, aproveitar a nossa serra, a parte da casa da Cota (…)” (AO 1);

“Não, não, não.” (RL 4);

“Não, não pediram a opinião, foi uma intervenção coletiva. Houve uma intervenção da ADRIMAG do município e dos privados (…)” (EL 1);

No entanto, é de realçar o facto de a maioria da população local ter sido ouvida, através de várias reuniões realizadas pela ADCF, à qual pertence a maioria da população. Segundo um entrevistado,

também a Junta de Freguesia terá auscultado a população sobre este assunto, como se pode verificar pelos seguintes excertos das entrevistas.

“(…) a minha propriamente não, mas pediram a opinião dos aldeões, sim. E fizeram (…) uma associação onde reuniram imensas pessoas e onde questionaram o que era melhor para as aldeia (…) Pediram a opinião sim.” (AO 2):

“Como era a associação que estava à frente deste projeto, a opinião partiu de todos os sócios da associação (…) todos os sócios tiveram a sua opinião a dar (…) a população local na maioria pertence à associação, portanto, a população teve oportunidade de dar a sua opinião e dizer aquilo que achava dessas intervenções, essas, e outras que foram feitas (RL 2);

“Sim, umas vezes a Junta, outras vezes o pessoal reúne, faz-se uma reunião para ver o que se há de fazer e o que não se há de fazer” (RL 1).

De referir ainda que o presidente da Junta de Freguesia não foi ouvido porque há data não era presidente “Não, não estava na Junta nessa altura. Não era o presidente da Junta.” (EL 3). Neste sentido, conclui-se que, nesta intervenção a comunidade local teve oportunidade de intervir e de dar a sua opinião sobre a requalificação.

No Trebilhadouro, como se tratava de uma aldeia desabitada não houve grande preocupação com esta questão. Por outro lado, foram os proprietários que procederam à requalificação das suas habitações, e a Câmara Municipal de Vale de Cambra dotou a aldeia das infraestruturas base, ambos com o apoio financeiro dos fundos europeus, como refere um agente da oferta.

“É assim, nós já estamos ligados à aldeia desde 2007 (…) começámos a recuperação ainda nem sequer se entrava aqui com um carro, não havia luz, não havia nada. Daí ninguém ter questionado, pelo contrário, foi exatamente o contrário, nós é que começámos. Entretanto, em simultâneo, também tivemos conhecimento que a Câmara já estava com um projeto para adquirir, para receber fundos comunitários para as infraestruturas públicas, caminhos, água, luz (…) Mas basicamente, ninguém nos questionou, pelo contrário. (…) Mas questionar, nunca ninguém nos questionou, porque o processo foi este.” (AO 6).

Quanto às entidades locais, o atual presidente da Junta de Freguesia de Rôge embora não tenha sido ouvido, considera que o anterior presidente foi escutado: “Penso que na altura pediram a opinião do presidente da Junta, porque não era eu. Penso que sim, mas não posso confirmar a cem por cento, mas quase de certeza que pediram a opinião. Quase de certeza absoluta.” (EL 5). De acordo com o coordenador de uma das entidades locais responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo, embora a sua opinião não tenha sido solicitada, a intervenção realizada no Trebilhadouro, resulta de uma intervenção comum do município, ADRIMAG e privados - “Não, não pediram a opinião, foi uma intervenção coletiva. Houve uma intervenção da ADRIMAG do município e dos privados (…)” (EL 1). Uma das entidades acabou por não responder diretamente à questão, referindo que a requalificação do espaço público desta aldeia resulta de um projeto realizado pela divisão de Planeamento da Câmara Municipal de Vale de Cambra, após a sua sinalização na estratégia do Plano Diretor Municipal (PDM) - “O executivo procedeu à reabilitação dos espaços públicos

partindo de um projeto feito na divisão de Planeamento e após esta intervenção ter sido sinalizada na estratégia do PDM.” (EL 4).

Nesta intervenção, os atuais proprietários dos meios de alojamento e antiga residente referiram não ter sido consultados no âmbito deste processo de requalificação, tendo o proprietário do Hotel Rural referido:

“É sim, em parte fui um pouco acompanhante da situação desde o início, mesmo por causa da minha ligação, sou da região (...) e também porque trabalho na Câmara Municipal e sempre acompanhei, embora não me pedissem a minha opinião técnica, sempre acompanhei (...)” (AO 5).

### **6.2.3 Perceções gerais do processo de requalificação**

Para analisar as perceções gerais do processo de requalificação realizado nas aldeias em estudo foi solicitado aos entrevistados que indicassem dois aspetos positivos e dois aspetos negativos da intervenção. Na Felgueira os entrevistados mencionam como positivo a construção ou requalificação de infraestruturas, o aumento da visitação da aldeia que levou ao aumento dos negócios, a valorização do património cultural, a revalorização das tradições, das habitações e dos produtos endógenos.

“(...) empedraram os caminhos (...) e pouco mais têm feito (...)” (RL 1);

“(...) recuperação dos moinhos (...) parque de merendas junto aos moinhos (...)”, (RL 2);

“(...) trouxe muita gente à aldeia, trouxe alguns turistas, trouxe pessoas para viverem aqui, de fora e se não houvesse a intervenção certamente que isso não aconteceria. Uma boa parte das casas restauradas. Mostrar riqueza de toda a forma, riqueza por ter as pessoas cá, tornar o nosso lugar mais rico com outras pessoas e também porque traz movimento e negócio (...)” (RL 3);

“(...) as casas, vem pessoas de fora, água (...)” (RL 4);

“(...) apoio financeiro à parte da restauração. Desenvolver a aldeia na componente económica e o apoio a uma associação de carácter cultural, mas que serve quase como associação de moradores que é a associação da Felgueira (...)” (EL 1);

“(...) Requalificação do património arquitetónico construído (...) algumas das infraestruturas (...) mudança da mentalidade e da intervenção ao nível da mentalidade. Intervenção ao nível da recuperação de tradições e cultural na aldeia (...)”(EL 2);

“(...) Valorização do património histórico e mais antigo da aldeia (...) melhoramento nas pessoas para eles poderem viver melhores condições e poder alugar se eles o entenderem (...) melhoraram toda a construção e foi dentro de alguns critérios de manter a traça rural e antiga da aldeia (...)”(EL 3);

“(...) a aldeia turística e o turismo (...) e a restauração (...)” (AO 1);

“(...) Aldeia turística (...) casas recuperadas (...) a vaca (...)” (AO 2);

“(...) fizeram várias ações nas ruas (...)” (AO 3).

Como aspetos negativos, alguns dos entrevistados lamentam que a intervenção não tenha sido tão profunda quanto o desejável e que se encontre ainda tanto por melhorar em diversos domínios, nomeadamente, na reconstrução de casas, na maior utilização e divulgação de produtos locais na restauração, no saneamento e na divulgação da aldeia.

“(...) negativos, olhe se fosse para falar era a quase tudo! Era a quase tudo, era preciso muita coisa. Mas o pessoal também é pouco!” (RL 1);

“(...) moinhos (...) passados uns anos terem ficado ao abandono (...) parque de merendas junto ao moinho (...) pouco tempo passado tiram-no de lá (...)” (RL 2);

“Na intervenção realizada não conseguimos com esta intervenção, não conseguimos, um dos nossos objetivos, que era também reconstruir ou que a associação dinamizasse a reconstrução das casas, porque o objetivo era também reconstruir as casas, e não se conseguiu fazer isso. E a intervenção que nós fizemos na componente económica com o apoio à reconstrução à parte da restauração, o objetivo era apoiar um restaurante com um carácter típico, utilização dos produtos locais, etc., e isso não foi conseguido (...) não se conseguiu. Um aspeto negativo que poderia ter sido efetivamente melhor.” (EL 1);

“Não ter sido feito tanto quanto era desejável, espectável desde o início. Poucas ações foram iniciadas e concluídas (...) muito pouco foi feito (...) não é negativo mas é algo que não conseguimos, que é a questão de não haver consenso na população, não ser consensual a questão da recuperação e dinamização da aldeia.” (EL 2);

“(...) saneamento (...)” (AO 1);

“(...) facto de estarmos aqui mais perdidos, e não haver umas boas rotas turísticas (...) muita gente não conhece muito bem aqui a zona, e devia ser mais sinalizada (...) falta de comunicação e de interesse de uma grande parte da população em divulgar a sua natureza e o turismo em si (...)” (AO 2).

Foi também referida, pontualmente, a falta de continuidade de algumas ações – “(...) várias ações (...) não continuarem (...)” (AO 3)”. Da análise das entrevistas é ainda possível constatar que dois entrevistados não consideram que a intervenção tenha tido aspetos negativos. “Eu não vejo quais. Francamente, não, negativos, não encontro.” (RL 3), “ Não vejo nada (...) Não há aspetos negativos.” (EL 3).

Na aldeia do Trebilhadouro, como principais aspetos positivos, os entrevistados mencionam, a recuperação das habitações, a dinamização da aldeia e a dotação da aldeia de infraestruturas básicas.

“Apoio à construção do edificado (...) a aldeia do Trebilhadouro é diferente porque estava completamente desabitada, não havia lá ninguém a residir.” (EL 1);

“Acessos, não tinha caminhos para a aldeia, eletricidade, saneamento e também o desenvolvimento da aldeia passar a ser “Aldeia de Portugal”. (RL 5);

“Foi os acessos, água potável, saneamento para as casas.” (AO 4);

“Aquilo estava totalmente abandonado. Não habitava ninguém lá. Estava cheio de silvas (...) não tinha condições nenhuma.” (AO 5);

“O principal é tentar-se recuperar edificações que já estavam completamente ao abandono e destruídas e que voltasse a elevar e a mostrar-se as características arquitetónicas (...) Dinamizar a aldeia quer na chegada de pessoas (...) abertura da casa de apoio da Câmara e que estamos a recriar alguns dinamismos e a recriar uma série de eventos que representem os usos e costumes da região (...)” (AO 6)

“Neste caso daquela aldeia são todas positivas porque aquilo estava abandonado era uma aldeia fantasma e com a recuperação da aldeia deu vida à aldeia porque aquilo estava totalmente abandonado cheio de silvas, não se via casas nenhuma, não vivia lá ninguém (...) tudo o que foi feito foi positivo para a aldeia.” (EL 5)

“Possibilidade de reabilitação do espaço público (vias e infraestruturas); Possibilidade de reabilitação do património construído privado.” (EL 4).

Apesar dos entrevistados considerarem que praticamente não existem aspetos negativos ao nível da intervenção realizada no Trebilhadouro, são pontualmente considerados como aspetos negativos uma das recuperações efetuadas ter descaracterizado a aldeia, a especulação imobiliária, um edifício que iria ter múltiplas funções – indo, designadamente, servir de receção, loja e café - ainda não se encontrar em funcionamento, a maior visitação, bem como o facto da aldeia se encontrar desabitada, o que requer que sejam contratadas pessoas para aí residirem.

“Uma das intervenções realizadas descaracterizou um pouco a aldeia (...) Falta de um plano de salvaguarda que a aldeia de Trebilhadouro não tem. O edifício que era para servir de receção à aldeia e loja de produtos regionais, etc. Ainda não entrou em funcionamento (...)” (EL 1);

“Não houve aspetos negativos em relação à intervenção que foi realizada na aldeia (...) só teve uns aspetos, de talvez mais movimento que em parte, acho positivo porque aquilo era tudo menos caminhos, acessos cheios de silvas, não tinha luz, não tinha água, não tinha saneamento. Hoje tudo isso foi executado.” (AO 5);

“Eu, neste momento, negativos (...) de negativo é o facto de não ter ninguém habitar aqui, daí a nossa necessidade de recrutar alguém que viesse para cá, para a aldeia ser habitável. O segundo negativo eu não encontro. Eu vejo mais pontos positivos que negativos. (AO 6);

“Descaracterização, por vezes, da arquitetura local; Especulação imobiliária.” (EL 4).

Na opinião de uma ex-residente, um agente da oferta e uma entidade local responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo, a intervenção não teve impactes negativos na aldeia. “Não tem. Até ver não podemos apresentar partes negativas porque tem sido desenvolvido.” (RL 5); “Até ao momento, não há.” (AO 4); Não há aspetos negativos. (EL 5).

Através das respostas à questão se “a intervenção contribuiu ou poderá contribuir para desenvolver o turismo ou outras atividades económicas na aldeia”, verifica-se que, tanto na Felgueira como no Trebilhadouro, a maioria dos entrevistados confirmam que a intervenção permitiu o desenvolvimento das aldeias. Na Felgueira, de um modo geral, os entrevistados reconhecem os benefícios da intervenção na dinamização de algumas atividades económicas diretamente ligadas à atividade turística como a restauração, o artesanato e, futuramente, o alojamento.

“Sim (...) a parte da restauração, a começando ali pelo Mira Freita (...) montou aquele restaurante, a seguir já abriu o artesanatosinho dele a seguir. Foi só a parte da restauração, não desenvolveu a parte da aldeia, porque na verdade ao domingo há muita gente aí, não haja dúvida, mas foi graças ao restaurante!” (AO 1);

“Esse era o objetivo principal, de alguma forma” (AO 3);

“Não, pouco!” (RL 1);

“Sim (...) tudo o que está envolvente ao turismo, à vinda das pessoas para cá, e criar todo um comércio à volta disso. Artesanato, cafés, restaurante (RL 2);

“Sem dúvidas! Sem dúvidas! Se não fosse essa intervenção, esses restauros, a nossa aldeia não seria visitada por ninguém! E se tem visitantes e se caminhadas que se fazem é à custa da intervenção, porque o nosso lugar estaria em ruínas. Se não houvesse intervenção o lugar, que nós chamamos o lugar velho, estaria em ruínas completamente! Como estão aquelas que não foram restauradas e não tiveram intervenção” (RL 3);

“Sim, as pessoas vêm, o restaurante tem mais gente” (RL 4);  
“Esse é o objetivo principal (...) que as intervenções possam efetivamente fomentar um pouco o alojamento turístico em Vale de Cambra que era totalmente inexistente” (EL 1);

“Sim, esse foi o principal objetivo e contribuiu com toda a certeza (...) temos mais postos de trabalho, temos atividade económica criada por esta dinâmica turística, temos muito mais dinâmica turística (...) analisando a aldeia há vinte anos atrás, e analisando a aldeia hoje este processo contribui em grande forma para a dinâmica turística e das atividades económicas”(EL 2);

“Sim, em princípio a recuperação está vocacionada para o turismo (...) não há casas nessas coisas do turismo, mas futuramente será para isso”(EL 3).

No Trebilhadouro duas entidades locais confirmam que o objetivo da intervenção era o de desenvolver o turismo e outras atividades económicas na aldeia. Consideram que o alojamento por si só não traz turistas e esperam que, brevemente, a Câmara Municipal abra um espaço dedicado à venda de produtos locais que irá também funcionar como receção e café. A requalificação, na opinião de dois agentes da oferta, renovou o interesse pela agricultura e pecuária e pela promoção das artes e do artesanato, não só da aldeia, como do município.

“Esse é o objetivo principal (...) que as intervenções possam efetivamente fomentar um pouco o alojamento turístico em Vale de Cambra que era totalmente inexistente até à intervenção principalmente no Trebilhadouro (...) só o alojamento não traz turistas, o que é preciso é (...) dinamizar toda a parte do chamado *Incoming* turístico... não é feito no nosso concelho (...) só o alojamento não vai resolver a situação, nós temos é que atrair turistas com o pouco que nós temos, temos que os atrair, para eles dormirem, para eles comerem, para eles ficarem dois ou três dias. O alojamento turístico está feito, falta o resto” (EL 1);

“Pretende-se, essencialmente, que contribua para desenvolver o turismo, tanto mais que, na estratégia do PDM, se defendia que esta experiência deveria ser um projeto piloto a replicar noutras aldeias do concelho” (EL 4);

“Penso que sim. A ideia foi essa e acho que está a ser conseguida. Acho que não há outra forma de desenvolver, do que criar condições para as pessoas viverem e visitarem e ficarem. Portanto, penso que nesse aspeto contribuiu e muito para o desenvolvimento, portanto, não há dúvidas.” (EL 5);

“Sim, sim.” (RL 5);

“Sim, contribuiu.” (AO 4);

“Contribuiu. Hoje a gente vê plantações de vinha, campos cultivados, gente que tem lá gado à solta já nesses campos cultivados. Melhorou bem, a intervenção contribuiu bastante, tem um local lá que já existe, dois lugares, dois espaços que têm piscinas, está-se tentando dar uma boa qualidade aos hóspedes.” (AO 5);

“Sim. Claro que sim. Além dos alojamentos, como eu disse, a Câmara requalificou um espaço que esperamos que brevemente possa ser aberto, onde vai ser feito, vai funcionar como um pequenino café e venda de produtos regionais para promover o que existe no município. Além disso, a intervenção, fazemos outro tipo de atividades em que se possa promover as artes, o artesanato, a parte cultural do município e o que se representava aqui na aldeia (...)” (AO 6).

A tendência global do mercado turístico é de uma crescente procura por experiências diferentes, baseadas em temas e atividades distintos e em contextos diversos. Procura-se viver experiências únicas, envolventes e memoráveis, mas que também cumpram os requisitos da procura quanto à autenticidade e preservação ambiental dos destinos. As características das áreas rurais, principalmente as dos espaços rurais remotos, podem corresponder às expectativas desta procura, uma vez que a maioria das áreas rurais foi marginalizada durante os dois últimos séculos pelas sociedades ocidentais (Figueiredo & Eusébio, 2014). Sendo os principais aspetos da experiência vivida pelos turistas no espaço rural a pequena escala, a personalização, o contacto próximo do turista com a população local e o carácter tradicional do serviço e do ambiente físico (Eusébio & Kastenholz, 2010; Lane, 1994). A importância da experiência turística é realçada pelo marketing turístico, o qual define que a experiência vivida pelo turista deve ser entendida como sendo o aspeto central da atividade turística, uma vez que determina a procura desse espaço e, como tal, a competitividade do produto e do destino, bem como da oferta turística (Kastenholz et al., 2014a).

No seguimento deste tema e atendendo à importância que a experiência turística tem na competitividade de um destino, aliada ao facto de a procura cada vez mais valorizar experiências únicas e memoráveis, baseadas na autenticidade e usufruídas num ambiente preservado, o que vai de encontro às características das aldeias em estudo, procurou-se pesquisar junto das entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo e dos agentes da oferta, se a intervenção tem levado a um aumento da qualidade da experiência turística por parte dos visitantes. Na aldeia da Felgueira as entidades locais consideram que a intervenção melhorou a experiência turística uma vez que permitiu a recuperação de casas, o desimpedimento de caminhos, possibilitando ao visitante usufruir de uma aldeia rural, assim como, de serviços de restauração que facilitam a pernoita nas redondezas. Esta recuperação, na opinião destas entidades, permite que o visitante se interesse mais pela aldeia e realize caminhadas ao longo da parte velha da aldeia.

“Sim, sem dúvida. Também recorro para trás completamente, completamente ou bastante abandonadas ou por vezes até intransitável dentro das ruas da aldeia, devido à densa vegetação. Sem dúvida que melhorou. Neste momento, na aldeia, os turistas para além de poderem visitar o que é

uma aldeia rural com a sua traça arquitetónica, têm cá serviços, podem comer, podem dormir, podem visitar, podem simplesmente usufruir da aldeia, (...) realmente a aldeia criou novas experiências, dantes era uma aldeia abandonada.” (EL 2);

“Sim (...) deu melhor qualidade de vida às pessoas que lá estão; o arranjo das ruas e aquelas construções, aquelas pessoas que procuram o restaurante muitas vezes fazem caminhadas à parte antiga da aldeia ou parte velha da aldeia e aí acho que foi uma mais-valia para a aldeia (...) passar o tempo a fazer pequenas caminhadas ali na aldeia mais antiga” (EL 3).

Nos agentes da oferta a opinião sobre este assunto não é unânime, uma vez que dois consideram que a intervenção não teve grandes efeitos na experiência dos visitantes, porque os visitantes raramente se deslocam à parte de baixo da aldeia. Os motivos apontados para este desinteresse devem-se a uma intervenção que ficou aquém do que era espectável e, também, à fraca acessibilidade ao interior da aldeia, que não atrai à sua visita.

“Não vejo. O turista até é raro descer à aldeia lá baixo. É muito raro. Só os caminhos, aquelas caminhadas que fazem mais nada, e é quando é a rota do moinho, que passa aí por baixo, mas é muito raro. A aldeia (...) está muito melhor (...) mas a nível do turismo estamos muito baixinhos, muito pobrezinhos, isso é a realidade. Está pobre (...) Se a aldeia se tivesse concretizado (...) era para ficar tudo restaurado, aí sim, estaria muito bom. Para já o turista para levar as malas até lá baixo, num é fácil, (...) num é fácil. Mesmo que quisessem alugar a casa, não é fácil. Hoje toda a gente quer levar o carrinho à beira. Muita gente diz assim, o caminho assim é que é bonito, e as pessoas têm que ir a pé. Aí tem que ir a pé com as malas até lá baixo! (...) Ali é bom não mexer naquele caminho, conforme está, não mexer, mas criar uns acessos por fora, pelo fundo da aldeia, sem mexer na estrada da aldeia (...) e aí com as casas restauradas (...) a aldeia tinha-se desenvolvido bem (...)” (AO 1);

“(...) Não (...) Não é só fazer uma intervenção à dez anos atrás e ficar por ali. Era no dia a dia e todos os anos fazer qualquer coisa, para as coisas estarem apresentáveis (...) As coisas estão estagnadas, paradas (...) o turista gostas de ver e ver tudo muito bem arranjadinho (...) talvez algumas coisas (...)” (AO 3).

Parecer diferente tem um outro agente que considera que a intervenção realmente trouxe efeitos positivos à experiência turística dos visitantes, uma vez que as poucas casas restauradas despertam o interesse destes.

“(...)” Sim, claro que sim (...) Reconstrução das casas, os visitantes veem inclusive ao longe as casas todas, interessam-se, perguntam (...). Claro que sim, claro que sim (...) Aqui (...) no exterior temos por exemplo um burro que empurra a água, as pessoas interessam-se e vêm visitar (...)” (AO 2);

Tal como é mencionado por vários entrevistados, é necessária uma maior dinamização de atividades, uma maior aposta nos produtos locais, a legalização dos meios de alojamento, a manutenção dos percursos pedestres, a continuação da intervenção na aldeia respeitando os valores culturais, arquitetónicos e ambientais com vista a uma promoção conjunta da aldeia da Felgueira. A aplicação destas medidas levaria à melhoria da experiência vivida pelos turistas e, consequentemente, poderia contribuir para aumentar o número de visitantes da aldeia.



Na aldeia do Trebilhadouro as respostas também não são consensuais. Uma entidade local responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo considera que a intervenção não teve grande influência na experiência turística dos visitantes porque a aldeia só tem a vertente de alojamento - “(...) acho que não teve grande influência. A experiência turística ali reduz-se um bocado ao alojamento, não tem nada ainda porque ainda não lhes foi dado mais nada. Ainda só tem uma componente.” (EL 1). Outra entidade local responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo considera que, como não havia turistas na aldeia, não existe termo de comparação - “Não existe termo de comparação porque antes era inexistente.” (EL 4). Na opinião dos três agentes da oferta e de uma entidade local responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo, a intervenção melhorou a experiência turística dos visitantes, uma vez que, se esta não tivesse sido requalificada, não seria visitada por ninguém devido aos fracos acessos e por se encontrar em ruínas.

“Sim. Muito.” (AO 4);

“A requalificação... acredito que melhorou muito porque a aldeia praticamente não tinha acesso nem condições de receber nada, não tinha, não existia nada. Agora as pessoas preocupam-se muito porque ela praticamente não tinha nada, como já disse, não tinha acesso, nem condições de receber nada, não tinha nada, não existia nada (...)” (AO 5);

“Claro que sim (...) com a requalificação da aldeia as pessoas acabam por fazer disto quase um passeio de fim de semana. (...) Até porque só alguns corajosos na altura, enquanto não foi feita a requalificação principalmente dos caminhos, só alguns corajosos é que vinham aqui acima (...) Melhorou.” (AO 6);

“Penso que sim. Tanto mais, se não fosse a requalificação da aldeia não havia visitantes. (...) Se não houvesse requalificação não havia visitantes. Portanto, eu acho que melhorou, melhorou muito. A experiência melhorou cem por cento. Porque não havia, agora há. Portanto acho que melhorou e muito.” (EL 5).

### **6.3 Impactes da intervenção e do turismo na aldeia**

A presente secção procura identificar quais os impactes positivos e negativos a nível económico, social e cultural que a intervenção e a atividade turística tiveram nas aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro tendo como base os depoimentos dos entrevistados.

#### **6.3.1 Impactes económicos**

A nível económico, na aldeia da Felgueira a maior parte da população dedica-se à agricultura e à pecuária a tempo parcial e a produção destina-se essencialmente ao autoconsumo, como refere um residente local.

“(…) a gente vai fabricando umas batatas, uma hortaliça, tomates, coisa para nós vivermos só! Só para nós vivermos! Para nós vivermos mas, para não comprar, de resto temos de comprar tudo (...) A aldeia está sem ninguém não tem quem trabalhe e para trabalharem aqui é quase tudo a partir dos sessenta anos (...) o pessoal também é pouco! (...)” (RL 1).

Por outro lado, a pequena dimensão dos terrenos agrícolas impossibilita a introdução da maquinaria e o cultivo em grande escala e as características dos campos fazem com que estes sejam difíceis de cultivar. Esta situação agrava-se com o facto de a Felgueira ter perdido habitantes e os que aí residem serem maioritariamente idosos, o que leva a que a maioria dos campos se encontrem ao abandono, como refere um residente local - “(...) terreno (...) que está tudo por fabricar e mau de fabricar! Que é tudo, terrenos pequeninos, mau de fabricar até para lá andar, não era com bois, porque não havia! Era com vacas! E era mau de se fazer (...)” (RL 1).

Neste sentido a atividade turística pode ser uma mais valia na diversificação das atividades económicas desta aldeia. Segundo Eusébio e Figueiredo (2014) e Lane (2005) nas últimas décadas o turismo nas áreas rurais tem aumentado consideravelmente. Este acréscimo resulta da alteração dos desejos e necessidades da procura, das iniciativas governamentais para dinamizar o turismo rural e, ainda, do desenvolvimento de parcerias entre o setor público e privado na dinamização da atividade turística nas áreas rurais.

Quando se investiga se a intervenção nas duas aldeias em análise levou a um aumento do número de visitantes nestas aldeias, é opinião unânime entre os entrevistados que a afluência às aldeias em estudo tem sido maior. Na Felgueira, os motivos do afluxo de visitantes estão relacionados com a restauração, com a serra e com as intervenções realizadas na aldeia.

“Sim, sem dúvida.” (EL 1);

“Sim, aumentou. (...) cada vez mais há mais procura (...) Portugal tem estado em alta e nomeadamente aqui na nossa região, pelo lado de Arouca e de Vale de Cambra, cada vez mais o turismo tem estado em alta e nota-se. Eu que estou cá todos os dias na aldeia, cada vez mais a aldeia é procurada e visitada, a aldeia e toda a região da serra, toda esta envolvência.” (EL2);

“Sim, aumentou. Aumentou porque algumas pessoas trazem os amigos e a curiosidade... têm lá alguns restaurantes com algum nome que confeccionam bons pratos e isso traz muita gente à aldeia.” (EL3);

“Sim. Pelo trabalho que tem sido feito, sim, tem trazido mais pessoas para a aldeia (...) pelo trabalho, realizado na Aldeia Turística e Rural da Felgueira, o número de visitantes, tem vindo a aumentar. Não só no verão que aí sim, temos mais gente, mas de inverno também temos, maior número de visitantes na aldeia.” (RL 2);

“Sem dúvida alguma! Sem dúvida alguma, que aumentou. Aumentou. (...) Mais de sei lá quantos por cento, nem sei dizer porque dantes não era visitada por ninguém, hoje as pessoas muitas vezes chegam e têm acolá as indicações (...) e vão lá fazer a visita.” (RL 3);

“Sim, ao fins de semana.” (RL 4);

“A nível de restauração sim! Sempre a aumentar! (...) Mas só a nível dos restaurantes e talvez da serra. Que a nossa serra faz parte! Também é por causa da serra, talvez. Se este restaurante tivesse (...) noutra sítio não seria assim, como isto fica numa rota de passagem para a serra talvez venham comer e depois seguem (...) esta rota devia ser bem aproveitada! Devia ser bem aproveitada, mas não está ainda aproveitada.” (AO 1);

“(...) talvez (...)” (AO 3).

No Trebilhadouro, tal como já foi referido anteriormente, o número de visitantes que se deslocam até à aldeia aumentou após a intervenção e, segundo um agente da oferta, a maior afluência ocorre ao fim de semana.

“Sim, muito.” (EL 1);

“Muito, muito. Dantes não tinha ninguém e agora tem muitos visitantes.” (RL 5);

“Aumentou.” (AO 4);

“Sim, aumentou imenso (...) o pessoal de fora visita muito aquilo. O daqui do concelho é mais uma visita de curiosidade. (...)” (AO 5);

“Sim, sim. Significativamente. Muito mesmo (...) Não me lembro de um fim de semana, principalmente depois da aldeia começar a aparecer nos meios de comunicação social, não me lembro de um fim de semana, onde diga assim, hoje não apareceu ninguém no Trebilhadouro. Uma vez mais outras menos, no verão, há fins de semana que aparecem mesmo muitas pessoas mesmo em períodos mais de inverno ou de chuva aparecem sempre ao sábado ou ao domingo os apaixonados das BTT.” (AO 6);

“Sim, o número aumentou, antes era de zero, apenas curiosos.” (EL 4);

“Aumentou e muito, consideravelmente. Porque antes, quer dizer, não havia visitantes. Havia quando se fez os festivais (...) Tirando isso, não ia lá ninguém.” (EL5).

Para melhor compreender o que poderá ter levado ao aumento da procura nestas duas aldeias após a intervenção, tendo como base a revisão da literatura - (Eusébio & Kastenholtz, 2010; Kastenholtz, 2003; Lane, 1994, 2005), conclui-se que os motivos do aumento da procura das áreas rurais podem estar associados à crescente procura do “autêntico” por parte de turistas detentores de maior formação e experiência. Por outro lado, o aumento dos rendimentos, de férias repartidas, a redução do horário de trabalho, a melhoria dos meios de transporte e dos meios de comunicação estão também entre os motivos que poderão justificar a crescente visita das áreas rurais (Eusébio & Kastenholtz, 2010; Kastenholtz, 2003, Lane 1994). Não são ainda de descurar o vivenciar novas experiências e explorar novos destinos, a crescente preocupação com o meio ambiente e a saúde, o usufruir de férias repartidas ao longo do ano e a crescente valorização do património natural e cultural, podendo a requalificação ter contribuído para a preservação deste património (Eusébio & Kastenholtz, 2010; Kastenholtz, 2003; Lane, 1994, 2005).

Quando se procurou analisar qual a época do ano em que a procura é mais acentuada, verifica-se que é o verão, nas duas aldeias em estudo. Na Felgueira todos os entrevistados referem que a aldeia

é mais visitada no período do verão. No entanto, três entrevistados mencionam também o inverno e dois a primavera.

“Principalmente no verão (...) a época de maior afluência é principalmente no verão” (EL1);

“Normalmente é na época de verão (...) Embora que aqui no verão há uma mistura entre turistas e emigrantes (...) sem dúvida que a época dos turistas é o mês de agosto e é no verão” (EL 2);

“Verão e Natal” (EL 3);

“Isso é no verão! Isso é no verão” (RL 1);

“É mais na altura do verão! Primavera, Verão.” (RL 2);

“É no verão, é no verão, é no verão sem dúvida” (RL 3);

“É o verão! É o verão (...) se for a nível do turista, acho que é o mês de junho, derivado à serra estar tudo em flor.” (AO 1);

“É sempre no verão! No verão e na época natalícia (...) mas especialmente no verão.” (AO 2);

“Mais no verão! (...) no inverno também há a parte da neve, também há a parte da neve que as pessoas gostam (...) é neste contexto a neve ou então no verão, com o calor as pessoas gostam da serra (...) maio que é quando a carqueja rebenta.” (AO 3).

Na aldeia do Trebilhadouro é consensual entre os entrevistados que o verão é o período de maior visitação, no entanto referem que esta é contínua ao longo do ano, atingindo os picos no verão, fins de semana e períodos festivos.

“Verão. Maio a outubro e depois festas anuais pontuais (...) Passagem de Ano, Carnaval, Páscoa.” (EL 1);

“Ainda é cedo para definir uma época de afluência, penso que será no verão, fins de semana prolongados, época natalícia/passagem de ano” (EL 4);

“Neste momento, penso que é todo o ano, mas há um pico maior no verão, com é óbvio. Mas de um modo geral a tendência é todo o ano, embora haja um ligeiro pico na época de verão. (EL 5);

“É durante o ano todo mas é mais na altura de verão. Mas mesmo na altura de inverno vai tendo. As pessoas têm curiosidade e vão passando.” (RL 5);

“Todo o ano. Mais no verão.” (AO 4);

“A partir da primavera, verão. O outono ainda tem muitos visitantes.” (AO 5);

“É sempre a época alta de julho a agosto (...) Em agosto as casas estiveram quase todos os dias, quando digo todos os dias às vezes às pessoas saíam por exemplo à quinta e só chegavam ao sábado ou ao domingo, havia ali um ou outro dia. Em agosto foi pleno, no entanto tanto as minhas casas como as da dona Áurea tiveram quase sempre cheias, entravam e saíam. Às vezes não conseguíamos conciliar as datas e havia um dia ou dois dias em que as casas estavam desocupadas no meio por força das circunstâncias das reservas. Mas é sempre a época alta, portanto, passagens de ano estão sempre. O ano passado, que serviu de base, esteve sempre lotado, à altura da Páscoa, embora o ano passado mesmo na páscoa era só as minhas casas que estavam disponíveis mas ficou cedo completo. Eu desde agosto, que aquela casa grande da Rosalina já a tenho reservada para a passagem de ano para um grupo de pessoas. Quem pretende tem de fazer sempre cedo o agendamento. As épocas altas são sempre quando tem mais gente.” (AO 6).

As áreas rurais têm sofrido inúmeras alterações com vista à sua regeneração, que passam pela captação de novos visitantes, residentes, atividades económicas, mercados e consumidores dos produtos locais (Eusébio & Figueiredo, 2014). Neste sentido, os agentes da oferta destas duas aldeias foram questionados se nos seus negócios utilizam/comercializam produtos locais. Da análise das respostas depreende-se que todos os agentes o fazem. Na Felgueira esta realidade pode ser constatada pelos seguintes excertos dos entrevistados da área da área da restauração - “Sim (...) Aposto sempre no produto local; a batata, o feijão, a salada, carne (...) Tudo o que eu puder gastar da terra eu gasto, eu gasto.” (AO 1); “Com certeza que sim, feitos até por nós.” (AO 2). No entanto, esta utilização pode ainda ser incrementada, já que nem todos os agentes utilizam os produtos locais regularmente, tal como refere um deles “Às vezes” (AO 3). Entre os mais apreciados pelos turistas nesta aldeia estão a carne, o mel, o licor, licor de mirtilo, os rojões, a castanha, o vinho e o pão - “É a carne, é a carne, não haja dúvida.” (AO 1); “Mel, licor, licor de mirtilo, rojões que são daqui, carne que são daqui (...) plantação de flores para cozinhados, (...) loureiro (...) a castanha (...) daqui, o vinho (...) o pão.” (AO 2); “(...) Mel (...)” (AO 3).

No Trebilhadouro, tal como acontece na Felgueira, todos os agentes locais da área do alojamento turístico empregam produtos da região no seu negócio e, num dos casos, utilizam a sua própria produção. Dois dos agentes declaram que gostariam que fosse posta em prática a ideia de se comercializar os excedentes agrícolas da região num edifício da aldeia que vai servir de base para a venda de produtos locais.

“Locais e da própria empresa.” (AO 4);

“Tentamos utilizar ao máximo os produtos locais, mesmo ao nível da alimentação. O que necessitávamos ou pretendíamos era, junto com a Câmara, vendermos parte dos produtos alimentares, o que restava, o que sobra da aldeia, a nível de hortas. O seu excedente, as sobras, levá-lo para lá, teria tipo um mercado com produtos da região e seriam vendidos. Mas por enquanto ainda não está a funcionar (...)” (AO 5);

“Comercializo! Não. Utilizo! Sim. É diferente, eu não vendo nenhum tipo de produto mas promovo os produtos do município. Aliás com muita frequência eu deixo ofertas aos clientes ou de vinhos ou da cerveja Vadia, ou das calambrias - doce típico de Vale de Cambra - ou dos queijos, das compotas, do mel (...). Não quer dizer com isto que não possa acontecer, mas se há um edifício que vai servir de base para isso não faz sentido estar eu a fazê-lo quando vai haver um edifício para vender os produtos locais.” (AO 6).

Entre os produtos mais apreciados pelos turistas encontram-se os doces, a marmelada, o mel, as compotas, o vinho e a cerveja. “Doces feitos com os próprios frutos, marmelada, mel, compotas.” (AO 4); “(...) parte da doçaria quer das calambrias, quer das tulhinhas são bastante apreciadas (...) cerveja, ... depois lá os outros é do vinho (...)” (AO 6).

No estudo da Felgueira procurou-se ainda averiguar se a requalificação da aldeia levou ao aumento do volume de negócios dos agentes da oferta, o que foi inconclusivo dado que, um agente

considerou que não, outro que sim e o terceiro agente não respondeu a esta questão. “Não. Não tem nada a ver com isso (...) a aldeia está parada” (AO 1), “Sim” (AO 2). Estes resultados podem sugerir que o turismo que se desenvolve nestas aldeias contribui para aumentar o volume de negócios de determinadas organizações, não tendo, no entanto, impacte noutras organizações.

Milheiro et al. (2014) defendem que o TER não traz reais benefícios a nível socioeconómico para as regiões onde é implementado, uma vez que cria poucos postos de trabalho e não dinamiza significativamente a economia local. Constata-se que o turismo existente na aldeia da Felgueira não levou à criação de um grande número de postos de trabalho e que os atuais estão ligados à atividade da restauração, tal como se pode observar pelas opiniões da população residente e dos agentes da oferta.

“Só se for a nível de, do emprego dos restaurantes, talvez aí, só disso.” (AO 1);

“Sim, na parte dos restaurantes, sim! Agora tirando isso.” (AO 3);

“No caso da Felgueira ligado à restauração (...) essencialmente.” (EL 1);

“Sim (...) Sem dúvida nenhuma com a restauração.” (EL 2);

“Sim. Praticamente na indústria da restauração. Uma dezena ou mais de postos de trabalho.” (EL 3);

“Sim.” (RL 2).

É ainda de referir que estes postos de trabalho têm um carácter sazonal como menciona um residente local e o presidente da ADCF.

“(...) Tem dois restaurantes, que têm dois ou três empregados cada, quando for ao fim de semana têm mais, mas não tem mais nada! Não há mais nada!” (RL 1);

“Na época alta os restaurantes empregam umas quinze pessoas, mas é na época alta.” (EL 2).

Na opinião dos restantes residentes e de um agente da oferta a atividade turística não levou à criação de postos de trabalho, como se pode verificar nos seguintes excertos das entrevistas.

“Aqui não.” (RL 1);

“Não levou ainda muito. Por enquanto. Porque não temos, mas é assim. Não levou para criar grandes postos de trabalho, mas para quem os tinha já, acho que ajudou a melhorar a nossa atividade.” (RL 3);

“Não, tá tudo a monte, ninguém quer, ninguém quer nada disto (...)” (RL 4);

“Não. Aqui na nossa zona não.” (AO 2).

No Trebilhadoiro é consensual entre os entrevistados que o turismo levou à criação de postos de trabalho ligados essencialmente ao alojamento, mas com um carácter sazonal, tal como na Felgueira.

“Sim. Ligadas à componente do alojamento. Cada uma das casas criou pelo menos um posto de trabalho, nomeadamente para a limpeza, pequenos almoços.” (EL 1);

“Presentemente poucos postos de trabalho. Penso que a aldeia vai evoluir no sentido de oferecer outros produtos regionais e locais, bem como criação de percursos, o que levará à criação de novos postos de trabalho, complementares ao turismo.” (EL 4);

“Levou. Porque o projeto que os particulares fizeram obrigava à criação de postos de trabalho. Portanto, eu penso que neste momento haverá seis postos de trabalho. Não sei se serão todos postos de trabalho diretos, mas existem seis postos de trabalho.” (EL 5);

“Sim, sim.” (RL 5);

“Sim.” (AO 4);

“Sim, tem bastante. Teve muitos postos de trabalho quando foi a parte da reconstrução. Agora temos umas três pessoas ocupadas em relação ao nosso empreendimento. Mas tem mais pessoas em relação aos outros empreendimentos (...) Tem aumentado bastante o fluxo de pessoas para dar manutenção. Até que não sejam permanentes, mas são sazonais. São épocas que se tem de manter aquilo limpo, podado e tal.” (AO 5);

“Teve que levar, porque, primeiro, era um dos objetivos do projeto. Ao candidatar-nos um dos objetivos que tínhamos de cumprir era a criação de postos de trabalho e depois quer queiramos, quer não, tem de haver uma senhora de limpeza, tem que haver quem esteja na receção, temos sempre de criar postos de trabalho sim.” (AO 6).

A criação de postos de trabalho temporários em consequência da atividade turística vai de encontro ao que Figueiredo e Eusébio (2014) mencionam, e que corresponde ao facto de, apesar do contributo que o turismo poderá ter no desenvolvimento das áreas rurais, este ter vindo a ser questionado, uma vez que em muitas áreas rurais remotas a relação entre turismo e desenvolvimento local tem apresentado várias debilidades decorrentes dos impactes económicos se restringirem a alguns setores ou grupos sociais, não gerando postos de trabalho locais, nem melhorando a qualidade de vida da comunidade.

Ainda no âmbito desta temática, questionados os agentes locais se empregarem mão de obra local no seu negócio, os agentes empregam colaboradores locais, como se confirma pelos seguintes excertos das entrevistas: “É. Não, é só da freguesia.” (AO 1); “Sim, com certeza que sim.” (AO 2); “(...) É ele e eu (...)” (AO 3).

No Trebilhadouro dois dos agentes confirmam que empregam mão de obra da região, enquanto um terceiro ainda não o faz, mas reconhece a necessidade de o fazer.

“Sim.” (AO 4);

“Emprego quando é preciso fazer *workshops* a gente emprega mais pessoas de cá, fora disso temos duas pessoas fixas mais o guarda. O pessoal local, tem algum tipo de manutenção, cuidar dos jardins, da área em geral (...)” (AO 5);

“Não, neste momento não. E só não emprego por uma razão muito simples (...) como não sou de Vale de Cambra tenho alguma dificuldade em conhecer as pessoas (...) tenho mesmo de arranjar alguém da zona e direta ou indiretamente tenho de adquirir conhecimento para ter alguém daqui porque é isso que faz sentido mesmo até para limpar e receber as pessoas.” (AO 6).

Ainda dentro desta temática procurou-se investigar se o turismo levou a um aumento dos rendimentos nas aldeias em estudo. Da análise das respostas nota-se que é consensual entre os entrevistados que o turismo levou a um acréscimo dos rendimentos na aldeia da Felgueira. Na opinião das entidades responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo, este incremento está associado à criação de postos de trabalho resultantes da dinâmica turística. A população local considera que este aumento se deve há maior afluência de clientes aos restaurantes locais e, os agentes da oferta consideram que o turismo levou a um aumento dos rendimentos para quem está diretamente ligado ao setor da restauração.

“Sim. (...) rendimento também para as pessoas que trabalham.”(EL 1);

“Sim (...) Havendo postos de trabalho, há rendimentos na aldeia (...) havendo postos de trabalho logo ao usufruir o seu ordenado, já é um rendimento para a aldeia, embora podendo trabalhar noutros lados, mas isso por si só já é um rendimento e depois toda a dinâmica até de produtos agrícolas (...) outros pequenos serviços que possam existir na aldeia, por vezes trabalhos sazonais, trabalhos pontuais que as pessoas possam prestar dentro da atividade turística são o aumento da rentabilidade na aldeia (...)”(EL 2);

“Sim. Também a maior parte das pessoas que trabalham nesses períodos na restauração são pessoas naturais ou vizinhas dali da aldeia. Melhorou a qualidade de vida para essas pessoas que trabalham e para os proprietários que são pessoas lá da zona.”(EL 3);

“Pouca coisa, pouca coisa.” (RL 1);

“Sim, mora mais gente cá, mais rendimentos na aldeia.” (RL 2);

“Sim! Sim! O turismo, ajuda a nossa atividade sempre, porque (...) somos visitados cada vez mais pelos turistas.” (RL 3);

“Sim, principalmente nos restaurantes.” (RL 4);

“Podia-se criar muita riqueza na aldeia, que eles aqui ao vir visitar o restaurante e comer, se isto fosse tão bem aproveitado (...) as pessoas podiam levar algo com eles, artesanato, queijo, carne, até mesmo um talho aqui a vender os nossos produtos da aldeia da serra, cabritos, carne, da nossa raça. Eles vinham comer e levavam, mel, até o próprio chá da nossa montanha, está é mal aproveitado mas podia-se criar riqueza, mas está mal aproveitado.” (AO 1);

“Depende se eles tiverem envolvidos diretamente sim, se tiverem alguma casa de artesanato, algum restaurante, sim. Mas de modo geral não! Não.” (AO 2);

“Na área da hotelaria, sim! Mais do que isso, acho que não.” (AO 3).

No Trebilhadouro, à semelhança da Felgueira, os entrevistados consideram que o turismo levou ao aumento dos rendimentos. No entanto, esse acréscimo limita-se aos proprietários das habitações ou às pessoas que estão diretamente ligadas à atividade turística. Um dos agentes da oferta salienta que não é possível comparar porque os rendimentos que se usufruíam antes da intervenção resultavam dos pequenos proveitos retirados da atividade agrícola realizada por pessoas exteriores à aldeia, no entanto, considera que a reconversão da aldeia para a atividade turística permitiu o seu desenvolvimento económico.



“Sim. Rendimento para os proprietários que alugam as casas e rendimento também para as pessoas que trabalham.” (EL 1);

“Pouco significativos, presentemente.” (EL 4);

“Eu penso que sim. Para a aldeia, não digo para a aldeia, mas as pessoas que estão a explorar, para as pessoas que investiram o seu dinheiro (...) E eu penso que nesse aspeto, embora ainda esteja numa fase muito inicial mas está a progredir e acho que sim, que é um valor acrescentado na parte económica da aldeia.” (EL 5);

“Também.” (RL 5);

“Sim.” (AO 4);

“Como não existia gente fixa, a gente não sabe o tipo de rendimento que podemos referir, porque não tinha nada. Os rendimentos da aldeia eram de pessoas que habitavam fora e vinham lá buscar as suas uvas, o seu milho, as árvores. Não dá para ver bem quanto aumentou em relação às pessoas que foram lá habitar (...) Houve uma contribuição boa para o desenvolvimento económico de lá.” (AO 5).

O turismo rural pode ser visto como um meio de crescimento e diferenciação das economias rurais ao assegurar um aumento dos rendimentos, quer a nível individual, quer a nível da economia local (Silva et al.,2003). No entanto, nas duas aldeias em estudo verifica-se que não é a população em geral que está a usufruir do acréscimo de rendimento, mas as pessoas que estão diretamente ligadas à atividade turística, nomeadamente à restauração na aldeia da Felgueira e ao alojamento turístico na aldeia do Trebilhadouro.

Ao averiguar se o turismo tem contribuído para o desenvolvimento de outras atividades económicas na aldeia, constatou-se que, na Felgueira, as respostas não são consensuais. As entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo consideram que o turismo levou ao aparecimento de mais um restaurante, bem como à dinamização de outros negócios já existentes na aldeia, nomeadamente de uma empresa de construção civil, de um gabinete de contabilidade e do café da aldeia, podendo também contribuir para um maior dinamismo de serviços pontuais que possam surgir no futuro.

“Sim, porque o restaurante, inclusivamente, dinamizou o aparecimento de outros (...) Sim, fomentou alguma economia na aldeia da Felgueira”(EL 1);

“Sim. As tais atividades de serviços, nomeadamente, temos por exemplo uma empresa de materiais de construção civil, havendo sempre pequenos trabalhos que, associados ao turismo, são uma mais-valia para essa empresa dentro da aldeia, temos um gabinete de contabilidade (...) alguns dos seus clientes da aldeia da área do turismo são clientes deles (...) a parte do café em si já existia, o café antes deste processo (...) é o café da aldeia... mas como é óbvio a rentabilidade do café e o movimento do café não seriam os mesmos se não houvesse esta dinâmica turística e depois outros pequenos serviços pontuais que por vezes a população residente pode prestar ou algumas coisas que pode vender. A atividade económica ligada ao turismo que realmente também potencia outras atividades económicas”(EL 2);

“(...) Dentro da restauração.” (EL 3).

De igual modo, um agente da oferta e três residentes locais consideram que o turismo trouxe novas oportunidades de negócio. O agente da oferta, inclusivamente, sugere algumas ações que possibilitariam o surgimento de novos negócios.

“Sim (...) ao vir o turismo e eles vindo aqui comer, eu gasto cada vez mais vitelas (...) imaginemos mesmo (...) tudo bem aproveitadinho (...) até se as pessoas cultivassem, (...) a própria broa de milho, se houvesse aqui uns fornos, pessoas aí para fazer a nossa broa caseirinha (...) para os dois restaurantes que aqui há, e quem quisesse uma broazinha também podia levar (...) criava-se riqueza” (AO1);

“Sim! (...) artesanato, restaurantes (...) neste momento já temos dois restaurantes (...) outros negócios que são criados à volta disto e que ainda podem ser criados” (RL 2);

“Por enquanto ainda não (...) Quer-se dizer, se eu for a ver, a minha loja de artesanato deve-se ao turismo, porque se não, já não a abria, porque se fosse a contar com as pessoas da terra e da região só, eu não arriscava a afazer uma casa para ter artesanato à venda. Por isso acaba por ajudar, sem dúvida” (RL 3).

Opinião contrária surge num agente da oferta e num residente local, que consideram que a atividade turística não levou ao surgimento de outras atividades económicas - “Na aldeia, não” (AO 2), “Acho que não” (RL 4). Por último, dois dos entrevistados não respondem diretamente à pergunta

“Que hei de lhe responder agora?” (AO 3);

“Compram umas casas antigas, constroem-nas, preparam-nas, para vir passar os fins de semana e umas feirazitas. E é o que o turismo trouxe para cá” (RL 1).

Embora não tenha sido unânime entre os entrevistados que o turismo levou à diversificação da atividade económica, esta falta de consenso pode ser justificada pelo facto de a atividade turística na aldeia da Felgueira ser praticamente inexistente e estar mais direcionada para a restauração. A nível do alojamento turístico as poucas casas intervencionadas ainda não se encontram registadas. Como refere um habitante local, “Compram umas casas antigas constroem-nas, preparam-nas, para vir passar os fins de semana e umas fériasitas. E é o que o turismo trouxe para cá” (RL 1). No entanto, a diversificação da atividade económica é defendida por Cavaco (2003) que refere que, em zonas onde os meios sociais são frágeis, como é o caso de regiões montanhosas e os espaços rurais marginalizados, o desenvolvimento do turismo poderá contribuir para a criação de emprego, aumento dos rendimentos e diversificação da atividade económica.

No Trebilhadouro, quando se pesquisa se o turismo tem contribuído para o desenvolvimento de outras atividades económicas na aldeia, na opinião de dois responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo, isso ainda não aconteceu, uma vez que ainda só existe a vertente de alojamento turístico - “No caso do Trebilhadouro, para além do alojamento não há outra atividade económica.” (EL 1); “Ainda não.” (EL 4). No entanto, uma ex-residente, dois agentes da oferta e uma entidade local responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo consideram que o turismo levou à

dinamização de outras atividades económicas nas regiões envolventes da aldeia, como provam os seguintes excertos das entrevistas.

“Acho que sim, mas estamos a começar, mas nos arredores vizinhos claro que fazem negócio, as pessoas vão comprar, vão almoçar.” (RL 5);

“Claro.” (AO 4);

“Sim, sim, basicamente (...) principalmente estrangeiros que vêm por uma ou duas semanas. A primeira questão é onde podemos ir tomar café? Onde é que podemos ir às compras? Onde podemos almoçar ou jantar? ... e independentemente das atividades que possam querer fazer indiretamente ou diretamente acaba por influenciar também essas atividades, que as pessoas ao virem consomem e melhoram o comércio local.” (AO 6);

“Ainda é um bocado cedo para falar sobre isso, mas é óbvio que o movimento é outro. As pessoas para irem para lá, têm de passar por aqui, têm que passar em Sandiães. Se calhar têm que ir a Função. Aproveitam para visitar outros locais. Portanto, (...) penso que tem contribuído e irá contribuir para o desenvolvimento. Penso que sim.” (EL 4).

O terceiro agente da oferta a operar no Trebilhadouro, embora não responda diretamente à pergunta, indica algumas atividades que se poderiam desenvolver para aumentar a atratividade da aldeia, o que levaria ao aumento da sua visitação e, deste modo, ao prolongamento da estada média, tornando-a superior à atual.

“O tipo de iniciativas para dinamizar o turismo seria oferecer aos hóspedes outro tipo de atividade, por exemplo, fazer caminhadas, organizar caminhadas, levar cavalos como é uma zona serrana, para o pessoal andar lá pelo monte. Poderia-se levar motos, motocicletas, para as pessoas visitarem porque é um terreno íngreme e as pessoas vão pouco, logo voltam, nem todos têm disponibilidades de andar. Deveria-se colocar mais atividades. Fazer investimentos paralelos. Também a nível de jipes, motos, bicicletas, cavalos, esse tipo de atividades que levaria as pessoas a procurar mais.” (AO 5).

A exploração do destino de modo integrado, através de redes, permite-lhe explorar melhor os seus atrativos, ganhar “massa crítica” indispensável para uma abordagem mais eficaz nos mercados internacionais, partilhar conhecimentos, aprendizagem contínua, maior capacidade e estímulo para inovar, criação de capital social, reforço do sentido de identidade e de comunidade, entre outros. No caso dos meios rurais, em que os recursos geralmente são escassos e os agentes económicos de pequena dimensão e o setor turístico é muito fragmentado, a aposta numa oferta integrada e assente nos recursos locais revela-se fundamental na criação de destinos competitivos, geradores de mais-valias sustentáveis e capazes de satisfazer as expectativas dos visitantes (Kastenholz, 2010). Neste sentido procura-se verificar se nas aldeias em estudo as entidades responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo têm estabelecido parcerias. Na aldeia da Felgueira, pela análise das respostas dos entrevistados conclui-se que só duas entidades é que têm estabelecido parcerias, nomeadamente com a ATA, a Câmara Municipal, o IPJ, o Turismo do Porto e Norte de Portugal e com algumas entidades internacionais. O principal objetivo destas parcerias é a promoção turística do concelho - “(...) Nós, na ADRIMAG, temos algumas parcerias (...) no

desenvolvimento de ações de cooperação com outros países e temos trazido ali algumas pessoas de outros países. O objetivo era que fossem feitas ações, nomeadamente com operadores turísticos, não só com Vale de Cambra, mas também com outros concelhos (...) mas ainda não chegámos a essa fase (...)”(EL 1);

“(...) De alguma forma sim, o caso da ATA, Associação de Turismo da Aldeia, que classifica a aldeia com a marca “Aldeia de Portugal”, houve parceria. Depois com a Câmara Municipal, sempre há uma parceria estreita e ligada (...). Entidades públicas; IPI, têm estado sempre a apoiar-nos (...) estando perto de nós, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, também de alguma forma estamos com parcerias, mas são parcerias normais ligadas à dinâmica turística. E assim alguma entidade específica com uma parceria muito específica e em particular, não temos, que me recorde (...)”(EL 2);

(...) Não. Não tenho certeza absoluta. Mas acho que não há grandes parcerias com outras entidades (...)”(EL 3).

Relativamente aos agentes da oferta apurou-se que nenhum deles tem estabelecido parcerias, tal como se pode confirmar pelas respostas dos entrevistados. “Não.” (AO 1); “(...) de uma forma de compromisso de compra e venda, nada de parcerias com vista ao desenvolvimento (...). Apenas a questão de compra e venda, e nada mais” (AO 2); “Não.” (AO 3). No entanto esta situação deveria ser alterada, de modo a assegurar um desenvolvimento turístico sustentável na aldeia da Felgueira.

No Trebilhadouro duas entidades locais referem que têm sido estabelecidas algumas parcerias, embora só uma mencione especificamente, que ela própria estabeleceu uma parceria de cariz promocional.

“Nós, na ADRIMAG, temos algumas parcerias (...) no desenvolvimento de ações de cooperação com outros países e temos trazido ali algumas pessoas de outros países. O objetivo era que fossem feitas ações, nomeadamente com operadores turísticos, não só com Vale de Cambra, mas também com outros concelhos. (...) mas ainda não chegámos a essa fase.” (EL 1);

“Desejável, mas não tenho conhecimento.” (EL 4);

“Sim. Que eu tenha conhecimento. Câmara Municipal é uma parte também interessada, também tem lá uma casa, não é?! Restaurantes, as pessoas têm parcerias com os restaurantes para se for preciso servir almoços, jantares. Sei que têm com os restaurantes. Não tenho conhecimento assim de mais nada. Mas isto, com certeza que as parcerias irão ser alargadas a outras áreas. Penso que sim.” (EL 5).

No que se refere aos agentes da oferta, dois estabelecem parcerias com outras entidades, nomeadamente com empresas de desportos radicais, restaurantes, adega do município, uma empresa produtora de cerveja artesanal, pastelarias, entre outros. Um dos agentes refere que, apesar de não ter ainda parcerias, tem em vista a sua consecução para aumentar a estadia dos hóspedes na aldeia.

“Sim. Empresas de atividades desportivas, restaurantes e procuramos sempre mais.” (AO 4);

“Por enquanto não temos parcerias. É uma intenção nossa fazer parcerias principalmente com o Porto (...) Douro (...) ficar lá no Douro dois três dias. Ali mais dois, três dias e complementar um pacote que possivelmente teria algum interesse a nível de estrangeiros. Por isso é que nós estamos até a investir um pouco no Douro (...) para ver se conseguimos que as pessoas com pacote fiquem dois ou três dias lá e dois, três dias aqui.” (AO 5);

“Sim, muito (...) Com a adega, com as tulhinas, com a Preval com as calambrias, com o restaurante Porto Novo que é aqui ao lado, com a Vadia, com o mel, as compotas dos Finos Segredos.” (AO 6).

### 6.3.2 Impactes sociais

Através da questão, que era exclusiva da aldeia da Felgueira e que procurava averiguar onde residia a maioria da população, tal como já foi referido, a aldeia encontra-se dividida em duas pela EN 227. No lado de baixo da estrada fica a parte velha da aldeia, habitada apenas por dois moradores e sobre a qual, se centra o presente estudo, na parte de cima fica a chamada aldeia “nova” ou Núcleo novo, onde reside a maioria dos habitantes da aldeia da Felgueira. Os motivos que levaram à transição dos residentes da parte antiga para a nova, entre outros, foi o surgimento do automóvel, uma vez que os acessos em calçada antiga e apertados no núcleo velho impossibilitavam a circulação de veículos automóveis, tal como refere a EL 2 “(...) o que levou as pessoas a deixarem a parte antiga da nossa aldeia foi o automóvel (...) as pessoas querem meter o automóvel na garagem e isso é impossível na parte antiga (...)” (EL 2). Uma outra razão apontada para o progressivo abandono da parte histórica da aldeia é o facto de a população mais jovem ter edificado as suas habitações na parte superior da estrada tendo depois levado os seus familiares para as suas casas, fenómeno que acentuou o despovoamento na parte antiga da aldeia da Felgueira - “os filhos construíram as casas na parte nova e depois chamaram os pais para ir viver com eles para as casas deles” (EL 2). O mesmo é narrado por um habitante local “Só lá está um, os outros saíram cá para cima. Fizeram casas novas aqui para cima” (RL 1). De igual modo um agente da oferta menciona - “o caminho era fraco para ir para lá e ninguém queria lá fazer casa (...) a parte nova, toda gente fugiu para cima, porque a parte velha tinha fracos acessos” (AO 1).

Na aldeia do Trebilhadouro, de acordo com a revisão da literatura, o isolamento deste povoado levou a que os seus residentes se fossem fixar em zonas mais baixas, pelo que à data da intervenção efetuada na aldeia, esta encontrava-se desabitada e em ruínas, como comprovam os seguintes excertos das entrevistas:

“No caso do Trebilhadouro não, porque não há residentes, não há pessoas que residam lá habitualmente.” (EL 1);

“(...) aquilo estava abandonado era uma aldeia fantasma (...) estava totalmente abandonado cheio de silvas, não se via casas nenhuma, não vivia lá ninguém (...) aquilo é lá no meio do nada (...)” (EL 5);

“(...) pois tratava-se de uma aldeia completamente desabitada e em ruínas.” (EL 4);

“(…) A população não existia.” (AO 5).

Um dos fatores que levaram a que a aldeia se mantivesse desabitada foi a falta de infraestruturas básicas como água, luz, saneamento, internet, etc., tal como é mencionado por dois entrevistados, “Antes não tinha condições nenhuma, não havia água potável em casa, não tinha nada.” (AO 4); “(…) não tinha nada (…) não tinha água, eletricidade (…) não tinha nada.” (RL 5).

No sentido de se investigar se a requalificação contribui para o aumento da qualidade de vida nas aldeias em estudo, verificou-se que na Felgueira duas entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo consideraram que a requalificação não trouxe benefícios aos residentes em termos de melhoria das condições de habitabilidade da aldeia, uma vez que os fundos europeus se destinam ao alojamento turístico e não às habitações das populações.

“A intervenção não melhorou as condições de habitabilidade dos residentes, (…) porque as casas foram intervencionadas para fins de alojamento turístico, é para rececionar as pessoas que vêm de fora. Quer dizer, não é propriamente para os residentes. Porquê?! Os fundos europeus têm alguns impedimentos relativamente a isso, quer dizer, estão destinados a alojamento turístico, nomeadamente, Turismo em Espaço Rural, nas suas vertentes Casas de Campo, Agroturismo, etc. Mas não, não apoiam diretamente as habitações dos residentes.” (EL 1);

“Não teve. Esta intervenção não tinha, como objetivos melhorar as condições de habitabilidade dos habitantes da aldeia, (…) um dos motivos que me levou a intervir nesta recuperação da aldeia foi o facto de a aldeia estar praticamente já abandonada. Abandonada em termos de residentes porque estavam todos na parte da aldeia, a parte nova da aldeia. E esta recuperação, este projeto incide sobre o casco antigo da aldeia, (…) um dos objetivos não era, não era, de todo o objetivo de melhorar as condições dos habitantes, residentes. Não considero que esta intervenção tenha tido qualquer efeito a esse nível.” (EL 2).

Também dois agentes da oferta partilham da visão de que a requalificação não trouxe melhorias em termos de habitabilidade para a aldeia. “Até ver não, quer dizer, ninguém vive aqui, nada melhor!” (AO 1), “(negou com a cabeça) do meu ponto de vista.” (AO 3).

Estas declarações dos entrevistados vêm ao encontro da literatura quando se refere que a recuperação e requalificação das aldeias integradas nas ADL têm vindo a ser realizadas através do financiamento para recuperação de fachadas e construção de infraestruturas, nomeadamente no que respeita a unidades de alojamento, de restauração, espaços de venda de produtos locais, acessibilidades, etc. (Aldeias de Portugal 2013; Melo et al., 2012).

No entanto, os residentes entrevistados e uma entidade local responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo reconhecem alguns benefícios indiretos resultantes da requalificação, nomeadamente, a nível dos acessos, da diminuição do isolamento e do restauro de algumas habitações.

“(…) Questões de habitabilidade, podemos falar no saneamento, que não melhorou nada, porque não existe! (…) Agora, também de certo modo, contribui para a habitabilidade da aldeia, porque há

sempre melhorias feitas, a nível da aldeia, mas diretamente, acho que não tou a ver nenhuma (...)" (RL 2);

"Sim, sim, sim, sim! Sem dúvida! As pessoas vivem melhor. Têm melhor acesso! E vivem melhor, porque se não fosse estas pessoas que restauraram estariam lá sós! Sem mais ninguém! (...)" (RL 3);

"(...) Sim! Sim! (...)" (RL 4);

"As pessoas vivem melhor do que viviam antigamente, isso não haja dúvida nenhuma! Porque antigamente era daquela telha antiga, de caleiros, um caleiro por baixo e outro por cima e quando caía muita chuva, granizo, entrava para dentro das casas." (RL 1);

"As que foram recuperadas, de certeza, porque a requalificação foi sempre a pensar numa melhoria das condições e do conforto das pessoas (...)" (EL 3).

No Trebilhadouro, uma entidade local responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo (EL 1), considera que a intervenção não levou à melhoria das condições de habitabilidade das populações, uma vez que os fundos europeus destinam-se à recuperação de habitações para alojamento turístico e não para a reabilitação das casas dos residentes, como está citado acima no excerto da entrevista da Felgueira. Na opinião das restantes entidades locais, da ex-residente e dos agentes da oferta, a intervenção levou a melhorias nas condições de habitabilidade, uma vez que se reconstruíram as habitações que se encontravam em ruínas e se dotou a aldeia das infraestruturas básicas como água, luz, saneamento e arruamentos.

"Mudou totalmente, pois tratava-se de uma aldeia completamente desabitada e em ruínas. A intervenção permitiu restituir as condições de habitabilidade." (EL 4);

"É obvio, não é?. Saneamento básico, água, luz, inclusive agora telefone, internet. Portanto, melhorou a cem por cento, posso dizer a cem por cento, as condições de habitabilidade dantes ninguém conseguia lá viver, e agora já vive." (EL 5);

"Melhorou tudo, porque não tinha nada (...) não tinha água, eletricidade (...) não tinha nada." (RL5);

"Cem por cento. Antes não tinha condições nenhuma, não havia água potável em casa, não tinha nada." (AO 4);

"Ah, sim melhorou muito porque praticamente não tinha acessos. Não ia lá um carro. Hoje tem, foi empedrada com calçada à portuguesa, foram colocadas todas as infraestruturas, água, luz e saneamento. Embora eu ache que tenha muita coisa a ser feita." (AO 5);

"Melhorou substancialmente, porque salvo uma casa que já tinha sido recuperada, não havia nenhuma que tivesse condições de habitabilidade... porque as que não tinham telhados ou que estavam completamente em ruínas, é lógico que todas as que foram recuperadas melhoram significativamente a habitabilidade da aldeia." (AO 6).

A aldeia da Felgueira é habitada essencialmente por uma população envelhecida que exerce a atividade agrícola a tempo parcial e a população mais jovem optou por emigrar.

"(...) é uma aldeia pobre! É uma aldeia pobre! Na serra! O pessoal a maior parte emigrou (...) A aldeia está sem ninguém, não tem quem trabalhe e para trabalharem aqui é quase tudo a partir dos sessenta anos (...) o pessoal também é pouco! Daqui da aldeia para baixo só tem um morador! (...) a aldeia é antiga! o pessoal... uns emigraram! Outros morreram! Só lá está um! (...) As pessoas,

sente-se sozinhas, porque a população é pouca! (...) Os velhos com sessenta anos para cima, embora tenha aí meia dúzia deles mais novos, que vive aí, de resto, não tem mais nada” (RL 1).

Esta observação vai de encontro a Reis (2014), que refere que a nível nacional, as áreas rurais de pequena densidade são caracterizadas pelo progressivo despovoamento e envelhecimento das populações resultantes da perda de jovens que optam por migrar devido à perda de importância do setor primário, ao encerramento de serviços públicos e à ausência de atividades industriais. Também a excessiva repartição da propriedade, particularmente no Norte de Portugal, e a falta de atrativos sociais e culturais, têm acentuado as diferenças de desenvolvimento entre as áreas urbanas e as áreas rurais (Reis, 2014). Por outro lado, quando um agente da oferta menciona que os que não emigraram trabalham em Vale de Cambra, isto vai de encontro ao defendido por Queiroz (2015), segundo o que uma das mudanças mais significativas que ocorreu nas áreas rurais foi a perda do monopólio agrícola, situação que se traduziu na reorganização e adoção de novas realidades por parte das áreas rurais, como por exemplo: os movimentos pendulares que os residentes rurais efetuam entre a área de residência e os espaços para onde vão trabalhar ou para outras atividades.

Na Felgueira este despovoamento altera-se um pouco durante o verão com o retorno dos muitos emigrantes que conferem à aldeia uma nova dinâmica (EL2).

“Embora que aqui no verão há uma mistura entre turistas e emigrantes (...) Nesta altura (...) os nossos emigrantes também são turistas para nós, porque se eles vêm cá e consomem cá, consomem os nossos serviços de turismo, também são nossos turistas também, nós podemos ver os nossos emigrantes como nossos turistas também, sem dúvida que a época dos turistas é o mês de agosto e é no verão” (EL 2).

O regresso de muitos emigrantes à Felgueira no verão vai de encontro ao que Queiroz (2015) menciona, quando refere que muitos emigrantes regressam principalmente nas férias de verão e de natal, para descansarem, bem como envolverem-se e participarem em eventos e atividades diversas, nas quais se incluem os casamentos e os batizados.

As ações de recuperação e requalificação que têm sido efetuadas nalgumas aldeias nacionais, nomeadamente a nível de infraestruturas básicas, bem como o incentivo à criação de novos negócios, poderão criar as condições necessárias para que as populações se fixem nas áreas rurais. No entanto, verificou-se que nas duas aldeias em estudo, a intervenção ainda não teve um grande contributo na fixação da população. Da análise das entrevistas realizadas na Felgueira é possível constatar que, de um modo geral, a intervenção não conseguiu fixar a população. Esta, sem grandes oportunidades, optou por emigrar ou por trabalhar fora da aldeia, atendendo a que o número de empregos existentes na aldeia não é suficiente para a população residente.

“(…) as que estão cá a viver não têm meios de ir para outro lado. Até a malta nova quer arranjar emprego, mas não pode, tem de ir para o estrangeiro. Que emprego é que eles cá arranjam?! Não têm nada! Aqui não há nada! Aqui não existe nada! Tem dois restaurantes, que têm dois ou três



empregados cada, quando for ao fim de semana têm mais, mas não tem mais nada! Não há mais nada!” (RL 1);

“Ninguém ficou (...) não, não, toda gente fugiu para o estrangeiro, os que estão aqui ou estão a trabalhar em Vale de Cambra, ou foram para o estrangeiro” (AO 1);

“Acho que cada vez estão a emigrar mais.” (AO 3).

Os entrevistados referem ainda que os poucos postos de trabalho criados na aldeia estão associados essencialmente à restauração, à pecuária e ao fabrico do pão, atividades que, de certo modo, ajudaram a fixar alguns residentes.

“(...) ajudou a fixar principalmente na parte do restaurante, (...) os proprietários continuam a residir lá.” (EL 1);

“Nem por isso. Nem por isso (...) nós aqui no restaurante sim, ajuda bastante, claro, ajudou a nós restaurantes, ajudou a essas pessoas que estão, lidam com o pão e com essas coisas, com as farinhas e com os moinhos, mas os jovens, não ajudou muito porque estão emigrados (...) mas não, não ajudou muito.” (AO 2);

“Tem dois restaurantes, que têm dois ou três empregados cada, quando for ao fim de semana têm mais, mas não tem mais nada! Não há mais nada!” (RL 1);

“Esse era um dos principais objetivos (...) a dinamização sociocultural e económica da aldeia (...) um dos objetivos era a criação de emprego através da dinâmica turística e potencialização da agricultura e da pecuária e isso foi conseguido.” (EL 2);

“Ajuda na medida que pode criar postos de trabalho, tirando isso.” (RL 2);

“Sim, Sim!” (RL 4).

A falta de oportunidades, empregos e serviços que se refletem nesta aldeia, vai de encontro à revisão da literatura, em que as tendências de industrialização e de urbanização afetaram fortemente as áreas rurais a nível económico e social, através da perda de receitas e diminuição do número de empregos ligados à atividade agrícola, contribuindo também para o encerramento de serviços, como por exemplo escolas, igrejas, transportes e lojas, que são acompanhados por uma diminuição e crescente envelhecimento da população, associados ao aumento da esperança média de vida e migração da população mais jovem para outras áreas (Kastenholz, 2014; Lane, 1994; Mesquita, 2010; Moreira, 1994).

No entanto, dois entrevistados referem que a requalificação da Felgueira levou à captação temporária de antigos residentes e de pessoas externas à povoação, que recuperaram ou compraram casa que ocupam quando vêm passar os fins de semana à aldeia.

“Sim, ajudou a fixar alguma população (...) uma grande parte dessas que estão requalificadas foram adquiridas por pessoas exteriores à aldeia (...) e hoje passam o fim de semana (...) aumentou e fixou a população principalmente ao fim de semana.” (EL 3);

“Mão conseguiu (...) houve pessoas que eram de cá e que estavam fora e vieram restaurar e vão estando por cá aos fins de semana ou quando podem, os outros penso que são de fora.” (RL 3).

No Trebilhadouro, como se tratava de uma aldeia desabitada e a maioria das casas recuperadas foram reconvertidas em alojamento turístico, é consensual entre os entrevistados que a intervenção não levou à fixação de população permanentemente na aldeia. No entanto, foram criadas as condições necessárias para que os turistas aí se estabeleçam temporariamente. Alguns dos entrevistados referem que os proprietários estão a pagar a um casal para aí residir, a fim de vigiar a aldeia e a proteger de vandalismo.

“Não contribuíram em absolutamente nada, porque os proprietários das casas não residem lá (...) não vivia lá ninguém (...) neste momento vive lá um casal que são zeladores das casas. Acordo feito entre os proprietários para (...) tomar conta das casas, evitar o vandalismo à noite e durante os fim de semana, etc. Não eram lá residentes (...) vieram residir com a função de trabalhar.” (EL 1);

“Não há fixação na aldeia, é apenas população turística de passagem ou em fim de semana.” (EL 4);

“Ora bem, população propriamente dita. Não há aquela população fixa. É o turismo de habitação, as pessoas vêm ao fim de semana, estão cá quinze dias vão embora, portanto, não há aquela população fixa residente, mas o que melhorou neste aspeto é que agora as pessoas podem vir para lá, podem passar os tempos de lazer e antes não porque era impossível. Portanto, nesse aspeto, agora fixar residentes, tem duas pessoas lá que tratam da aldeia (...), dormem lá. São essas que praticamente que eu conheço, são essas duas que habitam lá para tomar conta daquilo e para limpezas e quê. Estão a ser pagas pelos proprietários. Agora são os únicos residentes, os outros não são residentes, vão e voltam. Portanto residentes só há mesmo esses dois, neste momento.” (EL 5);

“Ajudou porque estive aqui um senhor a morar, agora está um casal a morar e criou postos de trabalho (...) dois postos de trabalho.” (RL 5);

“Ajudou. Criou as condições necessárias para se viver nas casas, com as condições mínimas necessárias.” (AO 4);

“É. A população não existia. Hoje tem um segurança, um guarda, hoje temos lá também um casal de Vila do Conde que está lá a residir e está a tomar conta daquilo e tem pessoal que se hospeda por lá nas casas e na parte mais moderna da aldeia.” (AO 5);

“(...) O objetivo da recuperação não foi o adquirir habitantes permanentes, pelo menos das minhas porque foram recuperadas com o intuito do turismo no espaço rural (...) Temporariamente vai trazendo algumas pessoas. Não posso dizer que possa considerar fixar (...) Neste momento só existe o tal casal que veio mas no sentido de ser guarda da aldeia e que foi uma imposição.” (AO 6).

Quando se procura determinar até que ponto o turismo pode contribuir para a diminuição do isolamento da população residente, as respostas não são consensuais. No entanto, é de ressaltar que esta questão foi apenas aplicada na Felgueira, dado que a aldeia do Trebilhadouro se encontrava desabitada. As entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo consideram que o turismo tem contribuído para diminuir o isolamento com a vinda de visitantes aos restaurantes, com o alojamento de segunda habitação e, nomeadamente, com a existência de postos de trabalho ligados à atividade turística que ajudam a fixar residentes que apoiam uma população essencialmente idosa.

“No caso da Felgueira sim (...) o restaurante, a vinda das pessoas e o próprio alojamento, fez com que houvesse ali algum intercâmbio entre os residentes e os turistas.” (EL 1);

“Sim, sem dúvida que sim, se não houvesse cá turismo e essas atividades económicas (...) todas elas ligadas ao turismo (...) Se essas atividades não existissem, por um lado não estava cá a população que daí tem o seu emprego, e por outro lado, não vinham cá os turistas. Os poucos residentes que cá estariam, que cá ficariam, à semelhança do que aconteceu com outras aldeias (...) no concelho de Vale de Cambra, esta população estaria totalmente isolada e posta de lado. Com esta participação, quer não só dos visitantes, (...) mas essencialmente das pessoas que têm cá o seu posto de trabalho, a população residente que é essencialmente população idosa está mais apoiada, pelo menos de momento.” (EL 2);

“Sim (...) há um convívio maior com as populações locais e as pessoas que procuram e habitam no fim de semana essas casas que foram recuperadas pelos proprietários.” (El 3).

É unânime entre os agentes da oferta que o turismo não contribui para diminuir o isolamento da população porque se trata de uma população essencialmente idosa.

“Não! As pessoas, as pessoas sentem-se sozinhas, porque a população é pouca! (...) Os velhos com sessenta anos para cima, embora tenha aí meia dúzia deles mais novos, que vive aí, de resto, não tem mais nada.” (RL1);

“Não, não” (AO 1);

“Não, Não” (AO 2).

Opinião contrária tem os três entrevistados da população residente que consideram que o turismo ajuda a diminuir o isolamento dos habitantes da aldeia.

“Contribui, sim, contribui, sim senhora (RL 2);

“Sim, sim, agora temos mais aquelas pessoas” (RL 4);

“Sim sem dúvida, penso que sim” (AO 3).

### **6.3.3 Impactes culturais**

As áreas rurais, em muitos casos, detentoras de um grande património a nível arquitetónico que é importante valorizar e preservar, possuem ainda um conjunto de ativos materiais e imateriais com um significativo potencial de desenvolvimento (Melo et al., 2012). De acordo com Moreira (1994) o desenvolvimento da atividade turística nas áreas rurais é gerador de importantes efeitos na economia local através da valorização do património imobiliário com a recuperação de antigas habitações destinadas à atividade turística ou residência secundária, valorização dos campos, alguns dos quais abandonados devido à perda da importância da atividade agrícola, que são direcionados para novas atividades. Também Souza e Eusébio (2010) defendem que o turismo nas áreas rurais leva à valorização e revitalização do património. Neste âmbito, ao analisar em que medida as intervenções efetuadas nas aldeias em estudo respeitaram os valores culturais e arquitetónicos, verificou-se que na maioria das respostas os entrevistados consideram que esses

valores foram respeitados, tal como se observa nos excertos das seguintes entrevistas relativas à Felgueira.

“Na aldeia antiga! Na aldeia antiga! Continua a ser tudo como era!” (RL 1);

“Sim, fica a aldeia mais bonita.” (RL 4);

“A parte velha está muito bem conservada (...) na parte de baixo manteve-se, manteve-se a mesma linha (...) ficou assim um bocadinho ao típico” (AO 1);

“(...) tentam fazer as coisas de forma a que todos ganhem com isso. Que todos ganhem com isso.” (AO 2);

“Sim, acho que foram feitas como devia ser (...)” (AO 3);

“Em termos dos valores culturais, acho que num lado e noutro foram respeitados (...) e ambientais, acho que sim, que respeitaram tanto num como noutro.” (EL 1);

“Eu acho que toda a reconstrução que foi feita, foi a pensar e baseada na recuperação histórica e mantendo todo o aspeto arquitetónico, que tinha anteriormente.” (EL 3).

No entanto, na aldeia da Felgueira, alguns entrevistados referem um ou outro aspeto que poderá não ter sido totalmente respeitado no processo de requalificação até agora efetuado, nomeadamente o uso de lousa na cobertura de uma casa.

“Houve algumas que respeitaram porque a associação interveio! Houve outras, alterações aqui feitas na aldeia (...) Que ficaram muito mal! Partindo do ponto que estamos a falar de uma aldeia turística, de uma aldeia rural e de uma Aldeia de Portugal, fica muito mal certas intervenções que aqui foram realizadas (...)” (RL2);

“Poderei dizer que foi quase a cem por cento. Só uma das casas fez aplicação de lousa (...) a linha era a telha, a telha à moda antiga, só tem aquela casa, que as outras pessoas acharam que não respeitaram, uma vez que todas as outras, colocaram aquele tipo de telha, telha vermelha (...) mas quanto ao restauro, tentaram respeitar aquilo o que lhe era pedido.” (RL3);

“Podemos considerar que (...) grande parte das intervenções, ou se calhar, oitenta por cento das intervenções, ao nível, do respeito, pelos valores arquitetónicos podem ter respeitado esses valores (...) a nível cultural (...) partimos do princípio que também os valores foram respeitados (...) nem sempre se agrada a toda gente e portanto não é consensual até a questão da forma como as coisas estão, foram feitas e estão a ser feitas, (...) não sei (...) muito bem, se (...) em termos culturais tá tudo a ser respeitado e se as pessoas estão todas contentes e desta forma, com os seus valores culturais respeitados, a nível ambiental (...) noventa por cento, cem por cento, dos valores ambientais foram respeitados” (EL 2).

No Trebilhadouro é consensual entre os entrevistados que na requalificação se procurou manter os valores culturais e ambientais. No entanto, existe um ou outro entrevistado que refere duas intervenções que descaracterizaram a aldeia - a nível arquitetónico a reabilitação de uma das casas e em termos visuais a existência de uns depósitos de água.

“Valores culturais foram respeitados, arquitetónicos, em Trebilhadouro houve uma intervenção que pessoalmente discordo, ambientais, sim.” (EL 1);

“Na medida do possível tentou respeitar-se os valores culturais arquitetónicos e ambientais, no entanto, existem exemplos de reabilitação completamente descontextualizados (antes do início da

intervenção), sendo de referir a colocação de uns depósitos que ao nível ambiental são uma agressão (Presentemente estuda-se a mudança destes depósitos, tendo a C.M. adquirido um terreno para o efeito).” (EL 4)

“Pelo que eu conheço acho que foram respeitados a cem por cento e teria que ser porque foi uma das aldeias que o arquiteto da altura, fez tipo de um concurso, e andaram ali onze arquitetos a ver aquilo, portanto, fizeram o ok favorável, portanto penso que terá sido respeitado, os valores culturais, arquitetónicos e ambientais. Acho que sim.” (EL 5);

“Aqui manteve. Procuraram manter, tanto ambientais, como culturais e arquitetónicos, também.” (RL 5);

“Respeitou. Respeitou a arquitetura das casas antigas e através disso a cultura manteve-se também.” (AO 4);

“Em termos de valores culturais, nós estamos tentando que aquilo mantenha a tradição, embora nos tempos atuais os utilizadores exigem muito mais do que antigamente. Você não pode pensar em ter uma casa que não tem uma cozinha em condições, uma sala, um quarto de banho, televisão, internet (...) a parte arquitetónica e ambiental, ambiental a parte não alterou nada, muito pelo contrário, até melhorou. A parte arquitetónica, ela teve parte da aldeia que se manteve, as pequenas casas com menos condições (...) ampliação do moderno com condições, foi o que nós fizemos na nossa parte. Mantivemos a parte velha com parte de estar, cozinha, sala, essas coisas. Depois na parte nova nós construímos quartos todos com suite, com televisão com internet, tudo dotado das melhores condições atuais que você encontra em qualquer hotel sem constrangimento.” (AO 5);

“Em relação às minhas casas em concreto, eu só posso falar pelas minhas porque está à vista de todos, que não é, que a recuperação não foi feita da mesma maneira. Em relação às minhas nós fizemos a questão disso. Manter exatamente a traça antiga e criar melhores condições para o turista, que é isso que eles pretendem. No entanto, tivemos esses cuidados a nível de arquitetura e ambientais. Uma das coisas que agora é muito prática, por exemplo é os painéis solares. Nós não optamos por isso exatamente por causa do impacto visual, optamos pelo aquecimento a casa em todas as casas a lenha, mesmo esta tem a salamandra a lenha, em que aquece aqui e no próprio quarto tivemos essa preocupação com as nossas recuperações.” (AO 6).

Ainda dentro deste âmbito de preservação de valores tentou-se verificar se o turismo ajuda a manter vivas as tradições, o património e o modo de vida nas aldeias em estudo. Na Felgueira, de um modo geral, constata-se que os entrevistados consideram que o turismo ajuda manter vivas as tradições, o património e o modo de vida na aldeia embora estes possam ser ainda mais potencializados. Referem ainda algum património material e imaterial que estão a tentar reativar e recuperar, nomeadamente, a reconstrução de casas, recuperação de tradições como a desfolhada, a matança do porco, as ceifas e as pegas.

“O turismo no nosso concelho não está ainda nesse patamar, o objetivo seria esse. (...) na Felgueira reativou-se a desfolhada à moda antiga, algumas atividades culturais ligadas à matança do porco.” (EL 1);

“Sim, sem dúvida que ajuda (...) se não houver tradições vivas, património e modos de vida na aldeia não há turismo (...) Para haver turismo tem que haver património, tradições e modo de vida e desta forma o turismo vem e existe, e portanto, para haver turismo tem que haver preservação e dinâmica destas questões. O turismo ajuda sem dúvida a manter vivas.” (EL 2);

“O turismo em si mantem, agora lá não tem essa componente, (...) não foi uma recuperação vocacionada para aluguer, para turismo, para pessoas de fora (...) A recuperação (...) foi para pessoas que adquiriram as casas e vêm lá periodicamente durante a semana ou fim de semana, ou alguns períodos do ano.” (EL 3);

“Continua, mas pouco.” (RL 1);

“Sim” (RL 2);

“Sim! Sim! Com certeza! Porque é também pelo turismo que se fizeram as desfolhadas, que se fizeram as ceifas e já depois de as pessoas deixarem de cultivar as terras, (...) as coisas também são diferentes e acho que também o empenho das pessoas que é um bocadinho diferente (...) trazia muita gente de fora para fazer isso (...) todas essas atividades que foram as atividades rurais, fizemos também lá em cima (...) as pegas! Que juntavam milhares de pessoas! Tudo isso também fazia parte da atração turística (...)” (RL 3);

“Não faz isso, porque a gente, não faz também, porque se não eles eram capazes de alinhar.” (RL 4);

“Eu acho que sim, se viesse o turismo que era bom para todos nós.” (AO 1);

“Talvez, patrimónios, sim (...) as casas abandonadas, os palheiros (...) ajudou, ajudou a manter os patrimónios que há aí imensas pessoas que mantêm o interesse de continuar com essas casas para vender, hoje em dia há muita procura desse tipo de casas, para reconstruir, exatamente para termos mais turistas (...) ajuda, sim o turismo ajuda neste aspeto, sim.” (AO 2);

“Sim, essa é a finalidade e a intenção, o turismo acho que é esse o propósito, porque se não, não interessava o turismo para nada. Há as tradições porque (...) as desfolhadas, a agricultura, só se fazem mais nesse contexto do turismo porque no dia-a-dia as pessoas já tinham abandonado essas atividades. A agricultura não é rentável.” (AO 3).

No Trebilhadouro duas entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo consideram que a intervenção ainda não atingiu esse objetivo, embora uma delas refira que se pretende reativar um festival que por tradição aí se realizava, e a outra considere que o turismo por si só não consegue reabilitar as tradições, modos de vida e património sem a cooperação entre todos os agentes e residentes locais.

“O turismo do nosso concelho não está nesse patamar. O objetivo seria esse, mas neste momento só intervimos a nível do alojamento (...) Reativar um festival que foi feito no passado, mas está longe disso, porque a componente pública no projeto está muito arrastado.” (EL 1);

“O turismo por si só não, tudo depende dos operadores/promotores e do envolvimento dos habitantes locais nas estratégias que se pretendem para promover determinado local/neste caso a aldeia do Trebilhadouro.” (EL 4).

Na opinião da terceira entidade local responsável pelo desenvolvimento e gestão do turismo, de uma ex-residente e dos três agentes da oferta o turismo ajuda a manter vivas as tradições, modos de vida da aldeia e o património. Neste âmbito os três agentes estão a recriar tradições na aldeia como as desfolhadas e o magusto, e pretendem reavivar costumes associadas não só ao Trebilhadouro como ao concelho de Vale de Cambra.

“É lógico que sim.” (EL 5);

“Ai sim, para mim foi.” (RL 5);

“Sim, ajuda na aldeia e também localidades vizinhas.” (AO 4);

“Ajuda, ajuda. É o que nós temos feito, workshops, etc. Essas coisas, vamos fazer um magusto, o São Martinho, estamos tentando trazer as tradições, as desfolhas, essas coisas. Estão tentando reativar lá.” (AO 5);

“Pronto, sim. Foi a pensar no turismo que fez isso. Ainda é muito cedo para se conseguir trazer frutos, mas a ideia é exatamente essa, manter vivas essas tradições é isso que nós pretendemos. Agora no futuro em parceria com quem estiver no edifício comum tentarmos reviver novamente todas as tradições associadas aqui à aldeia do Trebilhadouro e a Vale de Cambra concretamente.” (AO 6).

#### **6.3.4 Impactes ambientais**

A análise da percepção dos impactes ambientais foi realizada através das respostas dadas pelos entrevistados à seguinte questão: “Em que medida a intervenção efetuada na aldeia respeitou os valores culturais, arquitetónicos e ambientais?”. Verifica-se que os entrevistados têm a percepção de que a requalificação respeitou os valores ambientais nas duas aldeias. Na Felgueira, de um modo geral, os entrevistados restringiram a sua resposta aos dois primeiros valores; no entanto, duas EL consideram que os valores ambientais foram respeitados na aldeia da Felgueira.

“(…) ambientais, sim, acho que sim, acho que respeitaram tanto num como noutro. Sim.” (EL 1);

“A nível ambiental (...) noventa por cento, cem por cento, dos valores ambientais foram respeitados e até porque um dos principais objetivos é também o respeito pelo ambiente e natureza.” (EL 2).

No Trebilhadouro todos os entrevistados consideram que a requalificação respeitou os valores ambientais. No entanto, uma das EL considera que uns depósitos lá existentes são uma agressão ambiental, estando espectável a sua remoção, uma vez que a Câmara Municipal adquiriu um terreno para aí os recolocar. Na opinião de um agente da oferta a requalificação levou à melhoria dos valores ambientais.

“(…) ambientais, sim, acho que sim, acho que respeitaram tanto num como noutro. Sim.” (EL 1);

“Na medida do possível tentou respeitar-se os valores culturais arquitetónicos e ambientais, no entanto, existem exemplos de reabilitação completamente descontextualizados (antes do início da intervenção), sendo de referir a colocação de uns depósitos que ao nível ambiental são uma agressão (Presentemente estuda-se a mudança destes depósitos, tendo a Câmara Municipal adquirido um terreno para o efeito).” (EL 4);

“Pelo que eu conheço acho que foram respeitados a cem por cento (...) terá sido respeitado, os valores culturais, arquitetónicos e ambientais. Acho que sim.” (EL 5);

“Procuraram manter, tanto ambientais” (RL 5);

“Respeitou (...)” (AO 4);

“(…) ambiental a parte não alterou nada, muito pelo contrário, até melhorou (...)” (AO 5);

“(…) No entanto, tivemos esses cuidados a nível de arquitetura e ambientais (...)” (AO 6).

A revisão da literatura considera como impactes ambientais positivos a valorização do património natural (Kastenholz, 2010), a recuperação, manutenção (Jesus et al., 2010) e a conservação de áreas

ambientais (Jesus et al., 2010; Souza & Eusébio, 2010) e, como negativos, o aumento da poluição do ar, da água e sonora, a perturbação da fauna e flora, a destruição da vida selvagem e o aumento do vandalismo (Souza & Eusébio, 2010), a introdução de atividades motorizadas em áreas protegidas, bem como a construção massificada e sem planeamento de infraestruturas e equipamentos destinados ao turismo em áreas frágeis (Kastenholz, 2010). Neste sentido, foi feita uma análise na íntegra de todas as entrevistas para identificar os possíveis impactes ambientais que o turismo está a ter nas duas aldeias em estudo, verificando-se que os entrevistados referem impactes positivos que vão de encontro aos supracitados, o mesmo não acontecendo aos impactes negativos, que não são referidos. Na Felgueira, como impactes positivos são referidos a valorização do património natural, bem como a recuperação e manutenção do património natural.

“E a ligação também à componente serra, serra da Freita, serra do Arestal.” (EL 1);

“(…) Aumentar a parte da organização e dinâmica de atividades, digamos de desporto natureza (….) caminhadas, BTT, passeios (….)” (EL 2);

“(…) a parte turística, aproveitar a nossa serra (….)” (AO 1);

“(…) a poluição também não temos (…). Manter as paisagens, manter o território, o terreno para fazer o cultivo de alguns produtos que estão mais em extinção (….)” (AO 2);

“(…) a agricultura, só se fazem mais nesse contexto do turismo porque no dia-a-dia as pessoas já tinham abandonado essas atividades. A agricultura não é rentável (….)” (AO 3);

“(…) Porque é também pelo turismo que se fizeram as desfolhadas, que se fizeram as ceifas e já depois de as pessoas deixarem de cultivar as terras (….)” (RL 3).

No Trebilhadouro são referidos como impactes positivos a valorização, a recuperação, a manutenção e a conservação do património natural. Tal como na Felgueira nesta aldeia não foram feitas alusões aos impactes negativos.

“E a ligação também à componente serra, serra da Freita, serra do Arestal.” (EL 1);

“(…) percursos de montanha, atividades radicais (rio Paiva) (….)” (EL 4);

“(…) a recuperação da aldeia deu vida à aldeia porque aquilo estava totalmente abandonado cheio de silvas (….)” (EL 5);

“(…) Caminhos pedestres de ligação ao Geoparque, aproveitar os rios aqui vizinhos e as praias fluviais. E era o que se podia intervir na natureza, aqui ao redor da aldeia.” (AO 4);

“Estava cheio de silvas (…). Hoje a gente vê plantações de vinha, campos cultivados, gente que tem lá gado à solta já nesses campos cultivados (…). O tipo de iniciativas para dinamizar o turismo seria oferecer aos hóspedes outro tipo de atividade, por exemplo, fazer caminhadas, organizar caminhadas, levar cavalos como é uma zona serrana, para o pessoal andar lá pelo monte. Poderia-se levar motos, motocicletas, para as pessoas visitarem porque é um terreno íngreme (…). Ali o que eles mais apreciam realmente é a paisagem, a paisagem é linda (…). estamos produzindo algum tipo de flores, algum tipo de milho, produz-se uvas (…). Há meia dúzia de anos vinha o fogo e limpava tudo, o resto eram silvas que nasciam e ficava aquele clima ali, uma, uma tristeza, né?! Agora não. Já que as pessoas preocupam-se, os próprios proprietários já fazer os asseios, fazem as limpezas em volta dos seus terrenos, já cuidam daquilo com mais carinho.” (AO 5).



## 6.4 Sugestões para dinamizar o turismo

Atendendo a que um dos objetivos deste projeto é o de sugerir propostas para que o turismo nas aldeias em estudo tenha um papel mais dinamizador, as entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo, bem como os agentes da oferta foram questionados sobre o tipo de iniciativas que se poderiam realizar/criar para dinamizar o turismo na Felgueira e no Trebilhadouro. Na Felgueira, a primeira entidade local considera que o turismo no concelho de Vale de Cambra é uma atividade ainda pouco explorada, uma vez que o concelho está muito voltado para a indústria. Por esse motivo, sugere um conjunto de medidas que o município deveria adotar no sentido de melhorar a sua oferta turística e, consequentemente, a sua visitação, nomeadamente: a dinamização da barragem Duarte Pacheco, da Rota da Água e da Pedra, da praia fluvial de Burgães, das serras da Freita e do Arestal e do parque da Nossa Senhora da Saúde, o alargamento do território do Geoparque, a ligação da praia fluvial ao parque da cidade por passadiços de madeira e a limpeza dos rios. A segunda entidade, no que diz respeito à aldeia da Felgueira propõe uma maior aposta nos desportos de natureza como, por exemplo, as caminhadas e o BTT, mas também a calendarização de atividades ao longo do ano, como por exemplo, mais festivais e concertos, não só musicais mas também gastronómicos. A terceira entidade refere igualmente a criação de mais eventos e festas que atraiam mais visitantes, uma vez que tirando a vertente gastronómica a Felgueira não tem mais nada a oferecer ao longo do ano.

“Imensos (...) Vale de Cambra está muito voltada para a componente indústria, o comércio está um bocado esquecido e o turismo estava esquecidíssimo. O que pode ser feito (...) a dinamização da barragem Duarte Pacheco; a dinamização da Rota da Água e da Pedra (...) o alargamento do Geoparque de Arouca ao restante território dos municípios vizinhos; a dinamização da Praia Fluvial de Burgães que não está minimamente dinamizada nem explorada (...) a ligação da Praia fluvial de Burgães ao parque da Cidade por passadiços de madeira (...) limpeza de rios (...) Tudo isso podia ajudar a dinamizar o turismo. E a ligação também à componente serra, serra da Freita, serra do Arestal. Uma coisa que deveria ser intervencionada rapidamente e com cabeça tronco e membros (...) o parque de Vale de Cambra que mais turistas recebe durante o verão, que é o parque da Nossa Senhora da Saúde, e (...) que está quase, quase votado ao abandono.” (EL 1);

“São todas as que temos defendido no projeto e que nós pensamos sempre fazer mas não se fazem. Aumentar a parte da organização e dinâmica de atividades, digamos de desporto natureza (...) caminhadas, BTT, passeios (...). Aumentar mais a parte de festivais e concertos, quer a nível da música, quer a nível da gastronomia, mais festivais ao longo do ano. De alguma forma era importante termos, e já tivemos até em tempos, mas temos alguma atividade (...) que de alguma forma, forma organizada e calendarizada tivéssemos atividade todo o ano para poder oferecer uma oferta mais consistente a quem nos visita e à região toda em si.” (EL 2);

“Se houvesse alguma associação (...) podiam dinamizar através de eventos ou festas ou qualquer coisa que chamasse e atraísse lá a população, tirando a parte gastronómica, não tem mais qualquer tipo de atividade durante o ano.” (EL3).

Relativamente aos agentes locais, o primeiro sugere uma maior aposta na venda e utilização de produtos locais, tais como o mel, a castanha, a broa, a carne, o chá e o artesanato, assim como impedir a emigração da população mais jovem. Já o segundo agente da oferta vai ao encontro do que foi mencionado pelas entidades locais, defende também que se deveriam realizar mais atividades de animação, tais como desfolhadas e concertos de Fado, uma maior ligação à componente serra e ao concelho de Arouca através do Geoparque, e ainda uma maior aposta no artesanato. O terceiro agente da oferta considera que deveria haver uma maior intervenção por parte das autoridades competentes na manutenção dos percursos pedestres e dos caminhos para que a aldeia fosse mais visitada.

“(…) as pessoas podiam levar algo com eles, artesanato, queijo, carne, até mesmo um talho aqui a vender os nossos produtos da aldeia da serra, cabritos, carne, da nossa raça. Eles vinham comer e levavam, mel, até o próprio chá da nossa montanha, está é mal aproveitado mas podia-se criar riqueza, mas está mal aproveitada (…) era vender produtos locais (…) as pessoas apostarem (…) o home se se quisesse aplicar a sério no artesanato era um ás, a dona (…) é igual, é uma artista que podia vender muito mais, tudo o que ela está a fazer, teares, etc. … A nossa própria broa, (…) mel (…), famosa castanha (…) castanha amarela (…). Há muita coisa aqui que podia ser feita se o povo quisesse (…). Mas também muitos deles não precisam (…) pessoas idosas (…) pessoas que vivem bem, têm boas reformas (…) este jovem é que foi para o estrangeiro. Muitas vezes é que podia ser ajudado por esses pais (…) que deixam fugir os filhos (…) tu não vás, vamos apostar nisto, eu ajudo-te (…) Havia modo de as pessoas serem ajudadas a viver bem aqui, que o turismo aumentava e era bom para tudo. (…) mas à maneira para a nossa aldeia crescer (…)” (AO 1);

“Tantas coisas (…) podíamos fazer mais desfolhadas (…) eventos de fado, por acaso, fazemos aqui às vezes e chama muita gente. E mesmo pessoal estrangeiro que vêm visitar, passam, que vêm da serra e se houver atividade aqui para dinamizar, ajuda bastante, enriquece bastante (…). As atividades de artesanato também ajudam bastante (…)” (AO 2);

“Que as entidades competentes, Câmara e Junta, deviam empenhar-se um bocadinho para manter as ruas limpas, manter os percursos pedestres (…) limpos para as pessoas passarem (…) Nós temos dois percursos pedestres na aldeia (…) A limpeza tem sido muito pouca (…) isso é negativo (…) isso fixava as pessoas que viriam fazer os percursos e que de alguma forma iriam usufruir da nossa paisagem, desta aldeia e das outras (…) Tivemos uma atividade em maio (…) foi um percurso das bicicletas (…) andamos a limpar quase uma semana inteira aos bocadinhos as ruas, para a aldeia ficar um bocadinho mais apresentável nesse contexto do turismo, para a pessoa gostar de ver e ficar de alguma forma contente com o que viu. Para poder voltar (…)” (AO 3).

No Trebilhadouro a primeira entidade local indica as mesmas iniciativas que sugeriu para a aldeia da Felgueira. A quarta entidade local propõe a comercialização de produtos locais, desenvolvimento de atividades radicais e de percursos de montanha. A quinta entidade local sugere a reativação do Festival Internacional de Artes e Culturas do Trebilhadouro, a abertura da casa de apoio ao Trebilhadouro, e que os proprietários das habitações deveriam desenvolver mais atividades no sentido de atrair mais visitantes.

“Imensos (…) Vale de Cambra está muito voltada para a componente indústria, o comércio está um bocado esquecido e o turismo estava esquecidíssimo. O que pode ser feito (…) a dinamização da barragem Duarte Pacheco; a dinamização da Rota da Água e da Pedra. O alargamento do Geoparque de Arouca ao restante território dos municípios vizinhos; a dinamização da Praia Fluvial de Burgães que não está minimamente dinamizada nem explorada (…) a ligação da Praia fluvial de Burgães ao

parque da Cidade por passadiços de madeira (...) limpeza de rios (...) Tudo isso podia ajudar a dinamizar o turismo. E a ligação também à componente serra, serra da Freita, serra do Arestal. Uma coisa que deveria ser intervencionada rapidamente e com cabeça tronco e membros, ora digamos, o parque de Vale de Cambra que mais turistas recebe durante o verão, que é o parque da Nossa senhora da Saúde, e (...) que está quase, quase votado ao abandono.” (EL 1);

“Criação de lojas com produtos regionais e locais, por outro lado, dado que a Aldeia não oferece alternativas para passar vários dias é necessário ter oferta de outros produtos diferentes como por exemplo, percursos de montanha, atividades radicais (rio Paiva) (...)” (EL 4).

“(...) forçar para (...) este ano não foi possível, se volte a ativar o festival (...) a Casa de apoio à aldeia de Trebilhadouro (...) proprietários desenvolverem atividades para que as pessoas venham, porque grande parte do interesse é deles também. Não é só deles, mas e da parte da Junta de Freguesia e da Câmara, penso que todo o apoio que for possível será dado.” (EL 5).

Relativamente aos agentes da oferta, o quarto agente da oferta sugere a criação de percursos pedestres com ligação ao Geoparque e um melhor aproveitamento dos rios e das praias fluviais vizinhas à aldeia. O quinto agente sugere a dinamização de mais atividades na aldeia para que o turista passe aí mais que uma noite, uma vez que existe falta de atrativos na região. Refere a organização de caminhadas, passeios a cavalo e veículos motorizados. A sexta agente da oferta, tal como o anterior, defende a promoção de mais atividades na aldeia, tais como as desfolhadas, a matança do porco, as vindimas e os concertos, que no seu entender deveriam ser dinamizadas por uma associação ou uma liga de amigos. No entanto, considera que a excessiva recriação de atividades na aldeia também pode afastar os turistas que procurem o Trebilhadouro numa vertente de descontração e relaxe.

“Caminhos pedestres de ligação ao Geoparque, aproveitar os rios aqui vizinhos e as praias fluviais. E era o que se podia intervir na natureza, aqui ao redor da aldeia.” (AO 4);

“O tipo de iniciativas para dinamizar o turismo seria oferecer aos hóspedes outro tipo de atividade, por exemplo, fazer caminhadas, organizar caminhadas, levar cavalos como é uma zona serrana, para o pessoal andar lá pelo monte. Poderia-se levar motos, motocicletas, para as pessoas visitarem porque é um terreno íngreme e as pessoas vão pouco, logo voltam, nem todos têm disponibilidades de andar. Deveria-se colocar mais atividades. Fazer investimentos paralelos. Também a nível de jipes, motos, bicicletas, cavalos, esse tipo de atividades que levaria as pessoas a procurar mais (...) Atualizar as coisas a nível que as pessoas tivessem mais ocupação, as pessoas têm pouca ocupação, vão para lá, claro que é pertinho, a seis quilómetros de Vale de Cambra, a cinquenta do Porto. Com a A-32 chegam aqui em vinte minutos. Mas devia fazer-se mais coisas para as pessoas ficarem cá mais tempo, convivessem mais, ficassem mais por ali. Porque o cara vem, hospeda-se ali um dia mas vai-se logo embora, não fica ali permanente como devia ser, o caso de ficar ali uma semana não tem. Não podemos oferecer, a não ser mais longe em Arouca, levar os cara para Arouca. Com os passadiços a ocupação era muito grande. Agora o movimento não é grande, o movimento é pequeno. Falta atratividade, atração ali, da região.” (AO 5);

“(...) criação de uma associação ou de uma liga de amigos, ou de qualquer coisa em que possamos em conjunto criar atividades. Mas há imensas coisas que se poderiam fazer aqui, desde desfolhadas, as pessoas participarem nas vindimas, porque Vale de Cambra também está de algum modo ligado à criação de exploração dos vinhos (...) a matança do porco (...) sei lá há imensas coisas (...) atuações das músicas tradicionais da região (...) Embora isto como se costuma dizer é um pau de dois bicos. Há aqueles que vêm e querem mesmo o sossego, não querem ser incomodados (...) Há pessoas que dizem exatamente isso e porque vêm para descansar e não querem muita confusão. Mas mesmo ao fim de semana estamos a começar a ter atividades.” (AO 6).

## Capítulo 7 – Conclusão

O presente projeto procura avaliar se o turismo tem um papel dinamizador nas áreas rurais, em concreto em duas aldeias do concelho de Vale de Cambra. O interesse por este tema prendeu-se com o crescente ciclo de esquecimento e empobrecimento que tem marcado as áreas rurais como consequência da perda de importância do setor agrícola resultante dos modelos de desenvolvimento urbano-industriais que beneficiaram os grandes centros urbanos em detrimento dos espaços rurais. Estes, por sua vez, vêm a sua população diminuir com a migração dos habitantes mais jovens que, confrontados com a falta de oportunidades e serviços, são forçados a deixar os lugares onde nasceram. Deste modo, fica apenas a população mais idosa que, pesarosamente, evoca as dificuldades do modo de vida rural e lamenta a partida dos seus familiares, ficando os terrenos de onde retiravam o seu sustento ao abandono, uma vez que não há pessoas para os cultivar, nem a agricultura é uma atividade rentável. Ficam assim, campos e aldeias que durante anos criaram gerações, deixados ao abandono e ao esquecimento, sendo as ruínas das antigas habitações e a humanização das paisagens o último testemunho da presença humana nesses espaços.

No entanto, a crescente valorização das áreas rurais por parte de alguns grupos de pessoas tem levado a uma crescente procura destas áreas devido a determinados motivos específicos. Esta procura é constituída essencialmente por habitantes urbanos que, levados pelo saudosismo do modo de vida rural e movidos pelas extensas áreas propícias à prática de atividades de recreio e lazer, veem nas áreas rurais um espaço idílico para passarem algum tempo, comprarem uma residência de segunda habitação ou para a prática de atividades de lazer.

Neste sentido, várias entidades públicas e privadas têm procurado unir esforços, muitas vezes apoiadas por fundos comunitários para dotar as áreas rurais das infraestruturas e equipamentos necessários, para melhorar as condições de vida das populações locais e ir de encontro à satisfação da procura. No entanto, esta reorganização do rural está longe de ser consensual entre os habitantes rurais, uma vez que a requalificação por vezes segue um olhar externo ao da comunidade que acaba por se sentir excluída do processo de planeamento e desenvolvimento turístico. Este sentimento pode desenvolver uma atitude negativa por parte da população em relação ao visitante que, por seu lado, não se sentindo bem acolhido acaba por não regressar, o que pode ditar o fim do desenvolvimento turístico do destino, pelo que é fundamental que no processo de intervenção tenha sempre presente a perceção que a comunidade tem sobre o fenómeno turístico.

É ainda importante que o turismo siga um desenvolvimento sustentável para que seja capaz de ter um efeito dinamizador nas áreas rurais recuperando e alertando os seus habitantes para a importância do seu património material e imaterial, de que são exemplo a arquitetura das

habitações, os caminhos, os produtos locais, as tradições e o modo de vida rural. Por outro lado, o turismo, ao criar postos de trabalho e aumentar os rendimentos dos aldeãos, pode levar ao aparecimento de novos negócios, desenvolvendo as condições necessárias para que as populações mais novas aí se possam estabelecer e, assim, assegurar a continuidade destes espaços.

As duas aldeias em análise no presente projeto têm uma localização privilegiada, numa zona de transição entre o litoral e o interior, estando muito próximas da serra da Freita - mais concretamente, a Felgueira no sopé desta serra e o Trebilhadouro nos seus socacos. O presente estudo procurava investigar se a atividade turística tem ou poderia vir a ter um papel dinamizador em duas aldeias do concelho de Vale de Cambra, pelo que foi formulada a seguinte pergunta de partida: “O turismo tem ou poderá ter um papel dinamizador nos espaços rurais, especificamente nas aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro?”. Deste modo, procurava-se avaliar se o turismo estava a ter ou poderia vir a ter um papel dinamizador nas duas aldeias em estudo, tendo como base a opinião de diversos *stakeholders* destes destinos, mais concretamente, os residentes locais, os agentes da oferta locais e as entidades locais responsáveis pelo planeamento e desenvolvimento do turismo. Para o efeito foram elaborados três guiões de entrevista destinados aos principais *stakeholders* nomeadamente, aos RL, AO e EL das aldeias em investigação. O método de recolha de dados utilizado foi a entrevista, dado que, se trata de um método menos rígido em que o investigador consegue obter mais informação comparativamente à utilização de questionários (Aaker & Day, 1990; Quivy & Campenhoudt, 1998) e que possibilita recolher os testemunhos e interpretações dos entrevistados respeitando a sua linguagem e quadros de referência mental (Quivy & Campenhoudt, 1998). Os guiões das entrevistas continham um conjunto de questões, umas comuns aos três, outras específicas de acordo com o grupo de entrevistados e, algumas, eram exclusivas da aldeia da Felgueira, dado que o Trebilhadouro se encontrava desabitado até à sua requalificação. A elaboração dos guiões teve como base a revisão da literatura anteriormente realizada, e procurava verificar se a informação recolhida ia ao encontro da revisão da literatura.

As respostas dadas no âmbito das entrevistas realizadas permitiram perceber que o facto das aldeias em análise terem ficado de certo modo desabitadas permitiu a conservação da sua traça, no caso da Felgueira porque a população veio residir do lado de cima da EN 227 deixando a parte mais antiga ao abandono e, no caso do Trebilhadouro, porque esta aldeia se encontrava desabitada há vários anos. No processo de requalificação intervieram a Câmara Municipal, a ADRIMAG, enquanto entidade financiadora, privados e ainda a ADCF, no caso da aldeia da Felgueira. Já no Trebilhadouro a intervenção da aldeia foi realizada por parte da ADRIMAG, Câmara Municipal de Vale de Cambra e privados. Nesta aldeia são poucas as casas que ainda se encontram por recuperar e a intervenção a nível do espaço público já terminou. Em ambas as aldeias o processo de

intervenção incidiu essencialmente na reabilitação das habitações, melhoria dos acessos e dotação de infraestruturas básicas como água, luz, saneamento, etc. No entanto, na aldeia da Felgueira o saneamento ainda não se encontra em pleno funcionamento e os acessos à parte antiga da aldeia são difíceis e inacessíveis por automóvel. É ainda de assinalar que algumas das intervenções efetuadas nos acessos do interior da aldeia descaracterizaram os caminhos de pedra já gastas pelo tempo. No Trebilhadouro, estes aspetos menos positivos não se verificam, uma vez que o acesso ao interior da aldeia faz-se de automóvel, as infraestruturas básicas estão em pleno funcionamento e houve uma preocupação em manter a traça original da aldeia. Houve ainda a preocupação em minimizar os impactes visuais resultantes da colocação de infraestruturas básicas modernas, como por exemplo, ocultação de tampas de saneamento e caixas de eletricidade com pedra, assim como dos contadores de água e eletricidade das habitações. A recuperação das aldeias vem de encontro à revisão da literatura quando Kastenholz (2014) refere que a revalorização das áreas rurais tem vindo a ser feita através dos recentes investimentos efetuados nestes espaços, em parte comparticipados pelos fundos europeus.

De um modo geral, os entrevistados reconhecem que esta intervenção foi benéfica para as respetivas aldeias dado que permitiu a recuperação e revalorização do património material e imaterial, a valorização e divulgação dos produtos endógenos e o aumento da visitação. No entanto, ao contrário do que aconteceu no Trebilhadouro, os entrevistados consideram que a requalificação na Felgueira foi ainda muito incipiente e que existe uma reduzida divulgação dos produtos locais e da própria aldeia. No Trebilhadouro, os entrevistados mostraram algum desagrado pelo facto de o espaço central que iria servir de café, loja de produtos locais e receção ainda não se encontrar em funcionamento. No que se refere à experiência turística dos visitantes, de acordo com os dados recolhidos nas entrevistas, a opinião das EL e dos AO não é consensual em ambas as aldeias. No entanto, fatores como a envolvência bucólica em que as aldeias se inserem, a disponibilização de produtos tradicionais e o modo de vida tradicional ainda existente na aldeia da Felgueira são apontados pelos entrevistados como aspetos positivos das aldeias, que vão ao encontro dos aspetos fundamentais da experiência turística nas áreas rurais, nomeadamente, a pequena escala, a personalização, o contacto próximo do turista com a população local e o carácter tradicional do serviço e do ambiente físico (Eusébio & Kastenholz 2010; Lane 1994).

Os impactes resultantes da atividade turística de acordo com a revisão da literatura podem dividir-se em económicos, socioculturais e ambientais, que por sua vez podem ser positivos ou negativos (Figueiredo & Eusébio, 2014; Jesus et al., 2010). Na análise dos impactes da requalificação e atividade turística nestas duas aldeias verificou-se que a nível dos económicos, os entrevistados referem: O aumento da visitação, que na aldeia da Felgueira está essencialmente relacionada com a

qualidade gastronómica e com a proximidade da serra da Freita, um local de forte atração turística e no Trebilhadouro, está associado à qualidade do alojamento turístico e da requalificação da aldeia. A criação de postos de trabalho, que são sazonais nas duas aldeias e estão particularmente associados à restauração na Felgueira e ao alojamento turístico no Trebilhadouro. O aumento dos rendimentos na aldeia da Felgueira na opinião dos RL e dos EL, de um modo geral, beneficiou toda a população, no entanto, os AO consideram que este aumento está diretamente associado a quem está ligado à restauração. No Trebilhadouro é consensual entre os entrevistados que este aumento é exclusivo das pessoas que estão ligadas ao alojamento turístico. A utilização de produtos locais por parte dos AO em ambas as aldeias é um impacto positivo. Na aldeia da Felgueira a nível da restauração os proprietários têm a preocupação de utilizar os produtos locais na sua atividade, nomeadamente, a carne arouquesa, o cabrito da gralheira, o mel, a utilização de plantas para o tempero dos cozinhados, o vinho, o pão, a castanha, os licores, etc. No Trebilhadouro todos os AO também mencionaram que utilizam produtos locais, designadamente: o mel, o vinho, os doces, a marmelada, as compotas, entre outros. O emprego de colaboradores locais por parte dos AO é outro aspeto positivo e que se verifica em ambas as aldeias, embora um dos AO a operar na aldeia do Trebilhadouro ainda não o faça, reconhece importância de o fazer. O aumento do volume de negócios, que era uma questão exclusiva dos AO da aldeia da Felgueira, teve um resultado inconclusivo. A sazonalidade existente na procura e na maioria dos postos de trabalho e o aumento dos rendimentos que está a ser usufruído principalmente por quem está diretamente ligado à atividade turística são as principais perceções negativas a nível económico para ambas as aldeias. Ao nível dos impactos sociais, a melhoria das condições de habitabilidade dos residentes e a diminuição do isolamento da população na aldeia da Felgueira são vistos por alguns entrevistados como aspetos positivos, mas o facto de a requalificação não ter conseguido fixar a população é visto como negativo. A Felgueira, à semelhança de outras áreas rurais nacionais, também tem vindo a perder população que emigrou ou que opta por trabalhar fora da aldeia, situação que se altera um pouco durante o verão, com o regresso de alguns dos seus emigrantes. A aldeia é habitada essencialmente por uma população envelhecida que pratica a agricultura a tempo parcial e para o autoconsumo, o que por consequência leva ao progressivo abandono das áreas de cultivo. A nível cultural os entrevistados consideram que os valores culturais e arquitetónicos foram preservados e que a requalificação ajudou a manter algumas das suas tradições e modos de vida. Os impactos acima referidos vão de encontro aos citados na revisão da literatura, dado que o turismo pode ser visto como um motor de desenvolvimento nas zonas rurais, ao rentabilizar e diversificar a base económica destas áreas, através da criação de emprego, aumento dos rendimentos, mas também pela melhoria das acessibilidades e do aumento da sensação de orgulho e de identidade nas comunidades locais (Silva, 2014; Valente & Figueiredo, 2003). No entanto, os entrevistados

também identificam um ou outro aspeto menos positivo tais como, no caso da Felgueira, uma das habitações requalificadas ter optado por colocar lousa no telhado, contrastando com as restantes que estão cobertas com telha vermelha. Já no Trebilhadouro, vários entrevistados referem que uma das intervenções não respeitou a traça arquitetónica dessa aldeia. A nível ambiental os entrevistados consideram que a requalificação respeita os valores ambientais. Relativamente aos impactes ambientais positivos e negativos do turismo constata-se que a valorização do património natural contribui para a recuperação e manutenção de espaços naturais que estariam ao abandono se não fosse a atividade turística como é sugerido por (Kastenholz, 2010; Jesus et al., 2010) e para a conservação das áreas naturais, tal como referem (Jesus et al., 2010; Souza & Eusébio, 2010). Exemplo disso é a plantação de mirtilos na aldeia da Felgueira, que são também aproveitados para a produção de licores. Embora os entrevistados não tenham referido impactes ambientais negativos, a realização de caminhadas na serra podem levar à destruição da fauna e da flora, o aumento da visitação e a introdução de veículos motorizados sugerido por um dos entrevistados, pode levar ao aumento da poluição. Estes exemplos de impactes negativos vão ao encontro da revisão da literatura. Por este motivo, deverá sempre tentar assegurar-se o desenvolvimento do turismo de modo sustentável nestas duas aldeias para minimizar os impactes negativos e maximizar os positivos.

Por outro lado, o facto de a requalificação ainda não ter terminado nas aldeias e a falta de atrativos a nível do município, têm levado a que a atividade turística ainda tenha um potencial por explorar, tal como refere um dos entrevistados “(...) o turismo está esquecidíssimo (...)” (EL 1), tendo-se identificado a importância da melhor exploração de alguns atrativos existentes no concelho, tais como a Barragem Duarte Pacheco, a Praia Fluvial de Burgães e o alargamento do Geoparque de Arouca aos restantes concelhos. O estabelecimento de parcerias entre agentes, entidades e, mesmo, municípios, será um fator fundamental para o sucesso do turismo, permitindo uma maior visibilidade, redução de custos e uma maior dinâmica. A aposta na comercialização de produtos locais será outro elemento essencial para o sucesso turístico destas aldeias. Esta visão já existe em alguns entrevistados quando sugerem a dinamização de mais eventos, recuperação de antigas tradições e uma maior aposta nos produtos locais. Estes resultados estão de acordo com Figueiredo e Eusébio (2014) que argumentam que o desenvolvimento sustentável destes espaços poderá ser conseguido através do desenvolvimento do turismo rural integrado, que tem como base os recursos locais e a cooperação entre diversos agentes e atores. Deste modo, tal como defende Reis (2012), as estratégias de desenvolvimento local que procuram integrar o turismo, devem ter em consideração as diversas valências das áreas rurais, tais como as extensas zonas de recreio e lazer, a descompressão física e psicológica, a elevada preservação ambiental, a qualidade gastronómica, assim como a cultura, os modos de vida e autenticidade vivida nos espaços rurais.



Em termos de dinamização e divulgação da aldeia do Trebilhadouro, são várias as atividades que aqui se poderiam realizar, entre elas e atendendo à sua localização que permite contemplar o reflexo da ria de Aveiro, durante o período de Verão, poderiam ser realizadas festas *Sunset*, que até à data são inexistentes no concelho. Considerando a existência de um grande número de campos agrícolas ao abandono, estes poderiam ser direcionados para a introdução de novas espécies agrícolas e para a prática de uma agricultura biológica. Por outro lado, os visitantes poderiam ser convidados a participar na vida do campo e os géneros alimentares cultivados serem utilizados na confeção de alimentos, e nomeadamente consumidos pelos visitantes, através da abertura de um restaurante na aldeia. A criação de uma quinta pedagógica, com espécies animais e vegetais locais, permitiriam aos visitantes interagir com estas espécies e ao mesmo tempo utilizar os excrementos dos animais na fertilização dos terrenos agrícolas. A grande extensão de terreno que envolve a aldeia e a exposição solar a que esta está sujeita poderia ser utilizada para a produção de energia. Esta dinamização poderia ainda passar por um intercâmbio com preocupações a nível ambiental e pedagógico, com outras entidades, como por exemplo, escolas a fim de os alunos serem sensibilizados para a importância da preservação da natureza. Por outro lado, a proximidade da serra da Freita poderia ser aproveitada para a abertura de percursos pedestres que integrassem a aldeia, assim como, as praias fluviais envolventes.

A divulgação e promoção da aldeia da Felgueira poderia passar pela certificação dos produtos locais já existentes - como por exemplo, o mel, as compotas, a carne, que poderiam ser comercializados e utilizados pelos AO nas suas atividades, mas como produtos certificados e - pelo reaproveitamento dos campos abandonados com a introdução de novas espécies agrícolas como por exemplo, o mirtilo, o goji, as framboesas, groselhas, entre outras. Tal como no Trebilhadouro, também aqui se poderia apostar numa agricultura biológica, em que parte da produção fosse destinada à restauração local e em que o visitante pudesse selecionar quais os produtos agrícolas que desejava que fossem confeccionados no seu prato. A população local poderia ser incentivada a transmitir os seus saberes ancestrais através de *workshops*, convívios e palestras, com o artesanato a ser mais divulgado e com os artesões a exercer a sua atividade ao vivo. A certificação dos meios de alojamento locais seria outro passo importante para a consolidação da atividade turística nesta aldeia. Era ainda desejável que houvesse uma maior preocupação na manutenção e conservação dos percursos pedestres locais, que poderiam ser potencializados com os já existentes na serra da Freita. Por último, é essencial que o processo de intervenção na Felgueira avançasse para haver uma maior dinâmica na aldeia, dado que esta requalificação ainda se encontra muito atrasada.

Alguns exemplos de ações que poderiam beneficiar as aldeias do Trebilhadouro e da Felgueira seria a promoção da Serra da Freita, com a divulgação roteiros com várias atividades de acordo

com a duração e natureza da visita, que integrassem estas aldeias. Ações que podiam resultar da promoção conjunta entre o setor público, através de parcerias entre os municípios de Arouca, São Pedro do Sul e Vale de Cambra, pelo setor privado, por exemplo entre empresas de desportos de aventura, restaurantes e proprietários de meios de alojamento e pela união de esforços de ambos. Também os diferentes AO e EL deveriam realizar parecias entre si a fim de promoverem em conjunto as aldeias, como por exemplo através da criação de um *website* no qual constassem todos os agentes da oferta a operar nesse destino e com os diferentes tipo de atividades que o turista poderia usufruir aí e nas redondezas. A cooperação conjunta dos diferentes agentes era também importante como, por exemplo, a realização de descontos nos restaurantes da aldeia ou arredores para os turistas aí hospedados e a disponibilização de folhetos com atividades que o visitante poderia usufruir nesse destino. Por outro lado, a calendarização de atividades ao longo do ano seria um atrativo importante para ambas as aldeias; exemplos de atividades em que as aldeias poderiam apostar são: festivais gastronómicos, eventos vînicos, celebração de feiras de gado, convite de ranchos folclóricos para atuarem nas aldeias, recriação de antigas tradições, como as desfolhadas. É ainda importante que a continuidade das intervenções respeite os valores culturais, arquitetónicos e ambientais.

Como principais limitações deste estudo, destaca-se a investigação incidir apenas sobre duas aldeias, a reduzida amostra em análise e a não inclusão dos residentes das aldeias vizinhas. Estas duas últimas limitações devem-se ao facto destas duas aldeias se encontrarem isoladas, do Trebilhadouro se encontrar desabitado há vários anos, de na parte velha da aldeia da Felgueira residirem apenas dois moradores e de o núcleo novo ter vindo a perder habitantes devido à emigração da população.

Como principais sugestões de pesquisa propõe-se o alargamento deste estudo a outras aldeias típicas nacionais, bem como, futuramente, a realização de uma nova investigação nestas aldeias para se poder confrontar com os resultados com os dados atuais.



## Referências bibliográficas

- Aaker, D. & Day, G. (1990). *Marketing Research* (4ª ed.). Canada: John Wiley & Sons. Inc.
- ADRMAG. (2013). *Montanhas Mágicas®: Viva a nossa natureza! • ¡Viva nuestra naturaleza!*.  
Acedido em 7 de outubro de 2015 em, [http://montanhasmagicas.pt/Anexos/Brochuras/MontanhasMagicas - 3a Brochura%20\(Portugues\).pdf](http://montanhasmagicas.pt/Anexos/Brochuras/MontanhasMagicas_-_3a_Brochura%20(Portugues).pdf)
- Aldeias de Portugal. (2013a). Sobre o projeto. Acedido em 25 de julho de 2015, em [http://www.aldeiasportugal.pt/sobre\\_nos/](http://www.aldeiasportugal.pt/sobre_nos/)
- Associação Desportiva e Cultural da Felgueira. (S/D). Aldeia Turística da Felgueira.
- Associação Nacional dos Criadores da Raça Arouquesa. (2005). *Descrição da raça*. Acedido em 23 de julho de 2015, em <http://ancra.pt/descriraca.htm>
- Brandão, G., Cardoso F., & Teixeira, A. (2012, verão). Viver com prazer nas Serras de Montemuro, Arada e Gralheira Um território para se conhecer, desfrutar e... viver!. *Montanhas Mágicas Magazine*, volume n.º 6, pp. 13-17.
- Breda, Z., & Pato, L. (2014). O papel das redes no desenvolvimento de destinos rurais. In Eusébio, C., Carneiro, M., Figueiredo, E., Kastenholtz, E., & Lima, J. (Ed.), *Reinventar o Turismo Rural em Portugal: Cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 59-70). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Câmara Municipal de Vale de Cambra (2015a). Juntas de freguesia. Acedido em 10 de setembro de 2015, em <http://www.cm-valedecambra.pt/index.php/institucional/juntas-freguesia>
- Câmara Municipal de Vale de Cambra. (2009). *Guia de Oferta Turística de Vale de Cambra*. Vale de Cambra: Reclacambra.
- Câmara Municipal de Vale de Cambra. (2015b). *Dormir*. Acedido em 7 de outubro de 2015, em <http://www.cm-valedecambra.pt/index.php/turismo/onde-dormir>
- Câmara Municipal de Vale de Cambra. (S/D). PR 1 “Varandas da Felgueira”.
- Câmara Municipal de Vale de Cambra. (S/D). PR3 “Na Vereda do Pastor”.
- Casa dos Avós. (s.d). *Trebilhadouro*. Acedido em 14 de novembro de 2015, em <http://www.casasdosavos.pt/>

Cavaco, C. (1996). Turismo de Ontem e de Hoje: Realidades e Mitos. In C. Cavaco (Ed.), *Turismos e Lazeres*. (pp.1-13). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

Cavaco, C. (2003). Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos. In Simões, O. & Cristovão, A (Ed.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp.25 - 38). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Cruz, C. (2008). *Roteiro das Aldeias de Portugal*. Porto: Em Relevo.

Cunha, C., Kastenholz, E., & Carneiro, M. (2010). Análise da relevância do empreendedorismo estilo de vida para o desenvolvimento na oferta de turismo em espaço rural. In Figueiredo, E., Kastenholz, E., Eusébio, C., Gomes, C., Carneiro, M.; Batista, P., & Valente, S. (Eds.), *IV Congresso de Estudos Rurais Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*. (pp. 290-302). Aveiro. Universidade de Aveiro.

Cunha, C., Kastenholz, E., & Carneiro, M. (2011). Análise da relevância do empreendedorismo estilo de vida para o desenvolvimento na oferta de turismo em espaço rural. In Figueiredo, E., Kastenholz, E., Eusébio, C., Gomes, C., Carneiro, M., Batista, P., & Valente, S. (Eds.), *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro* (1ª ed. pp. 203-214). Loulé: 100 Luz.

Cunha, L. (2007). *Introdução ao Turismo*: (3ª ed). Lisboa: Verbo.

Decreto Regulamentar N.º 5/1987 de 14 de janeiro. Diário da República N.º 11/1987 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

Decreto-Lei N.º 15/2014 de 23 de janeiro. Diário da República N.º 16/2014 – I Série. Ministério da Economia. Lisboa.

Decreto-Lei N.º 251/1984 de 25 de julho. Diário da República N.º 171/1984 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Comércio e Turismo. Lisboa.

Decreto-Lei N.º 256/1986 de 27 de agosto. Diário da República N.º 196/1986 – I Série - A. Secretaria de Estado do Turismo. Lisboa.

Decreto-Lei N.º 26/1993 de 12 de fevereiro. Diário da República N.º 36/1993 – I Série - A. Ministério da Defesa Nacional. Lisboa.

Decreto-Lei N.º 39/2008 de 7 de março. Diário da República N.º 48/2008 – I Série - A. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.

Decreto-Lei N.º 423/1983 de 5 de dezembro. Diário da República N.º 279/1983 – I Série - A. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e do Comércio e Turismo. Lisboa.

Decreto-Lei N.º 54/2002 de 11 de março. Diário da República N.º 59/2002 – I Série - A. Ministério da Economia. Lisboa.

Eusébio, C., & Figueiredo, E. (2014). Turismo e desenvolvimento sustentável de destinos rurais. In Eusébio, C., Carneiro, M., Figueiredo, E., Kastenholtz, E., & Lima, J. (Ed.), *Reinventar o Turismo Rural em Portugal: Cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 51-58). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Eusébio, C., & Kastenholtz, E. (2010). Quem procura o Turismo no Espaço Rural? Especificidades do mercado da Região Centro de Portugal. In Figueiredo, E., Kastenholtz, E., Eusébio, C., Gomes, C., Carneiro, M., Batista, P., & Valente, S. (Eds.), *IV Congresso de Estudos Rurais Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*. (pp. 334-346). Aveiro. Universidade de Aveiro.

Figueiredo, E. (2003). Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar: Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural. In Simões, O. & Cristovão, A (Ed.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp.65-83). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Figueiredo, E. (2011). Um rural cheio de futuros? In Figueiredo, E., Kastenholtz, E., Eusébio, C., Gomes, C., Carneiro, M., Batista, P., & Valente, S. (Eds.), *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro* (1ª ed. pp. 25-43). Loulé: 100 Luz.

Figueiredo, E., & Eusébio, C. (2014). A experiência turística rural vivida e cocriada pela população local. In Eusébio, C., Carneiro, M., Figueiredo, E., Kastenholtz, E., & Lima, J. (Ed.), *Reinventar o Turismo Rural em Portugal: Cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 89-106). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Gonçalves, C. (2011, outubro). Vinhos verdes & Enoturismo Investimentos com Paixão. *Montanhas Mágicas Magazine*, volume n.º 3, pp. 13-25.

Gonçalves, C. (2012, outubro). Passeios mágicos pelo interior das aldeias perdidas na montanha.... *Montanhas Mágicas Magazine*, volume n.º 7, pp. 22-37.

Gonçalves, C., Brandão, G., Cardoso, F., & Prado, C. (2011a, outubro). ADRIMAG garantiu mais cinco Aldeias com a marca “Aldeias de Portugal” na sua área de Intervenção. *Montanhas Mágicas Magazine*, volume n.º 3, p.7.

Gonçalves, C., Brandão, G., Cardoso, F., & Prado, C. (2011b, outubro). Vale de Cambra Requalificar para evoluir. *Montanhas Mágicas Magazine*, volume n.º 3, p.7.

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2008). *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*. Acedido em 5 de outubro de 2015, em [www.iese.pt/images/Imagens/Relatorio\\_Final\\_TERTN\\_completo.docx](http://www.iese.pt/images/Imagens/Relatorio_Final_TERTN_completo.docx)

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2013a). *Estatísticas do Turismo 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2013b). *Estatísticas do Turismo 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2014). *Anuário Estatístico da Região Norte 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2015). *Estatísticas do Turismo 2014*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Instituto Nacional de Estatística. (2007a). *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Acedido em 15 de julho de 2015, em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000837&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000837&contexto=bd&selTab=tab2)

Instituto Nacional de Estatística. (2007b). *Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (à data dos Censos 2001)*. Acedido em 15 de julho de 2015, em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000966&contexto=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000966&contexto=bd&selTab=tab2)

Instituto Nacional de Estatística. (2012). *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011)*. Acedido em 15 de julho de 2015, em [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&userLoadSave=Load&userTabledOrder=8100&tipoSelecao=0&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&userLoadSave=Load&userTabledOrder=8100&tipoSelecao=0&contexto=pq&selTab=tab1&submitLoad=true)

Instituto Nacional de Estatística. (2013c). *Anuário Estatístico da Região Norte 2012*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Jesus, L. (2007, 1-3 novembro). *Evolução da oferta e da procura do TER*. Artigo apresentado na conferência III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Universidade do Algarve.

Jesus, L.; Kastenholtz, E. & Figueiredo, E. (2010). “Estratégias do TER”, percepções e atitudes da população: desenhando um modelo de análise. In Figueiredo, E., Kastenholtz, E., Eusébio, C., Gomes, C., Carneiro, M., Batista, P., & Valente, S. (Eds.), *IV Congresso de Estudos Rurais Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*. (pp. 406-419). Aveiro. Universidade de Aveiro.

Kastenholtz, E. (2003). A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais. In Simões, O. & Cristovão, A (Ed.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp.203-216). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Kastenholtz, E. (2010). Experiência Global em Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais. In Figueiredo, E., Kastenholtz, E., Eusébio, C., Gomes, C., Carneiro, M., Batista, P., & Valente, S. (Eds.), *IV Congresso de Estudos Rurais Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*. (pp. 420-435). Aveiro. Universidade de Aveiro.

Kastenholtz, E. (2014). Turismo rural - reinventar para sustentar?. In Eusébio, C., Carneiro, M., Figueiredo, E., Kastenholtz, E., & Lima, J. (Ed.), *Reinventar o Turismo Rural em Portugal: Cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp.1-6). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Kastenholtz, E., Carneiro, M., Marques, C., Loureiro, S., Figueiredo, E., & Pereiro, X. (2014a). A experiência turística no espaço rural. In Eusébio, C., Carneiro, M., Figueiredo, E., Kastenholtz, E., & Lima, J. (Ed.), *Reinventar o Turismo Rural em Portugal: Cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp.43-50). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Kastenholtz, E., Eusébio, C., Sousa, A., Carvalho, C., Lima, J., Carneiro, M., Figueiredo, E., Pato, L., Breda, Z., Cunha, C., Marques, C., Loureiro, S., Mota, A. Silva, A., Pereiro, X., & Capela, C. (2014b). Desafios para a cocriação de experiências turísticas rurais sustentáveis. In Eusébio, C., Carneiro, M., Figueiredo, E., Kastenholtz, E., & Lima, J. (Ed.), *Reinventar o Turismo Rural em Portugal: Cocriação de experiências turísticas sustentáveis* (pp. 125-142). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Lane, B. (1994). What is Rural Tourism?. *Journal of Sustainable Tourism*, 2, 7-21.

Lane, B. (2005). Sustainable Rural Tourism Strategies: A Tool for Development and Conservation. *RIAT Revista Interamericana de Ambiente y Turismo*, Volume, 1, 12 -18.



- Leiper, N. (1979). The framework of tourism: *Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry*. 6(4), 390-407.
- Marques, M. (1993). *Monografia de Vale de Cambra*. Vale de Cambra: Artes Gráficas.
- Marvanejo, R. (1996). Turismo Social – Uma Aproximação ao Caso Português. In C. Cavaco (Ed.), *Turismos e Lazeres*. (pp.14-24). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Melo, C., Figueiredo, A., Costa, A., Portugal, J., Oliveira, P., Figueiredo, R., Trindade, S., et al. (2012). *Manual de Boas Práticas: Associação Turismo de Aldeia*. Ponte de Lima: ATA – Associação do Turismo de Aldeia.
- Mesquita, A. (2010). O turismo em espaço rural na região de Trás-os-Montes: Contributo para o estudo da oferta e dos promotores. In Figueiredo, E., Kastenholz, E., Eusébio, C., Gomes, C., Carneiro, M., Batista, P., & Valente, S. (Eds.), *IV Congresso de Estudos Rurais Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*. (pp. 475-488). Aveiro. Universidade de Aveiro.
- Milheiro, E., Martins, A. & Alves, J. (2014). O rural como espaço de empreendedorismo em turismo. Acedido em 26 de agosto de 2015, em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/5284>
- Moreira, J. (1994). *O Turismo Em Espaço Rural: Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Partidário, M. (2003). Turismo em espaços rurais e naturais: uma oportunidade sustentável. In Simões, O. & Cristovão, A (Ed.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp.115-126). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.
- Pinho, J. (2014, outubro). Editorial. *Montanhas Mágicas Magazine*, volume n.º 11, p. 3.
- Pordata. (2015). *Densidade Populacional*. Acedido em 7 de julho de 2015, em <http://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>
- Queiroga, F. & Marques, M. (2014). *Entre o azul e o verde Vale de Cambra: os percursos de um povo*. Vale de Cambra: PROVA.
- Queiroz, A. (2015). O Turismo em Espaço Rural, na Era da Globalização. *Revista Opara: Ciências Contemporâneas Aplicadas*, Volume, 5, 184 – 198.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (J. Mendes, R. Carvalho, Trad. 2ª Ed.). Lisboa: Grávida.

Reis, P. (2012, 6-7 dezembro). Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade: uma proposta de intervenção para as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva<sup>1</sup>. III Seminário de I&DT, Instituto Politécnico de Portalegre.

Reis, P. (2014, 14-16 abril). *Os actores do novo paradigma do mundo rural: os neo-rurais das aldeias históricas de Portugal*. Artigo apresentado na conferência VIII Congresso Português de Sociologia, Universidade de Évora.

Ribeiro, M. (2003). Pelo Turismo é que vamos/podemos ir (?). Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural. In Simões, O. & Cristovão, A (Ed.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp.41-56). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Santos, S. (2004). Vale de Cambra: *Terra de Verde e Azul*. (2ª ed.). Vale de Cambra: Reviver.

Silva, G., Edwards, J. & Vaughn, R. (2003). Oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento do turismo rural. In Simões, O. & Cristovão, A (Ed.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp.217-227). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Silva, L. (2009). *Casas no Campo: um estudo do turismo em espaço rural em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Silva, L. (2014). *Património, Ruralidade e Turismo: Etnografias de Portugal Continental e dos Açores*. (1ª ed). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Simões, O. (2003). Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida. In Simões, O. & Cristovão, A (Ed.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp.15-23). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra. Souza, C. & Eusébio, C. (2010). A percepção dos residentes de espaços naturais dos impactes do turismo: o caso da Serra da Estrela. In Figueiredo, E., Kastenholz, E., Eusébio, C., Gomes, C., Carneiro, M., Batista, P., & Valente, S. (Eds.), *IV Congresso de Estudos Rurais Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*. (pp. 595-608). Aveiro. Universidade de Aveiro.

Traços d'Outrora Turismo Rural. (2014). Sobre Traços d'Outrora. Acedido em 16 de julho de 2015, em [http://tracosdoutrora.com/?page\\_id=93](http://tracosdoutrora.com/?page_id=93)

Turismo de Portugal. (2009). *Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural: A Oferta e a Procura 2008*. Acedido em 24 de junho de 2015, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A>

[11lisesestat%C3%ADsticas/aofertaeprocuranoter/Anexos/a%20oferta%20e%20a%20procura%20no%20TER%20-%202008.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1liseestat%C3%ADsticas/aofertaeprocuranoter/Anexos/a%20oferta%20e%20a%20procura%20no%20TER%20-%202008.pdf)

Turismo de Portugal. (2012). *Anuário das Estatísticas do Turismo 2011*. Acedido em 5 de outubro de 2015, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1liseestat%C3%ADsticas/oturismoem/Anexos/Anu%C3%A1rio%20Estat%C3%ADsticas%20do%20turismo%20-%202011.pdf>

Turismo do Porto e Norte de Portugal. (2014). *Aldeias Norte de Portugal: Porto e Norte*. Acedido em 15 de julho de 2015, em <http://www.aldeiasportugal.pt/publicacoes/16/#.VaaCVPIViko>

United Nations. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development. Acedido em 1 de setembro de 2015, em <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>

United Nations. (2010). *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. New York: United Nations.

Valente, S. & Figueiredo, E. (2003). O turismo que existe não é aquele que se quer... In Simões, O. & Cristovão, A (Ed.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp.95-106). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Veloso, A. (2003). O turismo e a sustentabilidade dos espaços rurais e naturais do interior das Beiras. In Simões, O. & Cristovão, A (Ed.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (pp.83-94). Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

## **Anexos**



## Anexo 1 – PR 1 “Varandas da Felgueira”

**Ficha técnica**

**Distância entre os pontos mais significativos**

Pargam do autocarro → Núcleo antigo - 200m
Felgueira (núcleo antigo) → Carvalhal do Chão - 1.150 m
Carvalhal do Chão → Alto da Carrasqueira - 2.930 m
Alto da Carrasqueira → Felgueira - 1.720 m

Total de percursos  
5.100 metros.

O PR "Varandas da Felgueira" é um percurso pedestre de pequena não marcada, nos dois sentidos, segundo as normas da Federação de Camperos e Montanhismo de Portugal.

Az marcos com tinta amarela e vermelha são os seguintes:

- Caminho certo / Mudança de direcção
- Caminho errado / Para a esquerda / Para a direita

**Nível de dificuldade**  
Fácil para todos

**Época aconselhada**  
Todo o ano

**Dados de interesse**

Município	Vale de Cambra	Serra da Freita
Câmara Municipal de Vale de Cambra	256 420 510	-
Biblioteca Municipal	800 085 555	-
Bibliotecas Municipais	256 420 490	-
Museus Municipais	256 420 980	-
Centro Cultural de Maceira de Cambra	256 422 016	-
Pavilhão Municipal	256 428 400	-
Mercado Municipal	256 464 938	-
Associação Desportiva e Cultural da Felgueira	256 464 359	-
UNIVA	256 408 019	-
Bombeiros Voluntários	256 420 510	-
G.N.R.	256 423 616	-
Hospital	256 420 760	-
Centro de Saúde	256 410 660	-
	256 423 664	-

**"Varandas da Felgueira"**  
**Percursos Pedestres de Vale de Cambra**

**Descrição:**

O percurso pedestre "Varandas da Felgueira" é em circuito pelo que pode ser iniciado na aldeia da Felgueira ou no Carvalhal do Chão.

Inicia-se o percurso no lugar da Felgueira junto à paragem do autocarro; rumando-se, à direita, para o núcleo antigo daquela localidade. É um núcleo de casas antigas de construção tradicional, onde predomina o granito e o xisto, algumas delas com vestígios de reconstrução dentro da traça original.

Após uns 150 metros de asfalto, tomam-se as estradas rurais do referido núcleo que conduzem aos antigos caminhos que o atravessavam. Rumar-se para Sul pelo antigo caminho que conduz ao Carvalhal do Chão; desembocando neste na estrada de asfalto para Calburn. Após 150 metros por esta travessa-se a EM550 subindo por um caminho de arenoso declive que ruma no sentido Oeste, a caminho da floresta. Continuando-se por este e por outros que se lhe seguem, quase sempre a subir, adquire-se um largo extrato que vem da Felgueira. Do entroncamento é possível atingir um local que dista daqui uma 200 metros e que é conhecido pelo "Alto da Carrasqueira"; visitáveis as altitudes que variam entre os 840 e os 858 metros.

E depois das vertigens de um desfiladeiro pastoreio campestre nassegur rochosas, vale a pena a visita, porque desta natureza natural se obtém belas panorâmicas; a montanha visitante ali às bordas da Floresta expõe-se aqui à beleza do Pico da Moura; daí parte-se para o pico do Cumeleirinho de entrar um pouco de Calburn, e Salazarinho da Câmara; e Sábido; servem três belíssimos locais, de terra da Estrela; há também a lagoa e a bela paisagem dos vales.

Voltamos ao carvalho, segue-se ao primeiro cruzeiro da Freguesia de Adães, e depois de alguns minutos chegamos ao ponto final do percurso: o Povoado da Serra da Freita.

**Legenda**

- Rua principal
- Paragens
- Assineto de laço
- Cruz rodária
- Passo
- Fonte
- Lugar ou Capela
- Estação mobilizada
- Castelo
- Gruta
- Sanctário
- Para a esquerda
- Início da parquia
- Jóias de água (desvio)
- Final da parquia



## Anexo 2 – PR 3 “Na Vereda do Pastor”

### Ficha técnica

**Partida e chegada:** Covo, freguesia de Arões (como o percurso é um circuito pode ser iniciado em qualquer uma das aldeias por onde passa).

**Âmbito:** Desportivo, cultural, ambiental e paisagístico.

**Tipo de percurso:** De pequena rota, por caminhos tradicionais de montanha.

**Distância a percorrer:** 9.000 metros.

**Duração do percurso:** 5 horas.

**Nível de dificuldade:** Médio/alto.

**Desníveis:** Um descendente fácil e um ascendente moderado.

**Época aconselhada:** Todo o ano.

**Distâncias entre os pontos mais significativos:**

Covo → Aguaiuva: 3.225m	Altitudes:	Covo → 930m
Covo → rio das Estacas: 1.625m	Aguaiuva → 700m	Lomba → 550m
Aguaiuva → Lomba: 1.700m	Desníveis acumulados: ± 800m	
Lomba → Capela: 2x300m		
Lomba → Covo: 3.100m		

**Caminho certo** **Caminho errado**

**Mudança de direcção**

Para a esquerda Para a direita

### Cuidados especiais e normas de conduta

- Seguir somente pelos trilhos sinalizados;
- Evitar banhos e atitudes que perturbem a tranquilidade do local;
- Observar a fauna a distância preferencialmente com binóculos;
- Não danificar a flora;
- Não abandonar o lixo; levá-lo até um local onde haja serviço de recolha;
- Respeitar a propriedade privada;
- Não fazer lume;
- Não colher amostras de plantas ou rochas;
- Ser atável com os habitantes locais, esclarecendo quanto à actividade em curso e às marcas do PR

### Dados de Interesse

Câmara Municipal de Vale de Cambra	256 420 510
Câmara Municipal (Número Verde)	800 085 555
Biblioteca Municipal	256 420 490
Piscinas Municipais	256 420 980
Museu Municipal	256 422 016
Centro Cultural de Macieira de Cambra	256 428 400
Pavilhão Municipal	256 464 938
Mercado Municipal	256 464 359
Junta de Freguesia de Arões	256 403 217
UNIVA	256 420 510
Bombeiros Voluntários	256 423 616
G.N.R.	256 420 780
Hospital	256 410 660
Centro de Saúde	256 423 664

### Descrição

O percurso pedestre “Na Vereda do Pastor” inicia-se na aldeia do Covo, a mais alta do Concelho de Vale de Cambra, localizada na encosta Sul da Serra da Freita, a 930 m de altitude.

Inicia-se o percurso no fundo do lugar, seguindo em direcção a Aguaiuva por um caminho estreito encaixado entre as últimas casas. Este trajecto começa a alargar-se em direcção a Sudeste, primeiro descendo e depois subindo suavemente. Chegado ao cabeço começa-se a descer até ao poste de alta tensão, tomando de seguida um caminho antigo que leva a um caminho florestal frondoso e ao Rio das Estacas. Aqui irá atravessar-se um interessante pontão de pedra após o que se toma um agradável caminho lajeado que leva até ao lugar de Aguaiuva. Era por este caminho que a população chegava à Serra, muito especialmente ao Covo, para levar as “vacas ao boi”, tradição que caiu quase em desuso.

Por este caminho lajeado poder-se-á tomar um caminho que conduz a uma bellissima cascata

escondida no meio da vegetação e à confluência de um pequeno ribeiro.

Retornando o caminho lajeado, a fonte e o lavadouro público dão as boas vindas à entrada em Aguaiuva. Neste local toma-se o caminho à direita e depois outro à esquerda, descendo. Na continuação desta descida encontra-se o caminho que, rumando a Oeste, se dirige para o lugar da Lomba. Era o caminho da escola e da missa. Neste lugar é de visita obrigatória o núcleo de espigueiros e a Capela da Nossa Senhora dos Milagres. Poder-se-á também visitar as Porqueras, uma aldeia remota localizada no fundo da margem do rio das Estacas.

Retornando o núcleo principal sobre-se até à escola primária, enveredando-se por um caminho do lado esquerdo entre muros, que sobe suavemente para a Serra e onde podemos ver as pedras gastas pelos cascos das cabras e das ovelhas. Atravessa-se, assim, uma vereda de pastores.

No final do caminho pode-se fazer um exercício mental e imaginar como seria o regresso a casa das crianças do Covo, depois de um dia de Escola na Lomba à merolá da chuva e muito frio, por vezes neve, e os característicos nevoeiros da Freita. Tudo isto há pouco mais de trinta anos.

### Legenda

Região: Região de Aveiro

Escala Aprox: 1/20.000

**Emergência SOS Floresta 112**

### “Na Vereda do Pastor”

Percursos Pedestres de Vale de Cambra

**Promotor**

**Vale de Cambra**  
Câmara Municipal  
Apostar nas pessoas, ganhando o futuro.

**Percursos pedestres registados e homologados pelo:**

**Co-financiado por:**

Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas

**ADRI-MAG**

### Anexo 3 – Aldeias de Portugal- Montemuro, Arada, Gralheira



### Anexo 4 – Território das Montanhas Mágicas





## Anexo 5 – Aldeia Turística da Felgueira

### PASSEIOS PEDESTRES

#### PR - "Moinhos da Sobrosa"



#### PR 1 "Varandas da Felgueira"

Percursos Pedestres de Vale de Cambra



**Descrição:**  
O percurso pedestre "Varandas da Felgueira" é um circuito que parte de Felgueira e percorre os lugares da Felgueira até à chegada do rio Douro, passando por vários pontos de interesse turístico e cultural. O percurso é dividido em duas partes: a primeira parte é o percurso pedestre de Felgueira até ao rio Douro, e a segunda parte é o percurso pedestre do rio Douro até ao rio Tago.



### ALDEIAS - PORTUGAL

#### MAPA DE LOCALIZAÇÃO




**Associação Desportiva e Cultural Felgueira**  
Felgueira | 3730-009 Arões - Vale de Cambra  
256 408 019 | adcf@oninet.pt

**ALDEIA TURÍSTICA RURAL Felgueira**

Colaboração | Apoios



## Felgueira Aldeia Viva

A Aldeia Turística e Rural da Felgueira está classificada com a marca "Aldeia de Portugal". Nesta aldeia pode passar um dia junto da população e participar nas actividades da aldeia.

Actividades rurais; contacto com a natureza; gastronomia local; música, cantares e animação tradicional; entre outros acontecimentos espontâneos...



- Ruralidades
- Natureza
- Tradições
- Animação
- Desporto
- Gastronomia

### Café

### Restaurante




### Loja de Artesanato



### Capela de S. Tiago e Sra Libração



## RURALIDADES




## Aldeia Viva



### Desporto



### Alojamento - TER

Fase de Projecto



### Casa D'aldeia

Fase de Projecto



### Alçado Nascente

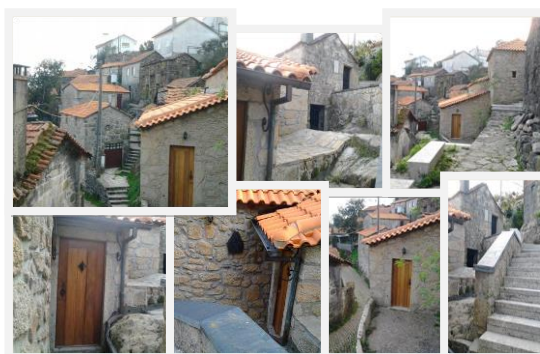






## **Apêndices**

## Apêndice 1 – Aldeia da Felgueira





## Apêndice 2 – Aldeia do Trebilhadouro








## Apêndice 3 – Guiões das entrevistas

### Apêndice 3.1 – Guião da entrevista da População residente



Universidade de Aveiro  
Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial

N.º \_\_\_\_\_

**Guião de entrevista I**  
População residente

**ENTREVISTA SOBRE O PAPEL DINAMIZADOR DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: O CASO DAS ALDEIAS DA FELGUEIRA E DO TREBILHADOURO**

A presente entrevista tem por base uma investigação que pretende analisar se o turismo tem ou poderá ter um **papel dinamizador no desenvolvimento das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro**. Esta investigação insere-se num projeto de investigação que está a ser realizado no âmbito do mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro.

A resposta às questões desta entrevista são fundamentais para permitir a realização do projeto. As respostas são confidenciais.

Por isso, peço-lhe que responda a todas as questões.

Muito Obrigado!

**A intervenção de requalificação realizada na aldeia e os seus impactes**

**As aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro foram alvo de uma intervenção de requalificação. De seguida irão ser feitas algumas perguntas sobre essa requalificação.**

1. Indique dois aspetos positivos da intervenção efetuada na aldeia.
2. Indique dois aspetos negativos da intervenção realizada na aldeia.
3. Antes da intervenção efetuada na aldeia pediram-lhe a sua opinião sobre a intervenção que ia ser feita?
4. Em que medida a intervenção efetuada na aldeia respeitou os valores culturais, arquitetónicos e ambientais?
5. De que modo a intervenção na aldeia melhorou as condições de habitabilidade da aldeia?
6. Em que medida a intervenção ajudou a fixar população na aldeia?
7. A intervenção contribuiu ou poderá contribuir para desenvolver o turismo ou outras atividades económicas na aldeia?
8. Na sua opinião, o turismo contribui para diminuir o isolamento da população residente? (Só no caso da Aldeia da Felgueira)
9. Para si, o turismo ajuda a manter vivas as tradições, o património e o modo de vida da aldeia?
10. Na sua opinião, após a intervenção efetuada na aldeia, o número de visitantes que vêm à aldeia aumentou?
11. Em que época do ano se verifica uma maior afluência de visitantes na aldeia?
12. Considera que a atividade turística levou à criação de postos de trabalho na aldeia?
13. Considera que o turismo levou a um aumento dos rendimentos na aldeia?
14. Considera que o turismo tem contribuído para o desenvolvimento de outras atividades económicas na aldeia?

Página 1 de 2

**Caracterização do inquirido**

15. Género:

16. Qual a sua idade? ☐ 18-20 ☐ 21-40 ☐ 41-64 ☐  $\geq 65$ 

17. Qual o seu nível de escolaridade?

☐ Inferior ao ensino básico ☐ Ensino básico ☐ Ensino secundário ☐ Ensino superior

18. Qual a sua condição perante o trabalho?

☐ Reformado ☐ Empregado ☐ Outro. Qual?

18.1. Se ainda se encontra empregado, qual a sua principal atividade profissional?

19. Exerce alguma atividade agrícola?


☐ Não (Terminou aqui a entrevista) ☐ Sim: ☐ A tempo parcial ☐ A tempo inteiro

19.1. Qual o destino da produção agrícola?

☐ Autoconsumo ☐ Venda ☐ Ambas as situações

Obrigado pela sua colaboração.

## Apêndice 3.2 – Guião da entrevista das Entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo



Universidade de Aveiro  
Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial

N.º \_\_\_\_\_

**Guião de entrevista II**  
Entidades locais responsáveis pelo desenvolvimento e gestão do turismo

**ENTREVISTA SOBRE O PAPEL DINAMIZADOR DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: O CASO DAS ALDEIAS DA FELGUEIRA E DO TREBILHADOURO**

A presente entrevista tem por base uma investigação que pretende analisar se o turismo tem ou poderá ter um **papel dinamizador no desenvolvimento das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro**. Esta investigação insere-se num projeto de investigação que está a ser realizado no âmbito do Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro.

A resposta às questões desta entrevista são fundamentais para permitir a realização do projeto.

Por isso, peço-lhe que responda a todas as questões.

Muito obrigado!

**A intervenção de requalificação realizada na aldeia e os seus impactes**

**As aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro foram alvo de uma intervenção de requalificação. De seguida irão ser feitas algumas perguntas sobre essa requalificação.**

1. Indique dois aspetos positivos da intervenção efetuada na aldeia.
2. Indique dois aspetos negativos da intervenção realizada na aldeia.
3. Antes da intervenção efetuada na aldeia pediram-lhe a sua opinião sobre a intervenção que ia ser feita?
4. Em que ano se iniciaram os trabalhos de requalificação na aldeia?
5. Os trabalhos de requalificação já terminaram?
  - 5.1. Se sim, em que ano?
6. O que foi requalificado na aldeia?
7. Que entidades intervieram na requalificação da aldeia?
8. Em que medida a intervenção efetuada na aldeia respeitou os valores culturais, arquitetónicos e ambientais?
9. Quantas casas foram recuperadas?
10. Quantas casas estão destinadas ao turismo?
11. Onde é que reside maior parte da população, no núcleo novo ou no núcleo antigo? (Só no caso da Aldeia da Felgueira)
12. De que modo a intervenção na aldeia melhorou as condições de habitabilidade da aldeia?
13. Em que medida a intervenção ajudou a fixar população na aldeia?
14. A intervenção contribuiu ou poderá contribuir para desenvolver o turismo ou outras atividades económicas na aldeia?

Página 3 de 2




15. Na sua opinião o turismo contribui para diminuir o isolamento da população residente? (Só no caso da Aldeia da Felgueira)
16. Para si, o turismo ajuda a manter vivas as tradições, o património e o modo de vida da aldeia?
17. Na sua opinião, após a intervenção efetuada na aldeia, o número de visitantes que vêm à aldeia aumentou?
18. Em que época do ano se verifica uma maior afluência de visitantes na aldeia?
19. Considera que a atividade turística levou à criação de postos de trabalho na aldeia?
20. Considera que o turismo levou a um aumento dos rendimentos na aldeia?
21. Considera que o turismo tem contribuído para o desenvolvimento de outras atividades económicas na aldeia?
22. Têm sido estabelecidas parcerias entre entidades?
- 22.1 Se sim, quais?
23. Que tipo de iniciativas se poderiam realizar/criar para dinamizar o turismo?
24. Na sua opinião a requalificação da aldeia melhorou a experiência turística dos visitantes?

#### Caraterização do inquirido

Entidade:

Obrigado pela sua colaboração.

### Apêndice 3.3 – Guião das entrevistas dos Agentes da oferta

	Universidade de Aveiro Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial
N.º _____	
<b>Guião de entrevista III</b> Agentes da oferta	
<b>ENTREVISTA SOBRE O PAPEL DINAMIZADOR DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL: O CASO DAS ALDEIAS DA FELGUEIRA E DO TREBILHADOURO</b>	
<p>A presente entrevista tem por base uma investigação que pretende analisar se o turismo tem ou poderá ter um <b>papel dinamizador no desenvolvimento das aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro</b>. Esta investigação insere-se num projeto de investigação que está a ser realizado no âmbito do mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro.</p> <p>A resposta às questões desta entrevista são fundamentais para permitir a realização do projeto.</p> <p>Por isso, peço-lhe que responda a todas as questões.</p> <p style="text-align: right;">Muito Obrigado!</p>	
<b>A intervenção de requalificação realizada na aldeia e os seus impactes</b>	
<p>As aldeias da Felgueira e do Trebilhadouro foram alvo de uma intervenção de requalificação. De seguida irão ser feitas algumas perguntas sobre essa requalificação.</p>	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Indique dois aspetos positivos da intervenção efetuada na aldeia.</li><li>2. Indique dois aspetos negativos da intervenção realizada na aldeia.</li><li>3. Antes da intervenção efetuada na aldeia pediram-lhe a sua opinião sobre a intervenção que ia ser feita?</li><li>4. Em que medida a intervenção efetuada na aldeia respeitou os valores culturais, arquitetónicos e ambientais?</li><li>5. De que modo a intervenção na aldeia melhorou as condições de habitabilidade da aldeia?</li><li>6. Em que medida a intervenção na aldeia ajudou a fixar a população?</li><li>7. A intervenção contribuiu ou poderá contribuir para desenvolver o turismo ou outras atividades económicas na aldeia?</li><li>8. Na sua opinião o turismo contribui para diminuir o isolamento da população residente? (Só no caso da Aldeia da Felgueira)</li><li>9. Para si, o turismo ajuda a manter vivas as tradições, o património e o modo de vida da aldeia?</li><li>10. Na sua opinião, após a intervenção efetuada na aldeia, o número de visitantes que vêm à aldeia aumentou?</li><li>11. Em que época do ano se verifica uma maior afluência de visitantes na aldeia?</li><li>12. Considera que a atividade turística levou à criação de postos de trabalho na aldeia?</li><li>13. Considera que o turismo levou a um aumento dos rendimentos na aldeia?</li><li>14. Considera que o turismo tem contribuído para o desenvolvimento de outras atividades económicas na aldeia?</li><li>15. Que tipo de iniciativas se poderiam realizar/criar para dinamizar o turismo?</li></ol>	
Página 5 de 2	

- 
16. No seu negócio emprega população local?
17. No seu negócio utiliza/comercializa produtos locais?
- 17.1 Se sim, quais os mais apreciados?
18. Após a requalificação da aldeia aumentou o seu volume de negócio? (Só no caso da Aldeia da Felgueira)
19. Tem estabelecido parcerias com outras entidades?
- 19.1 Se sim, quais?
20. Na sua opinião a requalificação da aldeia melhorou a experiência turística dos visitantes?

#### **Caraterização do inquirido**

Empresa:

Obrigado pela sua colaboração.

## Apêndice 4 – Entrevistas

Coordenador da ADRIMAG (EL1)

Q.1 - “Na aldeia da Felgueira, os aspetos positivos, o apoio financeiro à parte da restauração. Desenvolver a aldeia na componente económica e o apoio a uma associação de carácter cultural, mas que serve quase como associação de moradores que é a associação da Felgueira (...). No Caso do Trebilhadouro foi o apoio que nós fizemos à construção do edificado (...) a aldeia do Trebilhadouro é diferente porque estava completamente desabitada, não havia lá ninguém a residir.”

Q.2 - “Na aldeia da Felgueira, na intervenção realizada. Não conseguimos, não conseguimos com esta intervenção, um dos nossos objetivos, que era também reconstruir, ou que a associação dinamizasse a reconstrução das casas, porque o objetivo era também reconstruir as casas, e não se conseguiu fazer isso. E a intervenção que nós fizemos na componente económica com o apoio à reconstrução à parte da restauração, o objetivo era apoiar um restaurante com um carácter típico, utilização dos produtos locais, etc., e isso não foi conseguido (...) não se conseguiu. Um aspeto negativo que poderia ter sido efetivamente melhor (...). Na parte do Trebilhadouro uma das intervenções realizadas descaracterizou um pouco a aldeia, contra a nossa vontade, mas isso tem a ver com a falta de um plano de salvaguarda que a aldeia de Trebilhadouro não tem. O edifício que era para servir de receção à aldeia e loja de produtos regionais, etc. Ainda não entrou em funcionamento. É um edifício que é público, foi intervencionado pela câmara municipal mas continua parado”.

Q.3 - “Não, não pediram a opinião, foi uma intervenção coletiva. Houve uma intervenção da ADRIMAG do município e dos privados. Foi, digamos, uma reunião tripartida para começarmos a trabalhar quanto antes. Tanto num caso como no outro.”

Q.4 - “Da Felgueira, foi há muitos anos, isso foi mais antigo. Na aldeia da Felgueira foi em 1998, 98, mais ou menos e em Trebilhadouro 2013.”

Q.5 - “Não. Nem num caso nem no outro. Terminaram as intervenções que estavam previstas inicialmente previstas, mas na Felgueira ainda há muito por fazer. As intervenções ainda estão longe de estarem terminadas. Trebilhadouro estará mais avançado, mas não, ainda não estão terminadas.”

Q.6 - “Trebilhadouro foram requalificadas um conjunto de casas, eu não sei agora precisar exatamente quantas. Numas requalificações completas, noutras requalificações parciais. Na aldeia da Felgueira foram intervencionadas três casas e o restaurante, só” (EL 1);

Q.7 - “A ADRIMAG enquanto entidade financiadora. Na aldeia da Felgueira a ADCF e o município também interveio tanto num como noutro. Na aldeia do Trebilhadouro na aquisição e requalificação de uma casa para servir como espaço central, digamos assim. E, na aldeia da Felgueira fez uma intervenção a nível de água e saneamento, também muito grande, ao nível da componente pública e arranjos dos caminhos da aldeia.”

Q.8 - “Em termos dos valores culturais, acho que num lado e noutro foram respeitados. Nos arquitetónicos (...) em Trebilhadouro houve uma intervenção que pessoalmente discordo, ambientais, sim, acho que sim, acho que respeitaram tanto num como noutro. Sim.”

Q.9 - “No caso da Felgueira foram três casas e um restaurante e no caso do Trebilhadouro foram (...) treze ao todo.

Q.10 - “Na aldeia do Trebilhadouro todas, (...) estão todas intervenções, foram destinadas a alojamento turístico, mesmo a casa central também se destina ao turismo, não ao alojamento, mas a parte da receção, há venda de produtos regionais, etc, mas só que não está em funcionamento, está lá, existe, mas não está em funcionamento. Na aldeia da Felgueira todas as intervenções foram destinadas a alojamento turístico, com exceção do restaurante, que não sendo obviamente turístico também é para o turismo para os donos do restaurante.”

Q.11 - “No caso da Felgueira no núcleo novo.”

Q.12 - “A intervenção não melhorou as condições de habitabilidade dos residentes, porque as casas foram intervencionadas para fins de alojamento turístico, é para rececionar as pessoas que vêm de fora. Quer dizer, não é propriamente para os residentes. Porquê?! Os fundos europeus têm alguns impedimentos relativamente a isso, quer dizer, estão destinados a alojamento turístico, nomeadamente, Turismo em Espaço Rural, nas suas vertentes Casas de Campo, Agroturismo, etc. Mas não, não apoiam diretamente as habitações dos residentes. Pode haver, no entanto, um residente que vive na casa de turismo em espaço rural, porque ela é suficientemente grande e tem uma parte destinada ao proprietário, mas elas foram todas destinadas ao alojamento turístico.”

Q.13 - “A intervenção na Felgueira ajudou a fixar principalmente na parte do restaurante, (...) os proprietários continuam a residir lá (...). Em Trebilhadouro, não contribuiu em absolutamente nada porque os

proprietários das casas não residem lá (...) não vivia lá ninguém (...) neste momento vive lá um casal que é zeladores das casas. Acordo feito entre os proprietários para (...) tomar conta das casas, evitar o vandalismo à noite e durante os fim de semana, etc. Não eram lá residentes (...) vieram residir com a função de trabalhar, só. Eles não eram residentes lá.”

Q.14 - “Esse é o objetivo principal, que as intervenções tanto na Felgueira como no Trebilhadouro, que as intervenções possam efetivamente fomentar um pouco o alojamento turístico em Vale de Cambra que era totalmente inexistente até à intervenção principalmente no Trebilhadouro (...) só o alojamento não traz turistas, o que é preciso é (...) dinamizar toda a parte do chamado *Incoming* turístico... não é feito no nosso concelho (...) só o alojamento não vai resolver a situação, nós temos é que atrair turistas com o pouco que nós temos, temos que os atrair, para eles dormirem, para eles comerem, para eles ficarem dois ou três dias. O alojamento turístico está feito, falta o resto.”

Q.15 - “No caso da Felgueira sim (...) o restaurante, a vinda das pessoas e o próprio alojamento, fez com que houvesse ali algum intercâmbio entre os residentes e os turistas. No caso do Trebilhadouro não, porque não há residentes, não há pessoas que residam lá habitualmente.”

Q.16 - “(...) O turismo no nosso concelho não está ainda nesse patamar, o objetivo seria esse, nós neste momento só intervimos a nível do alojamento. (...) na Felgueira reativou-se a desfolhada à moda antiga, algumas atividades culturais ligadas à matança do porco, isso foi feito, mas falta uma dinamização completa. Quer dizer, o turista não vem só para isso, senão ao fim de dois dias está cheio de tédio e vai embora. No caso do Trebilhadouro o objetivo é reativar nomeadamente um festival que já foi feito no passado, mas está longe disso, porque a componente pública no projeto está muito arrastado.”

Q.17 - “Sim, tanto num como noutro. Sim, sem dúvida. Sim, muito.”

Q.18 - “(...) Principalmente no verão é a partir de maio, (...) o Trebilhadouro foi este ano o primeiro ano, mas foi a partir de maio, de maio a outubro é que é uma maior a época, e depois festas aquelas anuais pontuais (...) Passagem de Ano, Carnaval, Páscoa. Mas a época de maior afluência é principalmente no verão.”

Q.19 - “(...) tanto no caso do Trebilhadouro como no caso da Felgueira, porque no caso da Felgueira ligado à restauração (...) essencialmente. No caso do Trebilhadouro ligadas à componente do alojamento. Cada uma das casas criou pelo menos um posto de trabalho, nomeadamente para a limpeza, pequenos almoços.”

Q.20 - “Sim. Rendimento para os proprietários que alugam as casas e rendimento também para as pessoas que trabalham. Sim.”

Q.21 - “No caso do Trebilhadouro para além do alojamento turístico não há outra atividade económica. No caso da Felgueira, sim, porque o restaurante, inclusivamente, dinamizou o aparecimento de outros (...). Sim, fomentou alguma economia na aldeia da Felgueira.”

Q.22 - “Não. Nós, na ADRIMAG, temos algumas parcerias (...) no desenvolvimento de ações de cooperação com outros países e temos trazido ali algumas pessoas de outros países. O objetivo era que fossem feitas ações, nomeadamente com operadores turísticos, não só com Vale de Cambra, mas também com outros concelhos. (...) mas ainda não chegámos a essa fase.”

Q.23 - “Imensos (...). Vale de Cambra está muito voltado para a componente indústria, o comércio está um bocado esquecido e o turismo estava esquecidíssimo. O que pode ser feito (...) a dinamização da barragem Duarte Pacheco; a dinamização da Rota da Água e da Pedra; ... o alargamento do Geoparque de Arouca ao restante território dos municípios vizinhos; a dinamização da Praia Fluvial de Burgães ao parque da Cidade por passadiços de madeira; (...) limpeza de rios; (...) Tudo isso podia ajudar a dinamizar o turismo. E a ligação também à componente serra, serra da Freita, serra do Arestal. Uma coisa que deveria ser intervencionada rapidamente e com cabeça tronco e membros, ora digamos, o parque de Vale de Cambra que mais turistas recebe durante o verão, que é o parque da Nossa senhora da Saúde, e (...) que está quase, quase votado ao abandono.”

Q.24 - “(...) acho que não teve grande influência. A experiência turística ali reduz-se um bocado ao alojamento, não tem nada ainda porque ainda não lhes foi dado mais nada... ainda só tem uma componente.”

Presidente da ADCF (EL2)

Q.1 - “(...) Requalificação do património arquitetónico construído (...) algumas das infraestruturas (...) mudança da mentalidade e da intervenção ao nível da mentalidade. Intervenção ao nível da recuperação de tradições e cultural na aldeia.”

Q.2 - “Negativos, eu não vejo aspetos negativos. (...) o principal aspeto negativo (...) é não ter sido feito tanto quanto era desejável, espetável desde o início. Poucas ações foram iniciadas e concluídas (...) muito



pouco foi feito (...) não é negativo mas é algo que não conseguimos, que é a questão de não haver consenso na população, não ser consensual a questão da recuperação e dinamização da aldeia.”

Q.3 - “Sim, neste caso concreto e mais sendo a associação promotora e quem iniciou este processo, claro, sem dúvida que pediram a nossa opinião, aliás nós é que lançamos a ideia de fazer a requalificação da aldeia. Nós associação e eu não na altura como presidente (...) desde 1996 foi um processo que nasceu aqui da associação e daí a ideia de requalificar e dinamizar a aldeia. Portanto sim, pediram a opinião.”

Q.4 - “Em 1996 tivemos a ideia (...) em 1998 foi escrita a primeira memória descritiva daquilo que seria a requalificação da aldeia em que moldes seria feita embora que muito vago (...) em 1998, 1999 saiu a primeira memória descritiva e detalhes ao pormenor do que seria o projeto de requalificação na aldeia, definindo ao pormenor cada uma das ações e a forma como elas se interligavam. Fisicamente e no terreno a requalificação na aldeia no âmbito deste projeto começou em 2004.”

Q.5 - “Não! Ainda não terminaram, algumas ações, como são ações separadas (...) Algumas ações foram começadas e foram concluídas, outras ações ainda não foram sequer começadas no âmbito de todo o projeto, de todas as ações que englobam o projeto, ainda não terminou. Algumas ações ainda nem sequer começaram.”

Q.6 - “Foram requalificados os moinhos da Sobrosa, (...) dois percursos pedestres, inicialmente o percurso turístico dos moinhos (...) o percurso varandas da Felgueira, foi requalificada a praça central, a praça principal são dois núcleos no centro da aldeia. Foi feito um parque de merendas, cá na aldeia, (...) duas ou três ruas no interior da aldeia, (...) eira comunitária, (...) sinalética, foi colocada alguma sinalética na aldeia (...) Investimento particular foi requalificado cerca de cinco a seis casas, (...) criada uma loja de artesanato. Passou por aqui a requalificação da aldeia em termos de ações concluídas.”

Q.7 - “(...) Câmara Municipal, (...) Associação Desportiva e Cultural da Felgueira, (...) Entidades particulares (...) todas essas partes com o apoio da ADRIMAG (...). IPJ com apoio na compra e na aquisição de casas que nós compramos que ainda estão na fase do projeto (...) e a Junta de Freguesia que também dão apoio monetário para requalificação das ações que nós levamos acabo até ao fim. Para nós em termos de ADCF temos o apoio da câmara municipal, junta de freguesia e IPJ, que de alguma forma participaram nas nossas ações, participaram na requalificação da aldeia (...)”

Q.8 - “(...) podemos considerar que (...) grande parte das intervenções, ou se calhar, oitenta por cento das intervenções, ao nível, do respeito, pelos valores arquitetónicos podem ter respeitado esses valores (...) a nível cultural (...) partimos do princípio que também os valores foram respeitados (...) nem sempre se agrada a toda gente e portanto não é consensual até a questão da forma como as coisas estão, foram feitas e estão a ser feitas, (...) não sei (...) muito bem, se (...) em termos culturais tá tudo a ser respeitado e se as pessoas estão todas contentes e desta forma, com os seus valores culturais respeitados. A nível ambiental (...) noventa por cento, cem por cento, dos valores ambientais foram respeitados e até porque um dos principais objetivos é também o respeito pelo ambiente e natureza.”

Q.9 - “A nível de casas particulares (...) à volta de seis, sete casas recuperadas cá na aldeia (...)”

Q.10 - “Neste momento (...) ainda não há nenhuma casa registada no Instituto do Turismo como Alojamento Turístico. Por conversas que tenho tido com alguns proprietários das casas, eu penso que, nesta fase, quatro a cinco casas estão destinadas ao turismo.”

Q.11 - “No núcleo novo (...)”

Q.12 - “(...) Não teve. Esta intervenção não tinha, como objetivos melhorar as condições de habitabilidade dos habitantes da aldeia, (...) um dos motivos que me levou a intervir nesta recuperação da aldeia foi o facto de a aldeia estar praticamente já abandonada. Abandonada em termos de residentes porque estavam todos na parte da aldeia, a parte nova da aldeia. E esta recuperação, este projeto incide sobre o casco antigo da aldeia, (...) um dos objetivos não era, não era, de todo o objetivo de melhorar as condições dos habitantes, residentes. Não considero que esta intervenção tenha tido qualquer efeito a esse nível.”

Q.13 - “Esse era um dos principais objetivos (...) ou melhor havia dois objetivos, um era preservação e recuperação do património construído com total respeito pela natureza e pelo ambiente (...) a dinamização sociocultural e económica da aldeia (...) um dos objetivos era a criação de emprego através da dinâmica turística e potencialização da agricultura e da pecuária e isso foi conseguido (...) temos dois restaurantes a funcionar, temos uma loja de artesanato, temos um café/mercearia, temos uma exploração agrícola que cria postos de trabalho, temos algumas atividades na área dos serviços potenciadas pelas outras (...) este projeto criou de facto vários postos de trabalho, sendo sazonais, mas em época alta, falamos no verão, (...) também nas festas, nomeadamente de Natal, a aldeia deve criar por volta de 20 postos de trabalho. Falamos mais no verão com grande influência dos restaurantes”

Q.14 - “Sim, esse foi o principal objetivo e contribuiu com toda a certeza (...) temos mais postos de trabalho, temos atividade económica criada por esta dinâmica turística, temos muito mais dinâmica turística

(...) analisando a aldeia há vinte anos atrás, e analisando a aldeia hoje este processo contribui em grande forma para a dinâmica turística e das atividades económicas.”

Q.15 - “Sim, sem dúvida que sim, se não houvesse cá turismo e essas atividades económicas (...) todas elas ligadas ao turismo (...) Se essas atividades não existissem, por um lado não estava cá a população que daí tem o seu emprego, e por outro lado, não vinham cá os turistas. Os poucos residentes que cá estariam, que cá ficariam, à semelhança do que aconteceu com outras aldeias (...) no concelho de Vale de Cambra, esta população estaria totalmente isolada e posta de lado. Com esta participação, quer não só dos visitantes, (...) mas essencialmente das pessoas que têm cá o seu posto de trabalho, a população residente que é essencialmente população idosa está mais apoiada, pelo menos de momento.”

Q.16 - “Sim, sem dúvida que ajuda (...) se não houver tradições vivas, património e modos de vida na aldeia não há turismo (...) Para haver turismo tem que haver património, tradições e modo de vida e desta forma o turismo vem e existe, e portanto, para haver turismo tem que haver preservação e dinâmica destas questões. O turismo ajuda sem dúvida a manter vivas.”

Q.17 - “Sim, aumentou. (...) cada vez mais há mais procura (...) Portugal tem estado em alta e nomeadamente aqui na nossa região, pelo lado de Arouca e de Vale de Cambra, cada vez mais o turismo tem estado em alta e nota-se. Eu que estou cá todos os dias na aldeia, cada vez mais a aldeia é procurada e visitada, a aldeia e toda a região da serra, toda esta envolvimento.”

Q.18 - “Normalmente é na época de verão (...) Embora que aqui no verão há uma mistura entre turistas e emigrantes. Nesta altura (...) os nossos emigrantes também são turistas para nós, porque se eles vêm cá e consomem cá, consomem os nossos serviços de turismo, também são nossos turistas também, nós podemos ver os nossos emigrantes como nossos turistas também, sem dúvida que a época dos turistas é o mês de agosto e é no verão.”

Q.19 - “Sim (...) Sem dúvida nenhuma com a restauração. Neste momento temos dois restaurantes na aldeia, temos o café, uma exploração agrícola, a loja do artesanato, serviços que estão associados a estas atividades também, portanto, temos postos de trabalho que se não houvesse turismo na aldeia, esses postos de trabalho não existiam com toda a certeza.”

Q.20 - “Sim (...) Havendo postos de trabalho, há rendimentos na aldeia (...) havendo postos de trabalho logo ao usufruir o seu ordenado, já é um rendimento para a aldeia, embora podendo trabalhar noutros lados, mas isso por si só já é um rendimento e depois toda a dinâmica até de produtos agrícolas, (...) outros pequenos serviços que possam existir na aldeia, por vezes trabalhos sazonais, trabalhos pontuais que as pessoas possam prestar dentro da atividade turística são o aumento da rentabilidade na aldeia.”

Q.21 - “Sim. As tais atividades de serviços, nomeadamente, temos, por exemplo, uma empresa de materiais de construção civil, havendo sempre pequenos trabalhos que, associados ao turismo, são uma mais valia para essa empresa dentro da aldeia, temos um gabinete de contabilidade (...) alguns dos seus clientes da aldeia da área do turismo são clientes deles (...) a parte do café em si já existia, o café antes deste processo e é o café da aldeia... mas como é óbvio a rentabilidade do café e o movimento do café não seriam os mesmos se não houvesse esta dinâmica turística e depois outros pequenos serviços pontuais que por vezes a população residente pode prestar ou algumas coisas que pode vender. A atividade económica ligada ao turismo que realmente também potencia outras atividades económicas.”

Q.22 - “De alguma forma sim, o caso da ATA, Associação de Turismo da Aldeia, que classifica a aldeia com a marca “Aldeia de Portugal”, houve parceria. Depois com a Câmara Municipal, sempre há uma parceria estreita e ligada (...). Entidades públicas; IPJ, têm estado sempre a apoiar-nos (...) estando perto de nós, o turismo do Porto e Norte de Portugal, também de alguma forma estamos com parcerias, mas são parcerias normais ligadas à dinâmica turística. E assim alguma entidade específica com uma parceria muito específica e em particular, não temos, que me recorde.”

Q.23 - “(...) São todas as que temos defendido no projeto e que nós pensamos sempre fazer mas não se fazem. Aumentar a parte da organização e dinâmica de atividades, digamos de desporto natureza (...) caminhadas, BTT, passeios (...). Aumentar mais a parte de festivais e concertos, quer a nível da música, quer a nível da gastronomia, mais festivais ao longo do ano. De alguma forma era importante termos, e já tivemos até em tempos, mas temos alguma atividade (...) que de alguma forma, forma organizada e calendarizada tivéssemos atividade todo o ano para poder oferecer uma oferta mais consistente a quem nos visita e à região toda em si.”

Q.24 - “Sim, sem dúvida. Também recorde para trás completamente, completamente ou bastante abandonadas ou por vezes até intransitável dentro das ruas da aldeia, devido à densa vegetação. Sem dúvida que melhorou. Neste momento, na aldeia, os turistas para além de poderem visitar o que é uma aldeia rural com a sua traça arquitetónica, têm cá serviços, podem comer, podem dormir, podem visitar, podem simplesmente usufruir da aldeia, que é realmente a aldeia criou novas experiências, dantes era uma aldeia abandonada.”

Presidente da Junta de Freguesia de Arões (EL 3)

Q.1 - “(...) Valorização do património histórico e mais antigo da aldeia (...) melhoramento nas pessoas para eles poderem viver melhores condições e poder alugar se eles o entenderem (...) melhoraram toda a construção e foi dentro de alguns critérios de manter a traça rural e antiga da aldeia (...)”

Q.2 - Não vejo nada (...) Não há aspetos negativos (...)”

Q.3 - “Não, não estava na Junta nessa altura. Não era o presidente da Junta. Mas sei que a junta anterior entrevistou lá, pelo menos, em arruamentos que foram efetuados, em 2006, e a câmara municipal há data.”

Q.4 - Não sabe.

Q.5 - “Não, não, estão ainda muito atrasadas.”

Q.6 - “(...) alguma parte que é pública, quer os arruamentos, quer uma casa que é da propriedade da associação e as outras foram particulares que recuperaram as suas habitações (...)”

Q.7 - “(...) ADRIMAG (...) Particular (...)”

Q.8 - “(...) Eu acho que toda a reconstrução que foi feita, foi a pensar e baseada na recuperação histórica e mantendo todo o aspeto arquitetónico, que tinha anteriormente (...) isso implicava o licenciamento da câmara municipal, e eu sei que a câmara municipal estava mais ou menos dentro dessa requalificação e foi sempre aconselhando as pessoas (...) para manter determinadas características e utilizar determinados materiais dentro do preservar a traça mais antiga da aldeia.”

Q.9 - “Precisar assim o número exato não sei (...)”

Q.10 - “Pela informação que eu tenho, não está nenhuma. Acho que não está nenhuma neste momento, para turismo, são particulares, algumas que estão habitadas, outros são pessoas de fora que as adquiriram e agora vêm passar lá o fim de semana.”

Q.11 - “No núcleo novo.”

Q.12 - “É assim as que foram recuperadas, de certeza, porque a requalificação foi sempre a pensar num melhoria das condições e do conforto das pessoas. Em termos financeiros não houve uma melhoria, porque elas não estão no mercado, não foram recuperadas para o mercado de arrendamento, foram recuperadas pelas próprias pessoas, pelos próprios proprietários.”

Q.13 - “Sim, ajudou a fixar alguma população (...) uma grande parte dessas que estão requalificadas foram adquiridas por pessoas exteriores à aldeia (...) e hoje passam o fim de semana (...) aumentou e fixou a população principalmente ao fim de semana.”

Q.14 - “Sim, em princípio a recuperação está vocacionada para o turismo (...) não há casas nessas coisas do turismo, mas futuramente será para isso.”

Q.15 - “Sim (...) há um convívio maior com as populações locais e as pessoas que procuram e habitam no fim de semana essas casas que foram recuperadas pelos proprietários.”

Q.16 - “O turismo em si mantém, agora lá não tem essa componente, (...) não foi uma recuperação vocacionada para aluguer, para turismo, para pessoas de fora (...) A recuperação (...) foi para pessoas que adquiriram as casas e vêm lá periodicamente durante a semana ou fim de semana, ou alguns períodos do ano e ficam lá a viver. De alguma forma é uma melhoria para a aldeia mas não é uma mais valia no património histórico da aldeia, porque tanto quanto eu sei, não participam em grandes atividades culturais ou na dinamização da aldeia.”

Q.17 - “Sim, aumentou. Aumentou porque algumas pessoas trazem os amigos e a curiosidade... e têm lá alguns restaurantes com algum nome, que confeccionam bons pratos e isso traz muita gente à aldeia.”

Q.18 - “Verão e Natal.”

Q.19 - “Sim. Praticamente na indústria da restauração. Uma dezena ou mais de postos de trabalho.”

Q.20 - “Sim. Também a maior parte das pessoas que trabalham nesses períodos na restauração são pessoas naturais ou vizinhas dali da aldeia. Melhorou a qualidade de vida para essas pessoas que trabalham e para os proprietários que são pessoas lá da zona.”

Q.21 - “Dentro da restauração. Não vejo ali grande coisa.”

Q.22 - “Não. Não tenho certeza absoluta. Mas acho que não há grandes parcerias com outras entidades.”

Q.23 - “Se houvesse alguma associação, ou alguma empresa, para promoverem o turismo (...) podiam dinamizar através de eventos ou festas ou qualquer coisa que chamasse e atraísse lá a população, tirando a parte gastronómica, não tem mais qualquer tipo de atividade durante o ano.”

Q.24 - “Sim (...) deu melhor qualidade de vida às pessoas que lá estão; o arranjo das ruas e aquelas construções, aquelas pessoas que procuram o restaurante muitas vezes fazem caminhadas à parte antiga da aldeia ou parte velha da aldeia e aí acho que foi uma mais valia para a aldeia (...) passar o tempo a fazer pequenas caminhadas ali na aldeia mais antiga.”



Restaurante Nino da Freitas (AO 1)

Q.1 - “(...) a aldeia turística e o turismo (...) a parte velha, a de baixo e a restauração (...)”

Q.2 - “(...) saneamento (...) começaram a construir a aldeia turística e não a acabaram”

Q.3 - “É assim, nunca perguntaram nada, mas a gente tem sugerido, o saneamento, a parte turística, aproveitar a nossa serra, a parte da casa da Cota que está abandonada (...) o turismo era muito bom para a parte da aldeia. E esses caminhos que estão tão mal aproveitados na nossa serra quem vai em direção à Lomba. Bons passeios, tudo mal informado, nada está..., só há um caminho pedestre que tem aí, que vai aqui por cima até Carvalho do Chão e pouco mais. Não há assim mais nada...”

Q.4 - “A parte turística em baixo manteve-se, manteve-se a mesma linha por consequência, porque o caminho era fraco para ir para lá e ninguém queira lá fazer casa e por isso ficou assim um bocadinho ao típico. Se tivesse bons acessos estava tudo restaurado com está a Lomba, estava tudo estragado. A parte nova, toda gente fugiu para cima, porque a parte velha tinha fracos acessos. (...) ainda bem que a gente tem a parte nova e a parte velha. A parte velha está muito bem conservada (...) por natureza, ninguém quis ir para lá (...) eu estive lá e fugi para a Suíça (...) eu fugi de lá porque não havia lá ninguém a viver (...)”

Q.5 - “Não. Até ver não, quer dizer, ninguém vive aqui, nada melhor! Alguma casa que está restaurada, ainda não as botaram a alugar. Foi o privado, para eles. Mas o turista também está tão mal informado. Existe um ou dois que tem uma ou duas casas restauradas mas eles também não estão cá para as promover. Se criasse assim um grupinho de casas, assim tipo uma associação, uma orientação, tipo, umas pessoas para limpeza, outras para contactar com nós, por exemplo eu ou o Mira Freitas, para preparar um pequeno almoço, um jantar com um preço acessível (...) mas ninguém faz nada (...)”

Q.6 - “Ninguém ficou (...) não, não, toda gente fugiu para o estrangeiro, os que estão aqui ou estão a trabalhar em Vale de Cambra, ou foram para o estrangeiro (...)”

Q.7 - “(...) Sim (...) a parte da restauração, a começando ali pelo Mira Freitas (...) montou aquele restaurante, a seguir já abriu o artesanatosinho dele a seguir. Foi só a parte da restauração, não desenvolveu a parte da aldeia, porque na verdade ao domingo há muita gente aí, não haja dúvida, mas foi graças ao restaurante! (...) de resto não vejo assim nada...”

Q.8 - “Não, não.”

Q.9 - “Eu acho que sim, se viesse o turismo que era bom para todos nós (...) como está não, nas condições em que está mais vale não apostar porque assim afasta o turista. Ou bem que ele chega e sente-se bem acolhido (...) conforme está não, um aluga uma casa, bem o turista e entrega, dá assim a impressão de que está tudo abandonado, não há ninguém para os acolher, dar um bocadinho de carinho, traze-los ao restaurante (...)”

Q.10 - “A nível de restauração sim! Sempre a aumentar! (...) Mas só a nível dos restaurantes e talvez da serra. Que a nossa serra faz parte! Também é por causa da serra, talvez. Se este restaurante tivesse (...) noutra sítio não seria assim, como isto fica numa rota de passagem para a serra talvez venham comer e depois seguem (...) esta rota devia ser bem aproveitada! Devia ser bem aproveitada, mas não está ainda aproveitada (...)”

Q.11 - “É o verão! É o verão (...) não é só por causa do turista mas também aos emigrantes (...) se for a nível do turista, acho que é o mês de junho, derivado à serra estar tudo em flor (...)”

Q.12 - “Só se for a nível de, do emprego dos restaurantes, talvez aí, só disso (...)”

Q.13 - “Sim se fosse um turista bom era, o turismo bom! E bem aproveitado! Podia-se criar muita riqueza na aldeia, que eles aqui ao vir visitar o restaurante e comer, se isto fosse tão bem aproveitado (...) as pessoas podiam levar algo com eles, artesanato, queijo, carne, até mesmo um talho aqui a vender os nossos produtos da aldeia da serra, cabritos, carne, da nossa raça. Eles vinham comer e levavam, mel, até o próprio chá da nossa montanha, está é mal aproveitado mas podia-se criar riqueza, mas está mal aproveitada (...)”

Q.14 - “(...) Sim (...) ao vir o turismo e eles vindo aqui comer, eu gasto cada vez mais vitelas (...) imaginemos mesmo (...) tudo bem aproveitadinho.... até se as pessoas cultivassem, (...) a própria broa de milho, se houvesse aqui uns fornos, pessoas aí para fazer a nossa broa caseirinha (...) para os dois restaurantes que aqui há, e quem quisesse uma broazinha também podia levar (...) criava-se riqueza (...)”

Q.15 - “(...) era vender produtos locais (...) as pessoas apostarem (...) o home se se quisesse aplicar a sério no artesanato era um ás, a dona (...) é igual, é uma artista que podia vender muito mais, tudo o que ela está a fazer, teares, etc. ... A nossa própria broa, (...) mel (...), famosa castanha (...) castanha amarela (...). Há muita coisa aqui que podia ser feita se o povo quisesse (...). Mas também muitos deles não precisam (...) pessoas idosas (...) pessoas que vivem bem, têm boas reformas (...) este jovem é que foi para o estrangeiro. Muitas vezes é que podia ser ajudado por esses pais (...) que deixam fugir os filhos (...) tu não vás, vamos

apostar nisto, eu ajudo-te (...) Havia modo de as pessoas serem ajudadas a viver bem aqui, que o turismo aumentava e era bom para tudo. (...) mas à maneira para a nossa aldeia crescer (...)"

Q.16 - "É. Não, é só da freguesia (...)"

Q.17 - "Sim (...) Aposto sempre no produto local; a batata, o feijão, a salada, carne (...). Tudo o que eu puder gastar da terra eu gasto, eu gasto (...)"

Q.17.1 - "É a carne, é a carne, não haja dúvida (...)"

Q.18 - "Não. Não tem nada a ver com isso (...) a aldeia está parada (...)"

Q.19 - "Não (...)"

Q.20 - "Não vejo. O turista até é raro descer a aldeia lá baixo. É muito raro. Só os caminhos, aquelas caminhadas que fazem mais nada, e é quando é a rota do moinho, que passa aí por baixo, mas é muito raro. A aldeia (...) está muito melhor (...) mas a nível do turismo estamos muito baixinhos, muito pobrezinhos, isso é a realidade. Está pobre (...). Se a aldeia se tivesse concretizado (...) era para ficar tudo restaurado, aí sim, estaria muito bom. Para já o turista para levar as malas até lá baixo, num é fácil, (...) num é fácil. Mesmo que quisessem alugar a casa, não é fácil. Hoje toda a gente quer levar o carrinho à beira. Muita gente diz assim, o caminho assim é que é bonito, e as pessoas têm que ir a pé. Aí tem que ir a pé com as malas até lá baixo! ... Ali é bom não mexer naquele caminho, conforme está, não mexer, mas criar uns acessos por fora, pelo fundo da aldeia, sem mexer na estrada da aldeia (...) e aí com as casas restauradas (...) a aldeia tinha-se desenvolvido bem (...)"

#### Restaurante Mira Freita (AO 2)

Q.1 - "Aldeia turística (...) tem várias casas recuperadas, (...) que são feitas precisamente para o turismo da região. Casas recuperadas, penso que é uma grande mais valia. Também o facto de termos vacas, a vaca arouquesa, que estão a pastar aqui nos pastos o que é uma maior qualidade para a zona (...)."

Q.2 - "(...) o facto de estarmos aqui mais perdidos e não haver umas boas rotas turísticas, pelo menos no que toca à câmara de Vale de Cambra (...) daí que muita gente não conhece bem a zona e devia ser mais sinalizada(...). O outro aspeto (...) não vejo, sei lá, a poluição também não temos, no que toca ao turismo e afins. Talvez a falta de comunicação e interesse de uma grande parte da população em divulgar a sua natureza e o turismo em si. Não liguem tanto ao turismo e dar a conhecer os nossos produtos e as nossas coisas boas. Principalmente os aldeãos, uma grande parte deles não liga muito a isso, podiam ajudar mais no que toca à expansão."

Q.3 - "(...) a minha propriamente não, mas pediram a opinião dos aldeões, sim. E fizeram (...) uma associação onde reuniram imensas pessoas e onde questionaram o que era melhor para a aldeia (...) Pediram a opinião sim"

Q.4 - "(...) tentam fazer as coisas de forma a que todos ganhem com isso. Que todos ganhem com isso (...) a recuperação das casas todos ganham com isso, ganham turistas. Na recriação de moinhos (...) nos quais se pode fazer o pão e agora até tem uma divulgação bastante acentuada a nível da freguesia e do concelho, onde o pão deles é conhecido, (...) devida às reuniões que tiveram e devido há intervenção tiveram cá. Ideias que deram à população. É uma mais valia."

Q.5 - Não responde.

Q.6 - Nem por isso. Nem por isso (...) estamos a falar de uma população mais envelhecida que uns aderem outros não (...) nós aqui no restaurante sim, ajuda bastante, claro, ajudou a nós restaurantes, ajudou a essas pessoas que estão, lidam com o pão e com essas coisas, com as farinhas e com os moinhos, mas os jovens em si, não ajudou muito porque estão emigrados (...) nem estão muitas vezes a par deste tipo de intervenções, pelo que nem sequer tentam muito ajudar (...) mas não, não ajudou muito (...)"

Q.7 - Não responde.

Q.8 - "(...) Não, Não. Não foi o turismo que ajudou a diminuir. O turismo não ajuda a diminuir pelo menos no nosso caso não (...) a mim, aqui, propriamente no restaurante ajuda, mas a população em si não ajudou assim tanto."

Q.9 - "Talvez, patrimónios, sim (...) as casas abandonadas, os palheiros (...) ajudou, ajudou a manter os patrimónios que há aí imensas pessoas que mantêm o interesse de continuar com essas casas para vender, hoje em dia há muita procura desse tipo de casas, para reconstruir, exatamente para termos mais turistas (...) ajuda, sim o turismo ajuda neste aspeto claro que sim."

Q.10 - Não responde.

Q.11 - "(...) é sempre no verão! No verão e na época natalícia (...) mas especialmente no verão (...)"

Q.12 - "(...) Não. Aqui na nossa zona não. Se estivermos a falar no artesanato, mesmo no artesanato, talvez um bocadinho (...) com o turismo em si, pode ter havido os interesses da plantação por exemplo de mirtilo

ou coisas do género. Manter as paisagens, manter o território, o terreno para fazer o cultivo de alguns produtos que estão mais em extinção, nesse aspeto pode ter ajudado, fora isso acho não.”

Q.13 - “(...) Depende se eles tiverem envolvidos diretamente sim, se tiverem alguma casa de artesanato, algum restaurante, sim. Mas de modo geral não! Não (...)”

Q.14 - “(...) Na aldeia, não.”

Q.15 - “Tantas coisas (...) podíamos fazer mais desfolhadas (...) eventos de fado, por acaso, fazemos aqui às vezes e chama muita gente. E mesmo pessoal estrangeiro que vêm visitar, passam, que vêm da serra e se houver atividade aqui para dinamizar, ajuda bastante, enriquece bastante (...). As atividades de artesanato também ajudam bastante (...). Estamos um bocadinho isolados, mas ao mesmo, não estamos assim tão mal, porque estamos numa serra bastante visitada. E temos a torre meteorológica (...) o Geoparque (...). O turismo ajuda (...) ajuda e fazemos o máximo dos máximos para que exista turismo aqui com as atividades, com tudo. Regra geral, para a população geral, não, porque é uma população mais envelhecida, nem todos ligam muito a isso. Mas ajuda, sim. Tentamos dinamizar com o possível, com atividades sejam elas do foro cultural ou artesanal ou na restauração (...) e vamos fazendo sempre uma série de atividades para chamar o turismo, para atrair o turismo e temos até conseguido de certa forma. Mas não toda a população, alguns, alguns (...)”

Q.16 - “Sim, com certeza que sim (...)”

Q.17 - “Com certeza que sim, feitos até por nós (...) grande parte”

Q.17.1 - “(...) Mel, licor, licor de mirtilo, rojões que são daqui, carne que são daqui (...) plantação de flores para cozinhados, (...) loureiro (...) a castanha (...) daqui, o vinho (...) o pão (...)”

Q.18 - “Sim (...) de certa forma sim, sim”

Q.19 - “(...) de uma forma de compromisso de compra e venda, nada de parcerias com vista ao desenvolvimento (...). Apenas a questão de compra e venda, e nada mais (...)”

Q.20 - “Sim, claro que sim (...) Reconstrução das casas, os visitantes veem inclusive ao longe as casas todas, interessam-se, perguntam, na internet também para divulgar. Claro que sim, claro que sim (...) Aqui (...) no exterior temos por exemplo um burro que empurra a água, as pessoas interessam-se e vêm visitar (...)”

#### Kim Café (AO 3)

Q.1 - “(...) fizeram várias ações nas ruas (...)”

Q.2 - “(...) varias ações (...) não continuarem (...)”

Q.3 - “(...) não, foi através da associação (...)”

Q.4 - “(...) Sim, acho que foram feitas como devia ser (...)”

Q.5 - “(...) nenhuns, do meu ponto de vista (...)”

Q.6 - “Pelo menos turistas passa mais um bocadinho. A nossa aldeia já é uma das aldeias de Portugal (...) isso vai fixando, trazendo pessoas para visitar, nem que mais não seja para passarem e andarem sempre, mas pronto (...) pelo menos visitar a aldeia. (...) Acho que cada vez estão a emigrar mais (...) as pessoas se fixarem, para viverem do turismo têm que fazer muitos sacrifícios e eu acho que as pessoas vão há procura de viverem um bocadinho melhor. Do meu ponto de vista, não sei.”

Q.7 - “Esse era o objetivo principal, de alguma forma (...)”

Q.8 - “Sim sem dúvida, penso que sim (...)”

Q.9 - “Sim, essa é a finalidade e a intenção, o turismo acho que é esse o propósito, porque se não, não interessava o turismo para nada. Há as tradições porque no fundo as desfolhadas, a agricultura, só se fazem mais nesse contexto do turismo porque no dia-a-dia as pessoas já tinham abandonado essas atividades. A agricultura não é rentável (...)”

Q.10 - “(...) talvez (...)”

Q.11 - “Mais no verão! (...) passear na serra é melhor no verão (...) no inverno também há a parte da neve, também há a parte da neve que as pessoas gostam de ver (...) é neste contexto a neve ou então no verão, com o calor as pessoas gostam da serra (...) maio que é quando a carqueja rebenta que é muito interessante (...)”

Q.12 - “Sim, na parte dos restaurantes, sim! Agora tirando isso. Deveria mas ainda não chegou a esse ponto. Nos projetos isso existe mas agora na prática não.”

Q.13 - “Na área da hotelaria, sim! Mais do que isso, acho que não (...) já um bocadinho também (...) alguma habitação também, um bocadinho e isso faz com que, demora pouquinho, pouquinho. Mas havendo restauração, havendo dormidas já facilita um bocadinho. Não muito mas pronto.”

Q.14 - “(...) Que hei de lhe responder agora? (...)”

Q.15 - “Sei lá! Que as entidades competentes, Junta ou Câmara se deviam empenhar um bocadinho para manter as ruas limpas, para manter os percursos pedestres limpos para as pessoas passarem. Porque nós temos aqui dois percursos pedestres na aldeia e a limpeza deles é muito pouca. Tem o percurso dos

moinhos, tem o (...) acho que é o PR1. (...) eles vêm cá limpar assim, prá aí de dois em dois anos e isso é negativo. Eu acho que no mínimo devia ser limpo duas vezes por ano. E isso fixava pessoas que viriam fazer os percursos e que de alguma forma iriam usufruir da nossa paisagem, desta aldeia e das outras (...) tivemos uma atividade em maio (...) foi o percurso das bicicletas, começou e acabou aqui (...) e andamos a limpar quase uma semana inteira, aos bocadinhos as ruas, para a aldeia ficar um bocadinho mais apresentável, neste contexto do turismo da pessoa gostar de ver e ficar de alguma forma contente com o que viu para poder voltar (...).”

Q.16 - “(...) ele e eu (...)”

Q.17 - “Às vezes (...)”

Q.17.1 - “O Mel. É o que se vende mais um bocadinho (...)”

Q.18 - Não responde.

Q.19 - “Não”

Q.20 - “(...) Não (...) Não é só fazer uma intervenção à dez anos atrás e ficar por ali. Era no dia a dia e todos os anos fazer qualquer coisa, para as coisas estarem apresentáveis (...) As coisas estão estagnadas, paradas (...) o turista gostas de ver e ver tudo muito bem arranjadinho (...) talvez algumas coisas (...)”

(RL 1)

Q.1 - “(...) empedraram os caminhos. Porque aquilo eram umas calçadas antigas que foram empedradas (...) e pouco mais têm feito (...)”

Q.2 - “(...) negativos, olhe se fosse para falar era a quase tudo! Era a quase tudo, era preciso muita coisa. Mas o pessoal também é pouco! Daqui da aldeia para baixo só tem um morador! (...) a aldeia é antiga! o pessoal uns emigraram! Outros morreram! Só lá está um! Os outros saíram cá para cima, fizeram casas novas aqui em cima. A aldeia está sem ninguém, não tem quem trabalhe, e para trabalharem aqui é quase tudo a partir dos sessenta anos.”

Q.3 - “(...) sim, umas vezes a Junta, outras vezes o pessoal reúne, faz-se uma reunião para ver o que se há de fazer e o que não se deve fazer o que é que não se deve fazer (...) é uma aldeia pobre! É uma aldeia pobre! Na serra! O pessoal a maior parte emigrou e que é que a gente vai fazer agora? (...)”

Q.4 - “(...) na aldeia antiga! Na aldeia antiga! Continua a ser tudo como era! (...) embora vão reconstruindo qualquer coisa, mas a câmara não deixa tirar a arquitetura que elas tinham antigamente. E vão compondo. E vêm pessoas de fora e compram aí umas casas e vão preparando-as para passar cá uns fins de semana, de vez em quando. E é assim. E é o que existe aqui na aldeia.”

Q.5 - “As pessoas vivem melhor do que viviam antigamente, isso não haja dúvida nenhuma! Porque antigamente era daquela telha antiga, de caleiros, um caleiro por baixo e outro por cima e quando caía muita chuva, granizo, entrava para dentro das casas, entrava dentro das casas. As casas de habitação era uma fogueira ao cimo da casa e elas estavam tapadas com fumo, com fumo. E era como se vivia. Agora não podemos dizer que vivemos mal a esse respeito e também se vive melhor do que antigamente (...) vivia aqui neste terreno (...) que está tudo por fabricar e mau de fabricar! Que é tudo, terrenos pequeninos, mau de fabricar até para lá andar, não era com bois, porque não havia! Era com vacas! E era mau de se fazer (...)”

Q.6 - “(...) as que estão cá a viver não têm meios de ir para outro lado. Até a malta nova quer arranjar emprego, mas não pode, tem de ir para o estrangeiro. Que emprego é que eles cá arranjam?! Não têm nada! Aqui não há nada! Aqui não existe nada! Tem dois restaurantes, que têm dois ou três empregados cada, quando for ao fim de semana têm mais, mas não tem mais nada! Não há mais nada! (...) a gente vai fabricando umas batatas, uma hortaliça, tomates, coisa para nós vivermos só! Só para nós vivermos! Para nós vivermos mas, para não comprar, de resto temos de comprar tudo (...)”

Q.7 - “(...) Não, pouco! (...)”

Q.8 - “(...) Não! As pessoas, as pessoas sentem-se sozinhas, porque a população é pouca! (...) Os velhos com sessenta anos para cima, embora tenha aí meia dúzia deles mais novos, que vive aí, de resto, não tem mais nada (...)”

Q.9 - “(...) Continua, mas pouco (...)”

Q.10 - Não respondeu.

Q.11 - “(...) Isso é no verão! Isso é no verão (...)”

Q.12 - “(...) Aqui não (...)”

Q.13 - “(...) Pouca coisa, pouca coisa (...)”

Q.14 - “(...) Compram umas casas antigas constroem-nas, preparam-nas, para vir passar os fins de semana e umas feirazitas. E é o que o turismo trouxe para cá (...)”

Q.15 - Masculino.

Q.16 - > 65

Q.17 - Ensino básico.  
Q.18 - Reformado.  
Q.19 - Sim, a tempo parcial.  
Q.19.1 - Autocosumo.

(RL 2)

Q.1 - “(...) recuperação dos moinhos (...) parque de merendas junto aos moinhos (...).”  
Q.2 - “(...) moinhos (...) passados uns anos terem ficado ao abandono (...) parque de merendas junto ao moinho (...) pouco tempo passado tiram-nos de lá (...).”  
Q.3 - “(...) como era a associação que estava à frente deste projeto, a opinião partiu de todos os sócios da associação (...) todos os sócios tiveram a sua opinião a dar (...) a população local na maioria pertence à associação, portanto, a população teve oportunidade de dar a sua opinião e dizer aquilo que achava dessas intervenções, essas, e outras que foram feitas (...).”  
Q.4 - “(...) houve algumas que respeitaram porque a associação entrevistou! Houve outras, alterações aqui feitas na aldeia (...) Que ficaram muito mal! Partindo do ponto que estamos a falar de uma aldeia turística, de uma aldeia rural e de uma Aldeia de Portugal, fica muito mal certas intervenções que aqui foram realizadas (...).”  
Q.5 - “(...) Questões de habitabilidade, podemos falar no saneamento, que não melhorou nada, porque não existe! (...) Agora, também de certo modo, contribui para a habitabilidade da aldeia, porque há sempre melhorias feitas, a nível da aldeia, mas diretamente, acho que não tou a ver nenhuma (...).”  
Q.6 - “(...) Ajuda na medida que pode criar postos de trabalho, tirando isso (...).”  
Q.7 - “(...) Sim (...) tudo o que está envolvente ao turismo, à vinda das pessoas para cá, e criar todo um comércio à volta disso. Artesanato, cafês, restaurante (...).”  
Q.8 - “(...) Contribui, sim, contribui, sim senhora (...).”  
Q.9 - “(...) Sim (...).”  
Q.10 - “(...) Sim. Pelo trabalho que tem sido feito, sim, tem trazido mais pessoas para a aldeia (...) pelo trabalho, realizado na Aldeia Turística e Rural da Felgueira, o número de visitantes, tem vindo a aumentar. Não só no verão que aí sim, temos mais gente, mas de inverno também temos, maior número de visitantes na aldeia (...).”  
Q.11 - “(...) é mais, na altura do verão! Primavera, Verão (...).”  
Q.13 - “(...) Sim, mora mais gente cá, mais rendimentos na aldeia (...).”  
Q.14 - “(...) Sim! (...) artesanato, restaurantes (...) neste momento já temos dois restaurantes (...) outros negócios que são criados à volta disto e que ainda podem ser criados (...).”  
Q.15 - Masculino.  
Q.16 - 21/40.  
Q.17 - Ensino superior.  
Q.18 - Outro.  
Q.19 - Sim, a tempo parcial.  
Q.19.1 - Autoconsumo

(RL 3)

Q.1 - “(...) trouxe muita gente à aldeia, trouxe alguns turistas, trouxe pessoas para viverem aqui, de fora e se não houvesse a intervenção certamente que isso não aconteceria. Uma boa parte das casas restauradas. Mostrar riqueza de toda a forma, riqueza por ter as pessoas cá, tornar o nosso lugar mais rico com outras pessoas e também porque traz movimento e negócio (...).”  
Q.2 - “(...) eu não vejo quais. Francamente, não, negativos, não encontro (...).”  
Q.3 - Não respondeu.  
Q.4 - “(...) poderei dizer que foi quase a cem por cento. Só uma das casas fez aplicação de lousa (...) a linha era a telha, a telha à moda antiga, só tem aquela casa, que as outras pessoas acharam que não respeitaram, uma vez que todas as outras, colocaram aquele tipo de telha, telha vermelha (...) mas quanto ao restauro, tentaram respeitar aquilo o que lhe era pedido (...).”  
Q.5 - “(...) Sim, sim, sim, sim! Sem dúvida! As pessoas vivem melhor. Têm melhor acesso! E vivem melhor, porque se não fosse estas pessoas que restauraram estariam lá sós! Sem mais ninguém! (...).”  
Q.6 - “(...) não consegui (...) houve pessoas que eram de cá e que estavam fora e vieram restaurar e vão estando por cá aos fins de semana ou quando podem, os outros penso que são de fora (...).”  
Q.7 - “(...) Sem dúvidas! Sem dúvidas! Se não fosse essa intervenção, esses restauros, a nossa aldeia não seria visitada por ninguém! E se tem visitantes e se caminhadas que se fazem é à custa da intervenção, porque

o nosso lugar estaria em ruínas. Se não houvesse intervenção o lugar, que nós chamamos o lugar velho, estaria em ruínas completamente! Como estão aquelas que não foram restauradas e não tiveram intervenção (...).”

Q.8 - Não respondeu.

Q.9 - “(...) Sim! Sim! Com certeza! Porque é também pelo turismo que se fizeram as desfolhadas, que se fizeram as ceifas e já depois de as pessoas deixarem de cultivar as terras, (...) as coisas também são diferentes e acho que também o empenho das pessoas que é um bocadinho diferente (...) trazia muita gente de fora para fazer isso (...) todas essas atividades que foram as atividades rurais, fizemos também lá em cima (...) as pegas! Que juntavam milhares de pessoas! Tudo isso também fazia parte da atração turística (...).”

Q.10 - “(...) Sem dúvida alguma! Sem dúvida alguma, que aumentou. Aumentou. (...) Mais de sei lá quantos por cento, nem sei dizer porque dantes não era visitada por ninguém, hoje as pessoas muitas vezes chegam e têm acolá as indicações (...) e vão lá fazer a visita (...).”

Q.11 - “(...) É no verão, é no verão, é no verão sem dúvida (...).”

Q.12 - “(...) Não levou ainda muito. Por enquanto. Porque não temos, mas é assim. Não levou para criar grandes postos de trabalho, mas para quem os tinha já, acho que ajudou a melhorar a nossa atividade (...).”

Q.13 - “(...) Sim! Sim! O turismo ajuda a nossa atividade sempre, porque (...) somos visitados cada vez mais pelos turistas (...).”

Q.14 - “(...) Por enquanto ainda não (...) Quer-se dizer, se eu for a ver, a minha loja de artesanato deve-se ao turismo, porque se não, já não a abria, porque se fosse a contar com as pessoas da terra e da região só, eu não arriscava a fazer uma casa para ter artesanato à venda. Por isso acaba por ajudar, sem dúvida (...).”

Q.15 - Feminina.

Q.16 - 41/64.

Q.17 - Ensino básico.

Q.18 - Empregada - Comerciante/cozinheira.

Q.19 - Não.

(RL 4)

Q.1 - “(...) as casas, vem pessoas de fora, água (...).”

Q.2 - “(...) nós temos a viver aqui, temos de estar aqui (...).”

Q.3 - “Não, não, não.”

Q.4 - “(...) Sim, fica a aldeia mais bonita (...).”

Q.5 - “(...) Sim! Sim! (...).”

Q.6 - “(...) Sim, Sim! (...).”

Q.7 - “(...) Sim, as pessoas vêm, o restaurante tem mais gente (...).”

Q.8 - “(...) Sim, sim, agora temos mais aquelas pessoas (...).”

Q.9 - “(...) Não faz isso, porque a gente, não faz também, porque se não eles eram capazes de alinhar (...).”

Q.10 - “(...) Sim, ao fins de semana (...).”

Q.12 - “(...) Não, tá tudo a monte, ninguém quer, ninguém quer nada disto (...).”

Q.13 - “(...) Sim, principalmente nos restaurantes (...).”

Q.14 - “(...) Acho que não (...).”

Q.15 - Feminino

Q.16 - 41/64

Q.17 - Ensino básico.

Q.18 - Empregada - Agricultora a tempo parcial/ cozinheira ao fim de semana.

Q.19 - Sim, a tempo parcial.

Q.19.1 - Autoconsumo.

Responsável pelo ordenamento e planeamento da Câmara Municipal de Vale de Cambra (EL4)

Q.1 - “Possibilidade de reabilitação do espaço público (vias e infraestruturas); Possibilidade de reabilitação do património construído privado.”

Q.2 - “Descaracterização, por vezes, da arquitetura local; Especulação imobiliária.”

Q.3 - “O executivo procedeu à reabilitação dos espaços públicos partindo de um projecto feito na divisão de Planeamento e após esta intervenção ter sido sinalizada na estratégia do PDM.”

Q.4 - “Ano 2006.”

Q.5 - “Os trabalhos de reabilitação do espaço público terminaram em 2007. Ao nível privado foram reabilitadas duas habitações e construída uma pequena unidade hoteleira totalizando a oferta 29 quartos.

Estes 29 quartos ficaram disponíveis no final do ano de 2014. Poder-se-á continuar a aumentar a oferta uma vez que continua a haver habitações para reabilitar.”

Q.6 - “Vias, telecomunicações, energia elétrica, água e saneamento. Ao nível privado foram reabilitadas algumas habitações e construída uma pequena unidade hoteleira.”

Q.7 - “Município e os privados proprietários de habitações.”

Q.8 - “Na medida do possível tentou respeitar-se os valores culturais arquitetónicos e ambientais, no entanto, existem exemplos de reabilitação completamente descontextualizados (antes do início da intervenção), sendo de referir a colocação de uns depósitos que ao nível ambiental são uma agressão (Presentemente estuda-se a mudança destes depósitos, tendo a Câmara Municipal adquirido um terreno para o efeito).”

Q.9 - “Dois privados que tinham a posse de 4 a 5 casas.”

Q.10 - “Todas as que foram reabilitadas, incluindo a unidade hoteleira, num total 29 quartos. Existe uma habitação não afeta ao turismo, cuja reabilitação é anterior à reabilitação do espaço público.”

Q.11 - Não responde

Q.12 - “Mudou totalmente, pois tratava-se de uma aldeia completamente desabitada e em ruínas. A intervenção permitiu restituir as condições de habitabilidade.”

Q.13 - “Não há fixação na aldeia, é apenas população turística de passagem ou em fim de semana.”

Q.14 - “Pretende-se, essencialmente, que contribua para desenvolver o turismo, tanto mais que, na estratégia do PDM, se defendia que esta experiência deveria ser um projeto piloto a replicar noutras aldeias do concelho.”

Q.15 - Exclusiva da Felgueira.

Q.16 - “O turismo por si só não, tudo depende dos operadores/promotores e do envolvimento dos habitantes locais nas estratégias que se pretendem para promover determinado local/neste caso a aldeia do Trebilhadouro.”

Q.17 - “Sim, o número aumentou, antes era de zero, apenas curiosos.”

Q.18 - “Ainda é cedo para definir uma época de afluência, penso que será no verão, fins de semana prolongados, época natalícia/passagem de ano (...).”

Q.19 - “Presentemente poucos postos de trabalho. Penso que a aldeia vai evoluir no sentido de oferecer outros produtos regionais e locais, bem como criação de percursos, o que levará à criação de novos postos de trabalho, complementares ao turismo.”

Q.20 - “Pouco significativos, presentemente.”

Q.21 - “Ainda não.”

Q.22 - “Desejável, mas não tenho conhecimento.”

Q.23 - “Criação de lojas com produtos regionais e locais, por outro lado, dado que a Aldeia não oferece alternativas para passar vários dias é necessário ter oferta de outros produtos diferentes como por exemplo, percursos de montanha, atividades radicais (rio Paiva) (...), aqui sim justifica-se a criação com outras entidades.”

Q.24 - “Não existe termo de comparação porque antes era inexistente.”

Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (EL 5)

Q.1 - “Neste caso daquela aldeia são todas positivas porque aquilo estava abandonado era uma aldeia fantasma e com a recuperação da aldeia deu vida à aldeia porque aquilo estava totalmente abandonado cheio de silvas, não se via casas nenhuma, não vivia lá ninguém (...) A última pessoa que lá viveu foi uma senhora sozinha, durante vários anos, e aquilo é lá no meio do nada. Portanto, tudo o que foi feito foi positivo para a aldeia.”

Q.2 - “Não há aspetos negativos.”

Q.3 - “Penso que na altura pediram a opinião do presidente da junta, porque não era eu. Penso que sim, mas não posso confirmar a cem por cento, mas quase de certeza que pediram a opinião. Quase de certeza absoluta.”

Q.4 - “Os trabalhos de requalificação começaram pelo saneamento e pelos arruamentos, que foi a Câmara que fez em 2007. Depois o trabalho de recuperação das casas propriamente dito só começou em 2011. Em 2009 o projeto foi feito e começou em 2010 o restauro das casas.”

Q.5 - “Ora bem, o que está feito foi tudo particulares que compraram e restauraram. Há lá cinco ou seis casas que não estão restauradas, mas que são de pessoas que não quiseram aderir ao projeto. O que está feito, o que está iniciado está concluído. Agora há lá casas que não estão restauradas, mas será 20%, talvez, o resto está concluído.”

Q.6 - “Tudo. Foi tudo desde arruamentos, saneamento básico, água, luz. Não havia nada, e o restauro das casas. Até, inclusive uma prensa que lá havia foi restaurada. Tudo o que lá estava foi restaurado a cem por

cento, tirando as casas que faltam, mas isso aí, são particulares, não pensaram aderir ao projeto, como tal, estão paradas.”

Q.7 - “Os proprietários que compraram ou que tinham herdado, porque alguns tinham herdado, outros compraram. Os proprietários, a Adrimag, penso que também deve ser considerada porque deu apoio, foi feito um projeto e deu apoio, e a Câmara Municipal, principalmente com os arruamentos, saneamento básico e água e ultimamente recuperaram uma casa para prestar apoio ao turismo na aldeia.”

Q.8 - “Pelo que eu conheço acho que foram respeitados a cem por cento e teria que ser porque foi uma das aldeias que o arquiteto da altura, fez tipo de um concurso, e andaram ali onze arquitetos a ver aquilo, portanto, fizeram o ok favorável, portanto penso que terá sido respeitado, os valores culturais, arquitetónicos e ambientais. Acho que sim.”

Q.9 - “Eu penso que entre onze a doze casas que foram recuperadas.”

Q.10 - “Todas. Há uma dessas casas que foi recuperada e foi ampliada para fazer um hotel. Portanto, há uma parte nova, não sei quantos quartos tem, mas ainda não está a funcionar a cem por cento, porque acabou há pouco tempo. Mas portanto das casas antigas, das que havia, foram recuperadas cerca de onze e todas elas estão destinadas ao turismo de habitação. Portanto, aquilo ali é mesmo para isso, portanto, não é para mais nada.”

Q.11 - Não responde.

Q.12 - “É óbvio, não é?. Saneamento básico, água, luz, inclusive agora telefone, internet. Portanto, melhorou a cem por cento, posso dizer a cem por cento, as condições de habitabilidade dantes ninguém conseguia lá viver, e agora já vive.”

Q.13 - “Ora bem, população propriamente dita ... não há aquela população fixa. É o turismo de habitação, as pessoas vêm ao fim de semana, estão cá quinze dias vão embora, portanto, não há aquela população fixa residente, mas o que melhorou neste aspeto é que agora as pessoas podem vir para lá, podem passar os tempos de lazer e antes não porque era impossível. Portanto, nesse aspeto, agora fixar residentes, tem duas pessoas lá que tratam da aldeia, mas e que dormem lá. São essas que praticamente que eu conheço, são essas duas que habitam lá para tomar conta daquilo e para limpezas e quê. Estão a ser pagas pelos proprietários. Agora são os únicos residentes, os outros não são residentes, vão e voltam. Portanto residentes só há mesmo esses dois, neste momento.”

Q.14 - “Penso que sim. A ideia foi essa e acho que está a ser conseguida. Acho que não há outra forma de desenvolver, do que criar condições para as pessoas viverem e visitarem e ficarem. Portanto, penso que nesse aspeto contribuiu e muito para o desenvolvimento, portanto, não há dúvidas.”

Q.15 - Exclusiva da Felgueira.

Q.16 - “É lógico que sim.”

Q.17 - “Aumentou e muito, consideravelmente. Porque antes, quer dizer, não havia visitantes. Havia quando se fez os festivais, fez-se lá um festival, um não, fez-se vários anos o festival do Trebilhadouro e daí se calhar foi o começo para alguém ganhar, conhecer aquilo e ganhar gosto por aquilo e recuperar a aldeia. Tirando isso, não ia lá ninguém. Portanto, era impossível, não havia condições.”

Q.18 - “Neste momento, penso que é todo o ano, mas há um pico maior no verão, com é óbvio. Mas de um modo geral a tendência é todo o ano, embora haja um ligeiro pico na época de verão.”

Q.19 - “Levou. Porque o projeto que os particulares fizeram obrigava à criação de postos de trabalho. Portanto, eu penso que neste momento haverá seis postos de trabalho. Não sei se serão todos postos de trabalho diretos, mas existem seis postos de trabalho.”

Q.20 - “Eu penso que sim. Para a aldeia, não digo para a aldeia, mas as pessoas que estão a explorar, para as pessoas que investiram o seu dinheiro. É óbvio que a ideia é essa, não só recuperação da aldeia, mas também algum valor. A parte económica também tem o seu valor e tem o seu peso nesta situação. E eu penso que nesse aspeto, embora ainda esteja numa fase muito inicial mas está a progredir e acho que sim, que é um valor acrescentado na parte económica da aldeia.”

Q.21 “Ainda é um bocado cedo para falar sobre isso, mas é óbvio que o movimento é outro. As pessoas para irem para lá, têm de passar por aqui, têm que passar em Sandiães. Se calhar têm que ir a Função. Aproveitam para visitar outros locais. Portanto, embora penso que tem contribuído e irá a contribuir para o desenvolvimento. Penso que sim.”

Q.22 - “Sim. Que eu tenha conhecimento.”

Q.22.1 - “Câmara Municipal é uma parte também interessada, também tem lá uma casa, não é?! restaurantes, as pessoas têm parcerias com os restaurantes para se for preciso servir almoços, jantares. Sei que têm com os restaurantes. Não tenho conhecimento assim de mais nada. Mas isto, com certeza que as parcerias irão ser alargadas a outras áreas. Penso que sim.”

Q.23 - “Muitas. Muitas. Eu pessoalmente estou a forçar para que este ano não foi possível, se volte a ativar o festival (...) Trebilhadouro. Tinha várias nuances dentro do próprio festival. Mas este ano foi feita uma



proposta, não foi possível. Porque houve o festival muitos anos, com aquilo que estava uma desgraça, aquilo não tinha ação nenhuma. Portanto, eu penso que para dinamizar ainda mais a aldeia e para chamar as pessoas, acho que era importante começar por algum lado; e acho que a reativação do festival seria muito importante porque já é conhecido de há uns anos. Embora se calhar noutros moldes, mas seria importante, para isso eu estou a fazer pressão para que a Câmara volte a dar ajuda para que esse festival se possa fazer. Penso que isso seria o mais importante. Depois há, como eu disse, a Casa de apoio à aldeia de Trebilhadouro que foi a Câmara que restaurou. Penso que, ou fez ou vai fazer, um protocolo com uma associação que irá ser criada, associação de moradores ou dos proprietários. E também pelo um bocado pelos proprietários desenvolverem atividades para que as pessoas venham, porque grande parte do interesse é deles também. Não é só deles, mas e da parte da Junta de Freguesia e da Câmara, penso que todo o apoio que for possível será dado. Mas penso que o principal seria a reativação do festival do Trebilhadouro. Eu digo isto, porque eu acompanhei-o desde o início. E foi o festival que deu a conhecer a aldeia, senão aquilo estava igual. Foi o festival com o Rasgos, a associação teatral Rasgos, que iniciou, a Câmara Municipal ajudou, a Junta de Freguesia, a Associação Desportiva de Sandiães (...) Começou-se aquilo de uma brincadeira, fez-se sete ou oito anos de festival e eram milhares de pessoas que ali estavam, sem condições nenhuma (...) Não havia nada. E isso trouxe muito nome, vinham pessoas, espanholas, inglesas, alemãs, de todo o lado. E eu acho que isso se devia voltar, depois ele parou por falta de verbas e acho que isso era o principal para melhorar e para dar mais conhecer a aldeia do Trebilhadouro. Acho que isso era muito importante.”

Q.24 - “Penso que sim. Tanto mais, se não fosse a requalificação da aldeia não havia visitantes. Portanto, acho que está respondido, não é?! Se não houvesse requalificação não havia visitantes. Portanto, eu acho que melhorou, melhorou muito. A experiência melhorou cem por cento. Porque não havia, agora há. Portanto acho que melhorou e muito.”

#### Casas dos Avós (AO 4)

Q.1 - “Foi os acessos, água potável, saneamento para as casas.”

Q.2 - “Até ao momento, não há.”

Q.3 - “Não.”

Q.4 - “Respeitou. Respeitou a arquitetura das casas antigas e através disso a cultura manteve-se também.”

Q.6 - “Cem por cento. Antes não tinha condições nenhuma, não havia água potável em casa, não tinha nada.”

Q.7 - “Ajudou. Criou as condições necessárias para se viver nas casas, com as condições mínimas necessárias.”

Q.8 - Exclusiva da Felgueira.

Q.9 - “Sim, contribuiu.”

Q.10 - “Sim, ajuda na aldeia e também localidades vizinhas.”

Q.11 - “Aumentou.”

Q.12 - “Todo o ano. Mais no verão.”

Q.13 - “Sim.”

Q.14 - “Sim.”

Q.14 - “Claro.”

Q.15- “ (...) Caminhos pedestres de ligação ao Geoparque, aproveitar os rios aqui vizinhos e as praias fluviais. E era o que se podia intervir na natureza, aqui ao redor da aldeia.

Q.16 - “Sim.”

Q.17 - “Locais e da própria empresa.”

Q.17.1 - “Doces feitos com os próprios frutos, marmelada, mel, compotas.”

Q.18 - Exclusiva da Felgueira.

Q.19 - “Sim.”

Q.19.1 - “Empresas de atividades desportivas, restaurantes e procuramos sempre mais.”

Q.20 - “Sim. Muito.”

#### Trebid`Ouro (AO 5)

Q.1 - “Aquilo estava totalmente abandonado. Não habitava ninguém lá. Estava cheio de silvas (...) não tinha condições nenhuma.”

Q.2 - “ Não houve aspetos negativos em relação à intervenção que foi realizada na aldeia (...) só teve uns aspetos, de talvez mais movimento que em parte, acho positivo porque aquilo era tudo menos caminhos, acessos cheios de silvas, não tinha luz, não tinha água, não tinha saneamento. Hoje tudo isso foi executado.”

Q.3 - “É sim, em parte fui um pouco acompanhante da situação desde o início mesmo por causa da minha ligação, sou da região – Função e também porque trabalho na Câmara Municipal e sempre acompanhei, embora não me pedissem a minha opinião técnica, sempre acompanhei (...).”

Q.4 - “Em termos de valores culturais, nós estamos tentando que aquilo mantenha a tradição, embora nos tempos atuais os utilizadores exigem muito mais do que antigamente. Você não pode pensar em ter uma casa que não tem uma cozinha em condições, uma sala, um quarto de banho, televisão, internet. A meu ver, as pessoas não ficam, não se fixam, não tem interesse. E a parte arquitetónica e ambiental, ambiental a parte não alterou nada, muito pelo contrário, até melhorou. A parte arquitetónica ela teve parte da aldeia que se manteve, as pequenas casas com menos condições, mas também devido ... à transformação do moderno, não seria transformação, seria ampliação do moderno com condições, foi o que nós fizemos na nossa parte. Mantivemos a parte velha com parte de estar, cozinha, sala, essas coisas Depois na parte nova nós construímos quartos todos com suite, com televisão com internet, tudo dotado das melhores condições atuais que você encontra em qualquer hotel sem constrangimento.”

Q.5 - “Ah, sim melhorou muito porque praticamente não tinha acessos. Não ia lá um carro. Hoje tem, foi integrada com calçada à portuguesa, foram colocadas todas as infraestruturas, água, luz e saneamento. Embora eu ache que tenha muita coisa a ser feita.”

Q.6 - “É. A população não existia. Hoje tem um segurança, um guarda, hoje temos lá também um casal de Vila do Conde que está lá a residir e está a tomar conta daquilo e tem pessoal que se hospeda por lá nas casas e na parte mais moderna da aldeia.”

Q.7 - “Contribui. Hoje a gente vê plantações de vinha, campos cultivados, gente que tem lá gado à solta já nesses campos cultivados. Melhorou bem, a intervenção contribuiu bastante, tem um local lá que já existe, dois lugares, dois espaços que têm piscinas, está-se tentando dar uma boa qualidade aos hóspedes.”

Q.8 - Exclusiva da Felgueira.

Q.9 - “Ajuda, ajuda. É o que nós temos feito, workshops, etc. Essas coisas, vamos fazer um magusto, o São Martinho, estamos tentando trazer as tradições, as desfolhas, essas coisas. Estão tentando reativar lá.”

Q.10 - “Sim, aumentou imenso. Porque embora as pessoas do concelho poucas se tenham hospedado lá, o pessoal de fora visita muito aquilo. O daqui do concelho é mais uma visita de curiosidade. Melhorou a parte turística, a parte da apresentação. Em termos de habitabilidade, em termos de ocupação não é o pessoal do concelho que tem dado movimento lá.”

Q.11 - “A partir da primavera, verão. O outono ainda tem muitos visitantes. Quanto a visitantes acho que está à frente da expetativas. Quanto à ocupação não sei se devido à parte económica ou financeira, portanto, talvez encontrem hotéis mais baratos que o preço praticado na aldeia, não existe grande movimentação. A movimentação é limitada.”

Q.12 - “Sim, tem bastante. Teve muitos postos de trabalho quando foi a parte da reconstrução. Agora temos umas três pessoas ocupadas em relação ao nosso empreendimento. Mas tem mais pessoas em relação aos outros empreendimentos, Traços de Outrora e Casa dos Avós. Tem que se fazer as coisas, lavar a roupa, fazer as camas, tem um trabalho de fazer os jardins, dar a manutenção às piscinas, ir cuidando da plantação de árvores. Tem aumentado bastante o fluxo de pessoas para dar manutenção. Até que não sejam permanentes, mas são sazonais. São épocas que se tem de manter aquilo limpo, podado e tal.”

Q.13 - “É, o nível de rendimento da nossa aldeia de Trebilhadouro não existe. Como não existia gente fixa, a gente não sabe o tipo de rendimento que podemos referir, porque não tinha nada. Os rendimentos da aldeia eram de pessoas que habitavam fora e vinham lá buscar as suas uvas, o seu milho, as árvores. Não dá para ver bem quanto aumentou em relação às pessoas que foram lá habitar. Aumentou porque eles têm um nível de vida razoável. Têm boas instalações para ficarem, bom ambiente, fazem a sua comida, fazem pequenos almoços. Houve uma contribuição boa para o desenvolvimento económico de lá.”

Q.14 - “O tipo de iniciativas para dinamizar o turismo seria oferecer aos hóspedes outro tipo de atividade, por exemplo, fazer caminhadas, organizar caminhadas, levar cavalos como é uma zona serrana, para o pessoal andar lá pelo monte. Poderia-se levar motos, motocicletas, para as pessoas visitarem porque é um terreno íngreme e as pessoas vão pouco, logo voltam, nem todos têm disponibilidades de andar. Deveria-se colocar mais atividades. Fazer investimentos paralelos. Também a nível de jipes, motos, bicicletas, cavalos, esse tipo de atividades que levaria as pessoas a procurar mais.”

Q.15 - “Atualizar as coisas a nível que as pessoas tivessem mais ocupação, as pessoas têm pouca ocupação, vão para lá, claro que é pertinho, a seis quilómetros de Vale de Cambra, a cinquenta do Porto. Com a A-32 chegam aqui em vinte minutos. Mas devia fazer-se mais coisas para as pessoas ficarem cá mais tempo, convivessem mais, ficassem mais por ali. Porque o cara vem, hospeda-se ali um dia mas vai-se logo embora, não fica ali permanente como devia ser, o caso de ficar ali uma semana não tem. Não podemos oferecer, a não ser mais longe em Arouca, levar os cara para Arouca. Com os passadiços a ocupação era muito grande. Agora o movimento não é grande, o movimento é pequeno. Falta atratividade, atração ali, da região.”

Q.16 - “Emprego quando é preciso fazer workshops a gente emprega mais pessoas de cá, fora disso temos duas pessoas fixas mais o guarda. O pessoal local, tem algum tipo de manutenção, cuidar dos jardins, da área em geral porque temos uma área relativamente grande ali, temos uns setenta mil metros quadrados de terra. Agora tem-se que fazer muita coisa, muito trabalho, muito progresso para aquilo ser compatível com aquilo que a gente inicialmente pensava.”

Q.17 - “Tentamos utilizar ao máximo os produtos locais, mesmo ao nível da alimentação. O que necessitávamos ou pretendíamos era, junto com a Câmara, vendermos parte dos produtos alimentares, o que restava, o que sobra da aldeia, a nível de hortas. O seu excedente, as sobras, levá-lo para lá, teria tipo um mercado com produtos da região e seriam vendidos. Mas por enquanto ainda não está a funcionar. Temos mais ou menos, assim com a Câmara um (...) estamos a ver pela frente um futuro nessa área.”

Q.17.1 - “Ali o que eles mais apreciam realmente é a paisagem, a paisagem é linda. A nível de produtos nós na região, não temos e não estamos vendendo nada. Só estamos produzindo algum tipo de flores, algum tipo de milho, produz-se uvas, mas não é alta escala, não é para vender, é mais para utilização.”

Q.18 - Exclusiva da Felgueira.

Q.19 - “Por enquanto não temos parcerias. É uma intenção nossa fazer parcerias principalmente com o Porto, né, Douro. A gente pensa, embora até já temos umas propriedades lá, em vista. De ficar lá, por exemplo, ficar lá no Douro dois três dias. Ali mais dois, três dias e complementar um pacote que possivelmente teria algum interesse a nível de estrangeiros. Por isso é que nós estamos até a investir um pouco no Douro, nas Fontainhas, para ver se conseguimos que as pessoas com pacote fiquem dois ou três dias lá e dois, três dias aqui.”

Q.20 - “A requalificação, acredito que melhorou muito porque a aldeia praticamente não tinha acesso nem condições de receber nada, não tinha, não existia nada. Agora as pessoas preocupam-se muito porque ela praticamente não tinha nada, como já disse, não tinha acesso, nem condições de receber nada, não tinha nada, não existia nada. O que existia era, sei lá. Há meia dúzia de anos vinha o fogo e limpava tudo, o resto eram silvas que nasciam e ficava aquele clima ali, uma, uma tristeza, né?! Agora não. Já que as pessoas preocupam-se, os próprios proprietários já fazer os asseios, fazem as limpezas em volta dos seus terrenos, já cuidam daquilo com mais carinho. Mesmo da parte económica, até porque o fogo vem e leva tudo, não é?, então logo as pessoas estão mais preocupadas nessa área florestal, nas limpezas, nessas coisas.”

#### Traços d’Otrora (AO 6)

Q.1 - “O principal é tentar-se recuperar edificações que já estavam completamente ao abandono e destruídas e que voltasse a elevar e a mostrar-se as características arquitetónicas desta região que basicamente o grande forte seria a pedra (...) Dinamizar a aldeia quer na chegada de pessoas que neste caso serão pessoas, que neste caso serão turistas, quer no dinamismo que nós estamos a pensar criar com a breve abertura da casa de apoio da Câmara e que estamos a recriar alguns dinamismos e a recriar uma série de eventos que representem os usos e costumes da região. E é basicamente isso que pretendemos para este tipo de aldeia.”

Q.2 - “Eu, neste, momento negativos (...) está difícil. O que eu posso dizer de negativo é o facto de não ter ninguém habitar aqui, daí a nossa necessidade de recrutar alguém que viesse para cá, para a aldeia ser habitável. O segundo negativo eu não encontro. Eu vejo mais pontos positivos que negativos.”

Q.3 - “Não. É assim, nós já estamos ligados à aldeia desde 2007. Nós gostamos imenso deste tipo de aldeias e sempre foi pretensão nossa encontrar em qualquer lado uma casa para recuperação. Chegamos a ver em São Pedro do Sul e em Sever de Vouga. Entretanto tivemos conhecimento desta aldeia e viemos cá. A primeira casa que compramos foi a atual casa da Rosalina. Pronto, começámos a recuperação ainda nem sequer se entrava aqui com um carro, não havia luz, não havia nada. Daí ninguém ter questionado, pelo contrário, foi exatamente o contrário, nós é que começamos. Entretanto, em simultâneo, também tivemos conhecimento que a Câmara já estava com um projeto para adquirir, para receber fundos comunitários para as infraestruturas públicas, caminhos, água, luz, o que nos incentivou a comprar mais três casas pequeninas, que são estas duas e outra ali à frente. Mas basicamente, ninguém nos questionou, pelo contrário. Nós e eu, acabei por motivar a Dona Áurea que já era proprietária, acabava por ser mais fácil, porque os imóveis já existiam, ajudar-nos uma à outra e avançarmos para começarmos a fazer a requalificação do grupo todo, porque a probabilidade do projeto ser aprovado era maior do que se fosse duas casas isoladamente. Mas questionar, nunca ninguém nos questionou, porque o processo foi este.”

Q.4 - “Em relação às minhas casas em concreto, eu só posso falar pelas minhas porque está à vista de todos, que não é, que a recuperação não foi feita da mesma maneira. Em relação às minhas nós fizemos a questão disso. Manter exatamente a traça antiga e criar melhores condições para o turista, que é isso que eles pretendem. No entanto, tivemos esses cuidados a nível de arquitetura e ambientais. Uma das coisas que agora é muito prática, por exemplo é os painéis solares. Nós não optamos por isso exatamente por causa do impacto

visual, optamos pelo aquecimento a casa em todas as casas a lenha, mesmo esta tem a salamandra a lenha, em que aquece aqui e no próprio quarto tivemos essa preocupação com as nossas recuperações.”

Q.5 - “Melhorou substancialmente, porque salvo uma casa que já tinha sido recuperada não havia nenhuma que tivesse condições de habitabilidade porque as que não tinham telhados ou que estavam completamente em ruínas, é lógico que todas as que foram recuperadas melhoram significativamente a habitabilidade da aldeia.”

Q.6 - “Pois é assim. É a tal questão. O objetivo da recuperação não foi o adquirir habitantes permanentes, pelo menos das minhas porque foram recuperadas com o intuito do turismo no espaço rural. Tem sido positivo, tendo em consideração os timings desde quando começou a estar disponível até à data é um trabalho que se vai fazendo mas temporariamente que é aos períodos, o máximo que eu já tive de turistas foi vinte dias. Temporariamente vai trazendo algumas pessoas. Não posso dizer que possa considerar fixar. Fixar teria que ser alguém que viria para ficar a habitar. Neste momento só existe o tal casal que veio mas no sentido de ser guarda da aldeia e que foi uma imposição, uma imposição não, foi um trabalho nosso, dos três promotores em vir para aqui para a aldeia estar habitada.”

Q.7 - “Sim. Claro que sim. Além dos alojamentos, como eu disse, a Câmara requalificou um espaço que esperamos que brevemente possa ser aberto, onde vai ser feito, vai funcionar como um pequenino café e venda de produtos regionais para promover o que existe no município. Além disso, a intervenção, fazemos outro tipo de atividades em que se possa promover as artes, o artesanato, a parte cultural do município e o que se representava aqui na aldeia. A nível das atividades que vão estar associadas, eu por exemplo, tenho uma série de parcerias que de algum modo vão direta ou indiretamente contribuir para que essas atividades económicas, como por exemplo, desportos, parcerias com empresas de degustação, com restaurantes, e de algum modo, acaba por também melhorar as atividades económicas dessas áreas.”

Q.8 - Exclusiva da Felgueira.

Q.9 - “Pronto, sim. Foi a pensar no turismo que fez isso. Ainda é muito cedo para se conseguir trazer frutos, mas a ideia é exatamente essa, manter vivas essas tradições é isso que nós pretendemos. Agora no futuro em parceria com quem estiver no edifício comum tentarmos reviver novamente todas as tradições associadas aqui à aldeia do Trebilhadouro e a Vale de Cambra concretamente.”

Q.10 - “Sim, sim. Significativamente. Muito mesmo. Eu não sou de Vale de Cambra, mas sempre que posso estar cá aos fins de semana, tento vir. Não me lembro de um fim de semana, principalmente depois da aldeia começar a aparecer nos meios de comunicação social, não me lembro de um fim de semana, onde diga assim, hoje não apareceu ninguém no Trebilhadouro. Uma vez mais outras menos, no verão, há fins de semana que aparecem mesmo muitas pessoas mesmo em períodos mais de inverno ou de chuva aparecem sempre ao sábado ou ao domingo os apaixonados das BTT vêm cá sempre gostam de ir beber ali na fonte, dá-me ideia que lhes dá energia. Mas sim, sim, notou-se uma diferença significativa.”

Q.11 - “É sempre a época alta de julho a agosto. Em agosto as casas tiveram quase todos os dias, quando digo todos os dias as vezes as pessoas saíam por exemplo à quinta e só chegavam ao sábado ou ao domingo, havia ali um ou outro dia. Em agosto foi pleno, no entanto tanto as minhas casas como as da dona Áurea tiveram quase sempre cheias, entravam e saíam. Às vezes não conseguíamos era conciliar as datas e havia um dia ou dois dias em que as casas estavam desocupadas no meio por força das circunstâncias das reservas. Mas é sempre a época alta, portanto, passagens de ano estão sempre. O ano passado, que serviu de base, esteve sempre lotado, à altura da Páscoa, embora o ano passado mesmo na páscoa era só as minhas casas que estavam disponíveis mas ficou cedo completo. Eu desde agosto, que aquela casa grande da Rosalina já a tenho reservada para a passagem de ano por um grupo de pessoas. Quem pretende tem de fazer sempre cedo o agendamento. As épocas altas é sempre quando tem mais gente.”

Q.12 - “Teve que levar porque, primeiro, era um dos objetivos do projeto. Ao candidatar-nos um dos objetivos que tínhamos de cumprir era a criação de postos de trabalho e depois quer queiramos, quer não, tem de haver uma senhora de limpeza, tem que haver quem esteja na receção, temos sempre de criar postos de trabalho sim.”

Q.13 - Não respondeu.

Q.14 - “Sim, sim, basicamente (...) principalmente estrangeiros que vêm por uma ou duas semanas. A primeira questão é onde podemos ir tomar café?; Onde é que podemos ir às compras?; Onde podemos almoçar ou jantar? e independentemente das atividades que possam querer fazer indiretamente ou diretamente acaba por influenciar também essas atividades, que as pessoas ao virem consomem e melhoram o comércio local.”

Q.15 - “Eu tenho uma série de ideias. Ainda não consegui concretamente precisa-las, porque estamos a ponderar a criação de uma associação ou de uma liga de amigos, ou de qualquer coisa em que possamos em conjunto criar atividades. Mas há imensas coisas que se poderiam fazer aqui, desde desfolhadas, as pessoas participarem nas vindimas, porque Vale de Cambra também está de algum modo ligado à criação de

exploração dos vinhos, (...) a matança do porco, sei lá há imensas coisas. Eu até tenho uma lista de uma série de atividades que poderiam recriar aqui. As atuações das músicas tradicionais da região. É essa a intenção. Começarmos mal esteja criada uma parceria entre nós todos, criamos uma calendarização e estipularmos atividades anuais para podermos ainda captar mais os turistas. Embora isto como se costuma dizer é um pau de dois bicos. Há aqueles que vêm e querem mesmo o sossego, não querem ser incomodados. Eu tive agora em fins de setembro, uma semana, um casal de ingleses e como era já uma altura mais calma, a aldeia só teve mais movimento no fim de semana, durante a semana penso que eram os únicos turistas que estavam na aldeia. E no final aquilo que eles disseram era exatamente isso, que gostaram porque a aldeia estava muito calma e sem grande movimento. Há pessoas que dizem exatamente isso e porque vêm para descansar e não querem muita confusão. Mas mesmo ao fim de semana estamos a começar a ter atividades.”

Q.16 - “Não, neste momento não. E só não emprego por uma razão muito simples, estame a sair de algum modo ligeiramente caro, eu não sou de Vale de Cambra e como não sou de Vale de Cambra tenho alguma dificuldade em conhecer as pessoas e a recorrer por exemplo. A senhora da limpeza que vem fazer a limpeza é da minha localidade e vem e vai eu só em custo de transporte não justifica agora é um trabalho que eu estou a tentar fazer e tenho mesmo de arranjar alguém da zona e direta ou indiretamente tenho de adquirir conhecimento para ter alguém daqui porque é isso que faz sentido mesmo até para limpar e receber as pessoas.”

Q.17 - “Comercializo! Não. Utilizo! Sim. É diferente, eu não vendo nenhum tipo de produto mas promovo os produtos do município. Aliás com muita frequência eu deixo ofertas aos clientes ou de vinhos ou da cerveja Vadia, ou das calambrias - doce típico de Vale de Cambra ou dos - queijos, das compotas, do mel. Basicamente são os produtos que eu por norma, dependendo, até faço algumas campanhas em que diz “Oferta”. Neste momento está a decorrer uma campanha em que diz “Oferta do vinho da adega”. Comercializar não, não comercializo. Não quer dizer com isto que não possa acontecer, mas se há um edifício que vai servir de base para isso não fazê-lo sentido estar eu a fazê-lo quando vai haver um edifício para vender os produtos locais.”

Q.17.1 - “Não é fácil, porque isso depende muito de cada turista, depende muito de cada turista, a parte da doçaria quer das calambrias, quer das tulhinhinhas são bastante apreciadas. Nas de bebidas depende dos apreciadores, os belgas e os alemães são mais da cerveja, depois lá os outros é do vinho. No concreto ainda não consegui identificar qual é o que possa ser mais apreciado.”

Q.18 - Exclusiva da Felgueira.

Q.19 - “ Sim, muito. Esse é um dos meus, sempre foi um dos meus grandes lemas. Pronto e tenho todo esse tipo de parcerias com eles. Com a adega, com as tulhinhinhas, com a Preval com as calambrias, com o restaurante Porto Novo que é aqui ao lado, com a Vadia, com o mel, as compotas dos Finos Segredos. Aí deixe-me cá pensar. Tenho com uma empresa de desportos radicais, tenho mais, agora assim de repente. Estes são os mais comuns e que funcionam muito bem. Com o restaurante Porto Novo porque é aqui a quinhentos metros e as pessoas e eles fazem um desconto aos meus clientes que vão lá e acaba por ter uma mais valia para eles e para mim porque não tinha outra alternativa para sugerir ao cliente.”

20. Claro que sim. Apesar de estar ligada à aldeia desde 2007, aliás nós compramos a casa em abril, março/abril e logo e julho próximo havia o festival das Artes e Culturas do Trebilhadouro e percebi que foi o festival que dinamizou a aldeia, mas dinamizou basicamente naquele evento. Era um evento que era bianual e que criou algum mediatismo, mas que era só para aquela atividade fora disso, pelo que eu percebi a aldeia não tinha rigorosamente nenhuma vida. Claro que com a requalificação da aldeia as pessoas acabam por fazer disto quase um passeio de fim de semana. Olha vamos ver a aldeia do Trebilhadouro! E sim isso é bom para os visitantes. Até porque só alguns corajosos na altura, enquanto não foi feita a requalificação principalmente dos caminhos, só alguns corajosos é que vinham aqui a cima. Mas é assim. Melhorou.”

(RL 4)

Q.1 - “Acessos, não tinha caminhos para a aldeia, eletricidade, saneamento e também o desenvolvimento da aldeia passar a ser “Aldeia de Portugal”.

Q.2 - “Não tem. Até ver não podemos apresentar partes negativas porque tem sido desenvolvido.”

Q.3 - “Não.”

Q.4 - “Aqui manteve. Procuraram manter, tanto ambientais, como culturais e arquitetónicos, também.”

Q.5 - “Melhorou tudo, porque não tinha nada (...) não tinha água, eletricidade (...) não tinha nada.”

Q.6 - “Ajudou porque esteve aqui um senhor a morar, agora está um casal a morar e criou postos de trabalho (...) dois postos de trabalho.”

Q.7 - “Sim, sim.”

Q.8 - Exclusiva da Felgueira.

Q.9 - “Ai sim, para mim foi.”

Q.10 - “Muito, muito. Dantes não tinha ninguém e agora tem muitos visitantes.”

Q.11 - “ É durante o ano todo mas é mais na altura de verão. Mas mesmo na altura de inverno vai tendo. As pessoas têm curiosidade e vão passando.”

Q.12 - “Sim, sim.”

Q.13 - “Também.”

Q.14 - “Acho que sim, mas estamos a começar, mas nos arredores vizinhos claro que fazem negócio, as pessoas vão comprar, vão almoçar.”

Q.15 - Feminino

Q.16 – 41/64

Q.17 - Ensino básico.

Q.18 - Empregada - gerente da empresa/atividade agrícola

Q.19 - A tempo parcial.

Q.19.1 - Autoconsumo.